

Gesieny Laurett Neves Damasceno  
Roberto Perobelli  
Cláudia Jotto Kawachi-Furlan  
Amanda Heiderich Marchon  
Pedro Henrique Witchs  
(Orgs.)

# Estudos Linguísticos e Direitos Humanos

Práticas de linguagem  
e Inclusão

# 2

**6° CONEL**  
CONGRESSO NACIONAL DE  
ESTUDOS LINGÜÍSTICOS

  
**PPGEL**  
PROGRAMA DE  
PÓS-GRADUAÇÃO  
EM LINGÜÍSTICA

 **Pedro & João**  
editores

**Estudos Linguísticos e  
Direitos Humanos:  
práticas de linguagem e inclusão**

**Volume 2**



**Gesieny Laurett Neves Damasceno  
Roberto Perobelli  
Cláudia Jotto Kawachi-Furlan  
Amanda Heiderich Marchon  
Pedro Henrique Witches  
(orgs.)**

**Estudos Linguísticos e  
Direitos Humanos:  
práticas de linguagem e inclusão**

**Volume 2**

Copyright © Autoras e autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

---

**Gesieny Laurett Neves Damasceno; Roberto Perobelli; Cláudia Jotto Kawachi-Furlan; Amanda Heiderich Marchon; Pedro Henrique Witches [Orgs.]**

**Estudos Linguísticos e Direitos Humanos: práticas de linguagem e inclusão.**  
**Vol. 2.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2024. 256p. 16 x 23 cm.

**ISBN: 978-65-265-1669-0 [Digital]**

1. Estudos linguísticos. 2. Direitos humanos. 3. Práticas de linguagem. 4. Inclusão. I. Título.

---

CDD – 410/370

**Capa:** Marcos Della Porta

**Ficha Catalográfica:** Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828

**Revisão:** Amanda Heiderich Marchon e Roberto Perobelli

**Diagramação:** Diany Akiko Lee

**Editores:** Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

**Avaliação por pares:** Os textos que compõem esta obra foram submetidos à avaliação de pareceristas anônimos e, após avaliação sem identificação, foram indicados para publicação.

**Conselho Editorial da Pedro & João Editores:**

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil); Ana Patrícia da Silva (UERJ/Brasil).



**Pedro & João Editores**

[www.pedroejoaoeditores.com.br](http://www.pedroejoaoeditores.com.br)

13568-878 – São Carlos – SP

2024

## Sumário

<b>Apresentação da coletânea</b>	<b>7</b>
<b>Apresentação deste volume</b>	<b>9</b>
<b>Recurso linguístico para apoio ao conhecimento de termos acadêmicos em libras</b>	<b>13</b>
Tathianna Prado Dawes, Gabriel Henrique Coelho da Silva e Kíssila dos Santos Gomes	
<b>A criança surda e o isolamento linguístico: atravessamentos e reflexões sobre seus direitos a partir de uma cartografia visual</b>	<b>37</b>
Jonathas Oliveira Dias e Janaina Cabello	
<b>Pronomes relativos: percepções e (possíveis) significados sociais</b>	<b>59</b>
André Poltronieri Santos e Leila Maria Tesch	
<b>Ditongação antes de /S/ em monossílabos tônicos na variedade carioca</b>	<b>89</b>
Maria da Conceição Auxiliadora de Paiva e Anna Carolina Lopes da Silveira	
<b>A metáfora da transitividade em notícias jornalísticas do século XIX</b>	<b>117</b>
Eduardo Tabelini Pereira e Gesieny Laurett Neves Damasceno	

<b>Colocação pronominal no teatro capixaba de 1880 a 1910</b>	<b>135</b>
Jonathan Murilo Souza dos Santos e Leila Maria Tesch	
<b>Narratividade: as tessituras identitárias presentes no conto “fios de ouro” de Conceição Evaristo</b>	<b>161</b>
Milena Santos de Jesus	
<b>Crítica genética e estilística: uma análise na construção do discurso judicial</b>	<b>179</b>
Paula Elisie Madoglio Izidoro	
<b>O <i>Lugar de criação</i> como acontecimento de práticas de escrita</b>	<b>195</b>
Nazarete Andrade Mariano	
<b>Textos e autores no cárcere: desafios das práticas de leitura e escrita no sistema prisional capixaba</b>	<b>213</b>
Juliana Amorim de Jesus e Letícia Queiroz de Carvalho	
<b>Contaço, escuta e escrita de histórias no ambiente prisional</b>	<b>231</b>
Maria Elvira Tavares Costa	
<b>Sobre as autoras e os autores</b>	<b>249</b>
<b>Palavras-chave deste volume</b>	<b>255</b>

## Apresentação da coletânea

É com grande satisfação que apresentamos esta coletânea de cinco volumes, frutos do 6º Congresso Nacional de Estudos Linguísticos (CONEL), realizado na Universidade Federal do Espírito Santo em 2023. Sob o tema **Estudos Linguísticos e Direitos Humanos**, o congresso reuniu pesquisadores, pesquisadoras, estudantes e profissionais de diversas áreas em todas as regiões do Brasil, isto é, pessoas dedicadas a refletir sobre as interseções entre a linguística e os direitos humanos em suas mais variadas dimensões.

Os artigos aqui presentes representam a multiplicidade dos debates promovidos durante o evento, abordando desde questões de identidade até aspectos epistemológicos da pesquisa linguística, passando por tópicos caros à linguística, como gêneros textuais, interação, comunicação, educação linguística e inclusão. Cada volume da coletânea foi organizado de maneira a destacar temas específicos que perpassam o campo dos estudos linguísticos:

O primeiro volume, *Língua e Identidade*, enfoca as relações entre língua, cultura e identidade, analisando como essas dinâmicas refletem e moldam as experiências de sujeitos e grupos diversos. Em *Práticas de linguagem e Inclusão*, segundo volume, são abordadas as relações entre linguagem e contextos sociais, explorando a diversidade e a acessibilidade em suas amplas acepções. O terceiro volume, *Linguagem, Interação e Comunicação*, analisa o papel da linguagem em processos interacionais, destacando a comunicação como ferramenta para a compreensão e transformação social. Já o quarto volume, *Língua, Sociedade e Educação*, examina a interface entre língua e sociedade, com foco nas práticas e políticas educacionais que promovem inclusão. Por fim, o quinto volume, *Epistemologias*

*linguísticas e ensino de línguas*, discute as bases teóricas e metodológicas da pesquisa linguística, aprofundando a reflexão sobre os fundamentos da área e o seu impacto no ensino de línguas.

Esta coletânea representa o esforço de pessoas pesquisadoras comprometidas com o avanço e a democratização do conhecimento em linguística, alinhado aos princípios fundamentais dos direitos humanos. Agradecemos à CAPES pelo apoio essencial para a realização desta publicação, e aos autores, autoras, organizadores e organizadoras por mais esta contribuição que enriquece o campo dos estudos linguísticos no Brasil. Desejamos a quem nos lê que seja uma leitura proveitosa e inspiradora!

A Comissão Organizadora

## Apresentação deste volume

Gesieny Laurett Neves Damasceno

Roberto Perobelli

Cláudia Jotto Kawachi-Furlan

Amanda Heiderich Marchon

Pedro Henrique Witches

Os onze capítulos que compõem esta coletânea compartilham a premissa de que a descrição dos fenômenos linguísticos deve ser feita com base nas relações que falante e ouvinte estabelecem no contexto de uso da linguagem, ou seja, no contexto social e interacional. Todavia, para além do propósito de revelar a instrumentalidade da linguagem em termos de situações sociais, os trabalhos que ora apresentamos encontram-se alinhados à ideia de que o estudo da linguagem pode proporcionar a chave para nos compreendermos a nós mesmos (Langacker, 1972, p. 59).

Assim sendo, encontram-se na pauta das discussões apresentadas aqui diferentes aspectos linguísticos e, sobretudo, sociais, tendo em vista que a linguagem não apenas reflete o pensamento, mas molda nossas experiências, a partir das trocas estabelecidas. Compõem o escopo deste volume temas altamente importantes que perpassam nossas relações, nossas identidades e nossos valores, como: inclusão, acessibilidade, diversidade, escolhas, variação, mudança, criação etc., em suas mais amplas acepções.

Iniciamos, então, nossa trajetória de (auto)conhecimento pelo capítulo *Recurso linguístico para apoio ao conhecimento de termos acadêmicos em Libras*, de Tathianna Prado Dawes, Gabriel Henrique Coelho da Silva, Kíssila dos Santos Gomes, que apresenta um recurso linguístico na forma de glossário bilíngue (Libras/Língua

Portuguesa), cujo objetivo é propiciar a consulta rápida de sinais-termo, e de outros materiais relacionados, em diversas áreas de conhecimento, promovendo a acessibilidade e a difusão da Libras, principalmente, no meio acadêmico. Na sequência, a partir da perspectiva cartográfica, o capítulo *A criança surda e o isolamento linguístico: atravessamentos e reflexões sobre seus direitos a partir de uma cartografia visual*, de Jonathas Oliveira Dias e Janaina Cabello, faz ver os sentimentos infantis das crianças surdas no momento da pandemia de Covid-19 e aponta para a urgência na discussão dos direitos linguísticos da criança surda no Brasil, a partir de seu entrelugar em um mundo adultocêntrico-ouvinte.

Endossando a ideia de linguagem como atividade socialmente situada, André Poltronieri Santos e Leila Maria Tesch abordam, no capítulo *Pronomes relativos: percepções e (possíveis) significados sociais*, as percepções dos falantes acerca de determinadas variantes linguísticas e os respectivos impactos sociais das avaliações atribuídas a essas variantes: os falantes podem, por exemplo, ser considerados menos escolarizados e pertencentes a uma classe social baixa. Ainda no âmbito da interface língua e sociedade, em *Ditongação antes de /S/ em monossílabos tônicos na variedade carioca*, Maria da Conceição Auxiliadora de Paiva e Anna Carolina Lopes da Silveira enfatizam a natureza inerentemente variável e, portanto, heterogênea da linguagem, opondo-se, assim, a uma visão de língua como um sistema homogêneo e independente do uso.

No capítulo *A metáfora da transitividade em notícias jornalísticas do século XIX*, Eduardo Tabelini Pereira e Gesieny Laurett Neves Damasceno analisam como os falantes operam sobre os componentes dos sistemas léxico-gramaticais, a fim de alcançarem determinados propósitos comunicativos, como o de dar relevância a fatos considerados mais importantes numa dada época. Em *Colocação pronominal no teatro capixaba de 1880 a 1910*, Jonathan Murilo Souza dos Santos e Leila Maria Tesch também recuam no tempo e analisam os fatores linguísticos e extralinguísticos (sociais) que influenciam a preferência por determinada variante, como é o caso da próclise, em sincronias passadas.

A partir do entendimento de que os sentidos acionados no literário não existem fora do ideológico, pois os sujeitos ocupam realidade histórica e social, Milena Santos de Jesus, em *Narratividade: as tessituras identitárias presentes no conto “fios de ouro” de Conceição Evaristo*, busca compreender o funcionamento dos enunciados do sujeito mulher diante da narratividade literária em análise, com atenção para a legitimação dos discursos e a ruptura dos paradigmas de gênero.

Em seguida, o capítulo *Crítica genética e estilística: uma análise na construção do discurso judicial*, de Paula Elisie Madoglio Izidoro, aborda a análise dos processos criativos de decisões judiciais, em termos estilísticos e argumentativos, buscando compreender como esses textos são criados e quais sentidos são evocados. Da mesma forma, *O “Lugar de criação” como acontecimento de práticas de escrita*, de Nazarete Andrade Mariano, analisa os movimentos de criação e socializa discussões relativas às práticas de escrita de graduandos de Letras (escridocentes) no contexto de um Programa de Extensão denominado *Lugar de Criação*, onde a escrita emerge como um acontecimento, manifestando-se em afetos, vivências, linguagens, gestos e estilos.

O estudo de Juliana Amorim de Jesus e Letícia Queiroz de Carvalho, intitulado *Textos e autores no cárcere: desafios das práticas de leitura e escrita no sistema prisional capixaba*, discorre sobre a implementação de leitura e escrita no sistema prisional, concentrando-se na influência da literatura no cárcere para a ressocialização dos sujeitos privados de liberdade. Da mesma forma, o último capítulo do livro, *Contaçon, escuta e escrita de histórias no ambiente prisional*, de Maria Elvira Tavares Costa, apresenta um relato de experiência profissional acerca dos efeitos da contaçon de histórias, pelo método APAC (Associação de Proteção e Assistência aos Condenados), para egressos do sistema prisional tradicional, vítimas da desumanização, sofrida em decorrência da superpopulação carcerária, dos maus tratos e da perda de identidade.

Na certeza de que os textos aqui apresentados trazem expressivas contribuições para os estudos da linguagem sob uma perspectiva inclusiva e social-discursiva, desejamos a todos e todas ótima leitura! Agrademos aos autores e às autoras o compartilhamento de estudos tão relevantes, bem como a confiança!

Vitória, novembro de 2024.

## **Recurso linguístico para apoio ao conhecimento de termos acadêmicos em libras**

Tathianna Prado Dawes  
Gabriel Henrique Coelho da Silva  
Kíssila dos Santos Gomes

### **Introdução**

Por meio de diversas leis, decretos, regulamentações e diretrizes (Silva, 2023), a inclusão da pessoa com deficiência tem sido promovida e expandida em espaços variados. No âmbito educacional, busca-se abranger os diferentes níveis de ensino, passando por inúmeras alterações curriculares a fim de atender os diferentes tipos de deficiência e permitir a aprendizagem e o desenvolvimento intelectual de todo e qualquer indivíduo, como parte do compromisso de garantia de seus direitos como cidadão. É cada vez mais evidente a responsabilidade de instituições educacionais e órgãos governamentais em superar os desafios de proporcionar uma educação inclusiva de qualidade e abrangente, mas também investir na permanência e ativamente facilitar a integração e o acesso desses indivíduos à educação, por meio do auxílio de recursos de qualidade e de profissionais habilitados. E todos como parte integrante da sociedade devem ter consciência e exercer o seu papel ativamente neste processo em prol do bem comum, destacando a importância dessa conscientização para além de decretos ou diretrizes na construção coletiva de um ambiente propício, utilizando de mobilizações, discussões e ações de apoio em toda a comunidade.

Com a formalização da língua de sinais, a orientação de que seja ofertada a Educação Bilíngue e o apoio do governo para criação

de cursos, as instituições passaram a inserir, nos dispositivos educacionais de formação, cursos profissionalizantes; de Licenciatura; Bacharelado; Pós-Graduação; entre outros; sendo criados mecanismos de qualificação específicos para a língua, e os surdos passaram a ter garantias de acesso à educação (Pinaud, 2015). A partir disso, o conhecimento acerca da língua se expandiu e ampliou os horizontes de interação entre seus usuários, colocando em evidência a necessidade das entidades em garantir a transversalidade do ensino regular pela participação, aprendizagem e continuidade, desde a educação infantil até os níveis mais elevados do ensino superior, e buscar profissionais capacitados – professores e intérpretes – para fazer a conexão com aqueles que a desconhecem. Esses profissionais passaram, então, a ser vistos como ponte entre a língua e os indivíduos.

Entretanto, apesar das perspectivas da educação inclusiva, na prática, ainda são encontradas defasagens na oferta de um ensino de qualidade para pessoas com deficiência. Apenas a garantia de matrícula e inserção dessas pessoas nos diferentes níveis de ensino não é o suficiente, visto que ainda faltam, no meio educacional, profissionais e materiais acessíveis preparados para amparar o volume de ingressantes e suas jornadas de formação, resultando em barreiras de aprendizagem e, por vezes, até no distanciamento de tais espaços. Em certas situações, os conceitos acabam por ser condensados pelos intérpretes para cumprir a demanda de tradução e interpretação em meio a poucos recursos disponíveis, como suporte e a falta do fornecimento de materiais por parte das instituições sobre os temas abordados durante o ensino, revelando uma sobrecarga de atribuições aos intérpretes como intermediário na comunicação entre o professor e os estudantes e lacunas do aprendizado, que podem se perpetuar em anos posteriores se não forem sanadas (Pinaud, 2015). Esse problema é amplificado na chegada dos indivíduos ao ensino superior, considerando assuntos mais complexos e aprofundados, que incluem termos técnico-científicos e que, em alguns temas, carecem de representações na língua de sinais.

À vista disso, a Ciência, para uma parte da comunidade surda, ainda se configura como abstrata e além da sua compreensão (Santana, 2016). O aprendizado de conceitos envolvidos nesse campo se torna demorado e dificultoso, sobretudo sem o auxílio de artifícios complementares. Esse cenário não deveria ocorrer diante de todas as leis e regulamentações, e mais ainda dado que a Ciência é um bem público e um direito da humanidade (Manifiesto, 2023). Tais fatos destacam a importância do uso de recursos complementares e, nos últimos anos, do aproveitamento de artefatos tecnológicos, para facilitar o aprendizado e ampliar as habilidades expostas no ensino superior. Esses recursos atuam para além da comunicação, pois, nesse caso, fornecem suporte acadêmico e científico (Santana, 2016) para o conhecimento de temáticas complexas, e auxiliam na instrução e educação dos que os utilizam, sendo considerados pelos próprios estudantes como potencializadores no processo de aprendizagem e favorecedores no envolvimento e participação em atividades no ensino superior (Ribeiro; Miranda; Galvão, 2019).

Para surdos e ouvintes, esse cenário já vem sendo incorporado tanto em sala de aula quanto a distância (Silva, 2023). Com o advento da tecnologia, e principalmente com os avanços tecnológicos a partir dos anos 2000, a troca de informações tornou-se cada vez menos restrita ao espaço físico, propagando o efeito de expansão em diversos cenários e possibilitando contextos variados de conexão e comunicação. Para a Libras, a tecnologia surge como um grande recurso facilitador da aprendizagem e disseminação, dada a transformação da exibição do conteúdo impresso para o formato de vídeo, que, atrelado ao desenvolvimento cognitivo dos indivíduos, proporcionou o incremento de pesquisas e a divulgação de glossários, dicionários e manuais (Dawes, 2021).

Recentemente, em virtude da pandemia de Covid-19, foram adotadas medidas emergenciais de adaptação dos conteúdos do ensino para um ambiente virtual de aprendizagem (AVA) que possibilitasse, no mundo inteiro, a continuidade das jornadas de aprendizagem necessárias. Tal movimento estreitou a relação da

educação com a tecnologia e trouxe indícios significativos de ampliação das possibilidades de ensino, como o uso concomitante de estratégias presenciais e virtuais (Silva, 2023), alimentando o interesse de cada vez mais áreas em encontrar formas de aproveitar e explorar tais recursos para fins didáticos e pedagógicos e ressaltando que o descaso com essa relação – contra a corrente da inovação tecnológica – restringe a dinamicidade e as oportunidades que a essa inovação pode propiciar para a educação.

Por outro lado, a limitação do indivíduo surdo para além da compreensão da segunda língua também se dá em virtude de o mundo da tecnologia prever, porém não aplicar, o acesso à informação para todos (Pinaud, 2015), uma vez que nem todos os materiais constituídos nos meios digitais apresentam os artefatos necessários para inclusão e são providos por funcionalidades que facilitem o acesso de diferentes grupos de usuários. E a sociedade ainda carece, seja por falta de fiscalização, desinformação ou desinteresse, reconhecer a necessidade de uma participação ativa na aplicação dos conceitos de acessibilidade nesses meios. Esse cenário prejudica que os caminhos propagados pela tecnologia alcancem – de forma plena – todos os indivíduos e, com isso, interfere na propagação de fontes confiáveis e no aprofundamento de conteúdos em diversos temas, às vezes bem relevantes para a sociedade como um todo, como aqueles relacionados à Saúde e à Biologia.

Isso posto, o objetivo do presente capítulo é disponibilizar um recurso linguístico que propicie a consulta rápida de sinais-termo e de outros materiais relacionados, em diversas áreas de conhecimento, e permita sanar dúvidas com relação à Libras, mas também enriquecer e colaborar com a formação de discentes, intérpretes de Libras, professores surdos e ouvintes que atuam na Educação de surdos e também o público que necessita ou se interessa pelo vocabulário. Dessa forma, espera-se contribuir com a comunidade surda no que se refere à garantia de seus direitos linguísticos, bem como à valorização e à difusão da Libras.

## Fundamentação teórica

No Brasil, o amparo à educação voltada para os surdos teve seus primeiros avanços datados de 1855, com a vinda de Ernest Huet, professor surdo francês. A partir de seus movimentos, fundou o Instituto Imperial de Surdos e Mudos, atualmente conhecido como Instituto Nacional de Educação de Surdos/INES. Foi precursor no ensino em todo o território nacional, recebendo alunos oriundos de todas as partes do Brasil e também do exterior (Santana, 2016). Decorridos anos de marginalização e preconceito, em 1994, é reafirmado, com a criação da Declaração de Salamanca, na Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, o compromisso de o governo brasileiro em adotar a proposta de inclusão na educação, através de políticas públicas voltadas para a instituição de um ambiente educacional propício, composto por docentes, materiais didáticos e demais componentes que garantem a inclusão (Pinaud, 2015).

Como principal proposta pedagógica, tem-se a Educação Bilíngue, caracterizada pela utilização de duas línguas para compor o desenvolvimento e aprendizado do surdo. No caso do Brasil, tem-se a Língua Brasileira de Sinais/Libras, como L1, e a Língua Portuguesa escrita, como L2 – conforme previsto no Decreto Lei de nº 5.626/2005 (Brasil, 2005), que regulamenta a Lei de Libras (Brasil, 2002) e passa reconhecê-la como primeira língua do sujeito surdo. No contexto de desenvolvimento da língua, a estruturação conhecida hoje foi construída pela composição de regras específicas em níveis linguísticos, fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos. Como elemento base, tem-se o sinal – similar à palavra na língua oral-auditiva e extremamente importante na função comunicativa. Esse aspecto gramatical é composto pela junção de cinco parâmetros principais: configuração de mãos, orientação das mãos, pontos de articulação, movimento e expressão facial e corporal. Em elementos mais complexos, como frases, não são usados conectivos como preposições e conjunções, nem artigos, por serem representados internamente na

representação do sinal, já modos e tempos verbais são produzidos nos movimentos das mãos. Conceitos utilizados em áreas especializadas do conhecimento e do saber são classificados como sinal-termo. Vale ressaltar que uma língua não possui um termo específico não faz dela menos língua e não há prejuízo linguístico, visto que o comprometimento se concentra nos processos educacionais e científicos (Dawes, 2021).

Tais parâmetros concretizam a língua com caráter visogestual, em que a comunicação é intermediada por determinado movimento gestual percebido pela visão, denotando uma maior facilidade em ser adquirida (Pinaud, 2015) e ampliando o conhecimento de mundo e do conteúdo escolar. Dada a oficialização da Libras em 2002, pesquisas se intensificaram para concepção de glossários, manuais e dicionários (Capovilla; Raphael, 2009; Honora; Frizanco, 2009; Iguma; Pereira, 2010, entre outros) da Língua Brasileira de Sinais, aumentando também a quantidade de pesquisadores ouvintes e surdos de diversas universidades (Mandelblatt; Favorito, 2018). Assim, as barreiras são gradualmente quebradas, enaltecendo o uso de múltiplos recursos – além da língua de sinais e da língua oral – como códigos, expressões faciais e corporais, alfabeto manual e qualquer outro recurso facilitador para o surdo (Pinaud, 2015) que reduza seus déficits e equipe-o para desempenho de seu papel (Calvet, 2007, p.62), bem como enriqueça e colabore com a formação de discentes (Grativol, 2019, p.70), intérpretes de Libras, professores surdos e ouvintes que atuam na Educação de surdos.

Frente a esses avanços, soma-se a evolução da tecnologia, que, ao contemplar a criação de vídeos, transformou a concepção de materiais em língua de sinais para algo mais atrativo e esclarecedor, permitindo assim que definições mais complexas, como as provenientes de conhecimentos científicos, fossem mais acessíveis, fortalecendo e incentivando o uso da língua (Malacarne; Oliveira, 2018, p.292) e alcançando uma maior demanda de sua promoção e valorização e o crescimento cognitivo do ser humano (Costa, 2012, p.17). Os novos recursos provenientes da tecnologia

impactaram positivamente, pois permitiram entender mais facilmente movimentos e expressões faciais e corporais quando o sinal é executado. Assim, o que anteriormente era apresentado de modo estático nas obras impressas, passou a incorporar registros em versões digitais, como CD/DVD, vídeos no *YouTube* e outros aplicativos, abarcando mais materiais disponíveis com tradução e interpretação na língua de sinais. Dentre as ferramentas desenvolvidas, destaca-se o *Spread The Sign*<sup>1</sup>, um dicionário online veiculado para várias línguas de sinais de diversos países, incluindo a Libras; o Manuário do INES<sup>2</sup> tendo como base apoiadora o próprio trabalho do Instituto Nacional de Surdos – historicamente importante para a língua de sinais no Brasil e a educação de surdos – e o glossário da UFSC<sup>3</sup>, uma das primeiras universidades a disponibilizar o curso de Letras-Libras.

É notório que artefatos culturais e visuais relacionados a recursos tecnológicos despertam maior interesse na população em geral do que outros mecanismos, por conter funcionalidades visuais, escaláveis e otimizáveis que criam um certo vínculo de uso com seus usuários. Para a educação, esse fato foi promissor para o desenvolvimento de atividades que criassem determinados estímulos nos estudantes, atuando como mediadores versáteis na elevação do interesse e da atenção. Assim, a tecnologia cada vez mais passa a assumir um papel de amplificação da aprendizagem – mas não substituta dos profissionais de educação – e necessita de artifícios pertinentes para sua adaptação à realidade de quem a utiliza. Índícios da incorporação de dispositivos tecnológicos no espaço educacional brasileiro datam a década de 60, iniciando como mecanismos facilitadores em projetos envolvendo cálculos, em seguida, como atribuições práticas em cursos de informática, e só posteriormente adentrando como recurso educacional complementar ao trabalho desenvolvido por professores

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://spreadthesign.com/pt.br/search/>. Acesso em 17 nov. 2024.

<sup>2</sup> Disponível pelo site antigo: <https://manuario.ines.gov.br/> e atualizado para: <https://debasi.ines.gov.br/tv-ines/manu%C3%A1rio>. Acesso em 17 nov. 2024.

<sup>3</sup> Disponível em: <https://glossario.libras.ufsc.br/>. Acesso em 17 nov. 2024.

(Santana, 2016) e, dessa forma, abrindo espaço para áreas de Tecnologia da Informação e Comunicação Digital (TDIC) e englobando recursos facilitadores para o ensino e a interação no ambiente escolar (Silva, 2023).

Com a crescente expansão do desenvolvimento e da utilização de recursos tecnológicos ao longo dos anos, foram concebidas heurísticas, normas e diretrizes (Nielsen, 1994; Henry, 2005) para regulamentação das estratégias de desenvolvimento, visando a garantir uma padronização de funcionalidades essenciais para determinados propósitos e a qualidade de tais recursos para uma melhor interação entre pessoas e ferramentas digitais. São fomentados artefatos e requisitos primordiais em todos os componentes de *software* disponibilizados digitalmente para a sociedade, como objetivo de que se garanta que todas as etapas de interação do público-alvo com as ferramentas sejam previamente descritas, documentadas, implementadas e testadas corretamente, assegurando, em sua finalização, que os usuários realizem as ações de forma simples, eficiente e eficaz – segundo o conceito de usabilidade – e tornando claro os resultados de cada interação.

Sendo assim, neste trabalho, é proposto um processo de caráter contínuo de coleta de informações de sinais validados de diversas áreas de conhecimentos para manutenção de um acervo digital atualizado e constantemente alimentado, favorecendo a divulgação de sinais de áreas específicas, principalmente no que tange ao cenário tecnológico, que carece de formas de acesso online com vistas ao ensino e à aprendizagem. Esse acervo atua juntamente às diretrizes<sup>4</sup> do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), na proposição de um material complementar ao ensino, de forma a flexibilizar e universalizar a construção do conhecimento, bem como a auxiliar na expansão do processo de aprendizagem para além do limite existente no ambiente físico acadêmico, como apoio integrado e instantâneo (Sebastián-Heredero, 2020).

---

<sup>4</sup> Disponível em: <https://udlguidelines.cast.org/> . Acesso em: 17 nov. 2024.

## Metodologia

Os fatores levantados até aqui evidenciam a necessidade de materiais relacionados à língua de sinais como suporte à atuação dos profissionais no ensino da língua, mas que servem de apoio para todos os participantes – tanto para quem ensina quanto para quem aprende, podendo impactar direta ou indiretamente nas suas permanências na universidade. Contribui inclusive como fator de evolução e aceitação para aqueles que se sentem inibidos em sociedade, ao fornecer autonomia e individualidade no processo de aprendizagem e comunicação. Tais avanços impulsionam também a busca por cada vez mais ferramentas que facilitem e auxiliem em suas vivências. Ela possibilita o suporte para professores, intérpretes de Libras e formação de surdos.

Este trabalho teve como enfoque inicial a adaptação de um *website* já existente, a Plataforma Libras Acadêmica (Gravitol, 2019), desenvolvido como produto de pesquisa de uma ex-aluna de mestrado durante o Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão – CMPDI pela UFF, em 2019. Em 2020, propôs-se uma parceria da responsável por esse produto com o projeto Libras, Linguística e Divulgação (LiLinDiv) – pesquisa e extensão UFF, sob coordenação de uma das autoras do presente artigo, para dar continuidade às atividades.

### *Sobre a plataforma*

Para a criação e manutenção da nova versão da plataforma<sup>5</sup>, é utilizado o sistema *Wordpress*, um sistema livre e aberto de gestão de conteúdo para internet, baseado na linguagem de programação PHP<sup>6</sup> (*Hypertext Preprocessor*) e gerenciamento de banco de dados

---

<sup>5</sup> Disponível em: <https://librasacademica.uff.br/> . Acesso em: 17 nov. 2024.

<sup>6</sup> Linguagem de programação voltada principalmente para desenvolvimento de sites e aplicações web com conteúdo dinâmico.

MySQL<sup>7</sup>. Em conjunto, foi adicionado o *plug-in* Divi, uma ferramenta que possibilita a criação de *websites* por meio de *templates* gerados com recursos simples de edição e personalização de *layout*. Ambas as tecnologias são fornecidas gratuitamente pela Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) da UFF, para fins de construção de ambientes *online* de projetos vinculados à universidade. Tal prática destaca o papel da universidade pública em oferecer ações de apoio para promover o suporte à inclusão e à acessibilidade de diferentes estudantes e profissionais, inclusive surdos, na sua comunidade acadêmica, em diversas atividades como aulas, palestras e eventos (Silva, 2023).

Durante o procedimento de adaptação do *website* para a nova plataforma, todo o processo foi acompanhado remotamente – em virtude da situação pandêmica no período de realização do desenvolvimento – pela criadora do produto original e experiente na área de tradução e interpretação de libras/língua portuguesa e pela coordenadora surda do projeto responsável pelo produto atual, não só pelo seu papel de coordenação, como também por ser parte da comunidade surda, enfatizando a importância do suporte e participação de um representante do público-alvo em todo o processo de desenvolvimento de um instrumento tecnológico de apoio como este. Esse processo foi baseado nos princípios do manifesto ágil (Beck, 2001), sendo efetuadas contribuições diretas de usuários-alvo para com os membros desenvolvedores, tanto nas novas etapas de desenvolvimento iniciadas, servindo de guia para uma implementação já direcionada para o objetivo final, quanto na finalização de etapas correntes, para validação dos procedimentos efetuados para se alcançar o resultado, seguindo as fases de aplicação das heurísticas propostas por Nielsen (1994).

Além disso, no fim da concepção da versão preliminar da plataforma adaptada, foi realizada uma sessão de testes com usuários convidados, surdos e ouvintes, que não tiveram contato

---

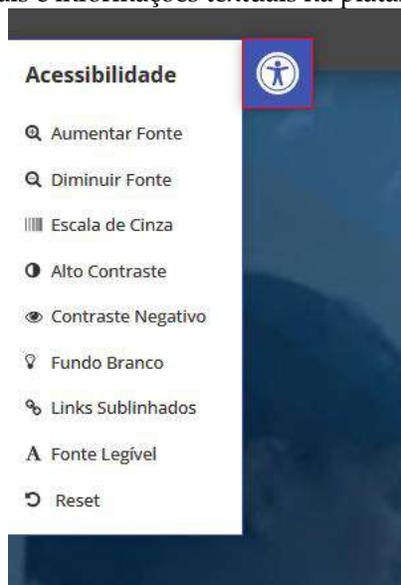
<sup>7</sup> Sistema de gerenciamento de banco de dados que permite manipular dados usando linguagem de consulta estruturada (SQL).

anterior com a plataforma, dispondo da oportunidade de primeiro acesso e navegação pelos conteúdos livremente, seguindo as diretrizes estabelecidas (Nielsen, 1994; Henry, 2005) e a fim de se registrarem possíveis incongruências ou dificuldades relacionadas ao uso, o que, em seguida, nortearam adaptações para a versão final da adaptação inicial da plataforma. Tendo em vista o propósito de interação contínua dos usuários com a plataforma, disponibilizamos um espaço para sugestões, críticas e dúvidas, as quais são encaminhadas diretamente para o *e-mail* da equipe responsável, que discute a melhor maneira de atuar sobre o que foi reportado, propiciando a melhora na qualidade do que é apresentado e garantindo uma maior confiabilidade dos usuários. Tal manutenção é voltada para a adaptação dos artifícios implementados e averiguação de novas funcionalidades que complementam o caráter inclusivo (Santarosa, 2010; Colacique, 2013), buscando facilitar o acesso pelo público em conformidade com o que é notificado pelos usuários e pelos resultados observados nas estatísticas de interação dos usuários com o conteúdo disponíveis no sistema de gestão do conteúdo.

Dentre as características que constituem a plataforma, tem-se um instrumento respaldado institucionalmente, gratuito, de acesso fácil e livre, buscando a diminuição da dificuldade de alcance de conteúdos da educação adaptados para o público surdo, como mencionado anteriormente, principalmente na área acadêmica. Nesse aspecto, a plataforma conta com um espaço para configurações dos atributos visuais e das informações textuais nela contidas (conforme demonstrado na figura 1 a seguir), a fim de atender às regulamentações estabelecidas para acessibilidade e proporcionar um modelo de elaboração de ambientes digitais acessíveis. Buscou-se embasamento em métodos (Nielsen, 1994; Henry, 2005) com diretivas que atendem aos princípios de inclusão no campo da tecnologia, sendo adaptados para os recursos disponibilizados no desenvolvimento e corroborando iniciativas definidas pela Lei nº 13.146, de 07 de julho de 2015, que institui a

Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Figura 1. Exibição da funcionalidade para configuração de atributos visuais e informações textuais na plataforma



Fonte: Captura de tela da plataforma elaborada pelos próprios autores.

### ***Sobre o conteúdo***

No objetivo de proporcionar à comunidade surda acesso aos sinais-termo relacionados à vida acadêmica universitária, incluindo as diversas áreas e disciplinas de graduação e pós-graduação, a plataforma utiliza como critério de catalogação e postagem sinais existentes e já validados em outras obras e adota uma metodologia considerando etapas tidas como necessárias para equipamentos de línguas, propostas por Calvet (2007, p.65). Dentre essas etapas, a presente metodologia cumpre três itens principais: (I) coleta de sinais validados de determinada área, em referências da literatura física e digital; (II) gravação de vídeo para cada sinal coletado e edição em adequação aos parâmetros de

enquadramento, de execução de sinais e fonológicos; e (III) publicação e categorização dos vídeos na plataforma.

É reforçado continuamente um processo rigoroso de atuação com cautela na busca das referências utilizadas como base e na produção e edição dos vídeos dos conteúdos encontrados e dos materiais relacionados, utilizando planilhas de acompanhamento e suporte dos representantes responsáveis por cada etapa. Os sinais-termo publicados são categorizados conforme as Áreas de Avaliação estabelecidas pela CAPES (2014), como Ciências Humanas e da Saúde, e temáticas importantes para o âmbito educacional e a sociedade em geral, como Meio Ambiente e COVID-19. Para cada categoria, são adicionadas páginas específicas contendo apenas seus conteúdos, facilitando a visualização e a busca de sinais-termo por temas de interesse.

Outro aspecto importante a ser frisado é que os sinais-termo incluídos no acervo são gravados por atores surdos membros da equipe, respeitando a sua cultura surda e seus direitos linguísticos, e reforçando a sua participação em todo espaço do processo e em todas as etapas, discutindo sinais, nas gravações, edições e postagem. Além dos sinais, também é feita a gravação em Libras dos conteúdos textuais apresentados na plataforma, respeitando as heurísticas de experiências propostas (Nielsen, 1994) – ao expressar as informações não apenas por uma via, no caso, a língua portuguesa (segundo canal de comunicação dos surdos por lei, e, portanto, segunda língua) – e reforçando que as instituições de ensino promovam esta adequação de conteúdo e de recursos utilizando como alternativa padrão a língua de sinais, levando em consideração a dificuldade e complexidade de compreensão dada a diferença na estrutura dessas duas línguas (Silva, 2023).

### ***Sobre a equipe e o trabalho***

Contamos com 30 membros (bolsistas e voluntários), sendo 1 orientadora/coordenadora surda, 19 pesquisadores de sinais, 4 atores surdos, 3 editores, 2 responsáveis pela manutenção da

plataforma, e 1 *webdesigner*, que conjuntamente compõem o processo desde a pesquisa e coleta de sinais, até a gravação dos vídeos, edição e inserção na plataforma. São fomentados artifícios que facilitem o abastecimento do acervo *online* contínuo e que amplificam temas por vezes menos difundidos dado o alcance de assuntos científicos, mantendo a plataforma atualizada com um maior vocabulário para consulta pública sobre temáticas importantes para sociedade, como a COVID-19. Atualmente, são observadas medidas efetivas de transferência de conhecimento para a sociedade, explicitamente através da plataforma e de produtos complementares, como minicursos, cartilhas, *ebooks*, publicações e participações em eventos. É monitorada continuamente a recepção dessas obras pelo público, seja pelo acompanhamento mensal das visitas ao acervo, ou pelo volume de participantes e interações nas demais dinâmicas realizadas, conjuntamente com a avaliação das mensagens recebidas através de redes sociais. Além disso, a realização das atividades em um meio digital, gratuito e de livre acesso permite uma disseminação extensa dos conteúdos, pois em qualquer lugar do mundo em que se tenha disponível um dispositivo conectado à internet é possibilitado o acesso a tais informações. Busca-se amenizar as lacunas de ausência do ambiente *online* e de artefatos que promovam acessibilidade, através das estratégias de divulgação em eventos presenciais, congressos, escolas e instituições, influenciando também no engrandecimento do alcance em diferentes meios de disseminação. A seguir são apresentados os principais resultados oriundos das práticas promovidas pela equipe.

## **Resultados**

O ano de 2023 foi muito produtivo para a acessibilidade e a divulgação acadêmica. Com crescimento constante, a Plataforma Libras Acadêmica UFF, uma das pioneiras com suporte institucionalizado voltado para Libras da Universidade Federal Fluminense, alcançou a marca de 1.215 sinais incluídos na plataforma, contemplando 6 grandes áreas: Biológicas,

Engenharias, Exatas e da Terra, Humanas, Saúde e Sociais Aplicadas; em 15 temáticas distintas, como Biologia Celular, Corpo Humano, COVID-19, Esportes, Geografia, Meio Ambiente, Neurociência, entre outras. Antes da aplicação do projeto, o *website* original contava com 86 sinais-termo categorizados em 4 grupos (Área de Humanas, Área Tecnológica, Universidade, Diversidade e Inclusão), demonstrando um crescimento de mais de 700% em publicação de sinais-termo no acervo entre a adesão do projeto em 2020 até 2023, além da ampliação das temáticas abrangidas e o processo de categorização e uniformização em conformidade com as Áreas de Avaliação estabelecidas pela CAPES (2014), propiciando o acesso a mais conteúdos e de demais áreas de interesse não disponíveis inicialmente.

A divulgação dos sinais e difusão da Libras para além da plataforma ocorre continuamente por diferentes materiais contendo os sinais-termo coletados ao longo das pesquisas, o que contribui para amplificar a divulgação de sinais e difusão da Libras, como: 9 módulos de minicursos divididos em temas de Biologia, Saúde, Geografia e Educação Física; materiais de consulta como a “Cartilha Digital Bilíngue Libras/Português para Atendimento em Saúde”, o *folder* “Glossário de Libras para veterinários” e o “Ebook Acessível Bilíngue Libras/Língua Portuguesa” (dividido em dois módulos: Biologia Geral e Embriologia); além produções acadêmicas como artigos científicos, trabalhos de conclusão de curso, dissertações, teses, assim como publicações em revistas, anais de eventos, congressos. No mesmo ano, a plataforma foi divulgada pela imprensa da UFF em seus portais como “*fortalecedora da inclusão da Libras no ambiente acadêmico*”. Em produção, constam mais dois materiais de divulgação além da pesquisa de sinais de Bioquímica, Medicina, Matemática, Computação, Gramática e Nutrição.

Como alguns de nossos trabalhos acadêmicos relacionados, tem-se: “*Plataforma Libras Acadêmica UFF: um glossário bilíngue (Libras/Português) para divulgação de sinais acadêmicos*”, apresentado no I Simpósio Internacional de Pensamento Computacional para

Inclusão e onde a plataforma foi introduzida como um artifício de apoio ao ensino; *“Divulgação em Libras na UFF – continuidade em tempos de pandemia”*, apresentado no I Congresso Nacional de Pesquisadores de Língua de Sinais e com foco na divulgação de sinais-termo na área de Biologia através de minicursos online; *“Medicina, Surdo e Libras – Análise do atendimento ao paciente surdo”*, com foco na pesquisa de sinais-termo essenciais para atendimento de urgência e emergência à população surda; *“Atividades circenses e crianças surdas”*, com foco na coleta de sinais-termo voltados para o ensino de práticas circenses para crianças surdas. Foi publicado o capítulo de livro *“Cartilha digital bilíngue Libras/Português para atendimento em saúde”*, que, em seguida, resultou em material de divulgação, para os profissionais da área de saúde, constituído de tal cartilha e registrado por meio da produção de um *“Diálogo básico para atendimento a surdos e acesso a informações essenciais no primeiro momento do atendimento em saúde”*, com alguns sinais relacionados à saúde. Além disso, são produzidos trabalhos de conclusão de curso, como *“Educação física: um glossário em Libras sobre esportes”* e *“Dos Gametas ao Nascimento – um Ebook Acessível Bilíngue: Libras/Português na área de Embriologia”*, e a tese de doutorado *“Validação de sinais em contexto institucional específico: sinais-termo para a Biologia”*.

### ***Conteúdo da plataforma***

A página principal da plataforma conta com três abas principais nas quais são fornecidas informações sobre: a) Sinais; b) Sobre nós; c) Projetos. Há também a possibilidade de se pesquisar diretamente pelo buscador representado pelo botão “Buscar por termos”. Ao posicionar o cursor sobre a aba Sinais, são listadas todas as áreas de conhecimento atuais em que o grupo LiLinDiv atua realizando pesquisas e, ao clicar em alguma área, é carregada a respectiva página mostrando os sinais hospedados catalogados na área selecionada, além da opção de mostrar todos os sinais, sem essa filtragem. Na aba “Sobre nós”, são encontrados itens que

descrevem de forma detalhada informações de contato, a missão do projeto e dos membros, instituições de apoio, referências, entre outros. Já na aba de “Projetos”, é possível encontrar itens que levam a páginas específicas que exibem todas as novidades, materiais e publicações inseridos na plataforma. O *website* original apresentava apenas páginas contendo os sinais-termo categorizados e uma página para o buscador, enquanto, com a adesão do projeto, a plataforma foi populada com as diversas produções e materiais auxiliares descritos anteriormente, agrupados por tipo. Além disso, foram incorporadas novas funcionalidades atreladas à diretrizes (Sebastián-Heredero, 2020) de flexibilização e universalização do conhecimento e a heurísticas e métodos (Nielsen, 1994; Henry, 2005) de incorporação de artefatos de acessibilidade em *websites*, destacando-se duas mais importantes: a filtragem por categoria e subcategorias embutida nos buscadores de sinais-termo, permitindo a rápida interação e visualização com conteúdos de interesse específico, e o regulador de atributos visuais e textuais (Figura 1), adequando as informações da plataforma às necessidades do usuário final.

Sobre os sinais publicados, temos dois cenários específicos no que diz respeito à nomenclatura dos sinais. O primeiro condiz com sinais distintos, mas referentes a um mesmo termo, ou seja, variação linguística. Nesse caso, cada termo associado ao vídeo recebe uma numeração em romanos. Por exemplo, para “Surfe”, temos 3 variações do mesmo termo hospedadas, sendo o primeiro vídeo associado ao sinal-termo publicado sem a numeração, e os seguintes recebendo numerações crescentes, ficando “Surfe II” e “Surfe III”, como mostra a figura abaixo.

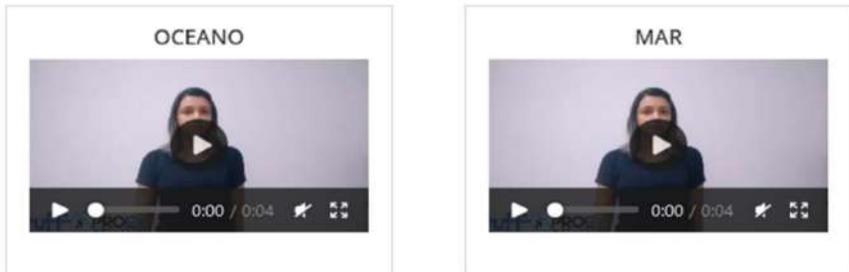
Figura 2. Representação de variação linguística para termo “Surfe”  
Resultados para “surf”



Fonte: Captura de tela da plataforma elaborada pelos próprios autores.

Já o segundo cenário diz respeito a um mesmo sinal para dois termos diferentes, em que o vídeo é publicado em duplicidade se relacionado com os diferentes sinais-termo, como mostra a figura abaixo.

Figura 3. Representação da duplicidade de vídeo do mesmo sinal para dois termos diferentes



Fonte: Captura de tela da plataforma elaborada pelos próprios autores.

### Próximos passos

Tem-se como proposta atual intensificar a produção e divulgação de materiais como sites, vídeos, e-book relacionados à plataforma e promover uma discussão em sociedade sobre a necessidade de produção de conteúdos adaptados, enfatizando a padronização e unificação dos meios em que são inseridos e em conformidade com a Lei de nº 13.146, que deixa claro, no Art. 63º:

É obrigatória a acessibilidade nos *sítios* da internet mantidos por empresas com sede ou representação comercial no País ou por órgãos de governo, para uso da pessoa com deficiência, garantindo-lhe acesso às informações disponíveis, conforme as melhores práticas e diretrizes de acessibilidade adotadas internacionalmente (Brasil, 2015).

Pretende-se expandir o potencial de uso através do aprimoramento da plataforma por meio de novos estudos e contatos com o suporte institucionalizado acerca de novas possibilidades de funcionalidades que complementam os artifícios de acessibilidade presentes na plataforma atualmente. Com relação ao processo de desenvolvimento, estão sendo documentados tutoriais das atividades realizadas na manutenção da plataforma, a serem traduzidos para Libras para possibilitar a participação de membros surdos também nas etapas que envolvem tarefas computacionais. Espera-se que a plataforma alcance um número de pessoas cada vez maior, estabelecendo conexões com diferentes públicos, em especial profissionais envolvidos na educação de surdos e integrantes da comunidade surda, na tradução e interpretação, e que todos tenham a oportunidade de usufruir desse recurso voltado para Libras e institucionalizado por uma universidade pública. Continuamente, discute-se sobre integrações em novos projetos, parcerias e publicações que intensifiquem a aquisição do conhecimento e disseminação dos sinais-termo em Libras, com pesquisas já em andamento nas áreas da Linguística, Química e Informática prontas para irem para a fase de gravação e, assim, alimentar ainda mais o conteúdo do acervo.

## **Conclusão**

Resumidamente, a ampliação do vocabulário na Língua Brasileira de Sinais (Libras) está em constante desenvolvimento, evidenciando a falta de um processo de convencionalizar os sinais em diferentes regiões. Isso se manifesta em desafios comunicativos,

como nas provas do ENEM em Libras, em que a ausência de um léxico terminológico formal resulta em variações nos sinais utilizados por estudantes surdos e intérpretes.

A falta de convencionalização em Libras para diversos conceitos acadêmicos leva à criação descentralizada de sinais em salas de aula, resultando em uma multiplicidade de termos para um mesmo conceito em todo o país. No entanto, essa ausência também apresenta desafios, como observado na disponibilização desorganizada de sinais em plataformas *online* sem fontes confiáveis, conforme ressaltado introdutoriamente pelo trabalho em questão.

A proposta de uma plataforma sólida, respaldada por uma universidade pública, surge como uma resposta fundamental a esses desafios, fornecendo um dicionário estruturado que atende ao meio acadêmico. Essa ferramenta não apenas promove a convencionalização da Libras, mas também possibilita o acesso prático e comparativo a informações linguísticas e culturais, tornando-se uma ferramenta poderosa para pesquisa e aprendizado.

A iniciativa não se limita a ser uma fonte de consulta, mas também contribui para a formação de estudantes, intérpretes e professores, fortalecendo a educação de surdos. Apesar dos progressos notáveis, especialmente com o suporte das novas tecnologias, o desafio persiste em áreas menos contempladas com sinais terminológicos em Libras, exigindo a formação de mais grupos de pesquisa, preferencialmente com pesquisadores surdos.

Em conclusão, a criação e expansão de um léxico terminológico em Libras são fundamentais para a consolidação da língua e o pleno acesso dos surdos à informação, representando um elemento crucial para a inclusão e a melhoria contínua da comunicação na comunidade surda brasileira, bem como para a permanência e participação dessa comunidade em todos os espaços da sociedade.

## Referências

- BECK, K. et al. Página pessoal. **Manifesto ágil** – Manifesto para Desenvolvimento Ágil de Software, 2001. Disponível em: <https://agilemanifesto.org/iso/ptbr/manifesto.html>. Acesso em: 9 fev. 2024.
- BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2002.
- BRASIL. **Lei nº 13.146, de 07 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2015.
- CALVET, L. J. **As Políticas Linguísticas**. Florianópolis e São Paulo: IPOL/Parábola, 2007. 168 p.
- CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. **Enciclopédia da Língua de Sinais Brasileira: o mundo do surdo em Libras**. vol.4. São Paulo: Edusp, 2009. 1056 p.
- COLACIQUE, R. **Acessibilidade para surdos, na cibercultura: os cotidianos nas redes e na educação superior online**. 2013. 164 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- COSTA, M. R. **Proposta de modelo de enciclopédia visual bilíngue juvenil: encicloLibras**. 2012. 151 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Universidade de Brasília, Brasília, DF.
- DAWES, T. P. **Validação de sinais em contexto institucional específico: sinais-termo para a Biologia**. 2021. 196 f. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem) – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- GLOBAL SUMMIT ON DIAMOND OPEN ACCESS. **Manifesto sobre la Ciencia como Bien Público Global: Acceso Abierto No Comercial**. Toluca, México, 2023. Disponível em: <https://globaldiamant.org/manifiesto/>. Acesso em: 9 fev. 2024.
- GRATIVOL, M. S. F. **O ambiente de Educação Superior e a Libras Acadêmica: produção de glossário acadêmico bilíngue (Português e Libras)**. 2019. 136 f. Dissertação (Mestrado em Diversidade e

Inclusão) – Instituto de Biologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

HONORA, M.; FRIZANCO, M. L. E. (org..). **Livro Ilustrado de Língua Brasileira de Sinais**. Desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009. 352 p.  
IGUMA, A.; PEREIRA, C. B. **Saúde em Libras** – vocabulário ilustrado: apoio para atendimento ao paciente surdo. São Paulo: Áurea Editora, 2010. 169 p.

MALACARNE, W.; OLIVEIRA, V. R. A contribuição dos sinalários para a divulgação científica em Libras. **Ensino em Re-Vista**, Uberlândia, v.25, n.2, p. 289-305, maio/ago. 2018.

MANDELBLATT, J.; FAVORITO, W. A expansão e o registro do léxico terminológico em Libras: a contribuição do Manuário Acadêmico do INES. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, n.49, p. 153-172, jan./jun. 2018.

NIELSEN, J. **Página pessoal**. Nielsen Norman Group. 10 Usability Heuristics for User Interface Design, 1994. Disponível em: <http://www.nngroup.com/articles/ten-usability-heuristics>. Acesso em: 9 fev. 2024.

PINAUD, D. C. **Intérprete Educacional: seu papel como mediador do conhecimento para o aprendizado do aluno surdo**. 2015. 53 f. Monografia (Licenciatura em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

RIBEIRO, S. S.; MIRANDA, T. G.; GALVÃO FILHO, T. A. O surdo e a aprendizagem mediada por recursos tecnológicos: uma realidade no Ensino Superior. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v.32, p. e107/ 1–19, nov. 2019.

SANTANA, A. C. S. **A Surdez e a Informática Educacional: Adaptação Linguística para o Ensino de Imunologia**. 2016. 81 f. Dissertação (Mestrado em Diversidade e Inclusão) – Instituto de Biologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

SANTAROSA, L. M. C.; CONFORTO, D. Formação de Professores: Construindo Cenários Inclusivos. **Revista Novas Tecnologias na Educação**, Porto Alegre, v.8, n.1, jul. 2010.

SEBASTIÁN-HEREDERO, E. Diretrizes para o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA). **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, v.26, n.4, p. 733-768, out./dez. 2020.

SILVA, E. M. O. **Educação da Pessoa Surda: Processos Pedagógicos e Estruturais de Inserção no Ensino Superior**. 2023. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação Superior de Inhumas, FacMais, Inhumas.

WORLD WIDE WEB CONSORTIUM. **Web Accessibility Initiative (WAI)**. Web Content Accessibility Guidelines (WCAG) 2.0. 2005. Disponível em: <https://www.w3.org/WAI/standards-guidelines/wcag/>. Acesso em: 9 fev. 2024.0



# **A criança surda e o isolamento linguístico: atravessamentos e reflexões sobre seus direitos a partir de uma cartografia visual**

Jonathas Oliveira Dias  
Janaina Cabello

## **Introdução**

Ao nos debruçarmos sobre o desenvolvimento cognitivo e linguístico da criança surda, a partir de como se dá o seu processo de aquisição de língua e de linguagem, é possível observar uma distinção clara em seu modo de habitar o mundo, pois se constitui a partir das relações sociais apoiadas em uma língua de modalidade gesto-visual, a língua de sinais, em oposição à criança ouvinte, a qual se constitui como sujeito apoiada em uma língua de modalidade oral-auditiva, as línguas orais (Araújo; Lacerda, 2008).

Entretanto, as crianças surdas, desde o início da vida, se deparam com grandes desafios, pois, em 95% dos casos, são filhas de pais ouvintes (Stelling et al., 2014), e, em geral, são submetidas a intervenções precoces, em que na maioria das vezes podem frustrar as expectativas da família, geradas devido a um discurso médico convincente e amplamente legitimado e aceito pela sociedade (Hashiguti, 2009). Isso se deve a um processo de luto simbólico pelo filho idealizado, logo, esperam a “cura” da surdez na reabilitação auditiva (Kelman et al., 2011), pois as famílias orientadas por uma perspectiva clínico-patológica, em que o corpo surdo é visto e entendido como um corpo defeituoso e que requer um conserto (Nascimento, 2002), encaminham seus filhos para inúmeras sessões de terapia de fala, como também, recebem a

indicação do uso de aparelhos auditivos e implante coclear (IC) (Santos; Coelho, 2013).

O contraponto que emerge nessa discussão, com vasta literatura sobre o tema, é a cultura surda e os desdobramentos que incidem sobre a aceitação e a inclusão dos sujeitos surdos nos mais diversos espaços. Na concepção de Lopes e Neto (2006, p. 87), a cultura surda pode ser entendida como,

um conjunto de práticas capazes de serem significadas por um grupo de pessoas que vivem e sentem a experiência visual, no caso dos surdos, de uma forma semelhante. Mais ainda, como uma possibilidade de os indivíduos surdos se inscreverem em um campo de lutas políticas, sociais, científicas etc. que coloque a surdez na existência surda e no plano do ser surdo (Lopes; Neto, 2006, p. 87).

É possível perceber nesse conceito que os autores apresentam a valorização do povo surdo ao destacar sua experiência visual como diferença em relação a outras culturas e povos, suprimindo, assim, concepções, ideias e vozes reducionistas sobre a potencialidade desses corpos. Cabello (2020), ao recuperar a produção intelectual de Strobel (2008), joga luz sobre a cultura surda e os artefatos culturais dessa comunidade, dentre eles, a literatura, a visualidade, o teatro, os esportes e, o mais importante, a língua. A língua de sinais é o principal marcador cultural, e é por meio dele que as pessoas surdas se constituem como sujeito (Lodi; Moura, 2006). Reconhecê-la, aceitá-la e difundi-la têm um impacto direto no desenvolvimento humano das crianças surdas, que, por sua vez, sob a proteção e o cuidado de suas respectivas famílias, enfrentam a dificuldade comunicacional intrafamiliar quando não adquirem a língua materna (Gesser, 2010).

Cappellini e Santos (2020) afirmam que as relações familiares podem se tornar conflituosas, devido ao luto simbólico, somado ao processo de aceitação do filho surdo, que dependerá de um esforço significativo da família em aprender uma segunda língua, já que “aprender uma língua exige muito esforço, uma

flexibilidade psíquica que inclui as dimensões cognitiva, corporal e subjetiva: é um deslocamento contínuo, um sair de si, um tornar-se outro.” (2020, p. 5).

Diante disso, ainda existe uma resistência dos pais e/ou responsáveis em aprender língua de sinais, o que configura um ambiente em que há privação linguística (Chaveiro; Rodríguez-Martín; Faria, 2020), uma vez que a criança não conseguirá adquirir a língua materna (língua portuguesa), cabendo à escola assumir o compromisso de ensinar língua de sinais a ela (Witkoski, 2009).

Nesse sentido, a educação bilíngue de surdos passa a ter um papel essencial na relação do sujeito surdo consigo mesmo e na relação dele com o mundo, ao promover o ensino da Libras como L1 e a língua portuguesa na modalidade escrita como L2 (Lacerda, 1998).

Amparada pela lei de nº 14.191 de 2021, a educação bilíngue de surdos defende, dentro de um currículo, a libras como língua de instrução, tendo a atuação do professor bilíngue em sala de aula, como também um instrutor surdo com o propósito de ser um modelo linguístico para a criança surda (Pinto; Santos, 2022). Após adquirir uma produção linguística com fluência, o aluno poderá estar incluído em salas comuns na educação inclusiva com a presença do intérprete de libras educacional, para mediar os conteúdos (Lodi, 2013).

Entretanto, com a chegada da pandemia causada pelo *novo coronavírus* (Covid-19), as crianças tiveram um prejuízo significativo no que diz respeito ao seu processo de aprendizagem, o isolamento social afetou de modo expressivo todo o trabalho da escola e dos professores, cabendo às famílias cumprirem um papel de suma importância no acesso, controle, suporte e supervisão de atividades escolares, visto que a precariedade do ensino remoto se valeu de ausência de políticas públicas que viabilizassem tanto o acesso, como, por exemplo, a compra e a disponibilização de computadores e tablets, quanto ao acesso à internet, para alunos com insegurança financeira matriculados na rede pública de ensino. De acordo com dados do IBGE, aproximadamente 3,6 milhões de estudantes enfrentaram a falta de acesso à internet e a

infraestrutura digital inadequada para estudarem (Cunha; Silva; Silva, 2020).

Diante do exposto, várias inquietações surgiram em relação a essa situação, mas, em especial, às crianças surdas, pois para elas o isolamento social se mostrou ainda mais desafiador, em razão do distanciamento de seus pares linguísticos, tão fundamentais para aquisição de língua, como também a má qualidade no trabalho de professores, instrutores surdos e intérpretes de libras, em virtude da modalidade da língua de instrução, a modalidade gesto-visual inerente à língua de sinais tem seus comprometimentos no que se refere à expressão e à recepção dessa língua, quando circula em plataformas como *Google Meet* e *Zoom*, por conta de problemas técnicos: falha na transmissão da imagem do interlocutor, redução da velocidade, entre outros contratempos existentes nesse formato (Araújo; Carvalho; Sousa, 2021).

Posto isso, há que se questionar como manter vivas as relações da criança surda com sua língua, sua cultura, em meio a um cenário tortuoso de privação linguística e isolamento linguístico que ergue dentro de sua casa por conta da pandemia de Covid-19: como pensar o corpo infantil surdo que carece de políticas linguísticas para sua comunidade? As políticas educacionais são suficientes para que esses sujeitos desenvolvam satisfatoriamente a aprendizagem, mesmo em eventualidades como essa? As respostas para esses questionamentos ainda se reservam no direito à reflexão, ao diálogo, ao ativismo, junto às instâncias fundamentais de poder. Entretanto, de quais maneiras podemos trabalhar com as crianças surdas no sentido de valorizar suas produções culturais, uma vez que o olhar direcionado a elas, em geral, não as vê potentes como produtoras de culturas? (Brougère, 1998).

Por esse motivo, o objetivo deste trabalho é evidenciar os sentimentos infantis surdos no contexto da pandemia de Covid-19, dadas as circunstâncias desafiadoras que habitam seu lugar de enunciação no mundo perante uma sociedade adultocêntrica e ouvinte.

## Metodologia

O modelo cartográfico mais do que uma metodologia científica é também, dentro do lugar da reinvenção, uma prática, na qual comparando com as características de estruturação e delineamento, é possível identificar uma correspondência, uma semelhança ao método com um mapa, que é uma representação de um todo já definido, cartografado.

Pode-se, através das coordenadas cartesianas, localizar pontos no mapa e uni-los numa direção. Há a impressão que se pode caminhar entre dois pontos escolhidos por meio de uma linha reta. No entanto, o mapa é uma abstração geométrica que oculta inúmeras variáveis que é preciso enfrentar, como o relevo, clima, os riscos, desvios, desafios, entre outros. Mas, diferente do trabalho cartográfico voltado para o desenho de mapas e topografias geográficas, o método cartográfico busca desenhar um território configurado pelos personagens que passam a criar coletivamente e cotidianamente esse mapa. Na cartografia, seguimos as marcas dos encontros que formam um relevo de várias origens, sintonias e estilos, misturando-se para compor uma paisagem em metamorfose constante (Ramos; Pedrini; Rodrigues, 2019, p. 146).

A cartografia possibilita se pensar para além das delimitações, das bordas, logo, o pesquisador, enquanto sujeito ativo que se coloca como pesquisa juntamente com seu objeto, captura o *entre*, percorre pelos territórios, ou seja, ao passo de como se dá o processo da pesquisa, o pesquisador passa a compô-la juntamente com o seu objeto, através dos pontos de encontro que aproximam ambos. A pesquisa ocorre no que se vivencia, no que se experimenta, entre o pesquisador e o território de pesquisa (Richter; Oliveira, 2017).

Todavia, trabalhar com o imprevisto, com aquilo que vem do assombro, nos deixava um pouco aflitos, porém com o olhar atento. Vivenciamos o mesmo sentimento, nesta pesquisa,

semelhantemente aos desdobramentos da experiência de Cabello (2021, p. 41), sendo assim, para

encontrar esse outro olhar, exigiu certa paciência e resignação de minha parte: era preciso aguardar os encontros, esperá-los atentamente, mas sem saber exatamente quais caras teriam, quem eram, ou o quê eram. Era preciso compreender esse modo de pesquisa em que se escreve através da sensação, da possibilidade de produção de novos possíveis; me acostumar ao outro tempo da pesquisa cartográfica, esse modo ao qual me aventurei e me propus a mergulhar, depois de tantas braçadas dadas em jeitos de pesquisar em que era preciso me distanciar do objeto que pesquisava, para que assim o método fosse considerado “científico” (Cabello, 2021, p. 41).

Pensando em uma escrita que abranja a subjetividade intrínseca em nossos corpos, decidimos também pela escrita cartográfica, em razão desse processo de composição da pesquisa comportar melhor a subjetividade de quem se envolve no trabalho (Cunha, 2019). A prática da cartografia é o encontro, da ordem do inusitado, é apresentada como movimento. A escrita cartográfica, nesse caso, permite percorrer com o olhar sobre os territórios da diferença, da experiência, do vivido, para além da possibilidade de poder entrar em relação com tudo (Zourabichvili, 2005). Segundo Deleuze e Guattari (1995, p. 13): “Escrever não tem nada a ver com significar, mas com agrimensar, cartografar, mesmo que sejam regiões por vir”.

Dentro da perspectiva cartográfica, não se busca um resultado, uma conclusão de fatos, mas, sim, refletir sobre o processo, seus desvios, seus erros (Richter; Oliveira, 2017). Segundo Cunha (2019, p. 953),

a metodologia cartográfica implica um plano de conexões em que pensamento e vida, indivíduo e grupo formam linhas paralelas e transversais; nas quais pensar produz significações que têm a ver com demarcar um território, ético, político, estético, filosófico, pedagógico, étnico, cultural. Pensar em Gilles Deleuze e Felix

Guattari conduz o corpo a seus territórios de existir. Logo, dar forma ao pensamento por meio do estudo, da escrita ou da criação na obra de arte implica em se implicar no que está propondo, sugere expressar devires.

Os devires tensionados nesta cartografia (ou seja, o que escapa às formatações prontas, compreensões de imagens e produções infantis já postas para serem “capturadas”) podem trazer ressignificações a respeito das formas e usos de se trabalhar as imagens com as crianças – e, aqui, com as crianças surdas.

Para se abrir caminhos que refletissem a subjetividade infantil surda, foi adotado como recurso metodológico a fotografia. Segundo Sontag (2004), ao nos ensinar um novo código visual, as fotografias entram no campo da potencialidade, pois modificam e ampliam nossas ideias, nossas concepções, sobre o que vale a pena olhar e sobre o que temos o direito de observar. Em outras palavras, elas constituem uma gramática e, mais significativo ainda, uma ética do *ver*, em que “o resultado mais extraordinário da atividade fotográfica é nos dar a sensação de que podemos reter o mundo inteiro em nossa cabeça – como uma antologia de imagens” (Sontag, 2004, p. 9). Nesta pesquisa, as fotografias se tornam possibilidades de a criança surda narrar-se sobre questões sensíveis referentes ao isolamento em casa, ao distanciamento social, às novas realidades que surgiram e a afetaram, durante o período atípico provocado pela pandemia pelo *novo coronavírus*. Segundo Cezarino (2016, p. 65),

a fotografia pode ser uma prática de enunciação adotada pelo surdo porque ela é uma linguagem, um modo diferente de escrever (pela luz), de falar, de comunicar, de produzir discursos e conhecimentos. Ela possibilita um encontro com imagens que instigam a produção de sentidos, ideias, posicionamentos e de histórias, sem as amarras da lógica da racionalidade técnico-científica (Cezarino, 2016, p. 65).

Os dilemas do novo cotidiano vivenciado pela criança precisam da atenção, do olhar, do outro. Há muito do que se contar

(retratar) sobre os reflexos desses dois últimos anos terríveis, os quais podem ser expressos pela imagem. Para Sontag (2003, p. 49), “as imagens têm sido criticadas por representarem um modo de ver o sofrimento à distância, como se existisse algum outro modo de ver. Porém, ver de perto — sem a mediação de uma imagem — ainda é apenas ver”. A fotografia, de fato, é a experiência capturada e, fotografar, é apropriar-se da coisa fotografada, ou seja, expressa o exercício de pôr a si mesmo em determinada relação com o mundo, semelhante ao conhecimento — e, portanto, ao poder (Sontag, 2004). Sendo assim, a partir de ensaios fotográficos idealizados e elaborados pela própria criança, poderemos acompanhar, sob seu olhar, os retratos sensíveis sobre temas que a tocam, dando-lhe autonomia para escolher e decidir o que deseja nos apresentar. O sujeito-objeto acaba se tornando também o sujeito-ativo do trabalho.

Os registros fotográficos não denotam serem manifestações a respeito do mundo, mas, sim, recortes dele, miniaturas da realidade que qualquer um pode fazer ou adquirir (Sontag, 2004). Portanto, nos parece que a apropriação da fotografia pela criança por meio de possíveis registros fotográficos, distante do olhar pedagógico das figuras de autoridade já tão conhecidas por elas, possa mostrar a nós novas possibilidades de se desenvolverem competências de aprendizagem. Para tanto, é essencial definir, ressignificar o que se entende por *olhar* e estar atento, pois estar atento é abrir-se para o mundo (Masschelein, 2008). O que pode a imagem, a fotografia? A imagem prova ocorrências, acontecimentos, faz denúncias, ensina, conta histórias (Sontag, 2020).

Atenção é precisamente estar presente no presente, estar ali de tal forma que o presente seja capaz de se apresentar a mim (que ele se torne visível, que possa vir a mim e eu passe a ver) e que eu seja exposto a ele de tal forma que eu possa ser transformado ou “atravessado” ou contaminado, que meu olhar seja libertado (pelo “comando” daquele presente). Pois tal atenção torna a experiência possível (Masschelein, 2008, p. 42).

A respeito das especificidades da metodologia, respectivamente à caracterização do participante, podemos encontrar neste trabalho a travessia de uma criança surda, um menino, que chamaremos aqui de Bernardo, de 13 anos, que reside em um município do interior do estado de São Paulo. O convite para participar do trabalho surgiu a partir de uma relação prévia já estabelecida entre nós.

Após aprovação da pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade<sup>1</sup> Federal de São Carlos (UFSCar), iniciamos o contato com a família e a criança por meio de vídeo chamada. Apresentamos a proposta do trabalho e a necessidade de que nos encontrássemos algumas vezes para dialogar a respeito das produções fotográficas e das narrativas visuais realizadas livremente pela criança. Inicialmente, estavam previstos até 6 (seis) encontros virtuais, com duração de até 1 (uma) hora, pela plataforma *Meet*, do *Google*, em libras, garantindo, assim, seu direito linguístico e de acessibilidade. Entretanto, durante o início da pesquisa, sentimos que 4 (quatro) encontros foram suficientes para realizar o acompanhamento do processo criativo de Bernardo. Orientamos que os registros fossem realizados pelas câmeras de aparelhos de celular do tipo *smartphones* dos próprios responsáveis, sob a justificativa da praticidade, do fácil acesso, além de ser um tipo de bem que grande parte da população possui e que é possível transportar em todos os espaços que circulam.

## **Resultados e discussões**

A seguir serão apresentados os três ensaios fotográficos produzidos por Bernardo que nos ajudam a entender como as produções culturais das crianças podem evidenciar seus

---

<sup>1</sup> A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), sob número do CAAE 57474222.2.0000.5504.

respectivos processos de elaboração de pensamento, ao chamar a atenção para a construção da subjetividade que está intrínseca em todo trabalho intelectual e artístico.

Figura 1. *Photoshoot* de brincadeira na janela entre Bernardo e sua irmã



Fonte: Acervo da pesquisa.

Esse pequeno *photoshoot* foi capturado logo após o primeiro encontro que tivemos. Nesses registros, vemos um momento íntimo de uma brincadeira entre irmãos em casa. Bernardo dispara

vários cliques espontâneos ao mirar a câmera do celular em sua irmã, que, por sua vez, se apropria do vidro da janela para criar novas expressões no rosto para as fotos. Por um triz, essas imagens não iriam compor este trabalho. Elas só chegaram até nós por insistência (e curiosidade). Até então, nos foram apresentadas diversas fotos que haviam sido montadas, ensaiadas, pensadas previamente.

No momento em que estávamos descarregando as fotos na pasta de trabalho que compartilhamos entre nós, percebemos a diferença na quantidade de produções que Bernardo havia nos dito anteriormente. Faltavam algumas. Perguntamos à mãe: “Onde estão as outras?”, que prontamente me respondeu: “Tem essas aqui, mas são de umas bobeiras que eles estavam fazendo lá fora ontem”. Ao ver as fotos, imediatamente, pedimos que pudessem fazer parte do trabalho.

Quais seriam, então, as imagens que poderíamos considerar neste ensaio? Em nossa perspectiva adultocentrada, levando em consideração muitas vezes um repertório imagético pouco ampliado, desvalorizamos e queremos moldar as criações infantis ao nosso modo, a partir do que entendemos ser o “interessante”, o “belo”, o “adequado”, como também “há momentos em que parece termos perdido a conexão com o sensível cotidiano, mas é importante que a reatemos e que a apresentemos para as crianças.” (Barbieri, 2022, p. 18-19).

Segundo a autora, essas criações seguem a ordem do “impensado” que é próprio da criança, sendo assim, devemos exercitar um olhar sensível para essas produções, deixando de lado o nosso hábito de conduzir os pequenos, para partilhar da riqueza dessas situações cotidianas infantis,

quando vejo crianças concentradas fazendo arte, penso que tudo passa rapidamente, o tempo voa, e não podemos perder a chance de viver momentos de cumplicidade com elas. Quando as crianças estão muito concentradas em alguma ação, tenho a impressão de que trazem a eternidade consigo. Entregam-se por inteiro, pois é a coisa

mais importante que elas têm a fazer naquele instante. Aproveitam tudo – absolutamente tudo – vivendo a eternidade única daquele momento (Barbieri, 2022, p. 20-21).

É importante deslocar-se deste lugar tomado pelos planejamentos de execução que guiam nossa vida adulta, para observar caminhos outros que a criança considera em seus processos de criação, não de acordo com as diretrizes do “passo-a-passo” do conhecimento e da experiência adultocentrada, mas, sim, segundo a potência criativa da infância, povoada de invenção. Para tanto, Kramer (1999) postula que

o adultocentrismo marca as produções teóricas e as instituições. Reconhecer na infância sua especificidade - sua capacidade de imaginar, fantasiar e criar - exige que muitas medidas sejam tomadas. Entender que as crianças têm um olhar crítico que vira pelo avesso a ordem das coisas, que subverte o sentido da história, requer que se conheça as crianças, o que fazem, de que brincam, como inventam, de que falam (Kramer, 1999, p. 3).

Sendo assim, proporcionar um espaço onde a exploração da potência da imaginação e da criatividade ilimitadas da criança possam ser elevadas favorece o seu desenvolvimento e apropriação de múltiplas linguagens, ampliando suas formas de expressão (Barbieri, 2022).

Ao nos aprofundarmos nas conversas com Bernardo, percebemos, na produção linguística da criança, poucos equívocos e dificuldades na expressão e compreensão, que se devem não necessariamente pela competência ou pelo trabalho da escola, mas, sim, de um enriquecimento do contato com a língua de sinais em diferentes situações, o que favorece sua cognição social (Mendonça; Lima, 2014).

Contudo, mesmo a criança apresentando um bom nível linguístico, ao analisarmos a produção linguística da mãe, entendemos que o diálogo na relação com seu filho se restringe a falas sobre as necessidades de Bernardo: o que quer comer, o que

deve vestir, que horas vai à escola e outros similares. Isso, portanto, empobrece a interação social, o que pode dificultar o desenvolvimento na língua de sinais nesse período pandêmico.

Figura 2. cachorros cuidados por Bernardo



Fonte: Acervo da pesquisa

Nessa outra seleção de imagens, escolhemos fazer a composição com três fotos que evidenciam a relação de Bernardo com os animais. Durante a pandemia, ele e sua família passaram por grandes mudanças. Já havíamos conversado anteriormente, no primeiro encontro, sobre as grandes implicações do isolamento social em nossas vidas, e contamos a ele sobre as nossas maiores dificuldades, como, por exemplo, a solidão, a saudade dos amigos, da faculdade, não poder abraçar, não poder sair de casa, entre outras. Bernardo apenas assentiu.

Por causa do tempo, não pudemos nos aprofundar nessas questões e seguimos para o encerramento naquele dia. Entretanto, confessamos que esperávamos, pelo menos, uma breve resposta sobre sua própria experiência nos últimos dois anos. No terceiro encontro, quando lhe perguntamos mais uma vez sobre como passou pelo isolamento social, longe dos amigos, vivendo em uma nova casa e entre outras mudanças, ele nos disse que o mais difícil

foi permanecer dentro de casa, mas que nunca se sentiu sozinho, pois tinha a sua família.

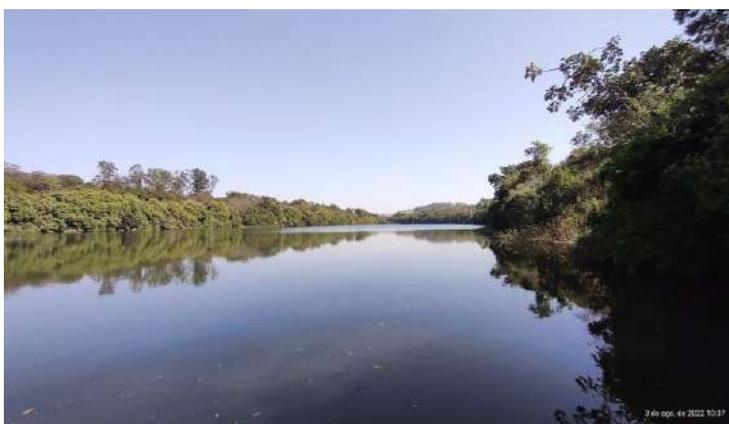
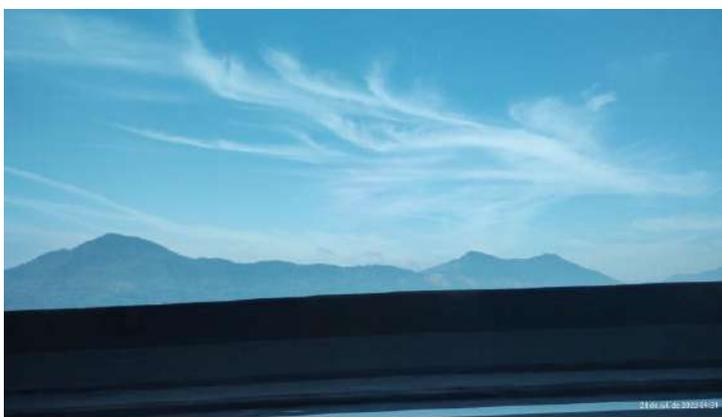
Logo após, nos apresentou as fotos da figura 2, e perguntamos se ele gostava de animais. A mãe sorriu, se antecipou e respondeu por ele: “Nossa, ele e a irmã adoram! São apaixonados por cachorro. Eles sempre queriam pegar os cachorros dos vizinhos para dar banho. No feriado, o vizinho, que também é amigo nosso, estava em casa. e as crianças aproveitaram para pedir a ele se podiam dar banho e ficar um pouco com o cachorro”.

Bernardo concordou sorrindo. enquanto a mãe narrava. Ele já possui uma cachorrinha e também uma tartaruga, mas aproveitou a minha pergunta para pedir mais um cachorro para a mãe, que, por sua vez, negou imediatamente o pedido. Então, disse a ele: “Por isso que você não se sente sozinho, não é? Se ocupa dando banho nos cachorros. Por que você quer mais um?”. Recebi uma resposta simples e direta – em dois sinais muito claros – “Para amar e cuidar”.

A partir desse encontro, conseguimos perceber com mais nitidez a delicadeza do cotidiano, da relação da criança com a sua família, com os animais de estimação, mesmo diante de um período pandêmico, como também, a potência dessas narrativas imagéticas para nos apresentar os próprios entendimentos e elaborações da criança sobre suas vivências. Os sentimentos aparecem de maneiras simples, sensíveis e estão presentes nas brincadeiras, no cuidar do outro – seja animal humano ou não humano – em conexões que não se gastam no viver do cotidiano infantil, como ilustram Silva e Jesus (2015, p. 3),

o cotidiano não é um ser, uma coisa, um elemento, muito menos uma força estática. O cotidiano pode ser pensado como um conjunto de forças, lugares, naturezas... estes regidos por um tempo e espaço. A cada luz, sombra, vento e silêncio o cotidiano se re-faz, dêsfaz, inventa e re-in-venta; portanto, não há como documentar, o importante mesmo é sentir (Silva; Jesus, p. 3).

Figura 3. Ponte, mar e rio sob a perspectiva de Bernardo



Fonte: Acervo da pesquisa.

Bernardo nunca tinha ido ao mar. Uma semana antes de ser infectado pelo vírus da Covid-19, ele viajou com a sua família para a praia, nas férias de julho de 2022. Descendo a serra de carro, ele tirou uma foto através do teto solar, mas depois mal sabia nomear o que sentia, deslumbrado. Ele nos contou, animado, sobre a viagem que havia feito, tirou várias fotos durante o caminho e foi nos mostrando o que tinha mais gostado. Na ida, de frente para um rio, ao passar por uma ponte, e na volta, encontrar o mesmo rio, mas capturá-lo de uma perspectiva diferente.

A primeira coisa que lhe perguntamos foi sobre as fotos na areia, na praia, no mar. Ele nos respondeu que não havia tirado, mas que seus pais tinham feito vários registros. Falei que nós até poderíamos ver, mas elas não fariam parte do trabalho porque as capturas deveriam ser feitas por ele. Questionamos, então, o motivo por ele não ter feito registros na praia. A resposta foi bem direta: “Não lembrei, estava brincando”.

Ao refletir sobre a resposta de Bernardo, chegamos à concepção da experiência como exercício anterior à criação artística – independentemente da linguagem – permitir-se vivenciar, para se produzir depois a partir daquilo que eu percebo e o que eu sinto, como preconiza Larrosa (2011, p. 160),

a experiência, a possibilidade de que algo nos passe ou nos aconteça ou nos toque, requer um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm: parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço (Larrosa, 2011, p. 160).

## Considerações finais

Ao analisar o percurso da pesquisa e retomar a discussão iniciada na introdução deste trabalho, ao voltarmos os olhos para a sociedade adultocêntrica e ouvintista, que tenta empurrar cada vez mais "soluções" para os surdos: aparelhos auditivos, implante coclear, luvas especiais que podem fazer um alguém que não sabe língua de sinais poder sinalizar, entre outros (Witkoski; Faria, 2010). Seus direitos, e, especificamente, os direitos infantis surdos não são pensados e discutidos, o que escancara uma lógica de invisibilização linguística da própria língua que constitui os sujeitos surdos no Brasil.

Nesse sentido, quando vencemos a barreira do luto familiar e da pressão médica pela reabilitação auditiva, não temos uma política pública de educação linguística no Brasil que direcione as famílias em momento pós diagnóstico para o aprendizado de Libras para as crianças surdas – dentro da modalidade bilíngue de ensino – e incentive as famílias a aprenderem em conjunto. A oficialização da Libras em 2002, foi um marco histórico que proporcionou a circulação da língua, promovendo aulas obrigatórias nos cursos de licenciatura, nos cursos de fonoaudiologia, como também, anos mais tarde, por meio do decreto nº 5626/2005, garantiu o direito linguístico dos surdos mediante a tradução audiovisual em campanhas políticas na TV, além da presença e do exercício de intérpretes de Libras no contexto educacional. Todavia, a quem interessa que se ensine a língua de sinais para a criança surda? As concepções de língua e linguagem gerativistas e inatistas que permeiam metodologias e currículos carregam um pensamento de que a língua é natural e a criança irá aprender "naturalmente", nas escolas de surdos e polos bilíngues, somente com o contato com os adultos sinalizantes, sem que lhe ensinem dentro de uma disciplina obrigatória, o que gera impacto diretamente na dificuldade desse surdo ascender ao ensino superior no futuro (Cardoso, 2022).

Frente a isso, com o advento da pandemia, essas crianças tiveram que enfrentar um isolamento social, sobretudo, linguístico. Longe de seus pares linguísticos, longe da escola, que acaba se tornando o principal lugar de conforto, de encontro com a língua e sua relação com o mundo. Como passar por tudo isso e continuar vivendo sem ser tragado? Embora a surdez, na perspectiva deste trabalho, seja encarada como diferença linguística, e não uma deficiência (Pagni; Martins, 2019), ao pensarmos nos enfrentamentos que um corpo surdo ainda precisa driblar com o déficit auditivo, constatamos que torna-se um dos mais desafiadores, porque afeta diretamente na constituição de sujeito, na formação de conceitos, na elaboração de pensamento, por conta da ausência de acesso à uma língua (Araújo, 2005), que é o que nos torna humanos (Lacerda, 1998). Ou seja, as crianças estão em um lugar de subalternidade, mas as crianças surdas ainda mais, pois possuem esse acréscimo de vulnerabilidade que ainda estamos distantes de superar (Witchs; Lopes, 2020).

Sendo assim, o trabalho com as imagens sob o olhar de uma criança surda foi, de fato, um movimento inicial para tentar se aproximar de um imaginário infantil surdo: o que pensam? Com o que se preocupam? Como acessá-las? A cartografia auxilia a entrar nesse território e nos fazer conhecedores da potencialidade do corpo surdo, mesmo diante de um cenário de morte (física e simbólica) (Souza, 2021). É percorrendo o território surdo que identificamos a urgência em trazer à tona as discussões sobre os direitos das crianças e reivindicá-los. Pensar no devir-criança-surda ajuda a encontrar o que se tem de mais sensível e rico no corpo surdo, ter os marcadores temporais (as fotos) das brincadeiras, olhar para essas imagens e refletir como brincam, como ocupam seu tempo e como é o cotidiano familiar, isso tudo nos convoca a acreditar que o tema surdez na infância é uma discussão e um exercício possíveis, porque revelam vicissitudes que "congelaram" nessas fotografias nesse período pandêmico. Também por meio da mediação, em cada encontro com a criança, é possível estabelecer a urgência de uma educação linguística real, efetiva, que enriqueça,

que nutra, as relações dentro e fora da escola, para que na eventualidade de cenários parecidos como o que vivemos, as crianças possam ter seus direitos linguísticos assegurados.

## Referências

- ARAÚJO, C. C. M; LACERDA, C. B. F. Esferas de atividade simbólica e a construção de conhecimento pela criança surda. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 14, p. 427-446, 2008.
- ARAÚJO, M. A. N. A estruturação da linguagem e a formação de conceitos na qualificação de surdos para o trabalho. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 25, p. 240-251, 2005.
- ARAÚJO, M. S. O; CARVALHO, M. M; SOUSA, R. S. N. Representações discursivas surdas no contexto do distanciamento social da pandemia da Covid-19. **Revista (Con)Textos Linguísticos**, v. 15, n. 32, p. 88-108, 2021.
- BARBIERI, S. **Interações: onde está a arte na infância?** 1. ed. São Paulo: Editora Blucher, 2022. 162 p.
- BROUGÈRE, G. A criança e a cultura lúdica. **Revista da Faculdade de Educação**, v. 24, p. 103-116, 1998.
- CABELLO, J. A Experiência da Surdez Narrada a Partir de Múltiplas Sensorialidades: Pensamentos a Partir de Relatos Autobiográficos. **Revista InCantare**, v. 13, n. 2, 2020.
- CABELLO, J. **Cartografia das (re)territorializações no movimento social surdo no Brasil atual: (Des)caminhos para as pedagogias surdas como devir.** 2021. 249 f. Tese (Doutorado em Educação. Área de Concentração: Linguagem e Arte) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- CARDOSO, A. P. T. **A aquisição da linguagem em surdos: uma análise de teses e dissertações defendidas no Brasil.** 2022. 98 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Florianópolis.

CEZARINO, A. Y. **Fotografia como prática de significação: Experiências vivenciadas na educação em ciências naturais para surdos, no contexto do Projeto Novos Talentos/UFMT/CAPES.** 2016. Versão para o exame de qualificação de Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

CHAVEIRO, N.; RODRÍGUEZ-MARTÍN, D.; FARIA, J. G. Educação bilíngue para surdos em Barcelona - Espanha. **The ESpecialist**, [S. l.], v. 41, n. 1, 2020. DOI: 10.23925/2318-7115.2020v41i1a10. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/esp/article/view/42418>. Acesso em: 15 nov. 2024.

CUNHA, C. M. Princípios Da Cartografia E O Pensamento Da Diferença Em Deleuze—O Que Quer A Pesquisa Cartográfica? **Atos de Pesquisa em Educação**, v. 14, n. 3, p. 934-959, 2019.

CUNHA, L. F. F.; SILVA, A. S.; SILVA, A. P. O ensino remoto no Brasil em tempos de pandemia: diálogos acerca da qualidade e do direito e acesso à educação. **Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal, Brasília**, v. 7, n. 3, p. 27-37, ago. 2020.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia** [1980a], vol. 1. São Paulo: Ed. 34, 1995.

GESSER, A. **Metodologia de ensino em Libras como L2.** Florianópolis: Ed. UFSC, 2010. 98 p.

HASHIGUTI, Simone Tiemi. O discurso médico e a patologização da educação. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 48, p. 41-51, 2009.

KELMAN, C. A. et al. Surdez e família: Facetas das relações parentais no cotidiano comunicativo bilíngue. **Linhas Críticas**, v. 17, n. 33, p. 349-365, 2011.

KRAMER, S. **O papel social da educação infantil.** Revista textos do Brasil. Brasília, Ministério das Relações Exteriores, 1999.

LACERDA, C. B. F. Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos. **Cadernos Cedes**, v. 19, p. 68-80, 1998.

LARROSA, J. **Experiência e alteridade em educação.** Reflexão e Ação, v. 19, n. 2, p. 04-27, 2011.

LODI, A. C. B; MOURA, M. C. Primeira língua e constituição do sujeito: uma transformação social. **ETD Educação Temática Digital**, v. 7, n. 02, p. 01-13, 2006.

LODI, A. C. B. Educação bilíngue para surdos e inclusão segundo a Política Nacional de Educação Especial e o Decreto nº 5.626/05. **Educação e pesquisa**, v. 39, p. 49-63, 2013.

LOPES, M. C; NETO, A. V. Marcadores culturais surdos: quando eles se constituem no espaço escolar. **Perspectiva**, v. 24, n. 3, p. 81-100, 2006.

MASSCHELEIN, J. E-ducando o olhar: a necessidade de uma pedagogia pobre. **Educação & Realidade**, v. 33, n. 1, p. 35-47, 2008.

MENDONÇA, A. P; LIMA, M. E. O. Representações sociais e cognição social. **Psicologia e saber social**, 2014.

NASCIMENTO, L. C. R. **Fonoaudiologia e surdez**: uma análise dos percursos discursivos da prática fonoaudiológica no Brasil. 2002. 108 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

PAGNI, P. A; MARTINS, V. R O. Corpo e expressividade como marcas constitutivas da diferença ou do ethos surdo. **Revista Educação Especial**, v. 32, p. 1-21, 2019.

PINTO, M. M; SANTOS, L. F. Concepções de professores de alunos surdos sobre inclusão e educação bilíngue. **Educ. Puc.**, Campinas, v. 27, e225726, 2022. Disponível em [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-39932022000100108&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-39932022000100108&lng=pt&nrm=iso) . Acessos em 15 nov. 2024.

RAMOS, H. S. G; PEDRINI, M. D; RODRIGUES, A. **Cartografia e pesquisas com os cotidianos**: um encontro metodológico. Revista Brasileira de Estudos da Homocultura, v. 2, n. 6, 2019. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/9957>. Acesso em: 15 nov. 2024.

RICHTER, I. Z; OLIVEIRA, A. M. **Cartografia como metodologia**: Uma experiência de pesquisa em Artes Visuais. Paralelo 31, v. 1, n. 8, 2017.

- SANTOS, J; T COELHO, O. A terapia da fala na educação bilingue de alunos surdos. **Cartografias da Surdez: Comunidades, línguas, práticas pedagógicas**. Porto: Livpsic, 2013.
- SONTAG, S. **Contra a interpretação: e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- SONTAG, S. **Diante da dor dos outros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SONTAG, S. **Sobre fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- SOUZA, E. C. “O que será o amanhã?” Narrativas, pandemia e interfaces vida-morte. **Espacios en blanco**. Serie indagaciones, v. 31, n. 2, p. 351-364, 2021.
- STELLING, E. P. et al. Pais Ouvintes e Filho Surdo Dificuldades de Comunicação e Necessidade de Orientação Familiar. **Revista Espaço**, p. 15-25, 2014.
- STROBEL, K. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.
- WITCHS, P. H.; LOPES, M. C. Vulnerabilidade linguística e educação de surdos. **Momento-Diálogos em Educação**, v. 29, n. 1, p. 203-221, 2020
- WITKOSKI, S. A.; BAIBICH-FARIA, T. M. A importância da Língua de Sinais para as pessoas surdas na construção de uma linguagem plena e genuína. **Contrapontos**, Itajaí, v. 10, n. 3, p. 338-344, 2010. Disponível em: <http://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rc/article/download/2180/1723> . Acesso em: 1 out. 2023.
- WITKOSKI, S. A. Surdez e preconceito: a norma da fala e o mito da leitura da palavra falada. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, p. 565-575, 2009.
- WRIGLEY, O. **The politics of deafness**. Washington: Gallaudet University Press, 1996.
- ZOURABICHVILI, F. Deleuze e a questão da literaridade. **Revista Educ. Soc.** Campinas, vol. 26, n. 93, p. 1309-1321, set./dez. 2005.

## **Pronomes relativos: percepções e (possíveis) significados sociais<sup>1</sup>**

André Poltronieri Santos

Leila Maria Tesch

### **Introdução**

Quando ouvimos outras pessoas falando, somos capazes de observar certas diferenças linguísticas que contrastam diretamente com nossa própria fala. Tais diferenças podem se situar em diferentes níveis da língua, como o fonético, o morfossintático e o lexical. Não deve ser surpresa para ninguém a afirmação de que o /R/ retroflexo (como em “po[.ɹ]ta”), de maneira geral, representa “a fala caipira”, mas a associação de um traço linguístico a um perfil social particular é bem menos óbvia quando lidamos com variáveis menos salientes, como, por exemplo, as orações relativas.

No Brasil, diversas pesquisas sociolinguísticas têm fornecido uma ampla descrição das estratégias de relativização na fala e na escrita, mas muito pouco se diz sobre as percepções de brasileiras e brasileiros sobre esse fenômeno. Uma primeira tentativa de desvelar o que pensamos sobre diferentes estratégias de relativização havia sido feita por Tarallo (1983). Em sua tese, o pesquisador realizou um teste de aceitabilidade, solicitando a ouvintes que dissessem se as frases ouvidas eram “boas frases” em

---

<sup>1</sup> Deixo registrados meus agradecimentos à minha orientadora, Leila Tesch, pelo auxílio com as plataformas de administração de questionários online bem como às/aos pareceristas que em muito contribuíram para a redação final deste artigo. Também agradeço a cada pessoa que se dispôs a responder ao questionário. Quaisquer equívocos encontrados na versão final são de minha inteira responsabilidade.

português. Entre seus achados, Tarallo (1983) destacou o efeito da classe social sobre o reconhecimento dessas estruturas: falantes de classe baixa sequer conseguiram compreender do que o teste se tratava, ao passo que os de classe alta foram capazes de reconhecer e avaliar as estruturas apresentadas no experimento.

Diferentemente do /R/ retroflexo, variante vernacular adquirida naturalmente em certas variedades, algumas estratégias de relativização são aprendidas formalmente durante o processo de escolarização. Segundo a tese de Corrêa (1998), as estratégias vernaculares são produzidas exclusivamente com o relativo *que*; as relativas ensinadas pela escola, por sua vez, podem ser introduzidas por outros pronomes relativos, como *quem* e *qual*. Apesar do ensino sistemático, hipercorreções do relativo *qual* têm sido observadas inclusive na escrita de professoras – fato sugestivo de que o uso (consciente ou não) desse pronome pode indexar algum tipo de identidade social.

Sendo assim, o presente capítulo tem como objetivo investigar, a partir de um teste de percepção, em que medida ouvintes são capazes de atribuir, de forma indireta, significado social a gravações que contêm relativas encabeçadas por diferentes pronomes relativos, a saber: *que*, *quais*, *quem* e *cujo*.

O trabalho está organizado da seguinte forma: na segunda seção, há uma breve apresentação das estratégias de relativização, bem como da estrutura sintática das orações relativas. Em seguida, são relatados alguns trabalhos que se debruçaram sobre a variação no uso de orações relativas, dando especial ênfase ao elemento introdutor dessas orações – os pronomes relativos. A quarta seção é dedicada à apresentação dos pressupostos teóricos que fundamentam a elaboração do teste e a análise das respostas. Na quinta seção, descrevemos o desenho do teste, incluindo as etapas de gravação dos áudios, organização das perguntas e outras escolhas metodológicas. Na sequência, são apresentados os resultados seguidos de nossa interpretação e, por fim, na última seção, encerramos o trabalho com algumas considerações.

## Os pronomes relativos no português brasileiro

As orações relativas, denominadas *orações subordinadas adjetivas* pela tradição gramatical (cf. Rocha Lima, 2011; Cunha e Cintra, 2017), são um tipo de oração com função semelhante à de adjetivos, isto é, caracterizam um sintagma nominal. Segundo Rocha Lima (2011), as orações adjetivas permitem expressar ideias para as quais não há um adjetivo. No exemplo (1), retirado de Perini (2005), o termo *urso*, denominado *antecedente*, é especificado pela oração relativa *que me mordeu*, em destaque.

(1) O *urso que me mordeu* era branco (Perini, 2005, p. 151).

As orações relativas são introduzidas por um elemento conector, também chamado de *pronome relativo*. No caso da oração relativa destacada em (1), o pronome empregado foi o relativo *que*.

Os pronomes relativos são apenas um dos elementos que caracterizam as orações relativas. Além disso, os falantes podem recorrer a diferentes estratégias de relativização: a oração relativa encontrada em (1) pode ser realizada como (2), que contém um elemento anafórico correferente ao antecedente *urso* (no caso, o pronome pessoal *ele*):

(2) O *urso que ele me mordeu* era branco (Perini, 2005, p. 152).

Essa estratégia de relativização é registrada em diversas pesquisas como *relativa copiadora* ou *resumptiva* por conter um elemento anafórico “copiado” dentro da oração relativa. Quando a cópia está ausente, como no exemplo (1), a estratégia de relativização é denominada *estratégia de lacuna*.

Outra propriedade inerente às orações relativas é o fato de o pronome relativo poder exercer função sintática. Em conformidade com a interpretação encontrada em diferentes gramáticas, na oração relativa em (1), o pronome relativo *que* introduz a oração relativa e retoma o antecedente *urso* – sujeito da oração *me mordeu*.

Segundo essa interpretação, o pronome relativo *que*, em (1), exerce função de sujeito.

Há, entretanto, funções sintáticas que podem licenciar o uso de outros pronomes relativos. Os exemplos (3a-d), extraídos de pesquisas sociolinguísticas, são dados reais de orações relativas encabeçadas pelos relativos *qual*, *quem*, *onde* e *cujo*, respectivamente:

(3)a. [...] antes porém de assumir o novo cargo tirei férias e fomos para o Rio...estava muito cansada e também desgastada emocionalmente com toda essa história de ver um projeto tão bonito **ao qual dediquei tanto tempo** se acabando assim (Vale, 2014, p. 61, grifos nossos);

b. ...nem sei o que seria de mim se Deus não tivesse colocado ele na minha vida...tenho consciência de que não teria ficado casada muito tempo com os outros **com quem namorei** (Vale, 2014, p. 59, grifos nossos);

c. nã::o... lá no/ na:: no colégio **onde eu dava aula** por exemplo as colegas faziam mas era lá em Colatina (Santos, 2020, grifos próprios);

d. vai dissolver uma parte **cujo produto é nove**, e o resto fica no fundo, não dissolvido (Santos, 2021, p. 87, grifos nossos).

Em (3a), o verbo *dedicar*, que está presente na oração relativa, se relaciona ao termo *tanto tempo* e, concomitantemente, ao antecedente *um projeto tão bonito*. Nesse caso, a tradição gramatical considera que o pronome relativo, retomando o antecedente, cumpre função de objeto indireto, sendo necessário que a preposição *a* acompanhe o artigo *o* e o pronome relativo *qual*. No exemplo (3b), o verbo *namorar* tem como antecedente *os outros*. A preposição *com*, frequentemente empregada junto ao complemento do verbo *namorar*, acompanha o pronome relativo *quem*, que, por sua vez, retoma o antecedente *os outros*. Em (3c), o pronome relativo *onde* retoma o antecedente *colégio*, fazendo remissão a um termo locativo. Por fim, no exemplo (3d), o relativo *cujo* faz referência ao antecedente *parte* e o relaciona ao termo seguinte, *produto* (a parte cujo produto = o produto da parte).

Observa-se que as orações relativas em (3a-b) contêm uma preposição antecedendo o pronome relativo. Em funções preposicionadas, o falante pode recorrer a outras estratégias de relativização. Em sua tese, Fernando Tarallo (1983) realizou um estudo diacrônico sobre as estratégias de relativização no português brasileiro, observando que as relativas de função preposicionada podem ser realizadas: (i) com *pied-piping*, isto é, com movimento da preposição antecedendo o pronome relativo ou com relativos plenos (cf. exemplos 3a-b); (ii) como copadoras (*resumptive pronoun* – pronome resumptivo), como em (4a), ou (iii) cortadoras (*PP-chopping* – corte de sintagma preposicional), conforme exemplo (4b). Nessas estratégias de relativização, o relativo utilizado é, na maior parte dos casos, o *que*:

(4)a. [...] toda essa história de ver um projeto tão bonito **que dediquei tanto tempo a ele** se acabando assim

b. [...] toda essa história de ver um projeto tão bonito **que dediquei tanto tempo** [\_\_\_] se acabando assim

Ao analisarmos três gramáticas brasileiras de orientação normativa, identificamos que o quadro de pronomes relativos se apresenta de forma semelhante entre elas. As gramáticas de Bechara (2009) e de Cunha e Cintra (2017) registram os pronomes relativos *que*, *quem*, *qual*, *quanto*, *cujo* e *onde*. Rocha Lima (2011) inclui, além dos referidos pronomes relativos, formas que o autor denomina *advérbios relativos*: *onde*, *quando* e *como*. Apesar de consistente entre as gramáticas analisadas, pesquisas sociolinguísticas têm mostrado que o paradigma de pronomes relativos apresenta comportamento variável, tanto na fala quanto na escrita.

### Orações relativas na fala e escrita brasileira

Desde a década de 1970, com a dissertação de Mollica (1977), têm sido diversos os levantamentos quantitativos reportados em

pesquisas que buscaram descrever a produção de orações relativas na fala e na escrita brasileira. Analisamos alguns dos trabalhos que, de alguma maneira, controlaram o emprego de pronomes relativos (Tarallo, 1983; Silva, 2007; Vale, 2014 e Santos, 2021)<sup>2</sup>. Essa etapa nos auxiliou na formulação e no refinamento de hipóteses acerca das percepções que os falantes podem vir a ter sobre esses pronomes. Nossa análise se baseou nos resultados quantitativos quanto ao uso de pronomes relativos, bem como a usos idiossincráticos.

Tarallo (1983) identificou 1.700 orações relativas em uma amostra de fala considerada culta da cidade de São Paulo, proveniente do projeto Norma Urbana Culta (NURC/SP). Nessa amostra, foram identificados 4 pronomes relativos distintos: *que* (1.681 dados), *onde* (13 dados), *preposição + que(m)* (5 dados) e apenas 1 dado de *preposição + o qual*. Uma das razões de Tarallo (1983) ter analisado o inventário de pronomes relativos<sup>3</sup> foi esclarecer se o *que* tem atuado como pronome relativo ou como conjunção /complementizador. Uma das conclusões a que Tarallo (1983) chegou foi a de que o marcador de relativização *que* tem perdido sua função anafórica, sendo utilizado de forma semelhante a uma conjunção integrante ou complementizador<sup>4</sup>.

Na dissertação de Silva (2007), a pesquisadora elaborou duas amostras de escrita: uma com estudantes de Letras e outra com

---

<sup>2</sup> Outras pesquisas que chegaram a resultados semelhantes e que dialogam diretamente com o presente trabalho são Corrêa (1998), Silva e Lopes (2007), Silva (2020) e Santos (2020), mas que, por questão de espaço, não foram descritas aqui.

<sup>3</sup> Tarallo (1983) usa o termo *marcador de relativização*, visto que um de seus objetivos era investigar o estatuto dessa categoria gramatical.

<sup>4</sup> Ao apresentar uma descrição das orações adjetivas, Bechara (2009) destaca que o pronome relativo *que*, por vezes, pode funcionar como um *relativo universal*. O gramático se baseia em um exemplo de uma oração relativa copiadora (embora não adote essa nomenclatura), explicando que a retomada anafórica, antes realizada pelo próprio pronome relativo, pode ser expressa pela inserção ulterior de outro elemento. Dessa maneira, o relativo *que* não exerceria função sintática – papel cumprido pelo elemento anafórico “copiado”, mas estaria apenas ligando uma oração à outra.

professoras e professores do ensino fundamental e médio. Os dados analisados correspondem apenas a relativas de sintagma preposicional. Na escrita de estudantes de Letras, foram encontradas 136 orações relativas, sendo 94 com *pied-piping*, 33 cortadoras e 9 classificadas como “relativas com erro de performance”, isto é, casos em que foi empregado um pronome relativo e/ou preposição numa tentativa de não produzir uma relativa vernacular (ou *não padrão*) (cf. exemplos 4a-b). Os exemplos (5a-b) ilustram relativas com erro de performance encontradas na escrita de estudantes de Letras (destaques nossos):

- (5)a. (a pureza da vírgula rígida por **regras em que todos deviam aprendê-la**, para não cometer “erros vulgares”);  
b. o próprio fato de se estudar a norma-padrão nas escolas sem ser levada em consideração a procedência linguística **dos alunos em que nela estudam** é um ato autoritário das camadas privilegiadas [...]  
(Silva, 2007, p. 60).

Das relativas com *pied-piping*, 82 foram encabeçadas com preposição + *que* (87%), e 12, com preposição + *o/a qual* (13%).

As professoras e os professores do ensino fundamental e médio produziram apenas 29 orações relativas de função preposicionada. Assim como na amostra de estudantes de Letras, a maior parte das relativas com *pied-piping* (14 casos do total de 19) foi encabeçada por preposição + *que*, e apenas 5 foram realizadas com preposição + *o/a qual*. Das relativas reunidas sob o rótulo de *não padrão*, 8 eram cortadoras e 2 apresentaram erro de performance.

Embora Silva (2007) tenha analisado apenas as relativas preposicionadas, a autora observou que o relativo *o/a qual* foi empregado com notável frequência nas funções de sujeito e objeto direto (funções não preposicionadas). Essas ocorrências foram consideradas tentativas de “escrever difícil”. A pesquisadora, dessa forma, concluiu que

a intenção almejada pelo uso mais formal foi satisfeita, pois houve o emprego da forma que o falante considerou ‘a melhor’, ‘a mais formal’. O que observamos no caso específico desses profissionais é que, apesar de terem contato e trabalharem constantemente com a norma padrão, ainda não se apropriaram com eficiência dos usos recomendados pela gramática normativa para esse pronome relativo (Silva, 2007, p. 68-69).

Em outras palavras, a intenção de se usar o relativo *o/a qual* no lugar de *que* pode estar relacionada a algum grau de formalidade ou prestígio atribuído àqueles pronomes relativos.

Vale (2014), por sua vez, analisou a fala de dois grupos de adultos maranhenses, classificados em [+ letrados] e [- letrados]. Na fala das pessoas [+ letradas], foram encontrados os relativos *que* (838 dados), *onde* (31 dados), *qual* (8 dados), *quem* (4 dados) e *cujo* (3 dados). Entre os [- letrados], apenas três pronomes relativos foram encontrados: *que* (1.346 dados), *onde* (54 dados) e *qual* (3 dados) – as três ocorrências de *qual* foram produzidas pela mesma falante (6a-c):

- (6)a. ... e hoje está misturado... homens e mulheres **no mesmo trabalho o qual tinha separação**;
- b. então não adotava no meio da **cidade terreiros de Mina o qual a Casa das Minas a Casa de Nagô e Casa de seu Porfirio outras era localizada quase no centro da cidade**;
- c. fiquei no Rio de Janeiro de... de 54 a 67... com essa volta... chegando aqui em São Luís fui... fui começar **a atividade de trabalhos manuais o qual tinha estudado por lá** (Vale, 2014, p. 94, grifos nossos).

Na dissertação de Michelle Silva dos Santos (Santos, 2021), a pesquisadora analisou uma amostra de fala da década de 1970, extraída do projeto NURC/RJ. Os resultados encontrados por Santos (2021) corroboram os de outras pesquisas, no sentido de que o pronome relativo mais empregado foi o *que* (95,7%), seguido pelo relativo *onde* (2,7%). Dos 1.232 dados, foram encontradas apenas 8 ocorrências do relativo *o/a qual*, 6 de *quando*, 3 de *cujo*, 2 de *quem* e 1 de *como*. Em suma, na fala das pessoas consideradas *cultas*, isto é, com ensino superior completo, segundo os critérios de amostragem

do projeto NURC, o inventário de pronomes relativos abrange sete pronomes relativos diferentes. Santos (2021) concluiu que “o emprego dos pronomes [relativos] propriamente ditos seria residual e fruto da escolarização, reforçada pela influência dos meios de comunicação em massa” (Santos, 2021, p. 94).

Algumas observações podem ser feitas sobre esses resultados. Em primeiro lugar, o relativo *que* é o mais frequente em todas as amostras de fala e escrita, seguido pelo *onde*. Os demais relativos, como *qual*, *quem* e *cujo* foram encontrados apenas na fala de pessoas mais escolarizadas e na escrita – ainda assim, com baixíssima frequência (Tarallo, 1983; Vale, 2014).

Em segundo lugar, os casos de hipercorreção (ou erro de performance), podem indicar pouca familiaridade com o uso de pronomes relativos plenos, especialmente o *qual*. Temos, de um lado, dois relativos mais frequentes: *que* e *onde*. No outro extremo, estão os relativos *qual*, *quem*, *quanto* e *cujo*, que emergem apenas na escrita e na fala de pessoas escolarizadas.

Como destacamos, foram identificadas *tentativas* de produzir relativas *pied-piping* – os casos de hipercorreção. Tal fato poderia ser considerado um indício de que essa variante possa carregar algum significado social. As pesquisas sociolinguísticas têm mostrado que, de forma geral, as orações relativas estão abaixo do nível de consciência dos falantes. Ademais, sendo uma variável morfossintática, a hipótese de que ela possa carregar significado social é passível de discussão: enquanto Labov (1993) afirma que falantes não conseguem avaliar variáveis “mais abstratas”, isto é, variáveis situadas em níveis gramaticais, Levon e Buchstaller (2015) consideram tal afirmação um mito comum em estudos linguísticos, tendo em vista um grande volume de pesquisas com evidências que contrariam a afirmação de Labov (1993).

A fim de verificar em que medida essas considerações podem ser levadas a cabo, no que diz respeito às percepções sobre os pronomes relativos, buscamos investigar se pessoas submetidas a um teste de percepção são capazes de atribuir, ainda que de forma indireta, significados sociais a diferentes pronomes relativos. O

teste foi elaborado com o objetivo de verificar se os ouvintes atribuirão significados sociais distintos a orações relativas encabeçadas por diferentes pronomes relativos, quais sejam: *que*, *quem*, *quais* e *cujo*. Solicitamos, também, que os ouvintes apontassem em que características das frases ouvidas eles se apoiaram para atribuir suas impressões (ou melhor, os significados sociais) sobre os estímulos ouvidos. Os pressupostos teóricos e metodológicos que embasam o artigo são apresentados em maior detalhe nas seções seguintes.

### **Percepção Sociolinguística**

Os estudos sociolinguísticos de produção têm como objetivo analisar como os brasileiros produzem material linguístico falado ou escrito. Interessa ao/à pesquisador/a investigar, entre outras questões, os fatores sociais e linguísticos que condicionam o uso de uma variante em detrimento de outras, bem como identificar os padrões de variação em uma dada comunidade de fala. O interesse em investigar resultados de produção se justifica pela possibilidade de direcionar os estudos de percepção. Por exemplo: se determinada variável linguística é observada com alguma regularidade na fala de um grupo com características socioeconômicas semelhantes, é possível aventar hipóteses acerca dos significados sociais que ela pode carregar. Contudo, não se pode concluir que resultados de produção refletem diretamente as associações encontradas entre a variante analisada e as identidades sociais, uma vez que os significados sociais atribuídos à variante podem diferir substancialmente das correlações sociais identificadas nos estudos de produção (Oushiro, 2021, p. 321).

Nas pesquisas de percepção, o interesse recai sobre o ouvinte. A despeito de serem menos numerosos quando comparados aos de produção, esses estudos têm sido fortemente motivados pelas pesquisas de terceira onda da sociolinguística variacionista, interessada na análise de identidades, estilos e *personae* (Oushiro, 2021, p. 322).

Não raras vezes, *percepção* e *avaliação* são usadas como termos complementares. Oushiro (2015, 2021) distingue esses conceitos em relação ao grau de consciência que os falantes têm sobre suas próprias reações a estímulos linguísticos: *avaliação* se refere ao discurso metalinguístico dos falantes a determinadas variantes, variedades ou línguas; o termo *percepção*, por seu turno, diz respeito às reações subjetivas e inferências feitas pelo falante ao ouvir o outro. Essas reações podem ou não ser conscientes. Para Campbell-Kibler (2009), o termo *percepção*, no âmbito de estudos linguísticos, se refere aos processos empreendidos quando pessoas são expostas a estímulos linguísticos externos e conseguem extrair informação social deles (Campbell-Kibler, 2009, p. 378).

Estudos de percepção e avaliação têm mostrado que os falantes associam certas variantes linguísticas a determinados grupos sociais, e que tais associações podem ter forte impacto social: os falantes podem ser considerados menos inteligentes, pobres ou mesmo de baixa estatura física (Lambert *et al.*, 1960). Por outro lado, o uso de certas variantes pode levar o indivíduo a ser visto como íntegro e atraente (Campbell-Kibler, 2010). Em outros casos, suas marcas linguísticas podem ser usadas estrategicamente para alcançar determinado objetivo, como, por exemplo, ter maior sucesso em vendas (Johnstone, 1999; Soukup, 2011) ou soar mais competente em determinados contextos (Geere; Everett; MacLeod, 2015).

No Brasil, Oushiro (2021) relatou um estudo realizado pela própria autora em parceria com Ronald Beline Mendes, apresentado na 44<sup>a</sup> edição do NWAV<sup>5</sup> (New Ways of Analyzing Variation)<sup>6</sup>, no qual foram analisadas percepções sobre a concordância nominal e sobre a realização de /R/ em coda silábica em São Paulo (Mendes; Oushiro, 2015). Oushiro (2021) aponta que estudos de produção sobre essas duas variáveis mostram que

---

<sup>5</sup> Conferência mundial realizada anualmente, que tem como objetivo a apresentação e a discussão de pesquisas sociolinguísticas.

<sup>6</sup> Novos Caminhos para a Análise da Variação (Linguística) – tradução nossa.

ambas são favorecidas por um mesmo perfil de falantes: homens, pessoas menos escolarizadas e de classe social mais baixa.

Os resultados do teste de percepção demonstraram que a CN-Ø foi associada “a pessoas menos escolarizadas, de classe mais baixa, menos inteligentes e menos efeminadas”<sup>7</sup> (Oushiro, 2021, p. 321); a realização variável de /R/ em coda silábica, como tepe ou retroflexa, por sua vez, carrega significados sociais diferentes daqueles encontrados nos resultados de produção, sendo associada a falantes do interior do estado de São Paulo, a moradores de região periférica e de classes sociais baixas. A conclusão a que Mendes e Oushiro (2015) chegaram foi a de que resultados de produção não devem ser interpretados como índices de identidades sociais, sendo necessário, em vez disso, realizar testes de percepção e avaliação das variáveis.

Quanto às orações relativas, ainda são incipientes os estudos que buscaram identificar que significados sociais podem estar atrelados a esse fenômeno. Tarallo (1983), por exemplo, elaborou um teste de percepção/aceitabilidade de diferentes estratégias de relativização. Uma das etapas do teste consistia na leitura em voz alta de orações relativas, solicitando ao ouvinte, após a leitura de cada uma delas, que informasse ao pesquisador se eram “boas” frases em português. Entre os resultados encontrados, Tarallo (1983) observou que falantes de classes altas rejeitavam sumariamente as relativas copadoras em funções de sujeito e objeto direto – o que não aconteceu com os falantes de classe média; a variante *pied-piping*, por outro lado, teve maior aceitação por ambas as classes. Embora tenha sido possível identificar a *aceitabilidade* das estratégias de relativização, não foram feitas perguntas que permitissem acessar os significados sociais das orações relativas.

Uma proposta de identificar a percepção e a avaliação de orações relativas foi empreendida por Santos e Yacovenco (2022) a

---

<sup>7</sup> Essa escala se refere ao quão masculinos/as ou femininas/os soavam os/as falantes que reproduziram os estímulos com concordância nominal (não) padrão.

partir de um questionário aplicado virtualmente, contendo três estratégias de relativização: relativa cortadora, relativa copiadora e uma relativa com *cujo*, além de dois estímulos distratores<sup>8</sup>. Entre os resultados, ressalta-se que a relativa com *cujo* recebeu avaliações mais definidas (menos neutras), e as demais estratégias de relativização (copiadora e cortadora) foram avaliadas de forma mais neutra, resultado que sugere não haver fortes associações entre ambas as variantes e os critérios analisados.

Para acessar significados sociais, Oushiro (2021) propõe a seguinte pergunta, adaptada de Mendes (2012, 2018):

o que ouvimos na fala de uma pessoa que nos leva a categorizá-la como possivelmente X, em que X pode receber os mais diversos significados e “rótulos” sociais: paulista/nordestino/carioca? Patricinha/mauricinho? Pedante? Culto? De classe baixa? Asiático? etc. Tal questão se lança na busca de traços linguísticos – fonéticos, fonológicos, prosódicos, morfológicos, sintáticos, lexicais etc. – que possivelmente se associam a certo grupo social. De forma alternativa ou complementar, pode-se também questionar: **quais significados sociais estão associados às variantes da variável Y?** (Oushiro, 2021, p. 325, grifos nossos).

A partir dessa pergunta, propomos outras: os pronomes relativos podem indexar significados sociais? Que características podem estar associadas a eles? A partir do teste de percepção, tentamos verificar, de forma indireta, as percepções de ouvintes sobre orações encabeçadas por diferentes pronomes relativos.

## Desenho do experimento

A primeira etapa da elaboração do teste foi a gravação dos estímulos – no caso, trechos de fala contendo orações relativas. Os

---

<sup>8</sup> Estímulos distratores são utilizados em pesquisas que seguem abordagens indiretas na obtenção de dados de avaliação sobre um fenômeno linguístico. Frases distratoras não contêm a variável de interesse ao estudo e são utilizadas para evitar que a repetição da referida variável torne-a saliente e, assim, seja avaliada diretamente.

trechos de fala foram extraídos de transcrições de entrevistas da amostra PortVix (Yacovenco *et al*, 2012)<sup>9</sup>. Uma vez que alguns dos pronomes relativos não foram encontrados na fala, pediu-se que pessoas próximas do pesquisador gravassem os excertos transcritos, adaptados para conter os pronomes relativos *que*, *quem*, *quais* e *cujo*. Os áudios foram gravados diversas vezes, de modo que fossem selecionadas as gravações mais naturais.

Os áudios foram publicados em um canal do *YouTube*, intitulado “áudios para pesquisa”, em formato de vídeos com um fundo preto, sem qualquer identificação sobre os falantes. O questionário foi, então, elaborado por meio da plataforma *Google Forms* e enviado por um *link* via *Whatsapp* para diferentes grupos dos quais o pesquisador faz parte. As pessoas que conheciam o pesquisador eram solicitadas a não responder o questionário, mas apenas encaminhar o *link* a outros contatos e grupos<sup>10</sup>. Todas as respostas com indicações de que o participante reconheceu a voz proveniente dos estímulos foram excluídas.

Ao clicar no *link* de acesso ao questionário, o participante recebia a instrução de ouvir os áudios (de aproximadamente 15 segundos cada) e, após a escuta, responder duas questões sobre cada um. Optamos por fazer perguntas abertas para descobrir que tipo de informação sociocultural os ouvintes evocariam espontaneamente após a escuta dos estímulos:

---

<sup>9</sup> O PortVix (*Português Falado na Cidade de Vitória*) foi criado no início dos anos 2000, na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), após parceria com as professoras Maria da Conceição Paiva e Christina Abreu Gomes, do Programa de Estudos sobre o Uso da Língua (PEUL/RJ). Desde sua fundação, o projeto tem como objetivo promover a descrição e a inclusão da fala capixaba no panorama de estudos sociolinguísticos brasileiros. O PortVix (agora *Grupo Capixaba de Estudos de Variação e Mudança Linguística*) é coordenado atualmente pelas professoras Leila Maria Tesch, Maria Marta Pereira Scherre e Raquel Gomes Chaves.

<sup>10</sup> Esse procedimento foi adotado para evitar possíveis vieses que poderiam emergir caso a/o ouvinte reconhecesse alguma(s) das pessoas ouvidas.

- i) Você poderia apontar algumas características dessa pessoa? Escreva todas as impressões que vêm à sua mente ao ouvir essa pessoa.
- ii) Essas impressões têm a ver com algum termo, palavra ou característica da fala dessa pessoa? Se sim, qual(is)?

A primeira pergunta tinha o objetivo de descobrir que associações os ouvintes faziam entre os estímulos de fala e as características sociais dos falantes. A segunda pergunta buscava identificar se os participantes poderiam indicar explicitamente traços linguísticos aos quais as características sociais estariam associadas.

## Resultados

O questionário foi respondido por 35 pessoas, que tinham entre 18 e 55 anos. Os dados foram separados em duas faixas etárias: (i) de 18 a 35 anos; (ii) de 36 a 55 anos, estando a maioria dos participantes (54%) na primeira faixa etária. A faixa etária de 36 a 55 anos corresponde a 46% das pessoas participantes. Em relação à escolaridade dos participantes, a maior parte afirmou estar cursando o ensino superior (49%) ou a pós-graduação (40%). A minoria – apenas quatro pessoas (11%) – declarou sua escolaridade como ensino médio.

O primeiro estímulo a ser analisado, transcrito em (7), apresentava uma relativa cortadora (encabeçada pelo relativo *que*):

(7) [...] também tem outro detalhe né... um curso de odontologia... caríssimo... mesmo você não pagando a mensalidade... é um curso/ ele é muito caro... **material... que você precisa...** tudo tudo

A resposta à primeira questão, solicitando ao participante que escrevesse todas as impressões que viessem à mente ao ouvir o áudio, foram bastante diversificadas – e isso se estende a todos os áudios. Eis algumas das respostas:

- (8) a. Homem, jovem, que trabalha e tem uma remuneração baixa ou é mantido pelos pais.
- b. É uma pessoa honesta, tem bom senso... e para quem conhece o curso sabe q realmente é verdade o q ele fala.
- c. A pessoa parece ser agradável, doce, paciente.

Extraímos apenas as características sociais e adjetivos encontrados nas respostas. Algumas respostas não continham características inferidas pelos estímulos, como (9a-c). Nesses casos, não pudemos extrair adjetivos dessas respostas que, então, foram desconsideradas:

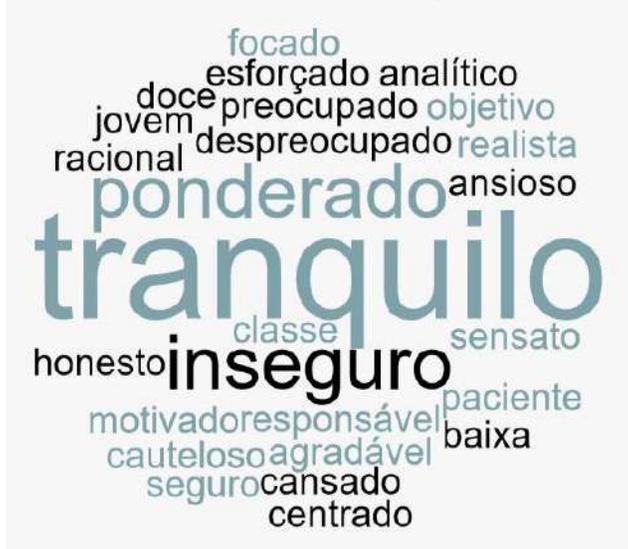
- (9) a. Crença de escassez, vitimismo, conta historinhas pra si mesmo
- b. Estudante de odonto
- c. Uma pessoa que cria obstáculos antes de começar

Em seguida, foi elaborada uma nuvem de palavras<sup>11</sup> a fim de verificarmos a predominância das características atribuídas ao falante:

---

<sup>11</sup> A nuvem de palavras foi criada por meio do site <https://www.wordclouds.com/>. Nas nuvens de palavras, os termos mais frequentemente usados são representados por fontes maiores, e os menos frequentes, por fontes menores.

Figura 1. Nuvem de palavras com características do falante: estímulo com relativa cortadora encabeçada pelo relativo *que*



Fonte: Elaborada pelos autores.

A nuvem de palavras acima (figura 1) mostra que a palavra mais recorrente foi *tranquilo*, seguida por *inseguro* e *ponderado*. Outras características, apesar de menos frequentes, foram apontadas pelos participantes, por exemplo, *esforçado*, *realista*, *preocupado* e *sensato*.

A segunda pergunta solicitava aos participantes que indicassem se as características fornecidas se deviam ao uso de algum termo ou característica da fala da pessoa. Ao fornecerem características do falante que produziu o primeiro estímulo, os participantes as atribuíram, principalmente, ao emprego do termo *caríssimo*. Essas respostas mostram que os participantes associaram o vocábulo *caríssimo* (e certamente outros traços relacionados à voz) às características apresentadas na pergunta anterior, mas não indicaram explicitamente a relativa cortadora (ou o relativo *que*) nem a associaram a características do falante, como demonstra a figura 2:

Figura 2. Nuvem de palavras com traços linguísticos: estímulo com relativa cortadora encabeçada pelo relativo *que*



Fonte: Elaborada pelos autores.

O segundo estímulo apresentava uma relativa *pied-piping* encabeçada pelo relativo *qual*, destacada em (10):

(10) [...] então ele tá ficando e vivendo num mundo diferente que eu esperava que ele fosse viver sabe? não sei se é por influência do bairro... das **peessoas com as quais ele convive** na escola... dos amigos... porque essa época que ele tá pegando agora eu já morava no centro

Figura 3. Nuvem de palavras com características da falante: estímulo com relativa *pied-piping* encabeçada por *com as quais*



Fonte: Elaborada pelos autores.

Após ouvirem os estímulos, os participantes, em sua maioria, atribuíram à falante as características *ensino superior, classe média e escolarizada*. Características menos frequentes, como *educada, comunicativa, madura e séria* foram apontadas.

Ao responderem à segunda pergunta, alguns dos participantes não conseguiram apontar traços linguísticos da fala, referindo-se ao conteúdo da mensagem ou mesmo inferindo o estado emocional da falante:

- (11) a. Fala dos amigos, das influências deles e influências do local.
- b. Demonstra desconforto com a situação.

Curioso notar que algumas das respostas foram escritas com relativas cortadoras no mesmo contexto em que estava a relativa *pied-piping*:

- (12) a. Sim. Ele tá vivendo num mundo diferente que eu esperava... (mãe) Não sei se por influência do bairro, das pessoas **que ele convive na escola**, dos amigos... (nível de escolaridade);
- b. Pessoas **que ele está convivendo**;

A reescrita da relativa *pied-piping* como cortadora pode ser um indício da implementação dessa estratégia vernacular. A nuvem de palavras (Figura 4) apresenta as características linguísticas indicadas pelos participantes e nas quais se basearam para avaliar o estímulo ouvido:

Figura 4. Nuvem de palavras com traços linguísticos: estímulo com relativa *pied-piping* encabeçada por *com as quais*



Fonte: Elaborada pelos autores.

Os traços linguísticos mais apontados foram os termos *centro*, *palavras*, o *tom de voz* da falante e o relativo *quais*. Vale ressaltar que a maioria das respostas não apresentou termos linguísticos específicos. Apesar de terem sido poucas as respostas que indicavam traços linguísticos explícitos (apenas duas menções cada uma), a nuvem de palavras mostra que, entre essas respostas, o relativo *quais* foi, de fato, apontado como um dos traços linguísticos associados às características da falante.

No estímulo seguinte, havia uma relativa *pied-piping* encabeçada por *quem* antecedido pela preposição *de*:

(13) ele escreveu umas cartas de amor lá pra... pra **menina de quem ele gostava** aí eu... encontrei a carta e entreguei lá

Conforme a nuvem de palavras da figura 5, as principais características inferidas remetem ao grau de escolaridade da falante. Alguns dos adjetivos menos frequentes se referiam à classe social e à personalidade, como *amistoso*, *proativo* e *atento*.

Figura 5. Nuvem de palavras com características da falante: estímulo com relativa *pied-piping* encabeçada por *de quem*



Fonte: Elaborada pelos autores.

Por se tratar de um excerto que versa sobre cartas de amor – considerando ser parte de uma peça de teatro e tendo em vista que tal informação não foi compartilhada com os participantes –, é provável que a caracterização do falante como sendo *fofoqueiro* e *proativo* resulte do conteúdo da mensagem, que é uma das informações contextuais das quais os ouvintes se valem para formar suas impressões sobre o falante (Campbell-Kibler, 2006; Oushiro, 2021).

Quanto aos traços linguísticos apontados pelos participantes, prevaleceu a indicação de não marcação de plural (“*sem concordância*”) no sintagma *umas cartas de amor*, bem como o uso do termo *aí*. De fato, o falante foi instruído a realizar as marcações de plural, no entanto, a realização foi fraca e, por isso, provavelmente, a marca de plural não ouvida suficientemente, como podemos constatar nos trechos 14 (a-b) e por outros ouvida, provavelmente, como em 15(a-b):

- (14)a. Umás ‘carta’ de amor;
- b. falta de concordância (umas carta...).
- (15)a. Só tem haver com a voz mesmo;
- b. Sem erros, voz jovem;
- c. Fala limpa, fluida, mas sem nenhuma característica marcante.

Uma parte significativa dos participantes não conseguiu apontar qualquer termo específico da fala que pudesse ser relacionado às características inferidas sobre o falante:

Figura 6. Nuvem de palavras com traços linguísticos: estímulo com relativa *pied-piping* encabeçada por *de quem*



Fonte: Elaborada pelos autores.

Assim como no primeiro estímulo, o pronome relativo *quem*, precedido pela preposição *de*, não foi apontado como um traço linguístico que possa carregar significado social. Em vez disso, apenas a não marcação de concordância e os vocábulos “*aí*” e “*cartas*” foram identificados.

O último estímulo apresentava uma relativa encabeçada pelo pronome relativo *cujo*:

(16) [...] buscava ela na escola... dava tempo dele almoçar dormir de tarde dava umas quatro horas assim ele voltava pro trabalho... que ele era presidente de **uma empresa cujo nome eu esqueci**... também não vem ao caso

As respostas à primeira pergunta foram organizadas na nuvem de palavras da figura 7. O enunciado foi fortemente associado à escolaridade e à classe social do falante, representadas pelos termos *ensino superior*, *classe média alta*, *bem instruído* e *culto*. Com menor frequência, alguns termos também remetem a essas características: *formado*, *hábito de ler* e *escolarizado*. Assim como nos

estímulos anteriores, parece provável que parte das descrições/ inferências tenham sido levantadas em razão do conteúdo da mensagem.

Figura 7. Nuvem de palavras com características da falante: estímulo com relativa encabeçada por *cujo*



Fonte: Elaborada pelos autores.

Nas respostas à segunda pergunta, o principal termo relacionado às respostas da primeira pergunta foi o pronome relativo *cujo*. Também foram indicadas características da fala e associação à escrita e à norma padrão, como demonstra a figura 8:

Figura 8. Nuvem de palavras com traços linguísticos: estímulo com relativa encabeçada por *cujo*



Fonte: Elaborada pelos autores.

Comparando-se essas respostas às dos estímulos anteriores, é possível afirmar que os únicos pronomes relativos identificados pelos participantes foram *cujo* – pela maioria das respostas, e *quais*, com menor índice de respostas. Ao cruzar as respostas dos participantes da primeira pergunta às respostas da segunda, quanto ao estímulo com *cujo*, não seria equivocado afirmar que esse relativo pode, de fato, carregar algum significado social: uma parcela dos respondentes associou o estímulo com *cujo* a um perfil de falante com ensino superior, de classe média alta, culto e bem instruído. Essa associação parece coerente com os resultados de produção dos pronomes relativos, segundo os quais o relativo *cujo*, a despeito de ser pouco produtivo, foi encontrado na fala de pessoas mais escolarizadas/ [+ letradas] e na escrita (Silva; Lopes, 2007; Vale, 2014). Embora a abordagem do fenômeno tenha sido realizada de forma indireta – isto é, não perguntando diretamente sobre o pronome relativo *cujo* –, os participantes foram capazes de reconhecer esse relativo como o traço linguístico que motivou as respostas relativas às características do falante.

### **Considerações Finais**

No português brasileiro, pesquisas têm demonstrado que o pronome relativo *que* é o mais frequente tanto na fala quanto na escrita. Os pronomes relativos plenos, isto é, aqueles que marcam explicitamente a função sintática por eles exercida, são encontrados com menor frequência. Nas pesquisas aqui analisadas, os relativos *qual*, *quem* e *cujo* foram encontrados apenas na escrita e predominantemente na fala de pessoas de classe alta e [+ letradas] (Tarallo, 1983; Silva, 2007; Vale, 2014 e Santos, 2021).

Esses resultados de produção possibilitaram a formulação de hipóteses sobre possíveis significados sociais dos pronomes relativos, testados, posteriormente, no experimento de percepção. Os relativos plenos, segundo esses estudos, são encontrados predominantemente na fala de pessoas [+ letradas] e de classe alta e também na escrita. Dessa maneira, aventou-se a hipótese de que

pronomes como *qual*, *quem* e *cujo* poderiam ser associados, pelos participantes do experimento, a pessoas desse mesmo perfil, isto é, pessoas escolarizadas, de classe sociais altas e à língua escrita.

Dos estímulos analisados, as relativas encabeçadas por *cujo* e *com as quais* foram as únicas que os participantes conseguiram associar a características dos falantes: no estímulo com relativa encabeçada por *com as quais*, a falante foi percebida como *escolarizada*, *com ensino superior*, *educada*, *bem instruída* e de *classe média alta*. Entre as características de fala associadas a esses qualificadores, parte dos respondentes apontou o relativo *quais*, indicando que tal pronome relativo pode indexar características do falante, como escolaridade e classe social. De forma análoga, é possível que os falantes empreguem esse pronome estrategicamente na fala (ou na escrita) para indexar essas características – lembramos, aqui, da conclusão a que chegou Silva (2007), afirmando que o relativo *qual* foi usado em funções de sujeito e objeto direto como meio de conferir maior formalidade à redação.

O estímulo com relativa encabeçada por *cujo* foi associado, pela maioria dos participantes, ao nível de escolaridade e à classe social do falante. Em seguida, ao serem questionados sobre os termos ou características da fala que remetessem às descrições sobre o falante, o principal traço linguístico indicado pelos respondentes foi o relativo *cujo*, embora outras características também tenham sido levantadas, como o tom de voz.

Os ouvintes não atribuíram qualquer significado social particular às gravações com orações relativas encabeçadas por *que* e *quem*, uma vez que esses pronomes não foram indicados como traços linguísticos associados às características inferidas sobre os falantes. Tal resultado é esperado, visto que os falantes parecem ter, de modo geral, pouco ou nenhum grau de consciência sobre o emprego de orações relativas. Os relativos *qual* (precedido de preposição) e *cujo*, por outro lado, foram espontaneamente apontados como um traço linguístico que pode estar associado a características como nível superior, língua escrita e ser de classe

média alta – percepções que possivelmente decorrem dos contextos nos quais esses pronomes são mais frequentemente observados.

O fornecimento de impressões e características sobre os falantes sem que estivessem conscientes das variantes investigadas possibilitou que se verificasse, de forma indireta, as percepções de ouvintes em relação ao uso de orações relativas encabeçadas por diferentes pronomes relativos. Evidentemente, em razão da quantidade de respostas, nossas conclusões são apenas provisórias, mas abrem a possibilidade de que o presente estudo possa servir de ponto de partida para pesquisas futuras, com abordagens diretas ou com um número maior de participantes.

## Referências

- BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. 37 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- CAMPBELL-KIBLER, K. **Listener Perceptions of Sociolinguistic Variables: the case of (ING)**. 2006. 282f. Tese (PhD em Linguística) - Stanford University, Stanford, 2006.
- CAMPBELL-KIBLER, K. The nature of sociolinguistic perception. **Language Variation and Change**, v. 21, n. 1, p. 135-156, 2009.
- CAMPBELL-KIBLER, K. Sociolinguistics and Perception. **Language and Linguistics Compass**, v. 4, n. 6, p. 377-389, 2010.
- CORRÊA, V. R. **Oração Relativa: o que se fala e o que se aprende no português do Brasil**. 1998. 174 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 1998.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. **Nova gramática do português contemporâneo**. 7 ed, Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.
- GEERE, M; EVERETT, J; MACLEOD, A. “My Vocal Cords are Made of Tweed”: Style-Shifting as Speaker Design. **Lifespans and Styles**, v. 1, n. 0, p. 10-20, 2015.
- JOHNSTONE, B. Uses of Southern-sounding speech by contemporary Texas women. **Journal of Sociolinguistics**, v. 3, n. 4, p. 505–522, 1999.

LABOV, W. The unobservability of structure and its linguistic consequences. **New Ways of Analyzing Variation (NWAV)**, v. 22, p. 22-25, 1993.

LABOV, W. **Padrões Sociolinguísticos**. (trad. Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso). São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].

LAMBERT, W.; HODGSON, R. C.; GARDNER, R. C.; FILLENBAUM, S. Evaluational reactions to spoken languages. **The journal of abnormal and social psychology**, v. 60, n. 1, p. 44-51, 1960.

LEVON, E.; BUCHSTALLER, I. Perception, cognition, and linguistic structure: the effect of linguistic modularity and cognitive style on sociolinguistic processing. In: **Language Variation and Change**, v. 27, p. 319-348, 2015.

MENDES, R. B. Diminutivos como marcadores de sexo/gênero. **Revista Linguística**, v. 8, n. 1, p. 113-124, 2012.

MENDES, R. B. **Percepção e performance de masculinidades**. 2018. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

MENDES, R. B.; OUSHIRO, L. Diverging social perceptions: coda (-r) and variable number agreement in São Paulo Portuguese. In: **NEW WAYS OF ANALYZING VARIATION 44**, 2015.

MOLLICA, M. C. de M. **Estudo da cópia nas construções relativas em português**. 1977. 95 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1977.

OUSHIRO, L. **Identidade na pluralidade: avaliação, produção e percepção linguística na cidade de São Paulo**. 2015. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. doi:10.11606/T.8.2015.tde-15062015-104952. Acesso em 25 mar. 2023.

OUSHIRO, L. Avaliações e percepções sociolinguísticas. **Estudos Linguísticos**, v. 50, n. 1, p. 318-336, 2021.

PERINI, M. A. **Gramática descritiva do português**. 4 ed. São Paulo: Editora Ática, 2005.

- ROCHA LIMA, C. H. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 49 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.
- SANTOS, A. P. **As construções relativas na fala de Vitória/ES: uma perspectiva sociolinguística**. 2020. 156f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020.
- SANTOS, A. P.; YACOVENCO, L. C. Percepção e avaliação de orações relativas: um estudo piloto. **Revista (Con)Textos Linguísticos**, v. 16, n. 34, p. 145-164, 2022.
- SANTOS, M. S. dos. **A Variação nas Estratégias de Relativização na Norma Urbana Culta do Rio de Janeiro**. 2021. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2021.
- SILVA, B. G.; LOPES, C. R. O papel da frequência na gramaticalização do que: análise das estratégias de relativização no português do Brasil. **Veredas on-line**, Juiz de Fora, v. 11, n. 1. 2007, p. 80-100. Disponível em <https://periodicos.ufjf.br/index.php/veredas/article/view/25219>. Acesso em 12 ago. 2023.
- SILVA, R. M. G. **A Gramática Invisível: o caso das orações relativas**. 2007. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
- SILVA, E. B. da. **A variação nas orações relativas no português popular do interior do estado da Bahia**. 2020. 130f. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura) – Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.
- SOUKUP, B. Speaker design in the context of Southern American English: Process models and empirical evidence. **Brno Studies in English**, Brno, v. 37, p. 125-138, 2011.
- TARALLO, F. L. **Relativization Strategies in Brazilian Portuguese**. Tese (Doutorado em Linguística). Philadelphia: University of Pennsylvania, mimeo, 1983.
- VALE, M. J. Q. **Estratégias de Relativização na Fala de Adultos Maranhenses**. 2014. 102 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2014.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. Empirical Foundations for a Theory of Language Change. In: LEHMANN, W. P.; MAKIEL, Y. (orgs.) **Directions for Historical Linguistics: A Symposium**. Austin: University of Texas Press, 1968. p. 97-195.

YACOVENCO, L. C.; SCHERRE, M. M. P.; TESCH, L. M.; BRAGANÇA, M. L.; EVANGELISTA, E. M.; MENDONÇA, A. K. de; CALMON, E.; CAMPOS JÚNIOR, H. S.; BARBOSA, A. F.; BASÍLIO, J. O. S.; DEOCLÉCIO, C. E.; SILVA, J. B.; BERBERT, A. T. F.; BENFICA, S. A. Projeto PortVix: a fala de Vitória/ES em cena. **Alfa**, São Paulo, v. 56, n. 3, p. 771-806, 2012. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/alfa/issue/view/449>. Acesso em 03 jun. 2023.



## Ditongação antes de /S/ em monossílabos tônicos na variedade carioca

Maria da Conceição de Paiva  
Anna Carolina da Silveira

### Introdução

Como já destacado por Leite de Vasconcelos (1970, p. 133), o português brasileiro se distingue do português europeu por uma marcada tendência ao acréscimo “de i à sílaba final de certas palavras terminadas por –ê, como exemplificam *fei = \*fê = fez, trei = \*trê = três, francei = \*france = francê*”. Essa ditongação de sílaba final travada por /S/ é um fenômeno variável presente em diferentes variedades do português brasileiro, como constatado por Mota e Silva (2012). Embora possa ocorrer em itens lexicais de diferente extensão, o fenômeno é particularmente notável nos monossílabos tônicos como *del[j]z* e *tre[j]s* (Leite; Callou; Moraes, 2003; Tasca, 2005; Silva, 2014). Neste capítulo, focalizamos esse fenômeno variável na área metropolitana do Rio de Janeiro, através de uma análise em tempo real de curta duração, comparando duas amostras de fala dessa comunidade, separadas por um intervalo de, aproximadamente, 20 anos. O objetivo principal é verificar a direcionalidade da inserção da semivogal [j] nos monossílabos travados por /S/ nessa variedade, assim como a regularidade no efeito de variáveis linguísticas e sociais que atuam sobre o fenômeno.

Uma questão central deste estudo é a natureza do fenômeno: variação estável ou mudança em curso de implementação? No caso de mudança, podemos nos questionar sobre a forma de propagação do fenômeno. Buscando evidências para essas questões, procedemos a uma análise em tempo real de curta duração do tipo

tendência, como proposto por Labov (1994). Comparamos o uso da variante ditongada em duas amostras de fala representativas da variedade carioca, quais sejam, as amostras Censo 1980 e Censo 2000. Partimos da hipótese de que a ditongação dos monossílabos tônicos é um fenômeno de mudança, influenciado tanto por variáveis linguísticas segmentais, como por variáveis sociais. Pressupomos, ainda, que as variáveis aleatórias item lexical e indivíduo desempenham um papel significativo na expansão do fenômeno na comunidade de fala carioca. Assim, partimos da hipótese de que o fenômeno, embora fortemente condicionado por aspectos segmentais, opera por difusão lexical, alcançando, gradativamente, um maior número de monossílabos e é liderado por alguns falantes.

Dados os seus objetivos, a análise se inscreve no quadro teórico e metodológico da Sociolinguística Variacionista, principalmente no que se refere ao estudo da mudança em tempo real de curta duração. Nessa perspectiva, a conjugação de evidências dos estudos em tempo aparente e em tempo real fornecem pistas mais seguras acerca da trajetória de implementação de uma mudança numa comunidade de fala.

Este capítulo está organizado da seguinte forma: inicialmente, retomamos alguns pressupostos centrais da Sociolinguística Variacionista e, mais particularmente, o estudo da mudança em tempo real de curta duração. A seguir, especificamos os procedimentos metodológicos adotados na análise e caracterizamos as amostras utilizadas para a verificação de nossas hipóteses. Dando prosseguimento, discutimos a correlação entre a ditongação antes da coda /S/ nos itens monossilábicos, as variáveis linguísticas, sociais e as variáveis aleatórias consideradas. Seguem as conclusões.

### **Sociolinguística Variacionista: a variação e a mudança linguística**

A Sociolinguística Variacionista coloca no centro das atenções a heterogeneidade dos sistemas linguísticos, opondo-se a uma

visão de língua como um sistema homogêneo e independente do uso. De acordo com esse modelo teórico, as línguas naturais são inerentemente variáveis, ou seja, apresentam processos em que duas ou mais formas alternam em um mesmo contexto, como é o caso da inserção da semivogal anterior [j] nos monossílabos tônicos travados por /S/. Um pressuposto central desse modelo teórico é o de que essa alternância não é de modo algum aleatória, mas regida por fatores internos e externos que condicionam a ocorrência de uma ou outra variante, constituindo padrões regulares de variação. Como destacado por Mollica (2003, p. 9), a Sociolinguística Variacionista “se faz presente num espaço interdisciplinar, na fronteira entre a língua e a sociedade”. Dessa forma, a variação é vista como um fenômeno ordenado e os padrões de variação envolvem, além de fatores estruturais, internos, também aspectos sociais diversos como o gênero dos falantes, o grau de escolaridade, a classe social, o estilo de fala, dentre outros que podem caracterizar uma comunidade de fala. (cf., por exemplo, Weinreich; Labov; Herzog, [1968]2006; Labov, [1972]2008; 1994; 2001; Mollica, 2003; Tagliamonte, 2006).

O reconhecimento da variação como um fenômeno inerente às línguas humanas conduz necessariamente à questão da interrelação entre variação e mudança linguística. Um dos principais objetivos do modelo variacionista é entender como variantes que competem no mesmo contexto, desempenhando, em princípio, a mesma função, podem constituir um estágio de mudança linguística, em que uma das variantes se propaga numa comunidade de fala, acarretando, por vezes, o desaparecimento completo da variante concorrente. Reconhecida como uma consequência da variação, a mudança linguística não pode ser abrupta; ao contrário, se implementa gradativamente. Como destacam Weinreich, Labov e Herzog ([1968] 2006), toda mudança linguística implica variação. No entanto, como nem toda variação acarreta mudança, processos variáveis podem se manter estáveis na língua durante longos períodos. Um problema empírico é exatamente o de distinguir entre uma variação estável ou uma

mudança em curso numa dada comunidade de fala. Essa dificuldade culminou na utilização de outras ferramentas metodológicas que possibilitam checar a natureza do fenômeno variável observado e o estágio de uma mudança em curso numa comunidade de fala.

O objetivo central desse modelo teórico é justamente o de identificar os indícios de que uma alternância entre variantes linguísticas aponta para uma possível mudança em curso na língua e explicar como uma variante inovadora se propaga por uma comunidade de fala (Labov, 1994). Para tanto, propõe ferramentas metodológicas que permitem ao pesquisador identificar a direcionalidade de uma variante linguística. Dentre elas, Labov (Labov, 1994) distingue o estudo da mudança em tempo aparente e o estudo em tempo real de longa ou curta duração.

O estudo da mudança em tempo aparente se baseia nas diferenças de frequência de uso entre falantes de diferentes faixas etárias. A maior recorrência de uma variante na fala dos indivíduos mais jovens pode ser um indicador da propagação de uma nova variante linguística no sistema linguístico de uma comunidade de fala. O construto do tempo aparente, como denominado por Bailey et alii (1991), se baseia no pressuposto de estabilidade do sistema linguístico do indivíduo ao final do período de aquisição da linguagem, ou seja, aproximadamente no início da adolescência. Nessa perspectiva, os padrões linguísticos do indivíduo se fixariam e não apresentariam mudanças significativas ao longo de sua vida adulta. Dessa forma, em uma amostra composta por pessoas de faixas etárias distintas, espera-se que a fala dos indivíduos que a compõem reflita os sistemas linguísticos desses falantes quando tinham por volta de 15 anos, representando, portanto, sincronias pretéritas.

É inegável a validade das evidências fornecidas pelas análises em tempo aparente para a indicação de mudanças em curso (cf. Sankoff, 2006). Elas permitem fazer conjecturas acerca de tendências de uso de uma variante na língua, principalmente no caso de mudanças mais incipientes. Contudo, tais evidências

podem não ser decisivas, já que as diferenças de distribuição de uma variante por faixas etárias podem apontar duas situações distintas: mudança em curso de implementação ou uma gradação etária, isto é, alteração no sistema linguístico do indivíduo como forma de adaptação às exigências externas impostas pela sua faixa etária. Gradação etária é um padrão linguístico regular e cíclico e que se repete em todas as gerações (Labov, 1994; Paiva; Duarte, 2003; Bowie, 2005; Wagner, 2012; Paiva, 2016).

O estudo em tempo real pode ser de longa ou de curta duração. O estudo em tempo real de longa duração exige do pesquisador a consideração de fontes históricas representativas de sincronias anteriores e só recuperáveis por meio de documentos escritos. O estudo em tempo real de curta duração, por sua vez, pode ser do tipo tendência ou do tipo painel. O estudo tendência consiste na análise de um fenômeno variável em, pelo menos, duas amostras da fala da mesma comunidade, separadas por um intervalo de, aproximadamente, uma geração. Como argumenta Labov (1994), conjugada a um estudo do tempo aparente, essa técnica fornece evidências mais seguras acerca da propagação ou da estabilidade de uma variante linguística e dos padrões que a regulam.

O estudo tendência pode ser associado a um estudo do tipo painel, isto é, a comparação do comportamento linguístico dos indivíduos em dois ou mais momentos do tempo. Essa técnica permite verificar a hipótese de estabilidade do sistema linguístico do indivíduo e, conseqüentemente, a validade das evidências do tempo aparente (Labov, 1994; Paiva; Duarte, 2003; Sankoff, 2006; Paiva; Duarte, 2003; Wagner, 2012; Paiva, 2016). Ademais, o estudo painel possibilita identificar os falantes que se alinham com uma mudança em curso na comunidade fala e aqueles que resistem a uma tendência da comunidade, mantendo variantes linguísticas mais conservadoras.

Labov (1994) e Sankoff (2006) propõem que a conjugação entre estudo tendência e estudo painel resulta em diferentes possibilidades, como esquematizado no quadro abaixo.

Quadro 1. Padrões de mudança no indivíduo e na comunidade

INTERPRETAÇÃO	INDIVÍDUO	COMUNIDADE
1. estabilidade	estável	estável
2. gradação etária	instável	estável
3. mudança geracional	estável	instável
4. mudança comunitária	instável	instável

Fonte: Traduzido e adaptado de Labov (1994, p. 83).

## Amostra e metodologia

Como já destacado na introdução, realizamos um estudo do tipo tendência da ditongação de monossílabos tônicos travados por /S/ na variedade carioca. Para tanto, comparamos duas amostras de fala desta comunidade: a Amostra Censo 1980 e a Amostra Censo 2000, representativas, portanto, de duas sincronias distintas.

No início da década de 1980, almejando identificar processos de mudança em curso na variedade falada na região metropolitana do Rio de Janeiro, o Programa de Estudos sobre o Uso da Língua (PEUL) organizou uma amostra constituída por 64 entrevistas sociolinguísticas. Essa primeira amostra, que ficou conhecida como Amostra Censo 1980, foi estratificada da seguinte forma: indivíduos do sexo feminino e masculino; quatro faixas etárias (7 a 14 anos, 15 a 25 anos, 26 a 49 e acima dos 50 anos) e três níveis de escolarização (Fundamental 1, Fundamental 2 e Ensino Médio) (Oliveira e Silva e Scherre, 1996; Paiva; Duarte, 2003), de forma a permitir verificar hipóteses relativas ao efeito de variáveis sociais nas variações identificadas.

Cerca de 20 anos depois, o grupo de pesquisa promoveu esforços para a obtenção de uma nova amostra da comunidade carioca, a Amostra Censo 2000, composta de 32 entrevistas sociolinguísticas. Essa amostra foi organizada de acordo com os mesmos critérios de estratificação da amostra Censo 1980. A comparação dessas duas amostras viabiliza a realização de estudos do tipo tendência do português falado no Rio de Janeiro em duas sincronias, como mostram os trabalhos reunidos em Paiva e Duarte (2003).

A análise da inserção da semivogal [j] antes de /S/ nos monossílabos tônicos foi realizada a partir de um levantamento de dados em 32 entrevistas. Selecionamos 16 falantes de cada uma das amostras, procurando assegurar o equilíbrio na distribuição dos informantes pelas variáveis gênero, idade e escolaridade, de forma a permitir a mensuração do efeito das variáveis sociais. A relação de indivíduos por amostra pode ser vista nos quadros 2 e 3.

Quadro 2. Relação dos falantes da Amostra Censo 1980

FALANTE	GÊNERO	ESCOLARIDADE	IDADE
Ca02	Homem	Fundamental 1	16 anos
Seb09	Homem	Fundamental 1	39 anos
Jo10	Mulher	Fundamental 1	27 anos
Lou16	Mulher	Fundamental 1	56 anos
Val24	Mulher	Fundamental 2	15 anos
Pit37	Homem	Ensino Médio	25 anos
Ac40	Mulher	Ensino Médio	19 anos
Pab41	Homem	Ensino Médio	26 anos
Eve43	Mulher	Ensino Médio	42 anos
Wil45	Homem	Ensino Médio	51 anos
Car46	Homem	Fundamental 2	62 anos
Mgl48	Mulher	Ensino Médio	52 anos
Mar51	Homem	Fundamental 1	25 anos
Ros52	Mulher	Fundamental 1	10 anos
Clo53	Homem	Fundamental 2	11 anos
Adr63	Mulher	Fundamental 2	11 anos

Fonte: Autoria própria.

Quadro 3. Relação dos falantes Amostra Censo 2000

FALANTE	GÊNERO	ESCOLARIDADE	IDADE
Car01	Mulher	Fundamental 1	09 anos
Raf02	Homem	Fundamental 2	14 anos
Rom03	Homem	Fundamental 2	14 anos
Ro04	Mulher	Fundamental 2	14 anos
And05	Homem	Fundamental 1	21 anos

Chr08	Mulher	Fundamental 1	25 anos
Mi11	Mulher	Fundamental 2	15 anos
Gla13	Homem	Ensino Médio	21 anos
Rei20	Homem	Fundamental 1	47 anos
Cri22	Mulher	Fundamental 2	34 anos
Fla23	Homem	Ensino Médio	26 anos
Adr24	Mulher	Ensino Médio	36 anos
Jo25	Homem	Fundamental 1	68 anos
Mar30	Mulher	Fundamental 2	61 anos
Tad31	Homem	Ensino Médio	50 anos
Eu32	Mulher	Ensino Médio	55 anos

Fonte: Autoria própria.

Procedemos ao levantamento e análise de todos os monossílabos tônicos travados por /S/ identificados nas entrevistas dos 32 falantes, o que resultou num total de 1818 dados na amostra 1980 e 1471 na amostra 2000.

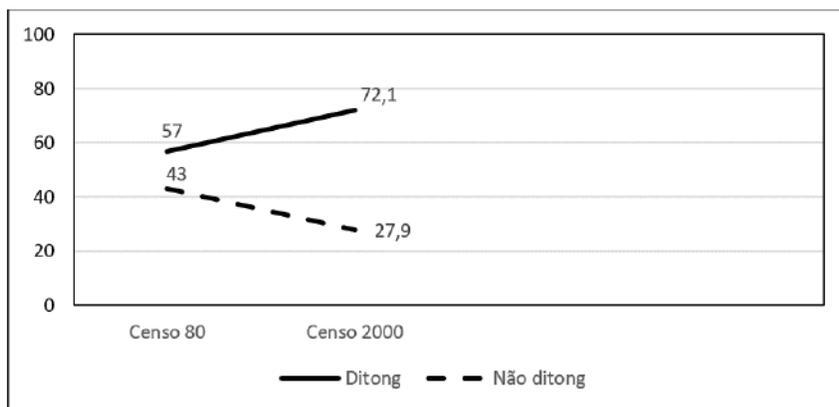
Partimos da hipótese de que a ditongação antes de coda /S/ é motivada por fatores linguísticos, sociais e lexicais. No que tange aos fatores linguísticos, os dados foram analisados de acordo com as variáveis tipo de vogal núcleo e a forma de realização da coda silábica. Para verificar a hipótese de um possível processo de difusão lexical, consideramos a variável aleatória item lexical. No que diz respeito às variáveis sociais, consideramos gênero, idade e escolaridade assim como a variável aleatória indivíduo. As hipóteses avançadas foram verificadas através de uma análise multivariacional realizada com o auxílio do programa GoldVarbX (Robinson; Lawrence; Tagliamonte, 2012) que permitiu identificar os fatores que favorecem a ditongação dos monossílabos tônicos, discutidos na seção seguinte.

A hipótese central da análise é a de que a inserção da semivogal [j] antes de coda /S/ em monossílabos tônicos é um processo de mudança em curso na área metropolitana do Rio de Janeiro. Esperamos, portanto, um aumento nos índices de ditongação no intervalo entre as décadas de 1980 e 2000.

## Resultados

Os resultados resumidos no gráfico 1 fornecem evidências favoráveis à nossa hipótese de propagação da ditongação antes de /S/ em monossílabos tônicos na variedade carioca.

Gráfico 1. Frequência de ditongação em 1980 e 2000



Fonte: Autoria própria.

Como mostram as linhas do gráfico 1, a frequência de ditongação dos monossílabos tônicos aumenta de forma significativa ao longo do tempo, passando de 57% na Amostra Censo 1980 a 72,1% na Amostra Censo 2000. Há, portanto, evidências positivas para a hipótese de propagação desse processo na área metropolitana da cidade do Rio de Janeiro. As linhas de tendência no gráfico 1 vão ao encontro da conclusão de Leite, Callou e Moraes (2003). Na análise em tempo real de curta duração da fala de universitários cariocas, os autores atestam uma redução da inserção de [j] em palavras de duas ou mais sílabas entre as décadas de 1970 e 1990. No entanto, há evidências de implementação da ditongação nos itens monossílabos.

Considerando os fatores segmentais que motivam ou inibem a ditongação nos monossílabos tônicos, observa-se que o aumento constatado é mais expressivo em alguns contextos fonéticos do que

em outros, envolvendo, principalmente, a influência da forma de realização da coda silábica e o tipo de vogal núcleo, variáveis selecionadas na análise multivariacional como estatisticamente significantes.

Tabela 1. Ditongação de acordo com a realização da coda /S/

Realização da coda	AMOSTRA CENSO 1980		AMOSTRA CENSO 2000	
	Frequência	Peso relativo	Frequência	Peso relativo
[j]	328/455 = 72,1%	0.65	380/435 = 87,4%	0.71
[s]	82/158 = 51,9%	0.42	96/142 = 67,6%	0.40
[z]	474/795 = 59,6%	0.47	471/646 = 72,9%	0.42
[ʒ]	70/82 = 85,4%	0.76	85/99 = 85,9%	0.57
Supressão da coda	83/223 = 37,2%	0.25	29/92 = 31,5%	0.13
[R]	0/105 = 0%	-	0/57 = 0%	-
	Input- 0.60	Sig 0,000	Input = 0,80	Sig. 0.000

Fonte: Autoria própria

O aumento da ditongação é particularmente expressivo quando a coda é realizada como alveopalatal surda (j), com uma diferença de mais de 15 pontos percentuais entre as médias para 1980 e 2000. A significância dessa diferença se confirma nos pesos relativos atribuídos à alveopalatal surda em cada uma das sincronias: 0.65 na década de 80 e 0.71 na década de 2000.

No caso de a coda ser realizada como alveopalatal sonora, o contexto mais favorável à ditongação na década de 1980, há indicações de estabilidade, dada a similaridade das frequências para a década de 1980 (85,4%) e a década de 2000 (85,9%). No entanto, o peso relativo atribuído a esse fator passa de 0.76 na Amostra Censo 1980 a 0.57 na Amostra Censo 2000, o que permite

suspeitar de um recuo da variante ditongada nesse contexto fonético. Não está excluída, no entanto, a possibilidade de que esse recuo resulte da intervenção de outras variáveis, principalmente do item lexical, uma variável retomada mais abaixo. Considerando a influência das propriedades fonéticas da coda, o que mais se destaca, portanto, é o efeito relevante das consoantes alveopalatais na inserção da semivogal [j] nos monossílabos tônicos. A tendência atestada neste estudo confirma resultados de estudos anteriores sobre a variedade carioca, como o de Callou (2001). Essa regularidade no efeito favorecedor das palatais pode ser explicada pelo compartilhamento dos traços [+ anterior] e [+ alto] pelas consoantes palatais e a semivogal [j].

A análise permite constatar ainda o efeito desfavorecedor da ditongação nos casos em que a coda é suprimida, como em [maj], com pesos relativos de 0.25 e 0.13, respectivamente para as décadas de 1980 e de 2000. A realização da coda como uma fricativa aspirada, como em [mah], por sua vez, bloqueia categoricamente a inserção da semivogal [j] nas duas sincronias.

Um aspecto já destacado por trabalhos anteriores diz respeito à influência significativa das propriedades fonéticas do núcleo vocálico na ditongação antes da coda /S/ (cf. Leiria, 2000; Callou, 2001; Tasca, 2005). Os resultados da tabela 2 confirmam o efeito do tipo de vogal núcleo na propagação da ditongação de monossílabos tônicos na variedade carioca.

Tabela 2. Ditongação de acordo com a vogal núcleo da sílaba

Vogal	AMOSTRA CENSO 80		AMOSTRA CENSO 2000	
	Frequência	Peso relativo	Frequência	Peso relativo
[ɛ]	43/51 = 84,3%	0.75	52/53 = 98,1%	0.84
[e]	225/390 = 57,7%	0.48	212/262 = 80,9%	0.71
[a]	675/1127 = 59,9%	0.53	731/1064 = 68,7%	0.40
[ɔ]	86/242 = 35,5%	0.29	62/88 = 70,5%	0.74
[u]	8/8 = 100%	-	4/4 = 100%	-

Input	0.60	Sig. = 0,000	0.80	Sig.= 0,000
-------	------	-----------------	------	-------------

Fonte: Autoria própria

Embora o tipo de vogal tenha sido selecionado apenas para a amostra Censo 2000, os resultados obtidos para essa variável são bastante regulares. Destaca-se o efeito da vogal anterior [ɛ], caso de *de[j]z*, como a que mais favorece a ditongação, com peso relativo de 0.75 em 1980 e 0.84, em 2000. Seguem as vogais [a], como em *ma[j]s* e [e] (*fe[j]z*), com pesos relativos respectivos de 0.53 e 0.48, na década de 80. Observa-se, no entanto, que essas duas vogais apresentam trajetórias distintas no intervalo de tempo considerado. Assim, o índice de ditongação com a vogal [e] aumenta significativamente na segunda sincronia, alcançando o peso relativo de 0.71, o que fortalece o efeito das vogais anteriores médias. A vogal [a], embora aumente sua frequência de ditongação, passando de 59,35, em 80, para 70,5% em 2000, reduz seu peso relativo para 0.40, na Amostra Censo 2000. A relevância das vogais médias anteriores [ɛ] e [e] e da vogal baixa [a] confirma tendências já atestadas em outros trabalhos que concluem que essas vogais constituem o ambiente fonético mais favorável ao acréscimo da semivogal (Leiria, 2000; Tasca, 2005; Haupt, 2006; Mota; Silva, 2018).

Os resultados para as vogais posteriores contrariam nossas expectativas e tendências já atestadas em outros estudos. Segundo trabalhos como os de Leiria (2000) e Tasca (2005), vogais posteriores tendem a inibir a ditongação antes de /S/ em coda. De acordo com os resultados da tabela 2, essa tendência é constatada na Amostra Censo 1980, para a vogal posterior média aberta, associada à frequência de 35,5%, correspondendo ao peso relativo de 0.29. No entanto, na década de 2000, tanto a frequência como o peso relativo associados à vogal [ɔ] aumentam de forma significativa, alcançando frequência superior a 70% e peso relativo de 0,74. A vogal posterior [u], por sua vez, apresenta ditongação categórica nas duas sincronias. Evidentemente, a interpretação dessa correlação exige cautela, em razão do baixo número de ocorrências

nas duas amostras. Além disso, é necessário considerar a possível interação entre tipo de vogal núcleo e item lexical, como mostramos a seguir.

As tendências constatadas para o tipo de vogal núcleo podem ser relativizadas se considerarmos que, nos dados analisados, se verifica superposição entre essa variável e a variável item lexical. Assim, o efeito favorecedor da vogal anterior média aberta [ɛ] pode ser discutido se considerarmos que, nas duas amostras, essa vogal ocorre apenas no item *dez*. De forma semelhante, tanto na Amostra de 1980 como na Amostra de 2000, o item *luz* é o maior responsável pelo acréscimo categórico da semivogal após a vogal posterior [u] no núcleo silábico. Há, portanto, fortes indícios de que a ditongação em sílabas travadas por /S/ envolve tanto aspectos segmentais como aspectos lexicais.

A análise de item lexical como uma variável revela importante variabilidade na ditongação antes de /S/. Como se pode verificar na tabela 3, enquanto alguns itens lexicais apresentam valores muito altos de ditongação, ou mesmo categóricos, outros desfavorecem esse processo.

Tabela 3. Ditongação de acordo com item lexical

AMOSTRA CENSO 1980			AMOSTRA CENSO 2000	
Item lexical	Frequência	Peso relativo	Frequência	Peso relativo
Dez	43/51 = 84,3%	0.79	52/53 = 98,1%	0.82
Três	98/126 = 77,8%	0.71	69/72 = 95,8%	0.73
Mês	16/26 = 61,5%	0.48	12/12 = 100%	-
Voz	7/11 = 63,6%	0.57	10/10 = 100%	-
Nós	79/231 = 34,2%	0.24	52/77 = 67,5%	0.12
Fez	44/73 = 60,3%	0.56	48/59 = 81,4%	0.37
Faz	116/177 = 65,5%	0.57	126/161 = 78,3%	0.68

Mas	539/922 = 58,5%	0.53	587/882 = 66,6%	0.50
VeZ	67/165 = 40,6%	0.28	83/119 = 69,7%	0.27
trás <sup>1</sup>	18/20 = 90%	0.86	11/14 = 78,6%	0.67
Paz	2/5 = 40%	0.15	4/4 = 100%	-
Luz	8/8 = 100%	-	3/3 = 100%	-
Gás	0/3 = 0%	-	2/2 = 100%	-
Brás	-	-	1/1 = 100%	-
Pós	-	-	0/1 = 0%	-
Cruz	-	-	1/1 = 100%	-

Fonte: Aatoria própria.

Comparando as duas sincronias, é possível constatar larga diferença entre os percentuais de ditongação dos diferentes monossílabos atestados nas duas sincronias da variedade carioca. Assim, na Amostra Censo 1980, itens como *luz*, *trás*, *dez*, *três*, *mês*, *voz*, *nós*, *fez*, *faz* são, numa escala decrescente, os mais favoráveis à inserção de [j] antes da coda /S/. Menor variação, com índices próximos a 50% pode ser observada nos itens *mês*, *voz*, *fez*, *faz*, *mas*. Mantendo a cautela necessária em razão do baixo número de ocorrências, constata-se que os itens *Brás* e *cruz*, que ocorrem apenas na Amostra Censo 2000, também são categoricamente ditongados, enquanto o item *pós* é monotongado. Por outro lado, os itens *nós*, *vez*, *gás* e *paz* desfavorecem a inserção da semivogal antes de /S/

O ponto mais importante, porém, é que a maior parte dos itens lexicais já atestados na Amostra Censo 1980 aumenta seu índice de ditongação na Amostra Censo 2000. Em alguns a ditongação se torna mesmo categórica, como é o caso, por exemplo de *mês*, *voz*, *paz*, e, principalmente, *gás*, que passa de não ditongação para 100% de ditongação

---

<sup>1</sup>As formas *traz* (verbo) e *trás* (preposição) foram tratadas conjuntamente, devido à sua homofonia.

Além desse aumento quantitativo da ditongação, verifica-se também uma expansão do fenômeno no intervalo de tempo que separa as duas amostras, com a inclusão dos itens *Braz*, *pós* e *cruz*. Esse aumento do número de monossílabos susceptíveis de ditongação fornece evidências de que a mudança segue seu curso não apenas quantitativa, mas também qualitativamente.

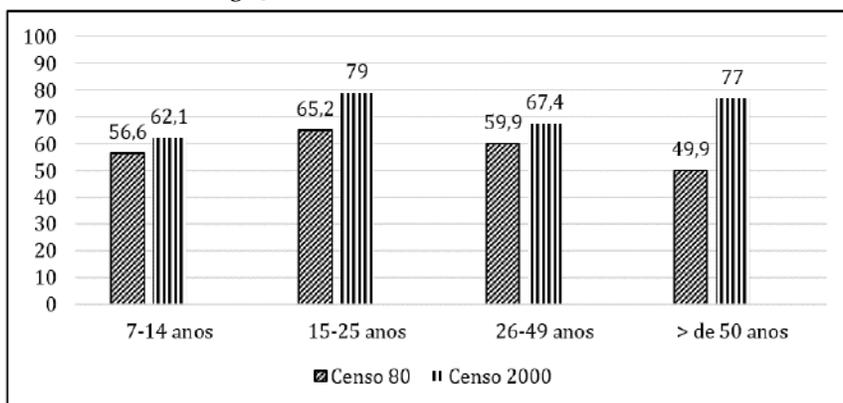
O comportamento diferenciado de itens lexicais que, por vezes, compartilham o mesmo tipo de vogal núcleo reforça a hipótese já avançada por Tasca (2005) e Haupt (2006) sobre a influência do item lexical no espriamento da ditongação antes de /S/. No seu estudo sobre a ditongação na fala de quatro cidades do Rio Grande do Sul (Flores da Cunha, Porto Alegre, Panambi e São Borja), Tasca (2005) conclui que a propagação da variante ditongada na região se processa por difusão lexical. Os resultados para a variável item lexical neste estudo, como vimos acima, apontam para uma interpretação semelhante. Tomemos, como exemplo, os itens lexicais *três* e *fez*. Enquanto o primeiro apresenta peso relativo bastante alto, o segundo mostra diminuição do peso relativo no decorrer do tempo. Contudo, é necessário considerar não apenas as frequências de ocorrência e pesos relativos atribuídos a cada item lexical, mas também sua frequência total na amostra, já que alguns itens são muito mais recorrentes do que outros.

### **As variáveis sociais**

Partimos da hipótese de que a ditongação antes de /S/ nos monossílabos tônicos é influenciada também por variáveis extralinguísticas como idade, sexo/gênero e escolaridade do falante. Diferentemente do esperado, no entanto, as variáveis sociais gênero e escolaridade não mostraram resultados conclusivos, ou seja, não há evidências claras de que elas influenciem a ditongação dos monossílabos, o que pode ser tomado como um indício de que a ditongação não constitui um fenômeno estigmatizado na comunidade de fala carioca.

Considerando as indicações de que a inserção da semivogal [j] constitui uma mudança em progresso na variedade carioca, esperávamos correlações significativas com a variável idade. No entanto, como mostra o gráfico 2, os resultados para essa variável contrariam, de certa forma, o que se pode esperar segundo o construto do tempo aparente.

Gráfico 2. Ditongação de monossílabos de acordo com faixa etária



Fonte: Autoria própria.

A variável faixa etária não foi selecionada na Amostra Censo 1980. Como podemos observar, as frequências para essa sincronia são bastante próximas, embora seja atestado um percentual mais baixo entre os falantes com idade superior a 50 anos. Na amostra Censo 2000, verifica-se o aumento regular da ditongação em todas as faixas etárias, ainda que mais expressivo nas faixas de 15 a 25 anos (79%) e acima de 50 anos (77%). Embora haja indicações de que os falantes da faixa 2 possam ser os líderes da mudança, seria precipitado interpretar os resultados do gráfico 2 em termos de mudança geracional, dado que o valor percentual da faixa acima de 50 anos é muito próximo da percentagem associada aos falantes com idade entre 15 e 25 anos e aumenta de forma expressiva (mais de 20 pontos percentuais) na segunda sincronia.

Essa configuração para a variável idade e a não significância das variáveis sociais gênero e idade conduzem à hipótese de que a

variável indivíduo intervém na propagação da ditongação dos monossílabos tônicos travados por /S/. Como mostra a tabela 4, os falantes de cada uma das amostras variam, de forma significativa, seus índices de ditongação.

Tabela 4. Ditongação por falante

AMOSTRA CENSO 1980			AMOSTRA CENSO 2000		
Falante	Frequência	Peso relativo	Falante	Frequência	Peso relativo
Ca02	60/78 = 76,9%	0.67	Car01	30/79 = 38%	0.19
Seb09	78/117 = 66,7%	0.59	Raf02	38/67 = 56,7%	0.40
Jo10	57/156 = 36,5%	0.30	Rom03	46/57 = 80,7%	0.72
Lou16	57/119 = 47,9%	0.36	Ro04	37/40 = 92,5%	0.84
Val24	89/131 = 67,9%	0.63	Eu32	112/133 = 84,2%	0.61
Pit37	48/65 = 73,8%	0.64	And05	71/93 = 76,3%	0.42
Ac40	46/102 = 45,1%	0.37	Chr08	76/102 = 74,5%	0.47
Pab41	48/65 = 73,8%	0.64	Mi11	72/76 = 94,7%	0.77
Eve43	81/103 = 78,6%	0.70	Gla13	43/66 = 71,4%	0.37
Wil45	74/154 = 48,1%	0.42	Rei20	62/98 = 63,3%	0.44
Car46	57/151 = 37,7%	0.30	Cri22	47/84 = 56%	0.31
Mgl48	105/163 = 64,4%	0.63	Fla23	107/128 = 83,6%	0.69
Mar51	70/124 = 56,5%	0.41	Adr24	82/132 = 62,1%	0.39
Ros52	50/75 = 66,7%	0.60	Jo25	138/154 = 89,6%	0.71

Clo53	61/122 = 50%	0.47	Mar30	42/67 = 62,7%	0.39
Adr63	50/87 = 57,5%	0.50	Tad31	56/98 = 57,1%	0.21
Média	57%		Média	72,1%	

Fonte: Autorial própria.

Constatam-se, na Amostra Censo 1980, diferenças significativas nos índices de ditongação por indivíduo. Quatro falantes apresentam frequências relativamente altas – superiores a 60% – (Seb09, Val24, Mgl48, Ros52) e quatro outros (Ca02, Pit37, Pab41 e Eve43) alcançam frequências de ditongação superiores a 70%. Outros falantes, por sua vez, apresentam acentuada variação (Lou16, Ac40, Wil45, Mar51, Clo53, Adr63), e apenas os falantes Jo10 e Car46 desfavorecem o fenômeno com frequências significativamente mais baixas, de 36,5% e 37,7%, respectivamente, e o mais baixo peso relativo (0.30).

Comparando os índices de ditongação dos falantes de 1980 e de 2000, podem ser constatadas diferenças importantes. Podemos perceber que os indivíduos gravados em 2000 estão ditongando mais em relação aos indivíduos de 1980. Dos 16 falantes, 9 (Rom03, Ro04, And05, Chr08, Mil11, Gla13, Fla23, Jo25 e Eu32) apresentam índices de ditongação acima dos 70%. Dentre esses, seis exibiram frequências quase categóricas, superiores a 80% (Rom03, Ro04, Mi11, Fla23, Jo25 e Eu-32). Com valores em torno de 60%, temos os falantes Rei20, Adr24 e Mar30. Os falantes Raf02, Cri22 e Tad31 são os que apresentam maior espectro variável de ditongação, com frequências próximas de 50%, e apenas o falante Car01 desfavorece significativamente a inserção da semivogal, com percentagem de apenas 38% e peso relativo correspondente de 0.19.

Considerando as acentuadas diferenças de comportamento entre os indivíduos, tentamos identificar as características comuns aos falantes com frequências de ditongação superiores à média de cada sincronia. Acreditamos, assim, ser possível encontrar pistas mais claras sobre a forma de espraçamento da ditongação na

variedade carioca. O quadro 4 relaciona os falantes com índices de ditongação significativamente mais altos do que a média da comunidade em 1980.

Quadro 4. Relação dos falantes com maiores índices de ditongação na Amostra Censo 1980

<b>Falante</b>	<b>Sexo</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Idade</b>	<b>Bairro</b>
Ca02	Homem	fundamental 1	16 anos	Camorim
Seb09	Homem	fundamental 1	39 anos	Anchieta
Val24	Mulher	fundamental 2	15 anos	Tanque
Pit37	Homem	Ensino Médio	25 anos	Leblon
Pab41	Homem	Ensino Médio	26 anos	Cidade de Deus
Eve43	Mulher	Ensino Médio	42 anos	Freguesia
Mgl48	Mulher	Ensino Médio	52 anos	Santa Teresa
Ros52	Mulher	fundamental 1	10 anos	Realengo
Adr63	Mulher	Fundamental 2	11 anos	Pechincha

Fonte: Autoria própria.

Se considerarmos as categorias sociais de estratificação das amostras, nota-se certo equilíbrio nas características sociais dos falantes, o que reforça a evidência de que o maior ou menor alinhamento do falante com o processo de ditongação dos monossílabos na comunidade só pode ser explicado com base em outros aspectos sociais. A identificação dos falantes com valores mais altos de ditongação revela um aspecto interessante: grande parte dos indivíduos com índices de ditongação acima da média se concentra em bairros da Zona Oeste do Rio de Janeiro (Camorim, Tanque, Cidade de Deus, Freguesia, Realengo e Pechincha).

Como podemos ver no quadro 5, essa tendência se repete na Amostra 2000.

Quadro 5. Relação dos falantes com maiores índices de ditongação na Amostra Censo 2000

Falante	Sexo	Escolaridade	Idade	Bairro
Rom03	Homem	Fundamental 2	14 anos	Sepetiba
Ro04	Mulher	Fundamental 2	14 anos	Camorim
And05	Homem	Fundamental 1	21 anos	Pechincha
Chr08	Mulher	Fundamental 1	25 anos	Botafogo
Mi11	Mulher	Fundamental 2	15 anos	Santa Teresa
Fla23	Homem	Ensino Médio	26 anos	Ilha do Governador
Jo25	Homem	Fundamental 1	68 anos	Tijuca
Eu32	Mulher	Ensino Médio	55 anos	Barra

Fonte: Autoria própria.

O quadro 5 mostra que há uma distribuição equilibrada quanto à variável gênero: 4 homens e 4 mulheres. De acordo com a faixa etária, os indivíduos se situam, na sua maioria, entre os 14 e os 26 anos. Quanto à variável escolaridade, apenas 2 falantes possuem nível médio. Os demais se distribuem entre os níveis fundamental 1 e fundamental 2. Destaca-se novamente que a metade dos falantes (4) com taxas de ditongação superiores à média habitavam em bairros da Zona Oeste. O principal ponto em comum entre as duas amostras é, portanto, a regularidade no que se refere ao local de residência dos falantes que mais ditongam, com predominância de moradores de bairros da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro.

## Conclusões

A análise desenvolvida confirmou nossa hipótese de propagação da ditongação antes de /S/ nos monossílabos tônicos na variedade carioca. A comparação entre as Amostras Censo 1980 e Censo 2000 forneceu evidências robustas de um aumento significativo da inserção da semivogal [j] na segunda sincronia, com um aumento de 15,1 pontos percentuais.

Além disso, destacou-se a regularidade no efeito das variáveis que envolvem o contexto fonético, com efeito significativo da forma de realização da coda silábica e do tipo de vogal núcleo. Confirmando tendências já atestadas para a variedade carioca do português, a inserção da semivogal [j] antes da coda /S/ nos monossílabos tônicos é favorecida principalmente pelas consoantes palatais. Por outro lado, é desfavorecida no caso de supressão da coda e bloqueada em contexto da realização de /S/ como uma fricativa aspirada.

A análise comprovou também a relevância do tipo de vogal núcleo, destacando-se o efeito das vogais anteriores, em especial da média aberta [E] como a que mais favorece a ditongação dos monossílabos tônicos nas duas sincronias consideradas. O efeito dessa variável pode ser discutido, no entanto, se considerarmos a acentuada superposição entre tipo de vogal e item lexical. Assim, grande parte do efeito da vogal anterior média aberta pode ser explicado pela recorrência do item *dez* que apresenta índice quase categórico de ditongação tanto com coda alveopalatal como com coda alveolar.

A consideração dos itens lexicais como uma variável permitiu constatar que alguns monossílabos tônicos são muito mais frequentemente ditongados do que outros, indicando que se situam, provavelmente, em um estágio mais avançado de uma mudança progressiva. Além disso, a análise permitiu identificar um aumento no número de monossílabos com ditongação variável na Amostra 2000, sugerindo um espriamento qualitativo do processo que opera, segundo as indicações, por difusão lexical.

Tendo em vista os resultados obtidos neste trabalho, em consonância com outros estudos, não há evidências conclusivas para a influência de macrocategorias sociais na inserção da semivogal [j] nos monossílabos tônicos, à exceção da faixa etária, que mostrou um aumento regular das frequências de ditongação de uma sincronia para outra em todas as faixas etárias consideradas. No entanto, as evidências fornecidas pelas correlações com a variável idade não podem ser tomadas como

indicativas de uma mudança geracional, visto que os índices mais expressivos de ditongação são atestados tanto entre os falantes na faixa de 15 a 25 anos como na faixa etária acima de 50 anos.

O fato de as variáveis sociais clássicas não apresentarem um efeito significativo não significa, no entanto, que a ditongação dos monossílabos seja imune à influência de aspectos sociais. A análise dos falantes como uma variável, selecionada em todas as rodadas, mostrou uma curva na tendência da ditongação, com alguns indivíduos liderando nitidamente o uso da variante ditongada. Sobressaem, principalmente, os indivíduos da amostra 2000, com alguns falantes apresentando índices de ditongação superiores a 80%, enquanto outros apresentam maior variação. Essas diferenças suscitam questões para uma análise futura, no que diz respeito às peculiaridades sociais dos indivíduos que se alinham com uma mudança em curso na comunidade de fala carioca. Considerando os indivíduos com índices de ditongação superiores à média de cada sincronia, foi possível depreender regularidade no que diz respeito ao local de residência do falante. No entanto, evidências mais seguras no que se refere ao alinhamento do falante com uma mudança em curso na comunidade requer um estudo do tipo painel que considere o comportamento do mesmo indivíduo em cada uma das sincronias.

## Referências

BAILEY, G; WIKLE, T; TILLERY, J; SAND, L. The apparent time construct. **Language Variation and Change**, 3. Cambridge: Cambridge University Press, p. 241-264, 1991.

BOWIE, D. **Language change over the lifespan**: a test of the apparent time construct. University of Pennsylvania Working Papers in Linguistics, vol. 11, 2, p. 45-58, 2005.

CALLOU, D. M. I. A ditongação no português do Brasil: estudo de dois casos. In: **Actes du XXII Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes**. Bruxelas, v. 3, p. 95-101, 2001.

- HAUPT, C. A ditongação em sílabas travadas por /S/ em Florianópolis. In: **VII Encontro do Círculo de Estudos Linguísticos do Sul – CELSUL**. Pelotas, RS, p. 1-16, 2006.
- LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. Tradução de Marcos Bagno, Maria M. Pereira Scherre e Caroline R. Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, [1972]2008.
- LABOV, W. **Principles of Linguistic Change: Internal Factors**, v. 1. Oxford: Blackwell, 1994.
- LABOV, W. **Principles of Linguistic change**. Volume II: Social Factors. Oxford: Blackwell, 2001.
- LEIRIA, L. L. A ditongação variável em sílabas tônicas finais travadas por /S/. **Organon**, v. 14, n. 28-29, p.133-141, 2000.
- LEITE DE VASCONCELOS, J. **Esquisse d'une dialectologie portugaise**. 2. ed. Centro de Estudos Filológicos: Lisboa, [1901]1970.
- LEITE, Y; CALLOU, D; MORAES, J. Processos de mudança no português do Brasil: variáveis sociais. In: CASTRO, I.; DUARTE, I. (Org.). **Razões e emoção: miscelânea de estudos em homenagem a Maria Helena Mira Mateus**. v.1. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2003. p. 87-95.
- MOLLICA, M. C. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (org..). **Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação**. 2003. 4. ed., 7ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2021. p. 9-14.
- MOTA, J.; SILVA, A. O vertical e o horizontal no português falado nas capitais das regiões Sul e Sudeste do Brasil: a ditongação diante de /S/. In: CARDOSO, S; MOTA, J; PAIM, M. (org.) **Documento 3: Projeto Atlas Linguístico do Brasil**. Salvador, Vento Leste: Universidade Federal do Estado da Bahia/Instituto de Letras, 2012. p. 117- 135.
- MOTA, J.; SILVA, A. Relações entre características acústico-articulatórias de vogais antes de <S> e sua ditongação variável em cidades baianas. **Diadorim**, Rio de Janeiro, vol. 20, no.2, p.209-237, jul/dez, 2018.

- OLIVEIRA E SILVA, G. M.; SCHERRE, M. M. P. (org.). **Padrões sociolinguísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro; Tempo Brasileiro, 1996.
- PAIVA, M. C.; DUARTE, M. E. L. Introdução: A mudança linguística em curso. In: PAIVA, M. C.; DUARTE, M. E. (org..). **Mudança linguística em tempo real**. Rio de Janeiro: Editora Contra Capa/Faperj, 2003. p. 13-30.
- PAIVA, M. C.; DUARTE, M. E. L (org.) **Mudança linguística em tempo real**. Rio de Janeiro: Editora Contra Capa/Faperj, 2003.
- PAIVA, M. C. Mudança em tempo real e em tempo aparente. In: MOLLICA, M. C.; FERRAREZI, C. (orgs). **Sociolinguística, sociolinguísticas**. São Paulo: Editora Contexto, 2016, p. 117-144.
- ROBINSON, J.; LAWRENCE, H.; TAGLIAMONTE, S. **Goldvarb 2012: a multivariate analysis application for Windows**. Nova York: University of York, 2001. Disponível em: <http://www.york.ac.uk/language/webstuff/goldvarb>. Acesso em 08 nov. 2024.
- SANKOFF, G. Age: Apperent time and real time. **Elsevier Encyclopedia of Language and Linguistics**, Second Edition, 2006. Article number: LALI: 01479
- SILVA, A. R. Variação fonética em capitais brasileiras: ditongação de vogais diante de /S/ e as realizações fonéticas do /S/ em coda. Paraíba: **Anais do XVII Congresso Internacional Asociación de Lingüística y Filología de America Latina**, 2014. p. 7-9.
- TAGLIAMONTE, S. **Analysing sociolinguistic variation**. New York: Cambridge University Press, 2006.
- TASCA, M. A inserção de glide em sílaba travada por /S/. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 40, n. 3, p. 137-162, set. 2005.
- WAGNER, S. E. Age Grading in Sociolinguistic Theory. **Linguistics**. Compass 6/6, p. 371–382, 2012.
- WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística**. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo, Parábola Editorial, 2006.

## A metáfora da transitividade em notícias jornalísticas do século XIX

Eduardo Tabelini Pereira  
Gesieny Laurett Neves Damasceno

### Introdução

O presente capítulo embasa-se na Linguística Sistêmico-Funcional (doravante, LSF), teoria linguística funcionalista proposta por Michael A. K. Halliday. No quadro teórico da LSF, a linguagem é vista como um recurso para a construção de significados. Como esclarece Halliday (1994), as línguas, de um modo geral, são organizadas em torno de três tipos principais de significados: ideacional, interpessoal e textual. Tais significados são chamados de *metafunções*, manifestações no sistema linguístico dos três objetivos principais que fundamentam todos os usos da linguagem: representação, interação e mensagem, respectivamente.

Segundo Halliday (1994), a metafunção ideacional é usada para organizar, compreender e expressar as nossas percepções do mundo e de nossa própria consciência, sendo codificada léxico-gramaticalmente pelo Sistema de Transitividade (foco de análise deste capítulo). Para a LSF, tal Sistema é construído por suas categorias (ou papéis): os *Processos*, categoria responsável por codificar ações, eventos, estabelecer relações, exprimir ideias e sentimentos e construir o dizer e o existir; os *Participantes*, elementos envolvidos com os Processos, de forma obrigatória ou não; e as *Circunstâncias*, informações adicionais atribuídas aos diferentes Processos. Desse modo, a noção de Transitividade abordada nesta pesquisa se distancia daquela atribuída pela

gramática tradicional (GT), que se restringe à ideia de verbos transitivos e intransitivos e refere-se ao sistema léxico-gramatical responsável por representar nossa experiência, sendo uma propriedade da oração como um todo, e não apenas do verbo.

Segundo a LSF, no uso efetivo da linguagem, o falante possui à sua disposição uma gama de configurações possíveis para expressar um dado significado. O que irá determinar uma escolha, em detrimento de outras que poderiam ter sido feitas, será o conjunto de pré-requisitos determinados pelos propósitos comunicativos (Halliday, 1994). Partindo dessa constatação, esta pesquisa objetivou investigar o modo como os significados são construídos em notícias jornalísticas pertencentes ao século XIX, tendo em vista a representação das categorias que compõem o Sistema de Transitividade descrito pela LSF (os Processos, os Participantes e as Circunstâncias).

Pesquisas direcionadas à análise da Transitividade no gênero notícia jornalística, como as desenvolvidas por Damasceno, Rodrigues e Nobre (2014) e Damasceno (2016; 2017), têm demonstrado que, não poucas vezes, os elementos principais que compõem o Complexo Transitivo assumem funções gramaticais distintas daquelas funções esperadas para a forma mais congruente do significado, produzindo, assim, sentidos diversos, como nos exemplos a seguir, representativos de notícias pertencentes aos séculos XX e XXI, respectivamente:

(1) Salário-mínimo aumenta amanhã. (Jornal do Brasil, fevereiro de 1986)

(2) Aeroporto de Manaus abre área do novo estacionamento. (Uol, março de 2014)

A ideia defendida nesses estudos é a de que as construções representadas nos exemplos (1) e (2), em que os Participantes do tipo Ator (*Salário mínimo* e *Aeroporto de Manaus*) resguardam características do Participante Meta (o Participante que efetivamente é modificado pela ação) e da Circunstância,

respectivamente, são resultado de uma mudança de categoria gerada no interior das orações, provocando uma nova codificação com relação às funções das categorias linguísticas que representam o Sistema de Transitividade. Acredita-se que essa mudança de categoria é fruto de um processo metafórico, denominado aqui *Metáfora da Transitividade*.

Conforme explicam Damasceno, Rodrigues e Nobre (2014) e Damasceno (2016), o termo *Metáfora Gramatical*, na qual está inserida a *Metáfora da Transitividade*, é usado pela LSF para designar a variação na expressão de um dado significado. Ao adotar uma nova perspectiva para a metáfora, Halliday (1994) amplia o conceito tradicional estabelecido pela teoria retórica, na qual a metáfora é definida apenas como a variação no significado de uma palavra. Para a LSF, a questão que se coloca como relevante é o fato de existirem modos diferentes a partir dos quais os significados podem ser expressos. Segundo Halliday (1994), existem duas formas de expressar um significado: uma forma congruente e uma metafórica. A representação congruente, ou menos marcada, é aquela considerada como o modo mais comumente dito em uma determinada língua ou “o modo que é dito na ausência de qualquer circunstância especial” (Halliday, 1994, p. 344).

A partir dos preceitos da LSF, a *Metáfora da Transitividade* está sendo considerada como o processo em que uma nova expressão de significado ocorre em função de uma mudança de domínio das categorias que compõem o Sistema de Transitividade. Nos exemplos (1) e (2), anteriormente mencionados, é possível constatar essa mudança de domínio das categorias, visto que um termo que desempenha a função de *Participante Meta* e de *Circunstância* na forma congruente de representação do significado (SN e SAdv, respectivamente) é codificado como um *Participante obrigatório (Ator)* na expressão metafórica desse significado (SN). As representações a seguir permitem observar as formas congruentes dessas expressões linguísticas, bem como evidenciam a mudança de domínio que ocorre das categorias *Participante Meta* e

Circunstância para a categoria Participante Ator no interior do Sistema de Transitividade (Damasceno, 2016; Damasceno; Rodrigues; Nobre, 2014):

Exemplo (1):

*Forma Metafórica*

(1) Salário-mínimo aumenta amanhã.

*Forma Congruente*

(1.1) [Alguém] aumenta o salário-mínimo amanhã.

Quadro 1. Representação da forma metafórica do Sistema de Transitividade

<i>Salário-mínimo</i>		aumenta	amanhã
Participante Ator (SN)		Processo Material	Circunstância (SAdv)

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 2. Representação da forma congruente do Sistema de Transitividade

[Alguém]	aumenta	<i>o salário-mínimo</i>	amanhã
Participante Ator	Processo Material	Participante Meta	Circunstância (SAdv)

Fonte: Elaboração própria,

Exemplo (2):

*Forma Metafórica*

(2) Aeroporto de Manaus abre área do novo estacionamento.

*Forma Congruente*

(2.1) [Alguém] abre área do novo estacionamento no aeroporto de Manaus.

Quadro 3. Representação da forma metafórica do Sistema de Transitividade

<i>Aeroporto de Manaus</i>	Abre	área do novo estacionamento
Participante Ator (SN)	Processo Material	Participante Meta

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 4. Representação da forma congruente do Sistema de Transitividade

[Alguém]	abre	área do novo estacionamento	<i>no aeroporto de Manaus</i>
Participante Ator	Processo Material	Participante Meta	Circunstância (SAdv)

Fonte: Elaboração própria.

Damasceno, Rodrigues e Nobre (2014) e Damasceno (2016; 2017) esclarecem que a configuração do Sistema de Transitividade no contexto discursivo em questão (notícia jornalística) revela os seguintes aspectos, bastante determinantes na codificação da oração e, consequentemente, na construção dos significados. São eles:

1. *Foco da informação*: a estrutura linguística foi ordenada a partir da expressão textual mais relevante, e a estratégia utilizada para concretização desse objetivo foi a mudança de categorias no interior da oração, denominado aqui *Metáfora da Transitividade*. A mudança da expressão linguística do domínio do Participante Meta e da Circunstância para o domínio do Participante Ator efetuada nas orações em destaque faz com que a categoria sintática de Sujeito, a categoria semântica de Ator e a categoria discursiva de Tema sejam codificadas por um mesmo grupo nominal (*Salário-mínimo* e *Aeroporto de Manaus*).

2. *Ausência de um agente prototípico*: apesar de as orações das notícias terem sido construídas em torno de um Processo Material, ou seja, um processo do *fazer*, na maioria das construções, não é possível (ou não é conveniente) identificar uma entidade individualizada que possa ocupar o papel semântico de Agente da

ação, nesse contexto discursivo. Diante dessa constatação, observa-se que a representação metafórica da categoria Ator se apresenta como uma solução eficaz para a realização completa da proposição na voz ativa da expressão verbal.

3. *Omissão do agente*: as diferentes configurações atribuídas à oração (especialmente, ao Participante Ator), por meio da manipulação dos componentes do Sistema de Transitividade, encontram-se atreladas a objetivos discursivos bastante relevantes no gênero notícia jornalística. O uso da metáfora da transitividade, por exemplo, torna-se um recurso eficaz quando o que se deseja é a omissão dos reais agentes envolvidos, que não aparecem explicitados no domínio da oração e, ainda, no domínio da notícia. O uso mais frequente das expressões metafóricas com fins de ocultação do agente em Damasceno (2016) corrobora essa proposição.

A partir do exposto, constitui-se objetivo principal deste trabalho analisar a natureza e a frequência de uso da Metáfora da Transitividade em notícias jornalísticas do século XIX. Os seguintes objetivos específicos embasam este trabalho: (i) descrever o modo de configuração da Metáfora da Transitividade no *corpus* selecionado; (ii) investigar quais significados são construídos a partir das diferentes representações clausais, tendo em vista os propósitos comunicativos do gênero notícia jornalística; (iii) comparar os usos da Metáfora da Transitividade em diferentes sincronias (séculos XIX e XX); (iv) correlacionar o uso da Metáfora da Transitividade ao contexto de cultura (Butt, 2000) das notícias jornalísticas do século XIX.

As seguintes hipóteses norteiam o estudo aqui apresentado: (i) o uso metafórico de elementos congruentemente circunstanciais na posição de Ator do Processo Material é, em comparação com notícias do século XX, menos frequente nas notícias do século XIX, em função das mudanças nas relações sociais, que, conseqüentemente, perpassam as configurações clausais; (ii) a frequência de uso da Metáfora da Transitividade possui relação

estreita com os propósitos comunicativos dos gêneros discursivos e, portanto, com o contexto de cultura de cada período histórico.

Conforme foi mencionado, a Metáfora da Transitividade tem sido estudada como um importante fenômeno de construção de sentidos em notícias pertencentes aos séculos XX e XXI (Damasceno, 2017; Damasceno; Rodrigues; Nobre, 2014). No entanto, ainda não existem descrições concernentes ao século XIX, por isso, entende-se que os objetivos elencados neste trabalho tornam possível estabelecer um importante quadro comparativo das formas de codificação dos elementos que compõem o Sistema de Transitividade em diferentes sincronias, correlacionando os modos de organização das orações aos diferentes contextos de cultura em que os textos se encontram inseridos.

Ao adotar uma perspectiva que compreende o uso da linguagem como um processo de produzir significados a partir das escolhas linguísticas realizadas, defende-se a ideia de que os movimentos sintáticos, semânticos e discursivos no interior do Sistema de Transitividade, observados ao longo das décadas, estão diretamente relacionados à construção dos significados dos gêneros discursivos, como é o caso das notícias jornalísticas, foco deste estudo.

## **Metodologia**

O *corpus* desta pesquisa é formado por 21 notícias jornalísticas pertencentes à primeira fase do século XIX (1808-1841). Os textos foram extraídos do *corpus* VARPORT, criado pela Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em parceria com pesquisadores de Portugal. O recorte de análise compreende todas as orações ativas construídas em torno dos processos Materiais, que são os processos do fazer e do acontecer, ou seja, que expressam a noção de que alguma entidade ‘faz’ algo e pode ser feito ‘para’ alguma outra entidade.

As orações Materiais foram separadas manualmente, por meio de leitura criteriosa. Como postula a LSF, a unidade mínima de

análise é a oração, pois veicula uma proposição completa (Halliday, 1994). A seleção manual das orações deve-se ao fato de um Processo do fazer ser contextualmente definido, ou seja, a relação entre Processo e seus Participantes é que determinará a natureza dessa construção, o que impede que as orações que exprimem ação sejam identificadas apenas a partir do verbo. Para a apreensão das orações, foi usado o editor de planilhas Microsoft Excel (Pacote Windows), que permitiu o registro e a organização das orações em planilha, bem como a elaboração de uma tabela em que foram registradas as informações referentes aos aspectos formais, semânticos e discursivos dos elementos que compõem os Processos Materiais encontrados, a fim de tornar possível a análise das orações. Além de ser considerado o período histórico em que os textos foram elaborados, as orações foram agrupadas e quantificadas a partir dos seguintes critérios:

1. natureza dos Processos (do *fazer* ou do *acontecer*);
2. natureza sintático-semântica das Circunstâncias e dos Participantes atrelados aos Processos (Ator, Meta, Escopo, Beneficiário etc.);
3. natureza dos movimentos de categoria envolvidos na codificação do Sistema de Transitividade (Metáfora da Transitividade).

Este trabalho propõe uma análise qualitativa que se apoia em dados quantitativos, para comprovação de seus resultados. Assim, a frequência de ocorrência dos aspectos supracitados está relacionada aos propósitos comunicativos dos textos arrolados, tendo em vista as particularidades do gênero em questão e do contexto histórico em que os textos foram escritos.

## **Resultados e Discussões**

Após análise criteriosa, foram encontradas no *corpus* 246 orações ativas construídas em torno dos Processos Materiais, nosso recorte de análise. Dentre elas, a Metáfora da Transitividade foi encontrada em 30 orações. A Tabela 1, a seguir, apresenta uma

síntese da quantidade de orações Materiais e das orações Metafóricas encontradas no *corpus*:

Tabela 1. Percentual de ocorrência da Metáfora da Transitividade nas notícias jornalísticas

Formas de expressão do significado	Quantidade	Percentual [%]
Metafórica	30	12%
Outras (Metonímicas e Congruentes)	216	88%
Total	246	100%

Fonte: Elaboração própria.

Após a organização das orações em uma planilha, buscou-se analisar as configurações das orações metafóricas, no que diz respeito à natureza dos movimentos de categorias envolvidos. A Tabela 2, a seguir, apresenta o percentual de ocorrência de tais configurações. Os nomes das configurações referem-se às funções que os Participantes Atores das orações exerceriam na forma congruente de tais estruturas:

Tabela 2. Percentual de ocorrência das configurações dos processos metafóricos nas notícias jornalísticas

Configurações	Quantidade	Percentual [%]
Termo congruentemente circunstancial	21	70%
Termo congruentemente Meta	9	30%
Total	30	100%

Fonte: Elaboração própria.

A partir dos critérios elencados para o agrupamento e a quantificação das orações analisadas, descritas na seção *Metodologia* deste trabalho, as orações metafóricas foram separadas em 8 (oito) padrões linguísticos que sintetizam as escolhas efetuadas no âmbito do Sistema de Transitividade, os sentidos construídos e os

propósitos comunicativos envolvidos em tais escolhas. Tais padrões são descritos a seguir. Os termos em negrito correspondem aos respectivos Processos Materiais das orações exemplificadas:

*Padrão 1:* foram encontradas quatro orações com esse padrão; em tais orações, o Participante Ator é representado por um termo congruentemente circunstancial de *localização espacial – lugar*<sup>1</sup>. Os eventos apresentam um *fazer* e um *acontecer*, visto que há um Participante Meta envolvido, por isso respondem à pergunta *o que x fez a y?*. Em duas orações, o Participante Ator é representado por sintagmas nominais (doravante, SNs) lexicais referentes a meios de transporte e suas respectivas nacionalidades, e, nas outras duas orações, representado por SNs lexicais referentes a províncias e cidades. Em uma das orações, há um sintagma circunstancial de lugar (*na costa do Pará ou Maranhão*) e de causa (*para procurar à força mantimentos*), que, assim, realçam<sup>2</sup> o significado do Processo *desembarcar*. As orações a seguir exemplificam tal construção, em que os termos *Hum Corsario Francez* (termo congruentemente circunstancial *de onde*) e *A Cidade do Porto* (termo congruentemente circunstancial *onde*) correspondem ao Atores dos Processos *desembarcar* e *arvorar*, respectivamente:

(3) Igualmente correo voz que hum Corsario Francez **desembarcára** 20 homens na costa do Pará ou Maranhão para procurar à força mantimentos [...] (Gazeta do Rio de Janeiro, 10/09/1808)

---

<sup>1</sup> Para a categorização das circunstâncias, nos baseamos na classificação proposta pela LSF (Halliday; Matthiessen, 2004).

<sup>2</sup> Como esclarece Halliday (1994), os grupos circunstanciais expandem o significado das orações Materiais. Em relação a isso, os autores identificam três relações lógico-semânticas de expansão: a *elaboração*, a *extensão* e o *realce*. Na *elaboração*, um termo expande o significado de outro, especificando-o, comentando-o, reformulando-o, ou ainda, apresentando exemplos. Já na *extensão*, um termo expande o significado da oração Material adicionando a esta algum elemento novo. Por fim, na *expansão por realce*, um termo realça o significado do Processo, fornecendo características circunstanciais de tempo, lugar, causa ou condição.

(4) A Cidade do Porto **arvorou** a bandeira portugueza. (Gazeta do Rio de Janeiro, 10/09/1808)

*Padrão 2:* foram encontradas duas orações com essa construção; em tais orações, o Participante Ator também é representado por SNs lexicais referentes a meios de transporte e suas respectivas nacionalidades, porém, diferentemente do padrão 1, tal Participante corresponde a um termo congruentemente circunstancial de *meio*. A oração a seguir exemplifica a construção desse padrão. O termo *O brigue nacional Jovem Fluminense* corresponde ao Ator do Processo *conduzir*:

(5) O brigue nacional *Jovem Fluminense*, entrado hontem de Santa Catarina, **conduz** o destacamento de Permanentes [...] (Jornal do Commercio, 29/11/1838)

*Padrão 3:* foram encontradas três orações com esse padrão; em tais orações, o Participante Ator é representado por um termo congruentemente circunstancial de lugar na função de Ator (SNs lexicais referentes a países e províncias). Os eventos apresentam um *fazer*, visto que não há um Participante Meta envolvido, e, por isso, respondem à pergunta *o que x fez?*. A agentividade e a mudança se estendem a um lugar inteiro. Em duas orações, há um participante do tipo *Escopo (armas)* — segundo Halliday e Matthiessen (2004, p. 192), tal tipo de participante completa e especifica o processo, mas, diferentemente do participante Meta, não é afetado por ele. Além disso, em uma das orações há um sintagma circunstancial de causa (*contra a tyrannia do Pertubador do Genero Humano*), que, assim, realça o significado do processo *pegar*. A oração a seguir exemplifica a construção desse padrão. O termo *Todas as Provincias da Hespanha* corresponde ao Ator do Processo *pegar*:

(6) Todas as Provincias da Hespanha **tem pegado** em Armas contra a tyrannia do Pertubador do Genero Humano. (Gazeta do Rio de Janeiro, 10/09/1808)

*Padrão 4:* foram encontradas duas orações com esse padrão. Aqui, o Participante Ator também é codificado por SNs lexicais referentes a meios de transporte e suas nacionalidades, porém, diferentemente do padrão 1, tal participante se assemelha a um participante do tipo Meta, pois é paciente. Desse modo, há o uso de um termo congruentemente Meta na função de Ator e os eventos apresentam um *acontecer*, ou seja, respondem à pergunta *o que aconteceu a x?*. Em uma das orações, há um termo circunstancial de lugar (*ao Texel*) e na outra um termo circunstancial de meio (*com profusão de pavilhões*), que, assim, realçam os significados dos Processos *arribar* e *embandeirar*. As orações podem ser vistas a seguir, em que os termos *Os dois Navios Americanos* e *Duas Fragatas Francezas* correspondem ao Atores dos respectivos Processos:

(7) Os dois Navios Americanos, que ultimamente **arribarão** ao Texel, não podem descarregar as suas mercadorias [...] (Gazeta do Rio de Janeiro, 10/09/1808)

(8) [...] e entre estas se distinguão duas Fragatas Francezas que **embandeirarão** com profusão de pavilhões. (Correio do Rio de Janeiro, 16/10/1822)

*Padrão 5:* foram encontradas quatro orações com essa configuração. Em tais orações, o Participante Ator se assemelha a um participante do tipo Meta, pois não é agentivo, mas sim paciente — desse modo, há o uso de um termo congruentemente Meta na função de Ator. Em três orações, a Metáfora da Transitividade não ocorre por meio de movimento fictício de categorias no interior da oração, como observado até agora, mas sim, através da seleção de um predicador (*chegar*) cuja forma congruente do sentido somente pode ser elaborada a partir de outro predicador — são, desse modo, *casos de complementaridade* (Damasceno, 2016, p. 146). Em uma das orações, há um sintagma circunstancial de lugar (*do Sul*), que, assim, realça o significado do

Processo *chegar*. Tal construção é exemplificada a seguir. O termo *As notícias* corresponde ao Ator do Processo:

(9) As notícias, que acabão de **chegar** do Sul, ao passo que demonstrão [...] (O Homem do Povo, 12/05/1840)

*Padrão 6*: foram encontradas quatro orações com esse padrão; em tais orações, o Participante Ator foge ao padrão prototípico agentivo e resguarda algumas propriedades de um elemento causal — desse modo, há o uso de um termo congruentemente circunstancial de *causa* na função de Ator. Os eventos apresentam um *fazer* e um *acontecer*. Os agentes envolvidos são designados pelo grupo ao qual pertencem, com isso, a agentividade é estendida a um grupo. Em uma das orações, há um sintagma circunstancial de causa (*para manter com muita dignidade a presente guerra*), que, assim, realça o significado do Processo *habilitar*. A oração a seguir exemplifica tal construção, em que o termo *Os poderosos socorros Inglezes* corresponde ao Ator do Processo *habilitar*:

(10) [...] os poderosos socorros Inglezes a **tem habilitado** [a Suécia] para manter com muita dignidade a presente guerra. (Gazeta do Rio de Janeiro, 10/12/1808)

*Padrão 7*: foram encontradas oito orações com esse padrão, em uma mesma notícia; em tais orações, há o uso de um termo congruentemente circunstancial de *acompanhamento*<sup>3</sup> na posição de Ator do Processo Material — um SN lexical referente à artilharia militar (*boca de fogo*). Os eventos apresentam um *fazer*, visto que não há um Participante Meta envolvido. Em seis orações, há um sintagma circunstancial de lugar, que, assim, realçam os significados

---

<sup>3</sup> Diferentemente de alguns autores, Halliday e Matthiessen (2004, p. 273) nomeiam termos como *guarda-chuva* e *chave*, nos exemplos “Jane saiu com seu guarda-chuva” e “Eu vim sem minha chave” (traduções livres de exemplos dados pelos autores), como circunstância de acompanhamento, o que se aplica aos exemplos do padrão 7.

dos processos, e, em uma, um participante do tipo Escopo, que, assim, completa e específica o significado do Processo. A oração a seguir exemplifica a construção desse padrão. O termo *a direita da 2ª Brigada* corresponde ao sintagma circunstancial de lugar:

(11) [...] e logo o Esquadrão de Cavalaria de Minas, e as 2., bocas de fogo que **flanqueavão** a direita da 2a. Brigada passavão para a frente [...] (Correio do Rio de Janeiro, 16/10/1822)

*Padrão 8:* foram encontradas três orações desse padrão, na mesma notícia das do padrão anterior e com o uso do mesmo termo (boca de fogo) na posição de Ator do Processo. Porém, aqui, tal participante, diferentemente do padrão 7, corresponde a um elemento congruentemente Meta, visto que é afetado pelo processo de deslocamento (mudança de lugar). Desse modo, há, nas orações, sintagmas circunstanciais de lugar, que realçam os significados dos Processos. Algumas orações são casos de complementaridade. Os eventos, assim, apresentam um acontecer. A oração a seguir exemplifica a construção desse padrão. O termo *para a direita desta* corresponde ao sintagma circunstancial de lugar:

(12) [...] e o Esquadrão, do 1º Regimento de Cavallaria do Exercicio junto com a boca de fogo que flanqueavão a esquerda da 1a Brigada **passarão** para a direita desta. (Correio do Rio de Janeiro, 16/10/1822)

Segundo Butt (2000), o contexto de cultura é o contexto exterior ao texto e se refere à soma de todos os significados que podem fazer sentido em uma cultura particular. Como ele esclarece, considerar o contexto de cultura na análise linguística significa considerar o contexto social no qual o texto está inserido e a influência deste nas palavras e nas estruturas usadas por seu enunciador. Nesse viés, na tentativa de investigar quais significados foram construídos a partir da Metáfora da Transitividade, tendo em vista os propósitos comunicativos do gênero notícia jornalística e o contexto de cultura envolvido, foram considerados na análise os fatores sociais e históricos mais importantes

do período, como os conflitos militares (as guerras napoleônicas, por exemplo), a vinda da família real para o Brasil, ocorrida em 1808, e a independência do Brasil, ocorrida em 1822, bem como características do gênero notícia jornalística em tal época.

Apesar de não haver unanimidade entre os autores que discutem o gênero notícia jornalística, e embora tal gênero discursivo venha experimentando transformações significativas ao longo dos anos, como discutem Traquina (2005) e Melo (1985), sumariza-se, com base em tais autores, que esse gênero consiste no relato de acontecimentos por meios jornalísticos. Para a composição das notícias, cabe aos enunciadores selecionar os eventos e os aspectos de tais eventos considerados mais relevantes, segundo os propósitos comunicativos dos jornais nos quais serão veiculadas. As informações essenciais contidas nas notícias costumam ser o *quem?*, o *quê?*, o *quando?*, o *onde?*, o *porquê?* e o *como?*.

Traquina (2005, p. 34) informa que, no início do século XIX, as notícias estavam muito atreladas ao discurso político e, desse modo, abordavam, majoritariamente, eventos políticos, e, muitas vezes, funcionavam como “propaganda”, o que, a partir de meados do século XIX, com a *penny press*<sup>4</sup>, começou a mudar, quando os jornais passaram a tratar sobre mais temas. Segundo o autor, os jornais passaram, então, a “fornecer informação, e não propaganda, e esse novo paradigma fez surgir valores que ainda hoje são identificados como jornalismo: a notícia, a procura da verdade, a independência, a objetividade, e uma noção de serviço ao público” (Traquina, 2005, p. 34). Em relação a isso, realmente existe esse cunho político muito presente na maioria das notícias analisadas, pois nelas são abordados, majoritariamente, eventos relacionados a tal âmbito (atos oficiais, por exemplo), como discute-se a seguir.

---

<sup>4</sup> O conceito de *penny press* surgiu nos Estados Unidos e refere-se à criação de um novo jornalismo, motivada por alguns fatores, como o surgimento de novas formas de financiamento da imprensa, o que permitiu a despolitização da mesma e, com isso, sua maior independência com relação aos partidos políticos, principal fonte de receita dos jornais ainda no século XIX (Traquina, 2005, p. 36).

Como esclarece Nelson Werneck Sodré, em *História da imprensa no Brasil* (1966), é durante o início do século XIX que surge, oficialmente, a imprensa brasileira, em 1808, com a vinda da família real para o Brasil. Os primeiros jornais do país foram o *Correio Braziliense* e a *Gazeta do Rio de Janeiro*, sendo este o jornal em que a maioria das notícias analisadas nesta pesquisa foram veiculadas (13 notícias). Como o autor esclarece, tal jornal foi o primeiro a ser redigido e publicado totalmente no Brasil, sendo o órgão oficial do governo português durante a permanência de Dom João VI no Brasil. Sua função principal era divulgar notícias, através da publicação de atos oficiais, eventos envolvendo os âmbitos político e militar, além de, durante os primeiros anos, veicular informações sobre as guerras napoleônicas (informações que eram muito importantes para que a Coroa portuguesa e os cidadãos se informassem sobre o contexto político e militar conturbado que vivia a Europa, devido ao expansionismo da França napoleônica). Todas as notícias de tal jornal que foram analisadas abordam eventos políticos e militares, relacionados, majoritariamente, às guerras napoleônicas.

Além da *Gazeta do Rio de Janeiro*, os jornais *Correio do Rio de Janeiro*, *O Fluminense*, *O Homem do Povo* e *Jornal do Commercio* também serviram de veiculação para as demais notícias. Como informa Sodré (1966), tais jornais surgiram depois da *Gazeta do Rio de Janeiro*, em um segundo momento dessa 1ª fase do século XIX, durante o processo de independência do então Reino do Brasil. O *Correio do Rio de Janeiro*, por exemplo, atuou em prol da independência do Brasil, e suas notícias eram sobre eventos políticos e militares, nacionais e internacionais. Já o *Jornal do Commercio*, por sua vez, era uma folha estritamente comercial, mas que, aos poucos, passou a abordar também o reflexo do plano político sobre questões econômicas. Dentre as notícias de tais jornais, são retratados, em cinco delas, eventos que envolvem os âmbitos político e militar, e, em quatro delas, eventos que envolvem os âmbitos policial e judicial, como confissões de crimes, por exemplo.

Considerando os aspectos supracitados, verifica-se que, em relação às notícias jornalísticas analisadas, o uso da Metáfora da Transitividade ocorreu exclusivamente em orações que retratam eventos relacionados aos âmbitos político e militar. Tal uso revelou-se uma importante estratégia no que tange à (1) seleção dos aspectos dos eventos abordados considerados mais relevantes para a composição das notícias, em que um termo não agentivo é representado como Ator do Processo Material e os agentes envolvidos não são explicitados na oração e, sequer, na notícia (Padrões 1, 2, 3, 4, 5, 7 e 8) e (2) enaltecimento de algum aspecto dos eventos abordados que não corresponde ao agente envolvido, em que um termo não agentivo é representado como Ator do Processo Material, mas os agentes aparecem, de alguma forma, explicitados na oração ou na notícia, de forma genérica, designados por um grupo ao qual pertencem (Padrão 6). Em relação a (1), verifica-se que, de modo geral, na abordagem de tais eventos, o uso da Metáfora da Transitividade possibilitou a omissão do real agente responsável pela ação, quando tal ação não foi feita por pessoas de grande relevância nos âmbitos político e militar e outros aspectos dos eventos abordados tornavam-se informações consideradas mais relevantes para o discurso político presente nas notícias — nos padrões 1, 2, e 5, por exemplo, meios de transporte e as nacionalidades envolvidas tornam-se informações mais importantes para os propósitos dos enunciadores pelo fato de os eventos retratados (o descarregamento de mercadorias e a condução de militares, por exemplo) serem eventos oficiais. Já em relação a (2), verifica-se um enaltecimento de atos envolvidos no contexto político e militar da época: em (10), por exemplo, é apresentada ao leitor a participação da Suécia em uma guerra, e o uso da Metáfora da Transitividade nesse caso cumpre o propósito dos enunciadores de chamar a atenção dos leitores para a importância e as consequências dos socorros ingleses, que se tornavam valiosos para tal nação.

Em estudos sobre a transitividade em notícias do século XX (Damasceno, 2016; Damasceno; Rodrigues, 2017), a Metáfora da

Transitividade apresentou duas configurações, no que diz respeito ao movimento de categorias envolvido: um termo congruentemente circunstancial estruturado como Participante Ator (majoritariamente, uma circunstância de causa) e um termo congruentemente Meta nas orações transitivas estruturado como Participante Ator nas orações intransitivas. Em relação a tais resultados, é averiguada, nas notícias jornalísticas analisadas pela presente pesquisa, menor ocorrência de uso da Metáfora da Transitividade, tanto das configuradas com o uso de um elemento circunstancial na função de Ator do Processo Material, como das configuradas com o uso de um termo congruentemente Meta em tal função, o que confirma uma das hipóteses levantadas. Acredita-se que a diferença da frequência de uso da Metáfora da Transitividade entre tais notícias está relacionada aos seguintes aspectos:

1. *Mudanças no foco das informações*: há, nas notícias analisadas, muitas construções congruentes envolvendo os Processos Materiais. Nas notícias sobre eventos políticos e militares, há muitas construções congruentes com o uso de SNs referentes a pessoas de relevância em tais âmbitos, como reis e generais, por exemplo, e uso de SNs referentes a um grupo de pessoas representativo de alguma nação ou instituição (“o Povo Espanhol” e “tropa”, por exemplo), o que está relacionado ao caráter político das notícias daquela época. Já nas notícias relacionadas aos âmbitos policial e judicial, também existe um grande número de construções congruentes, o que pode ser motivado pelo critério de personalização, ou seja, de valorização dos indivíduos envolvidos no ato criminoso ou de infração. Em relação às notícias analisadas por Damasceno (2016), entendemos que a inclusão de novos temas e a noção de “serviço ao público”, que as notícias passaram a ter ao longo dos anos (Traquina, 2005), estão relacionadas à maior frequência de uso das expressões metafóricas, pois geraram, não poucas vezes, uma mudança de foco da informação para aspectos não agentivos. Na oração “*Salário-mínimo aumenta amanhã*” (presente na introdução deste capítulo), por exemplo, o termo *salário-mínimo* torna-se informação

considerada, pelos enunciadores, mais relevante para o leitor, pois compõe uma notícia sobre mudanças na economia. O uso majoritário de expressões metafóricas com sujeito causativo em Damasceno (2016) corrobora essa afirmação, pois tais notícias apresentam o objetivo principal de informar sobre atos governamentais e suas consequências para a sociedade, como assinatura de documentos, feitura de ementas etc.

2. *Mudanças na construção textual*: em Damasceno (2016), verifica-se que muitos usos da Metáfora da Transitividade ocorreram nos domínios das manchetes e dos *leads* de tais notícias, domínios estes concernentes às notícias do jornalismo moderno. Como esclarece Traquina (2005), devido ao objetivo de ter mais leitores, houve, ao longo dos anos, a necessidade de obter uma melhor utilização econômica do espaço do jornal, e, com isso, novas técnicas na redação das notícias. A partir da técnica chamada *pirâmide invertida*, as notícias passaram a ser ordenadas a partir dos aspectos considerados mais relevantes — a técnica se tornou uma unanimidade na imprensa porque poupa o tempo do leitor e permite que o texto se adeque ao espaço editorial disponível (Castilho, 2005). Além disso, permite ao enunciador captar a atenção do leitor e prender sua atenção ao longo da notícia (Campos, 2009). As manchetes, por exemplo, como informa Van Dijk (2002), cumprem a função de "expressar, de forma objetiva, parte da macroestrutura hipotética de um item noticioso, sendo, assim, utilizada como sinais adequados para fazer previsões eficazes sobre a informação mais importante do texto". Desse modo, entende-se que tais estratégias textuais, ainda não presentes nas notícias jornalísticas do início do século XIX, contribuem para a maior frequência de uso da Metáfora da Transitividade nas notícias jornalísticas analisadas por Damasceno (2016) — em relação a isso, é importante analisar que Damasceno, Rodrigues e Nobre (2014) apresentam uma análise de casos metafóricos que ocorrem exclusivamente em manchetes de notícias do século XXI.

3. *Outros aspectos*: acredita-se que fatores como a objetividade, o imediatismo e a relativa imparcialidade, que passaram a ser mais

característicos das notícias jornalísticas a partir da *pennypress* (Traquina, 2005), também estão relacionados à maior frequência de uso das expressões metafóricas em Damasceno (2016), pois a omissão dos reais agentes dos eventos retratados nas notícias pode estar a serviço de tais fatores.

### **Considerações finais**

Com base nos pressupostos principais do Funcionalismo Linguístico, mais especificamente da Linguística Sistêmico-Funcional, o presente trabalho objetivou investigar a natureza e a frequência de uso da Metáfora da Transitividade em notícias jornalísticas do século XIX, a fim de investigar os sentidos construídos por tal uso (tendo em vista os propósitos comunicativos e o contexto de cultura envolvidos) e estabelecer um quadro comparativo com as análises já efetuadas com notícias do século XX (Damasceno, 2016; Damasceno; Rodrigues, 2017). Os resultados revelam o uso da Metáfora da Transitividade nas notícias jornalísticas analisadas e sua importância para os propósitos dos enunciadores no que tange a (1) seleção dos aspectos dos eventos abordados considerados mais importantes para a composição das notícias e (2) enaltecimento de algum aspecto não agentivo envolvido nos eventos abordados.

Já em comparação a estudos sobre a transitividade em notícias do século XX (Damasceno, 2016; Damasceno; Rodrigues, 2017), verifica-se menor frequência de uso da Metáfora da Transitividade, principalmente das configuradas a partir de um sujeito circunstancial de causa. Entende-se que tal diferença relaciona-se a (1) mudança de foco das informações, (2) mudanças na construção das notícias, como o advento das manchetes e dos *leads*, observado em Damasceno (2016), e (3) outros aspectos, como a objetividade e o imediatismo, mais característicos das notícias analisadas pertencentes ao século XX. Com isso, reiteramos a confirmação das duas hipóteses levantadas: o uso metafórico de elementos congruentemente circunstanciais na posição de Ator do Processo

Material foi menos frequente nas notícias jornalísticas do século XIX e a frequência de uso da Metáfora da Transitividade possui, tendo em vista as discussões propostas ao longo da pesquisa, relação estreita com os propósitos comunicativos dos gêneros discursivos e, portanto, com o contexto de cultura de cada período histórico.

## Referências

- BUTT, D. **Using functional grammar: an explorer's guide**. 2. ed. Sydney: Macquarie, 2000.
- CAMPOS, P. C. Do outro lado da pirâmide invertida. **Observatório da imprensa**, São Paulo, dez. 2009.
- CASTILHO, C. Para que serve a pirâmide invertida? **Observatório da imprensa**, São Paulo, dez. 2009.
- DAMASCENO, G. L. N.; RODRIGUES, V. V.; NOBRE, M. M. R. A metáfora da transitividade no gênero notícia jornalística: uma abordagem sistêmico-funcional, **Revista Signótica**, UFG, v. 26, n. 2, p. 495-517, 2014.
- DAMASCENO, G. L. N.; RODRIGUES, V. V. Os processos materiais em notícias jornalísticas: seleção de parâmetros descritivos e análise de suas correlações. **Revista Fórum Linguístico**, Florianópolis, v.14, n.2, p. 2096- 2115, 2017.
- DAMASCENO, G. L. N. **A transitividade de processos materiais em notícias jornalísticas**. 2016, 248 p. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- FURTADO DA CUNHA, M. A. et al. (org.). **Linguística funcional: teoria e prática**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- FUZER, C.; CABRAL, S. R. S. **Introdução à gramática sistêmico-funcional em língua portuguesa**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2014.
- HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to functional grammar**. 2. ed. London: Edward Arnold, 1994.

- HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. **An introduction to functional grammar**. 3. ed. London: Arnold, 2004.
- MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.
- MELO, J. M. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.
- SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são**. 2.ed. Florianópolis: Insular, 2005.
- VAN DIJK, T. **Cognição, discurso e interação**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

## Colocação pronominal no teatro capixaba de 1880 a 1910

Jonathan Murilo Souza dos Santos  
Leila Maria Tesch

### Introdução

Muito se tem falado sobre a colocação dos clíticos pronominais no português brasileiro (doravante PB), seja em estudos sincrônicos ou diacrônicos (Benincá, 2022; Biazolli, 2010, 2016; Martins, 2007). O interesse dos linguistas por esse tema dá-se por ser uma marca característica do PB em oposição a outras variedades da língua nos dias atuais, em especial o português europeu (doravante PE). Portanto, observar a colocação pronominal ao longo dos séculos, bem como seu uso pelos falantes do presente, é uma tarefa importante para os linguistas que buscam compreender esse fenômeno. Todavia, apesar dos inúmeros trabalhos com essa temática, pouco se explorou a respeito da colocação dos pronomes em terras capixabas (Benincá, 2022; Santos, 2022; 2023a; 2023b) e, principalmente, em períodos anteriores ao século XXI.

Lançando um olhar histórico sobre o tema, conduzimos este estudo que visa a analisar os padrões de uso dos clíticos átonos em Vitória entre as décadas de 1880 e 1910, amparados pela metodologia proposta por William Labov ([1972]2008) para a Teoria da Variação e da Mudança Linguística (Weinreich; Labov; Herzog, [1975]2006).

Antes de discutirmos o que atualmente se sabe sobre o assunto, faz-se necessário compreender o que de fato são os clíticos pronominais e de que maneira eles se apresentam em uma oração. Segundo Bechara (2009, p. 184), “as formas *eu, tu, ele, ela, nós, vós, eles, elas*, que funcionam como sujeito, se dizem retas. A cada um

destes pronomes pessoais retos corresponde um pronome pessoal oblíquo que funciona como complemento e pode apresentar-se em forma átona ou tônica”. Por não possuírem tonicidade própria, as formas átonas devem se vincular a um ou mais verbos, de modo que cada posição possível recebe uma nomenclatura própria. Nas lexias verbais simples, quando um clítico se liga a apenas um verbo, foco desta pesquisa, são denominadas próclise (1), ênclise (2) e mesóclise (3), a depender da sua posição em relação ao verbo. Abaixo, apresentamos exemplos de cada variante, todos retirados do nosso *corpus*.

- (1) Não demonstre à rica matrona o fim que aqui **nos conduz**. (Pereira, 1894, p. 2).
- (2) [...] trabalhava por **vê-lo** em posição condigna do seu talento [...]. (A Folha da Victoria, Vitória, 1883).
- (3) Quer dizer que **realizar-se-ha** sem muita tardança, não é? (Pereira, 1894, p. 21).

Biazolli (2010, p. 69) demonstra que há um equilíbrio entre as variantes (1) e (2) no PE, ao passo que no PB a próclise é a forma mais utilizada pelos falantes. Essa preferência é tão acentuada que o linguista Marcos Bagno levanta a bandeira de que

o velho e infrutífero debate sobre a chamada colocação pronominal deve ser abandonado em favor de uma postura mais realista diante do que de fato é a gramática do PB contemporâneo. [...] Regra única da sintaxe dos clíticos no PB: o clítico vem sempre anteposto ao verbo principal (Bagno, 2013, p. 231-232).

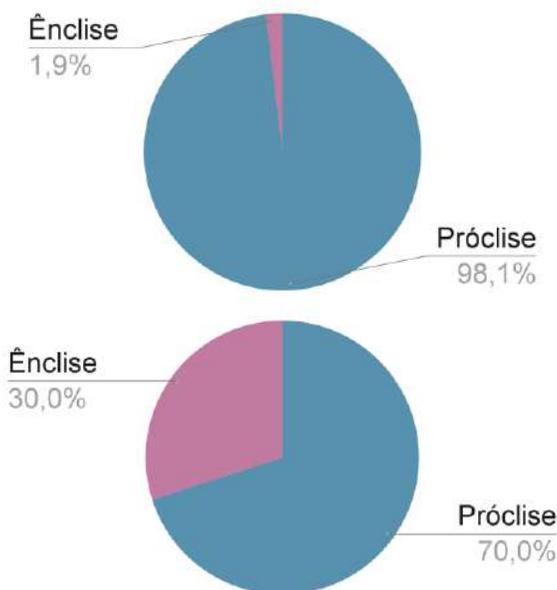
No que diz respeito à posição dos pronomes clíticos pelos capixabas ou, mais especificamente, na cidade de Vitória/ES, podemos recorrer a Benincá (2022). Sua tese explora o fenômeno na fala, analisando o *corpus* do Projeto PortVix<sup>1</sup>, e a escrita jornalística

---

<sup>1</sup> O Projeto PortVix – Português Falado na Cidade de Vitória/ES – busca analisar a identidade linguística capixaba. Entre os anos de 2001 e 2003, foram gravadas 46

dos vitorienses no século XXI, investigando o jornal A Gazeta<sup>2</sup>. A distribuição dos dados, em relação à posição dos clíticos, ocorreu da seguinte maneira:

Gráfico 1. Taxa de uso de próclise e ênclise na fala (acima) e na escrita (abaixo) de capixabas.



Fonte: Benincá (2022, p.279 e 295).

Esses resultados encontrados por Benincá (2022) se assemelham aos de outras pesquisas que analisaram o PB, como Biazolli (2016), com o favorecimento da posição proclítica. Tais números nos levaram à seguinte questão: essa semelhança também pode ser atestada no PB nos séculos passados? Para responder a essa questão, buscamos realizar uma pesquisa variacionista a partir de um *corpus* composto por sete peças de teatro vitorienses, datadas

---

entrevistas com pessoas nascidas e moradoras de Vitória/ES, contemplando as variáveis sexo/gênero, faixa etária e escolaridade (Yacovenço *et al*, 2012).

<sup>2</sup> O jornal A Gazeta é considerado referência para obtenção de informação entre os capixabas (Tesch; Yacovenço, 2022).

entre as décadas de 1880 e 1910. Vale mencionar que um estudo similar foi conduzido anteriormente com jornais capixabas do mesmo período, cujos resultados apresentados em Santos (2022) revelam um considerável favorecimento da ênclise<sup>3</sup>.

Acreditamos, todavia, como defendem as pesquisadoras Barbosa, Berlinck e Marine (2008, p. 171), no que se refere ao uso de formas mais ou menos prestigiadas de um determinado fenômeno linguístico variável, que o gênero em que este se veicula tem relevância na opção do falante por uma variante em lugar de outra. Certos gêneros, como a carta e a peça teatral, aproximam-se mais do vernáculo<sup>4</sup>, tornando-se uma fonte preciosa para estudos históricos das línguas. Assim, diferente do que foi reportado em Santos (2022), em que as formas enclíticas foram bem frequentes, partimos da hipótese de que as peças de teatro capixabas devem favorecer o uso da próclise.

Para constituir o *corpus* de análise, contamos com as transcrições feitas por Oscar Gama Filho no livro *Teatro Romântico Capixaba*, de 1987, além dos manuscritos gentilmente cedidos pela coordenação do Núcleo de Estudos e Pesquisas da Literatura do Espírito Santo (Neples). Graças a esse apoio, pudemos reunir sete peças de dois autores capixabas nascidos no século XIX e que escreveram suas peças no período aqui em foco. São eles: Aristides Freire (1849 - 1922) e Amâncio Pereira (1862 - 1918). Há ainda outros autores que tiveram seus escritos encenados entre o final dos oitocentos e início dos novecentos, conforme indica Gama Filho (1981), mas cujas obras se perderam ou não se puderam localizar até o presente momento.

Nesta pesquisa, com base nos estudos realizados anteriormente (Benincá, 2022; Biazolli, 2010, 2016; Martins, 2007;

---

<sup>3</sup> No estudo de Santos (2022), em 688 ocorrências analisadas, foi constatado que a ênclise foi a forma utilizada em 58,6% dos dados, a próclise em 40,1% e a mesóclise em apenas 1,3%.

<sup>4</sup> Refere-se ao “estilo menos formal possível do repertório linguístico de um falante. O vernáculo é empregado quando a pessoa fala com amigos e familiares em contextos não monitorados” (Bagno, 2017, p. 475).

Santos, 2022; 2023a; 2023b), analisamos os seguintes grupos de fatores linguísticos: *tipo de clítico, função do clítico, forma verbal e contexto antecedente*; e os fatores extralinguísticos: *sexo/gênero, fase da vida e estilo*. Por meio da análise dessas variáveis, esperamos ter uma visão geral da influência desses grupos em relação à colocação dos pronomes nas peças teatrais capixabas de 1880 a 1910.

Vale destacar que organizamos este capítulo de modo que as discussões se iniciem com um breve panorama do campo da Sociolinguística Histórica, na segunda seção, em que buscamos traçar sua origem nos primórdios da Linguística Histórica comparativa, atravessando os empreendimentos inovadores de Weinreich, Labov, Herzog ([1975]2006), até os trabalhos atuais desta linha de pesquisa. Em seguida, na terceira seção, descrevemos o nosso *corpus* de pesquisa, no caso, as peças teatrais aqui analisadas, e detalhamos também os grupos de fatores analisados. Adiante, na quarta seção, apresentamos e discutimos os resultados obtidos após a etapa de análise estatística, visitando individualmente cada grupo de fatores selecionado como relevante pelo programa GoldVarb X (Sankoff; Tagliamonte; Smith, 2005). Além disso, dedicamos um espaço, na quinta seção, para debater a influência de aspectos sócio-históricos das personagens encontradas nas peças teatrais aqui analisadas, isto é, na dissemelhança entre a fala dos personagens, que apresentam identidades, papéis sociais e características étnicas distintos. Por fim, tecemos as nossas considerações finais, retomando os principais pontos deste estudo.

## **Sociolinguística Histórica**

Qualquer um que se dedique ao estudo histórico das línguas pode listar uma série de desafios que acompanham este tipo de trabalho, tendo em vista que são muitos os percalços pelos quais o linguista deve passar na tarefa de reconstituir estados anteriores da língua. Quando olhamos para um passado distante, como é o caso dos anos 1800, não se pode contar com registros de áudio para

constituir um *corpus* de pesquisa. Ao mesmo tempo, o texto escrito não pode ser considerado como representativo da fala do período em foco, de modo que se deve ter cuidado ao fazer comparações e tecer certas análises. Ainda assim, é possível fazer avanços produtivos nesse sentido, ao adotar gêneros textuais-discursivos que se aproximam mais do vernáculo, a exemplo das cartas pessoais e das peças de teatro (Barbosa; Berlinck; Marine, 2008). Mas como é possível remontar o português falado em Vitória entre 1880 e 1910 a partir de um material escrito literariamente? Segundo as pesquisadoras Berlinck e Brandão,

estabelecer correlações de ordem textual-discursiva e sócio-histórica com os fenômenos linguísticos variáveis não é tarefa fácil, mas precisa ser encarada. (...) Um caminho de pesquisa como esse se filia aos objetivos de uma Sociolinguística Histórica (...) (Berlinck; Brandão, 2021, p 233).

Para entender o que é e como trabalha a Sociolinguística Histórica, é necessário revisitar a origem da sua vertente Variacionista. Na década de 1960, Weinreich, Labov e Herzog publicam uma série de experimentos que resultariam no que mais adiante se tornaria a base metodológica da Teoria da Variação e da Mudança Linguística (Weinreich; Labov; Herzog, [1975]2006).

Esse sistema robusto de fazer científico consiste na coleta de dados e seu posterior tratamento estatístico, levando-se em consideração uma série de fatores linguísticos e extralinguísticos relacionados à variação de determinado fenômeno. Com a teoria laboviana, é possível compreender como fenômenos variáveis ocorrem em uma comunidade, isto é, quem fala e quando fala uma determinada variante. Além disso, podemos observar como um fenômeno variável se consolida em mudança na língua, como ocorreu com o pronome *vocês* em lugar de *vós*. Trazendo o foco para o tema deste capítulo, conforme anteriormente mencionado por Bagno (2011), acreditamos que no PB há um processo de mudança, com um uso quase categórico da próclise, principalmente na fala.

Nos estudos originais de Weinreich, Labov e Herzog ([1975]2006), foram utilizados registros de áudio para estudar o uso do inglês pelos falantes. Entretanto, nos estudos históricos, esse tipo de material é raro ou inexistente. Os linguistas do passado, em particular dos séculos XVIII e XIX, lidaram com esse problema, ignorando as características sociais e se concentrando majoritariamente nas gramáticas padrão e em obras literárias clássicas, para fazer suas reconstruções da história das línguas. Mas não é essa Linguística Histórica tradicional que nos interessa no presente trabalho. De acordo com Faraco (2006, p. 92), a Linguística Histórica é uma disciplina que conta com uma grande “diversidade teórica”, de modo que o nosso foco é em sua aproximação com a Sociolinguística Variacionista.

A chamada Sociolinguística Histórica, por definição, é a disciplina – ou amálgama de disciplinas – que se debruça sobre o estudo histórico da variação, como defendem Berlinck e Brandão (2021). Sua metodologia consiste em ancorar as análises linguísticas em uma análise sócio-histórica do contexto em que se enquadra o escrevente e sua comunidade de fala. Assim, em nosso trabalho, foi realizada uma pesquisa com vistas para o momento em que se encontrava a cidade de Vitória/ES nas últimas décadas do século XIX e no início do século XX. Levantamos também informações de caráter biográfico sobre Aristides Freire e Amâncio Pereira, sobretudo tirados de Ribeiro (2020), Gama Filho (1981; 1987) e Carvalho (1982).

Ao se atentar para esses fatores, o pesquisador é capaz de observar com mais precisão o significado social e as pressões que eram exercidas sobre determinado fenômeno linguístico. No caso específico da colocação pronominal, é sabido que a próclise em início de oração é condenada pela gramática tradicional e, portanto, uma regra conhecida pelos jornalistas da época. Como consequência, não foi encontrado nenhum caso de próclise em início de oração principal nos jornais analisados por Santos (2022, p.13).

Levando em consideração que tanto Aristides Freire quanto Amâncio Pereira foram participantes ativos da imprensa capixaba,

é evidente que ambos tinham plena consciência dessa regra. Assim, quando Amâncio escreve cenas como

(4) (*Gamenho*) **Me falas** assim, com língua de preto! (Gama Filho, 1987, p. 243),

seria razoável pensar que há uma motivação maior por trás da escolha dessa construção. Um estudo mais profundo a respeito da relação entre o contexto social e a expressão linguística se faz necessário para melhor compreender essa decisão.

### **Procedimentos metodológicos**

Seguindo a proposta da Teoria da Variação e Mudança Linguística (Weinreich; Labov; Herzog, [1975] 2006; Labov, [1972] 2008), iniciamos nossa pesquisa reunindo um *corpus* de peças teatrais vitorienenses que datam das décadas de 1880 a 1910.

Apesar da escassez de material<sup>5</sup>, pudemos reunir sete peças de teatro de dois autores diferentes, que produziram um total de 868 dados de lexias verbais simples. Essas obras foram recolhidas em parte – cinco delas – das transcrições feitas por Oscar Gama Filho no livro *Teatro Romântico Capixaba*, de 1987. As outras duas foram cedidas a nós pela coordenação do Neples, cujo apoio foi fundamental para esta pesquisa. Essas duas, *Antes de bater a sineta* (1916) e *Vitória de relance* (1916), foram recebidas em formato manuscrito, tendo sido transcritas e publicadas posteriormente por Santos e Tesch (2023).

A autoria das peças é dividida entre Aristides Freire (1849 - 1922) e Amâncio Pereira (1862 - 1918), estando distribuídas da seguinte maneira:

---

<sup>5</sup> Parte das outras 34 peças desse período, cuja existência é conhecida ainda que apenas pelo título, parece ter se perdido. As demais encontram-se em acervo particular, mas não há boa vontade por parte dos donos em compartilhar o material.

Quadro 1. Distribuição das peças teatrais vitorienenses de 1880 a 1910, escritas por Aristides Freire e Amâncio Pereira

<b>Autor</b>	<b>Peças</b>
Aristides Freire	<i>Amor de Perdição</i> (1880), <i>A república na roça</i> (1889) e <i>Amigo íntimo</i> (~1897)
Amâncio Pereira	<i>O tio Mendes</i> (1890), <i>Virou-se o feitiço</i> (1894), <i>Antes de bater a sineta</i> (1916) e <i>Vitória de relance</i> (1916)

Fonte: A autoria própria.

A partir do material reunido, fizemos o levantamento das ocorrências de próclise, ênclise e mesóclise, que foram registradas em uma planilha do Excel, juntamente com a codificação dos grupos de fatores linguísticos e extralinguísticos analisados nesta pesquisa. Os grupos de fatores linguísticos controlados nesta pesquisa foram *tipo de clítico*, *função do clítico*, *forma verbal* e *contexto antecedente*, enquanto os extralinguísticos foram *sexo/gênero*, *fase da vida* e *estilo*. Em seguida, submetemos nossas ocorrências a tratamento estatístico por meio do programa GoldVarb X<sup>6</sup> (Sankoff; Tagliamonte; Smith, 2005).

Faz-se necessário, ainda nesta seção, discutir brevemente o motivo pelo qual selecionamos os grupos de fatores listados acima. No início da pesquisa, enquanto fazíamos a leitura de algumas das publicações que abordam a colocação dos pronomes no PB, nos deparamos com duas publicações cuja metodologia nos inspirou mais particularmente – Biazolli (2010) e Benincá (2022). Nesses estudos, as pesquisadoras relatam a influência da maioria desses fatores em seus resultados, de modo que os adotamos como ponto de partida e também como base para nossas hipóteses iniciais.

---

<sup>6</sup> Este programa produz frequências absolutas das variantes analisadas, em função dos fatores de cada variável preditora analisada e do total de dados, bem como suas respectivas frequências relativas ou percentagens ou proporções. Além disso, projeta os pesos relativos (frequências corrigidas) em níveis sucessivos de análises, por meio de cruzamentos diversos entre as variáveis independentes ou predictoras (ou grupos de fatores) postuladas e testadas para o entendimento da variação focalizada (Tesch; Scherre, 2021).

Em especial, aplicamos a abordagem multidimensional do fator *estilo*, formulada por Benincá (2022). Esse condicionador consiste em atribuir valores de 0 a 3 para certos elementos do contexto de fala/escrita (emissor, papel social do emissor, audiência, poder/solidariedade, supertópico, gatilho tópico e envolvimento emocional), que no final serão somados e enquadrados em uma escala alfabética que indica maior ou menor propensão a adotar uma linguagem vernacular.

Além da variável *estilo*, controlamos entre os fatores extralinguísticos a variável *fase da vida*. Essa nomenclatura, em oposição à “idade” ou “faixa etária”, se deve ao fato de poucos personagens terem sua idade apresentada numericamente. Assim, optamos por enquadrá-los como *crianças*, *jovens*, *adultos*, *idosos* ou *sem idade*. Este último é reservado aos personagens alegóricos que encarnam conceitos como o Povo e a História, que naturalmente não possuem idade. Quanto à diferença entre jovens e adultos, deuse pela própria posição do texto em relação ao indivíduo. Aqueles que, mesmo acima dos 25 anos, ainda são vistos como filhos, estudantes ou sem profissão, dedicados apenas à vida amorosa, classificamos como *jovens*. Já os casados e os trabalhadores, mesmo que de idade inferior, classificamos como *adultos*.

Ao longo da leitura do material e do registro das ocorrências, deparamo-nos com certas situações que exigiram tomadas de decisão de nossa parte. Entre eles está a combinação de pronomes átonos, que, segundo Bechara (2009, p. 187), é um fenômeno raro na língua portuguesa e surge como resultado da fusão de dois clíticos, sendo o último sempre aquele que representa o objeto direto. Por estarem exercendo mais de uma função ao mesmo tempo, optamos por registrá-los como duas ocorrências independentes: isto é, onde havia *-lho*, foi registrado um caso de *-lhe* e outro de *-o* (a).

(5) É a hora de tomar quinino. **Devo dar-lh'o**? (*A Folha da Victoria*, Vitória, 1885).

Quanto aos pronomes *-lo, -la, -los, -las*, Bechara (2009) explica que se trata de formas antigas e que se mantiveram na língua por razões puramente fonéticas, de modo que foram considerados como *-o, -a, -os* e *-as* nesta pesquisa.

Para finalizar, consideramos importante justificar nosso posicionamento quanto à classificação tradicional do pronome *-se* como *apassivador* em construções do tipo “aboliu-se o empenho?” (Gama Filho, 1984, p. 93). Discordamos profundamente dessa ideia, estando alinhados com o pensamento de Scherre (2005), de que em tais estruturas o falante não interpreta *o empenho* como sujeito da oração, conforme dita a gramática normativa, mas como objeto direto. Quando se leva isso em consideração, fica evidente a razão por trás dos problemas de concordância reportados com frequência em orações dessa natureza. Portanto, decidimos seguir as orientações da pesquisadora e classificar os clíticos nesses casos sob a função indeterminadora.

## **Apresentando e discutindo os resultados**

Ao analisar as peças teatrais vitorienses de 1880 a 1910, levantamos um total de 868 clíticos em lexias verbais simples, nas posições de próclise, ênclise e mesóclise. Conforme mencionado nos procedimentos metodológicos, essas ocorrências foram submetidas a tratamento estatístico por meio do *software* de análise GoldVarb X. Agora, trazemos à tona os resultados e apresentamos uma discussão, visando a compreender o significado por trás dos valores obtidos do uso dos clíticos pronominais pelos capixabas do final do século XIX e início do século XX. Para tanto, começamos comentando a distribuição geral da próclise, da ênclise e da mesóclise no *corpus*.

Tabela 1. Distribuição geral dos dados de próclise, ênclise e mesóclise nas peças de teatro capixabas de 1880 a 1910

	Próclise	Ênclise	Mesóclise	Total
Ocorrências	554	307	7	868
%	63,8	35,4	0,8	100

Fonte: Autoria própria.

Como se pode notar, a presença de próclise (63,8%) foi muito superior à de ênclise (35,4%) e de mesóclise (0,8%). Tal resultado reforça a hipótese de Berlinck e Brandão (2021) sobre a proximidade das peças teatrais com o vernáculo. Ainda que não seja possível afirmar com certeza que a preposição do clítico ao verbo seja a norma vernacular dos capixabas desse período, se considerarmos a trajetória do fenômeno no PB, bem como os resultados de Benincá (2022) para a fala atual de Vitória, é evidente que o teatro se relacionou mais intimamente com a forma que se tornaria dominante. Todavia, não devemos ignorar os 307 casos de ênclise, uma vez que esses dados, no mínimo, mostram um papel ativo da variante nas peças teatrais dos vitorienses, no período analisado.

Não menos digna de nota é a mesóclise. Embora sua participação tenha sido quase nula, apenas sete ocorrências, não representando sequer 1% dos dados, alguns pontos devem ser considerados a seu respeito: nove ocorrências de mesóclise (1,3%) foram localizadas nos jornais desse mesmo período por Santos (2022), ao passo que cinco estiveram presentes em textos de *A Gazeta* nos anos dois mil, segundo Benincá (2022). Dadas as devidas proporções, impressiona a estabilidade da mesóclise no curso de mais de um século, o que pode revelar também um papel ativo, ainda que limitado, dessa variante na comunicação.

Em relação aos grupos de fatores aqui analisados, o programa estatístico GoldVarb X selecionou como significantes, nesta ordem de seleção: *contexto antecedente, forma verbal, fase da vida e tipo de clítico*, com um grau de significância fantástico de 0,000. Os demais

grupos de fatores: *função do clítico*, *início absoluto*, *sexo/gênero* e *estilo* não foram selecionados e, por isso, não serão aqui comentados, assim como pelo controle de espaço que temos neste capítulo para as discussões. Vale ressaltar que nessa rodada foram analisadas as ocorrências de próclise *versus* as formas de ênclise, uma vez que buscamos verificar quais são os contextos favorecedores da variante proclítica nas peças teatrais do período analisado. Além disso, lembramos que as formas de mesóclise não foram analisadas, devido ao baixo número de ocorrências.

O fator de maior influência entre aqueles controlados nesta pesquisa foi o *contexto antecedente*. Essa variável engloba quaisquer termos ou ausência de termos que antecedem o verbo e seu clítico. Nossa hipótese é que as formas proclíticas sejam favorecidas nos contextos que apresentam elementos atratores do clítico, como os elementos de negação. Assim, após análise pelo GoldVarb X, obtivemos os seguintes resultados para essa variável:

Tabela 2. Influência do contexto antecedente sobre a próclise nas peças de teatro de 1880 a 1910

<b>Contexto antecedente</b>	<b>Ocor./total</b>	<b>%</b>	<b>Peso relativo</b>
Elem. subordinador	62/66	93,9	0,895
Negação	116/122	95,1	0,893
Pronome relativo	100/106	94,3	0,827
Interrogação	18/20	90,0	0,771
Advérbio de foco	66/76	86,8	0,758
Preposição	18/67	26,9	0,500
Advérbio não focalizado	23/32	71,9	0,453
Sintagma Nominal	88/123	71,5	0,446
Conjunção coordenativa	23/56	41,1	0,142
Zero não absoluto	21/77	27,3	0,102
Remoto	6/21	28,6	0,070
Zero absoluto	13/97	13,4	0,030
		Range	0,865

Fonte: Autoria própria.

Os dados da tabela 2 estão distribuídos em ordem decrescente de influência para o uso da próclise. Percebemos que a presença de elementos subordinadores e partículas de negação favorecem quase categoricamente a posição proclítica, enquanto o zero absoluto (início de oração principal), como regra cristalizada da gramática normativa, inibe o uso da próclise. Os demais contextos seguem, mais ou menos de acordo, o que já havia sido reportado por outros estudos sobre o fenômeno. Ainda assim, vale a menção aos treze casos de próclise em início de oração, como (4), anteriormente apresentado e aqui reiterado, e (6).

(4) (*Gamenho*) **Me** falas assim, com língua de preto! (Gama Filho, 1987, p. 243).

(6) **Me** larga bruto! Não me façás quebrar o nariz! (Pereira, 1897, p. 45).

Esse tipo de construção não ocorreu em momento algum entre as 688 ocorrências de clíticos em jornais (Santos, 2022, p. 12), porém, no *corpus* aqui analisado, encontramos essas ocorrências, o que nos revela que o uso da próclise já assumia, nesse período, posições que não eram permitidas na escrita jornalística. Do contrário, não seriam trazidas para o texto dramático. Ao todo, 30,3% das ocorrências de próclise correspondem a contextos vetados ou eletivos segundo a gramática normativa (sendo eles o zero (*não*) absoluto, a conjunção coordenativa, o sintagma nominal, a preposição e o remoto).

Encontramos ainda seis casos de ênclise após partículas de negação (casos descritos de 7 a 12), estrutura condenada pela gramática normativa. Esse fato parece estar relacionado a um caso de hipercorreção, assim definido por Bagno: “entre uma forma A, habitual e espontânea, e uma forma B, estranha à variedade linguística da pessoa, ela opta pela forma B em contextos que lhe parecem exigir um estilo mais monitorado” (Bagno, 2011, p. 954).

(7) Para não **importuná-lo** mandei arranjar estazinha, [...]. (Gama Filho, 1987, p. 144).

- (8) Acho, porém, que mamãe não deve querer, pedir e nem **obrigar-me** a aceitar por marido um homem, que respeito pela sua idade; [...] (Pereira, 1894, p. 10).
- (9) [...] supõe Zebedeu que não satisfiz o pedido Dr. Sertorio, para não **contraria-lo**? (Pereira, 1894, p. 20)
- (10) Não **conhece-me**? Sou filho do commendador Junior. (Pereira, 1894, p. 51).
- (11) (Alto) É obsequio a senhora não **provocar-me** (à parte) Estou ficando nervoso. (Pereira, 1894, p. 56).
- (12) Cometeu Paulo a maior falta para comigo e eu devo esquecer tudo para não **desgostá-lo**. (Gama Filho, 1987, p. 118)

Apresentamos, na tabela 3, a respeito da variável *tempo verbal*, e, em seguida, a discussão desse grupo de fatores.

Tabela 3. Influência da forma verbal sobre a próclise nas peças de teatro de 1880 a 1910

Formas verbais	Ocor./total	%	Peso relativo
Presente do subjuntivo	75/79	94,9	0,896
Presente do indicativo	287/364	78,8	0,646
Imperativo	52/113	46,0	0,515
Pret. imp. do indicativo	15/23	65,2	0,400
Pret. per. do indicativo	92/145	63,4	0,395
Gerúndio	5/23	21,7	0,278
Infinitivo	28/112	25,0	0,062
		Range	0,834

Fonte: Autoria própria.

No que se refere ao tempo verbal, nossos resultados condisseram com o que foi apontado nos jornais por Santos (2022), bem como com os resultados de Biazolli (2010, p. 161), em relação ao fato de o *infinitivo* e o *gerúndio* inibirem a próclise, favorecendo, por outro lado, o uso da ênclise nesse contexto. Os tempos do presente foram os maiores favorecedores para o uso da próclise.

Vale mencionar, ao tratar desse grupo de fatores, que alguns tempos verbais tiveram de ser amalgamados, por apresentarem poucas ocorrências e/ou por sofrerem *knock-out*, ou seja, apresentavam uso com apenas uma variante, impossibilitando o tratamento estatístico e, conseqüentemente, precisando ser amalgamado a outro fator<sup>7</sup>. Além disso, quanto à mesóclise, destacamos que todos os casos ocorreram no *futuro do presente do indicativo*, ambiente prescrito pela gramática normativa para o uso dessa variante.

Tabela 4. Influência da função do clítico sobre a próclise nas peças de teatro de 1880 a 1910

	Ocor./total	%	Peso relativo
Dativo	224/306	73,2	0,652
Acusativo	156/240	65,0	0,535
Indeterminador	14/19	73,7	0,380
Reflexivo	135/254	53,1	0,346
Apassivador	25/42	59,5	0,213
		Range	439

Fonte: Autoria própria.

As funções dativas e acusativas, ou seja, as complementizadoras do verbo, parecem levar a uma adoção maior da próclise. Ainda que esse favorecimento seja sutil em nossa pesquisa, ele também pode ser atestado tanto nos resultados de Biazolli para os jornais de São Paulo de 1880 a 1910 (2010, p. 157) quanto nos de Benincá para a fala atual de Vitória (2022, p. 281). As demais funções demonstram comportamentos inibidores da próclise.

<sup>7</sup> Esses amálgamas levaram em consideração o comportamento das variantes em relação ao uso de variante e também as possíveis proximidades dos tempos verbais. Por exemplo, juntamos as formas de futuro do indicativo ao presente do indicativo, por favorecerem a próclise, o pretérito perfeito ao futuro do pretérito e o pretérito e o futuro do subjuntivo ao presente do subjuntivo.

Na tabela 5, discutimos sobre a influência do grupo de fatores extralinguístico *fase da vida* sobre o fenômeno. Antes dessa apresentação, vale relembrar que a opção por fase da vida, e não faixa etária, mais comumente utilizada em pesquisas variacionistas, se deve ao fato de não encontrarmos informações precisas sobre a idade dos personagens, porém foi possível identificar a fase da vida.

Tabela 5. Influência da fase da vida do personagem sobre a próclise nas peças de teatro de 1880 a 1910

<b>Fase da vida</b>	<b>Ocor./total</b>	<b>%</b>	<b>Peso relativo</b>
Criança	18/23	78,3	0,776
Idoso	215/286	75,2	0,703
Sem idade	9/12	75,0	0,554
Adulto	154/252	61,1	0,451
Jovem	158/288	54,9	0,311
<b>Range</b>			<b>0,465</b>

Fonte: Autoria própria.

Uma primeira inspeção dos valores apresentados pela tabela 5 revela uma curva do uso da próclise, que é favorecida por crianças e idosos. Curiosamente, essa curva coincide com os dados de Benincá (2022), nos quais aqueles na faixa dos 26-49 anos fizeram levemente mais uso da variante pós-verbal do que os mais velhos e mais novos. Isso pode ser sustentado pela hipótese da pesquisadora de que os jovens e adultos estariam sujeitos à pressão normativa exercida pelo mercado de trabalho, estando a ênclise associada a “espaços culturalmente mais prestigiados” (Benincá, 2022, p. 287), a que acrescentamos a importância da imagem pública para a vida social do século XIX. Na peça *Virou-se o feitiço*, encontra-se uma passagem que sustenta a consciência dos personagens sobre as normas de conduta implícitas da sociedade: embora estivesse arquitetado seu casamento com um moço mais jovem, em resposta ao galanteio deste, Ingracia faz-se mais comedida, em vez de aceitar de prontidão o cortejo, ao que

murmura para si mesma “é preciso ser assim...” (Pereira, 1897, p. 29). Merece também destaque o fato de que os personagens alegóricos, que personificam o Povo ou a História, não favoreceram notavelmente nenhuma das variantes.

### Os personagens e sua fala

Mencionamos rapidamente, na seção Sociolinguística Histórica, como a posição dos clíticos pronominais está condicionada a uma dinâmica social, que estabelece critérios para as interações linguísticas. Esse jogo de expectativas delimita o que é considerado ‘adequado’, isto é, que tem prestígio, daquilo que não é bem visto pela classe dominante. No curso das décadas de 1880 e 1910, a adoção da próclise ainda estava restrita a certas estruturas e contextos, diferente da categoricidade defendida por Bagno (2013, p. 232). Portanto, deve-se atentar para o significado social do emprego de próclise em contextos não prescritos pela gramática tradicional por parte dos falantes deste período (30,3%).

Aristides Freire e Amâncio Pereira, prolíficos dramaturgos, além de ativos jornalistas, deviam conhecer a fundo essas regras e a etiqueta linguística da cidade onde nasceram, de modo que não pode ter sido por acaso que empregaram estruturas como (4) e (10), anteriormente apresentados e agora reiterados.

(4) (*Gamenho*) **Me** falas assim, com língua de preto! (Gama Filho, 1987, p. 243).

(10) Não **conhece-me**? Sou filho do commendador Junior. (Pereira, 1894, p. 51)

O teatro tem por característica uma construção textual em forma de diálogos. Assim como argumentam Berlinck e Brandão (2021, p. 186), embora “não se disponha de dados concretos de fala, a observação de uma fonte que *representa* esse tipo de interação [...] parece constituir um recurso inestimável”.

Analisamos, adiante, algumas cenas cujo emprego da linguagem pode servir de alicerce para melhor compreender a dinâmica social de Vitória/ES nos séculos XIX e XX. Começamos por um trecho da peça “O tio Mendes” (1890), de Amâncio Pereira. A obra se trata de uma comédia de costumes, que acompanha o rico fazendeiro Francisco Mendes e seu reencontro com o sobrinho, Alberto, cujos estudos no exterior são custeados por ele. Ao mesmo tempo, Ireneia, sua filha, deseja se casar com um rapaz de origem pobre, a contragosto do pai. No exemplo (13), colocamos a cena que aqui nos interessa.

(13) ALBERTO - (*Abraçando Mendes*) Bom *giorno*, meu tio, folgo por **vê-lo**.

MENDES - (*Gamenho*) **Me falas** assim, com língua de preto! (*Cumprimenta Venâncio*.)

ALBERTO - (*Afável*) É língua de branco, meu tio, é italiano. [...] (Gama Filho, 1984, p. 143).

Podemos apreender, ao longo da narrativa, que Mendes, apesar de rico, é retratado como um homem rústico e sem instrução superior. Isso, somado a uma intenção humorística, justifica tanto seu desconhecimento da língua italiana quanto sua predileção pelo uso da próclise (73%, cf. tabela 6). Antes de seguirmos adiante, é válido notar que o personagem não reage de maneira corretiva, mas antes jocosa, frente à possibilidade de seu sobrinho ter se dirigido a ele com vocabulário de uma ‘língua de preto’.

Tendo a peça sido escrita e encenada no auge da imigração italiana para o Espírito Santo (Rocha, 2000), Amâncio pode ter nos dado uma pista de que, na visão dos moradores de Vitória, a elite agrícola tradicional capixaba estava mais familiarizada com o estrangeiro negro do que o europeu. Essa interpretação é plausível, se considerarmos que a maioria dos imigrantes, dentre os 20 mil trazidos pelo governo Moniz Freire nessa época, dirigiram-se para os núcleos coloniais no interior do estado (Silva; Quintão, 2012, p. 146).

É um fato conhecido que as línguas de origem africana influenciaram profundamente o PB. Poderia, então, a familiaridade defendida acima ter de algum modo motivado a preferência de Mendes pela próclise, mesmo em contextos não prescritos pela gramática normativa? Para responder a essa questão, vejamos de que maneira o uso das variantes se distribui entre os personagens da peça.

Tabela 6. Taxa de uso da próclise por personagem de 'O tio Mendes' (1890)

Personagens	Ocor./total	%
Tomás	7/8	87,5
Ireneia	14/17	82,3
Ana	5/6	83,3
Mendes	35/48	72,9
Gaúcho	8/17	47,0
Venâncio	4/10	40,0
Alberto	4/11	36,3

Fonte: A autoria própria.

Cabe aqui um espaço para a descrição que o próprio autor deu a seus personagens, de modo que os que desconhecem a obra possam acompanhar a análise.

Quadro 2. Personagens presentes na obra "O tio Mendes" (1890)

Mendes - 60 anos	Pai de Irenéia
Irenéia - 20 anos	Noiva
Ana - 25 anos	Criada
Gaúcho - 28 anos	Criado
Alberto - 26 anos	Sobrinho de Mendes
Venâncio - 26 anos	5º anista de medicina
Flávio - 25 anos	Noivo
Tomás - 50 anos	Pai de Flávio

Fonte: Gama Filho, 1987, p. 233

Comparando a tabela 6 com o quadro 2, nota-se logo que o núcleo de falantes locais (Tomás, Ireneia, Ana, Mendes e Gaúcho) é muito mais adepto à variante pré-verbal do que os dois estudantes que vieram de fora (Alberto e Venâncio). Um observador atento poderá apontar os 47% de uso da próclise pelo criado Gaúcho como um fator contrário à hipótese de que o convívio entre negros e brancos favoreceu uma adoção mais generalizada de próclise. Entretanto, alguns pontos também devem ser considerados. Em primeiro lugar, a razão para tratarmos os dois criados como negros, além da profissão e do papel secundário e subalterno na narrativa, fundamenta-se no trecho seguinte:

(14) GAÚCHO - (*Da porta do fundo*) Será aqui! (*Reparando na criada*) Hum... tenho cá a gente de minha gente... o povo de meu povinho... Uma criada... Ora, eu sou também criado e... quem sabe se estou ou não com a vida ganha?!... [...] (Gama Filho, 1984, p. 235-236).

Um segundo ponto relevante para a discussão é o modo como Gaúcho apresenta a linguagem mais dinâmica da obra. Ele não apenas apresentou taxas muito próximas de próclise e ênclise, mas a única ocorrência de mesóclise nessa obra vem também de um diálogo seu. Esse dado é encontrado em uma conversa entre Gaúcho e Mendes, seu patrão. Além disso, todos os casos em que o personagem utiliza o clítico em posição pré-verbal se deram em diálogos com Ana. Portanto, ainda que o fator *estilo* não tenha sido selecionado pelo GoldVarb X, é possível pensar que Amâncio tinha consciência da falta de prestígio das construções com próclise e do papel social da linguagem. Do contrário, não teria o cuidado de retratar Gaúcho monitorando sua fala.

Quanto aos 40% e 36,3% (tabela 6) de uso de próclise de Venâncio e Alberto, respectivamente, importa discutir se esses valores são reflexo da instrução superior – como uma forma do autor marcar essa diferença social – ou do fato de virem de fora do contexto vitorriense. Uma forma de avaliarmos essa questão é comparando essas taxas com as de obras do mesmo período.

A peça “Virou-se o Feitiço” (1894), do mesmo autor, se enquadra nessa exigência. Vejamos, então, de que modo o personagem Deucalião Espertinho, de 19 anos, e morador da zona rural de Vitória, faz uso dos pronomes átonos.

Dos 36 dados relativos a Deucalião, 44,4% se referem a ocorrências de próclise. Esse valor se aproxima dos de Alberto e Venâncio, muito embora o jovem não seja descrito como estudante. O fato de Deucalião monitorar sua linguagem para se dirigir à velha matrona Ingracia, a qual deseja conquistar, não desqualifica essa interpretação, uma vez que as duas variantes são utilizadas muito equilibradamente em diálogos com a personagem. Além disso, muitas vezes, o uso das variantes acompanha as prescrições da gramática normativa.

Uma investigação mais a fundo sobre os personagens se faz necessária para descobrir se os personagens representativos da zona rural de Vitória são de fato mais adeptos da variante proclítica. Entretanto, as discussões conduzidas nesta pesquisa dão indícios nessa direção.

### **Considerações finais**

Os anos 1800 são ainda um mistério no que diz respeito aos usos linguísticos dos capixabas. Por meio das peças teatrais, buscamos vencer essa barreira e lançar luz sobre o fenômeno da colocação pronominal entre os vitorienses. Esperamos poder inspirar outros pesquisadores a explorar as obras de Aristides Freire e Amâncio Pereira como fonte histórica para estudos sobre diferentes fenômenos linguísticos.

Os grupos de fatores que mais se mostraram como relevantes nesta pesquisa foram o contexto antecedente, o tempo verbal e a função do clítico (linguísticos) e a fase da vida (extralinguístico).

As comparações entre os resultados de diferentes pesquisas se mostraram muito relevantes. Primeiramente, destacamos a confirmação da hipótese de que as peças teatrais adotam uma linguagem mais próxima do que deve ter sido o vernáculo

oitocentista capixaba, favorecendo a próclise – variante que predominará no PB a partir do século XX. Os autores das peças aqui analisadas parecem demonstrar consciência disso ao colocarem certos personagens para utilizarem a posição pré-verbal como forma de caracterizá-los.

Esperamos, com este capítulo, poder ter contribuído com os estudos do Grupo PortVix<sup>8</sup> na descrição do português capixaba, bem como com a Sociolinguística Histórica brasileira e o conhecimento que se tem a respeito do uso da posição dos clíticos átonos no PB. Ficaremos contentes se os resultados aqui reportados servirem de apoio para pesquisas futuras, que busquem discutir a colocação pronominal ou o teatro romântico capixaba.

## Referências

- BAGNO, M. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.
- BAGNO, M. **Dicionário crítico de Sociolinguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2017.
- BARBOSA, J. B.; BERLINCK, R. de A.; MARINE, T. de C. Reflexões teórico-metodológicas sobre fontes para o estudo histórico da língua. **Abralin**, v. 7, n. 2, p. 169-195, jul./dez, 2008.
- BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 37<sup>a</sup> edição, 2009.
- BENINCÁ, L. R. **A posição dos clíticos pronominais em textos jornalísticos capixabas: uma investigação do continuum da variação estilística inter- e intragenérica**. Tese (Doutorado em linguística) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2022.
- BERLINCK, R. de A.; BRANDÃO, S. M. Por uma Sociolinguística Histórica: análise multidimensional de cartas pessoais e peças teatrais brasileiras. *In*: BIAZOLLI, C. C.; BERLINCK, R. A. **Gêneros**

---

<sup>8</sup> PortVix – Grupo Capixaba de estudos de variação e mudança linguística.

**textuais-discursivos no estudo de processos de variação e mudança.** Campinas: Pontes, 2021, p. 233-270.

BIAZOLLI, C. C. **Clíticos pronominais no português de São Paulo: 1880 a 1920 – uma análise sócio-histórico-linguística.** Dissertação (Mestrado em linguística) - Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2010.

BIAZOLLI, C. C. **Posição de clíticos pronominais em duas variedades do português: inter-relações de estilo, gênero, modalidade e norma.** Tese (Doutorado em linguística) - Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2016.

CARVALHO, J. A. Panorama das Letras Capixabas. **Revista de Cultura-Ufes.** Ano VII, n. 21, 1982.

FARACO, C. A. **Linguística Histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas.** São Paulo: Editora Parábola, 2006.

GAMA FILHO, O. de A. **História do teatro capixaba: 395 anos.** Vitória: Fundação Cultura do Espírito Santo, 1981.

GAMA FILHO, O. de A. **Teatro romântico capixaba.** Vitória: Departamento de Imprensa Oficial, 1987.

LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos.** São Paulo: Parábola, [1972]2008.

MARTINS, M. A. Clíticos e sujeitos pré-verbais: gramáticas do português no Brasil dos séculos 19 e 20. **Cadernos de Pesquisas em Linguística (PUCRS)**, v. 3, p. 62-72, 2007.

PEREIRA, A. **Virou-se o feitiço** - comédia em um acto, original. Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brazil, 1894.

RIBEIRO, F. A. **O Pestalozzi capixaba: Amâncio Pereira: vida e obra.** Vitória: Secretaria Municipal de Cultura, 2020.

ROCHA, G. **Imigração estrangeira no Espírito Santo 1847-1896.** Vitória: [s/n], 2000.

SANKOFF, D.; TAGLIAMONTE, S. A.; SMITH, E. **Goldvarb X – A multivariate analysis application.** Toronto: Department of Linguistics; Ottawa: Department of Mathematics. 2005

SANTOS, J. M. S. Colocação pronominal no português vitoriense de 1880 a 1920. **Anais da Jornada de Iniciação Científica da UFES**, v. 13, Vitória: PRPPG, 2022.

SANTOS, J. M. S. Colocação pronominal no português vitoricense entre o fim do século XIX e início do XX: peças teatrais. **Anais da Jornada de Iniciação Científica da UFES**, v. 14, Vitória: PRPPG, 2023a.

SANTOS, J. M. S. **Os capixabas e os clíticos**: a colocação pronominal na Vitória de 1880 a 1910. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras Português) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2023b.

SANTOS, J. M. S.; TESCH, L. M. Amâncio Pereira: manuscritos do teatro romântico capixaba. **Fernão**, v. 5, n. 10, p. 494-534, 2023.

SCHERRE, M. M. P. **Doa-se lindos filhotes de poodle**: variação linguística, mídia e preconceito. São Paulo: Parábola, 2005.

SILVA, I. V.; QUINTÃO, L. do C. (org.). **O Espírito Santo da Primeira República**. Vitória: Flor e Cultura, 2012.

TESCH, L. M.; SCHERRE, M. M. P. Efeitos do *continuum* fala-escrita e de gêneros textuais-discursivos em fenômenos variáveis do português brasileiro: futuro do presente e imperativo gramatical. In: **Gêneros textuais-discursivos no estudo de processos de variação e mudança**. 1 ed. Campinas: Pontes Editores, 2021, p. 195-231.

TESCH, L. M.; YACOVENCO, L. C. PortVix: Estratégias de bancos de dados para a continuidade da documentação em pesquisas sociolinguísticas. In: FREITAG, R. M. K.; ARAÚJO, S. S. de F.; DIAS, V. de C. (org.). **Desafios para pesquisa em Sociolinguística**. Blucher, São Paulo, p. 51 -70. 2022.

YACOVENCO, L. C.; SCHERRE, M. M. P.; TESCH, L. M.; BRAGANÇA, M. L. L.; EVANGELISTA, E. M.; MENDONÇA, A. K. de; CALMON, E. N.; CAMPOS JÚNIOR, H. S.; BARBOSA, A. F.; BASÍLIO, J. O. S.; DEOCLÉCIO, C. E.; SILVA, J. B.; BERBERT, A. F.; BENFICA, S. de A. Projeto PortVix: a fala de Vitória/ES em cena. **Alfa: Revista de Linguística** (UNESP. Online), v. 56, p. 771-806, 2012.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. Parábola, [1975]2006.



## **Narratividade: as tessituras identitárias presentes no conto “fios de ouro” de Conceição Evaristo**

Milena Santos de Jesus

### ***Escrevivência: um lugar de marcas da memória***

Conceição Evaristo é reconhecida por sua produção literária marcada pelo conceito de *escrevivência*, que revisita a autoficção, a escrita de si e as narrativas do eu como sujeito histórico. Embora não tenha inicialmente visado criar um conceito formal, Evaristo vê a *escrevivência* como uma forma de enriquecer a teoria literária ao mesclar experiências pessoais, o imaginário social e os discursos de ancestralidade e diáspora africana. Este estudo, então, propõe compreender a *escrevivência* como um movimento de escrita que transcende os limites do autobiográfico e da memória individual, interpretada a partir dos postulados da memória discursiva. Nesse sentido, analisamos a materialidade do discurso literário para compreender os saberes e os sentidos atribuídos ao corpo negro feminino.

Duarte (2020) propõe que a *escrevivência* seja uma leitura minuciosa dos trezentos e cinquenta anos de escravização e de seus resquícios. O conceito é associado, por estudiosos, à figura da Mãe Preta: uma mulher escravizada que assumia os cuidados das crianças e, entre tantas outras tarefas, contava histórias para embalar o sono dos futuros senhores e senhoras dos engenhos. Nos postulados de Evaristo, a Mãe Preta assume a função de resistência e contestação, já não nina os filhos da casa-grande, mas revisita e ressignifica as narrativas do Atlântico, fortalecendo as vozes da ancestralidade.

A *escrivivência* remete a um significado de negritude aberta, revisitando as narrativas de memória e distanciando-se da história única de corpos escravizados. Evaristo estabelece um diálogo entre leitura e escrita, conforme afirma em *Da grafia-desenho de minha mãe: um dos lugares de nascimento de minha escrita* (2020). Para a autora, o ato de ler proporciona uma apreensão do mundo, enquanto o ato de escrever permite transcender os limites dessa percepção. Assim, a escrita ocupa um lugar de insubordinação, representando um dinamismo próprio do sujeito escritor e proporcionando uma auto inscrição no mundo.

Essa mudança de perspectiva na concepção de *escrivivência* está articulada tanto com a produção literária de Evaristo quanto com o desenvolvimento da literatura negro-brasileira. Ao declarar que “A nossa *escrivivência* não pode ser lida como histórias para ‘ninar os da casa-grande’, e sim para incomodá-los em seus sonos injustos” (Evaristo, 2020, p. 54), a autora mobiliza um imaginário simbólico presente na sociedade brasileira, ampliando sua concepção para os campos literário e linguístico. Nesse sentido, Evaristo introduz uma subjetividade em suas obras, destacando um modo de resistência que integra sua escrita.

*Escrivivência*, em sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças (Evaristo, 2020 p.11).

A *escrivivência* aponta para uma narratividade do corpo negro feminino amparado em um lugar de memória discursiva, entendida a partir de Courtine (2014) como “à *existência histórica do enunciado* no interior de práticas discursivas regradas por aparelhos ideológicos” (Courtine, 2014, p.106). O discurso literário atua na institucionalização social de sentidos, contribuindo na constituição do imaginário social, mobilizando posições-sujeito que tensionam a memória discursiva.

Quem narra compartilha um saber, inscrito na dimensão simbólica das práticas humanas. Essas produtoras de transformações na relação do homem com a natureza e com outros homens.

A presença do discurso sobre a violência de gênero na literatura negro-brasileira, movimenta a relação entre o campo da língua (suscetível de ser estudada pela Linguística) e o campo da sociedade (pela história e pela ideologia). Nesse contexto, “a linguagem é determinada em última instância pela ideologia, pois não há uma relação direta entre as representações e a língua” (Gregolin, 1995, p.17). Assim, enveredar na prática discursiva literária com atenção para o feminino representado é recorrer às marcas textuais discursivas que tensionam a instância ideológica. Não se trata da busca por uma origem, mas a atenção para as repetições e reiteraões dos saberes a respeito do corpo.

Althusser (1980, p.77) considera que “A ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com as suas condições reais de existência”. Essa também possui, nas considerações tecidas por ele, existência material e interpela os indivíduos em sujeitos. Assim, para o autor, o representado na ideologia são as relações imaginárias que os indivíduos têm com a realidade, e não a própria realidade. Nesse contexto, a ideologia, ao representar as condições reais de existência, não está para o mundo real, mas para o imaginário aceito do mundo real. Logo, o real passa por deformação imaginária a partir da representação ideológica.

O termo *escrevivência*, combina os verbos "escrever" e "viver" e pode ser aproximado da noção de *condensação* proposta por Freud em *Chistes e sua Relação com o Inconsciente* (1905). Na psicanálise freudiana, a condensação é o processo pelo qual o inconsciente funde múltiplos elementos, pensamentos ou imagens em uma única representação simbólica, carregada de significados. De modo semelhante, a *escrevivência* de Evaristo reúne elementos complexos de mundo, vida e escrita, criando uma narrativa rica e multifacetada. Assim, a *escrevivência* opera como uma forma de condensação literária, na qual experiências pessoais e coletivas se

entrelaçam, ressignificando as memórias e as histórias do povo negro em uma única e potente representação literária.

Fonseca (2020) compreende que os sentidos atribuídos ao termo enfatizam uma escrita literária, poética e ficcional envolvida com vivências e experiências do eu que se enuncia em poemas ou de narradores de seus contos e romances. No mais, as composições literárias da escritora apreciam experiências vividas por mulheres negras na luta contra a discriminação e a violência. Ao mobilizar as fronteiras entre vida e escrita, memória e invenção, a narrativa de Evaristo marca uma enunciação de si (*escrita de si*).

A memória na narrativa de Evaristo, atrelada ao pressuposto da *escrevivência*, dispõe de sequências enunciativas que despertam os sentidos para a opressão de gênero, mas também de classe social e étnica. A experiência do literário inscrevendo o sujeito da enunciação no âmbito da narratividade “maneira pela qual uma memória se diz em processos identitários, apoiados em modos de individuação do sujeito, afirmando/vinculando seu pertencimento a espaços de interpretação determinados, consoantes a específicas práticas discursivas” (Orlandi, 2010, p.22). Assim, é chamada a atenção para a problemática dos domínios do saber sobre o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outras que integram os sistemas discriminatórios que corroboram para as desigualdades que estruturam a relação entre mulheres negras e formação social. Passamos, então, a pensar o corpo feminino negro e a regularidade dos discursos que, ao reverberarem, “aprimoram” e trazem questionamentos para a imposição de subalternidade.

## **Memória e narratividade**

Partindo de Pêcheux (1995), entende-se que os sentidos presentes no literário não existem fora do ideológico, pois os sujeitos ocupam realidade histórica e social. A narratividade, maneira pela qual a memória se diz em processos identitários, vinculando os sujeitos a espaços de pertencimentos considerando práticas discursivas, corrobora para se pensar a posição-sujeito

ocupada na representação literária. A narratividade, ao mobilizar a fronteira e o percurso dos dizeres em circulação — movimentados pela falha, conduzidos pelo trabalho da língua sobre a própria língua. Isso contribui para o processo de significação, que também encontra mecanismos de regulação, permitindo "a determinação, a institucionalização, a estabilização e a cristalização do discurso" (Orlandi, 2011, p. 10). Na *Análise do Discurso*, a individualização é abordada como um resultado do modo pelo qual o Estado, em sua articulação simbólico-política, por meio das instituições e discursos, individua a forma do sujeito histórico, nas palavras de Orlandi (2017).

Faz parte do modo de individuação, a atualização da ideologia capitalista inscrita na forma-sujeito histórica, que tem, como característica chave de funcionamento, o individualismo. A ideologia individualista se anuncia no funcionamento do sujeito no modo (pragmático) como o Estado o individua, em sua articulação simbólica-política" (Orlandi, 2017 p.288).

Ao iniciar o texto *Narrativa, Memória e Discurso Jornalístico*, Mariani (1998) aborda o distanciamento entre a noção de narratividade e a tipologia narrativa. Esta última é abordada como o ato de contar histórias, relatando fatos individuais, históricos, reais ou ficcionais já ocorridos na relação espaço-tempo. Trabalhar a narrativa considerando sua dimensão simbólica implica entendê-la como uma prática multifacetada, cujas fronteiras são fluidas e podem ser constantemente redefinidas. Essas narrativas são mais do que relatos de eventos passados: elas possuem o poder peculiar de alterar as percepções e crenças atuais, e até mesmo de construir realidades por meio de representações. Ao abordar as narrativas, é fundamental considerar não apenas os eventos narrados, mas também seu potencial simbólico.

Em uma perspectiva discursiva, a transmissão de saberes por meio da narrativa resulta em uma materialidade que se mantém constante, mas também se transforma. Essa é uma característica das

narrativas: elas preservam uma certa consistência, mas são continuamente reorganizadas pela posição discursiva dos narradores. Trata-se de uma repetição da mesma narrativa com variações, possibilitada pela memória e pela própria natureza do ato de narrar. Narrar implica a textualização de significados, que podem ou não ser legitimados. Assim, a narratividade é assumida como...

Narratividade, ou memória como processo narrativo, um mecanismo discursivo que atuando junto à memória possibilita a reorganização imaginária do acontecer histórico em suas repetições, resistências e rupturas. A narratividade, tal como a estamos concebendo, com base na perspectiva da AD, coloca em movimento (no trabalho da memória) os agenciamentos de rituais enunciativos presentes no imaginário, permitindo o deslocamento, o retorno, a migração de cadeias de enunciados narrativos. Os enunciados e textos narrativos. A narratividade -- e seu 'produto' se encontra dispersa na verticalidade do interdiscurso (Mariani,1998 p.118).

As enunciações que compreendem os ditos do discurso ganham espaço no âmbito da memória em decorrência das formulações amparadas em “Citação, recitação, formação do pré-construído” (Courtine, 1999, p. 20). Essa rede, portanto, constitui diferentes formulações possíveis do mesmo enunciado no interdiscurso, dizendo respeito à existência histórica do enunciado, no seio de práticas discursivas reguladas pelos aparelhos ideológicos, capaz de dar origem a atos novos, no sentido de que toda produção discursiva acontece numa conjuntura dada e coloca em movimento formulações anteriores (Courtine, 1981).

Em Pêcheux (1999, p. 56), a memória pode ser compreendida como “espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos, de regularização [...] Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contradiscursos”. Consideramos, então, a regularidade do discurso executada na repetição dos enunciados e o quanto esses ainda marcam um social patriarcal que subjuga a mulher. O funcionamento de uma memória discursiva, ao tecer um fio tênue com o interdiscurso,

possibilita pensar o saber discursivo (a história, os já ditos, as possibilidades de dizer) sobre o corpo negro feminino.

### **Discurso literário**

Segundo Petri (2004), o literário é marcado pela pluralidade de representações e efeitos de sentidos. As representações são tecidas nos referenciais tomados do “imaginário social (enquanto realidade social) e advindos do discurso histórico (enquanto representação)” (p.125) para compor a cena literária. O discurso literário mobiliza fragmentos da memória coletiva de um povo de forma não linear e, simultaneamente, produz estranhamentos em seus interlocutores. Com isso, passa a ser entendido como prática simbólica, produto do interdiscurso, portanto, lugar da memória.

Categorizado como “discurso sobre”, o discurso literário compreende formas de institucionalização dos sentidos, da contradição, da organização de diferentes vozes (polifonia<sup>1</sup>). Ele funciona na recuperação de uma memória, organizando elementos próprios do discurso de, atrelado às possibilidades de sentidos reiterados a partir da posição-sujeito na formação discursiva, recuperando elementos que não receberam registros por escrito. A literatura produz um deslocamento do já-dito da instância do discurso histórico para o ficcional, sempre “sobre” algo, um objeto ou um sujeito. Portanto, se pode afirmar que o discurso literário

---

<sup>1</sup> Orlandi (1996), ao tecer considerações sobre a polifonia a partir da semântica da enunciação, afirma que a polifonia é um dos lugares de se observar a relação entre as diferentes formações discursivas e a constituição do texto em sua unidade. A relação do sujeito com o texto e deste com o discurso e a inserção em uma posição-sujeito em dada formação discursiva produzem a impressão de unidade. A concepção de unidade entre o texto e o sujeito é abordada por Orlandi (1999) como resultado da interação de uma função discursiva do sujeito, que é acompanhada pelas funções enunciativas de locutor e enunciador. A primeira função enunciativa traz à tona “aquele que se representa como 'eu' no discurso”, enquanto a segunda envolve a “perspectiva que esse 'eu' constrói”. É na terceira função, que possui um caráter discursivo, que se exerce a função social que esse 'eu' assume enquanto produtor da linguagem.

emerge de uma observação atenta, capturando "rumores" da realidade social e recriando-os no contexto fictício. Ele desempenha o papel de preservar ou suprimir representações específicas, moldadas pela narrativa ficcional, e as incorpora ao mundo. Pêcheux e Fuchs (1997) argumentam que o discurso literário apresenta uma série de armadilhas e ilusões que podem confundir o analista, pois se manifesta com efeito de unidade, como totalidade (imaginária), englobando o texto, a forma e o conteúdo. Nesse contexto, o analista de discurso executa a desmontagem dos efeitos de evidência que conduz o leitor a crer na transparência do sentido.

O discurso literário tece as dimensões enunciativas de um sujeito-enunciador-escritor, inscrito numa determinada formação discursiva (FD) que exerce a função-autor, produzindo um discurso tomado por um "eu" e, simultaneamente, um efeito-sujeito-enunciador, dado no âmbito representação de sujeito ficcional, no interior do discurso, apresentado aos olhos do leitor de forma não-coincidente. Isso ocorre como uma forma de "espelhamento", no qual há, de fato, um sujeito que assume uma posição, enquanto autor, para produzir uma representação de posição-sujeito no interior desse discurso, sendo que, ao posicionar-se dessa forma, o autor dá voz a outros sujeitos no interior de seu discurso. Assim, pela função-autor, identificamos uma "posição-sujeito inserida no mundo social (responsabilizável pela produção da linguagem ficcional); e pela representação: (criada por ele) identificamos a representação de posição-sujeito, enquanto efeito-sujeito, produzida no interior do discurso" (Petri, 2004 p 194).

Orlandi (1996) propõe que o discurso literário seja marcado pela dispersão dada na intertextualidade que o texto representa seja pelos sujeitos que o constituem (interna e externamente), caracterizando-se como um discurso essencialmente heterogêneo. A dispersão, intrínseca ao discurso, assume uma aparência de unidade quando se manifesta no texto, revelando a posição do sujeito por meio de sua identificação como autor. Na narrativa literária de Evaristo, deparamo-nos com o discurso de uma

escritora que ouve, observa e expõe sua perspectiva ao adotar a função de autora.

A autoria também se apresenta como um meio de representar o sujeito que discute o "outro", como no caso da violência contra a mulher negra. O efeito de autoria resulta do processo de escuta realizado pelo escritor, que está inscrito prioritariamente em uma Formação Discursiva (FD), interpelado pela ideologia e que, ao captar a realidade social, se posiciona e cria a obra literária. A posição-sujeito na função de autor viabiliza discernir a influência das circunstâncias de produção do discurso. O "discurso sobre" representa uma interpretação sobre a violência da mulher negra em um contexto sócio-histórico específico. Tanto a história quanto a literatura operam como "discursos sobre". Portanto, estamos interessados em examinar esse discurso "sobre" o corpo negro feminino diante da violência de gênero, pois ele recupera elementos do "discurso de" que não foram registrados por escrito. Embora reconheçamos que essa recuperação é incompleta e moldada por diferentes contextos ideológicos e socioculturais (raça, classe e gênero), essas circunstâncias não diminuem o valor do "discurso sobre", já que é a fonte mais autêntica a que podemos acessar para delinear nosso objeto de análise.

### **As tessituras identitárias presentes em *Fios de Ouro***

*Fios de Ouro*, de Conceição Evaristo, publicado em *Histórias de leves enganos e parecenças* (2016), apresenta ao leitor a história de vida de Halima e de suas ancestrais. Logo, o discurso literário vai mobilizar os saberes discursivos da ancestralidade, da diáspora africana em território brasileiro, da escravização. Enveredar na prática discursiva literária com atenção para o corpo negro representado é recorrer às marcas textuais discursivas que tensionam a memória discursiva. Não se trata da busca por uma origem, mas da atenção para as repetições e reiteraões dos saberes a respeito do corpo negro.

Em *O Chapéu de Clémentis*, Courtine (1999) retoma a anedota de Milan Kundera, posta em *O livro do riso e do esquecimento*. Conta a anedota que o líder comunista Gottwald tirava uma foto com seus companheiros no Palácio de Praga. Como estava muito frio, Clémentis um de seus companheiros, lhe ofereceu um chapéu para cobrir a cabeça. A foto foi tirada e serviu como propaganda por quatro anos, até Clémentis ser considerado traidor e ser retirado da propaganda, só restando o chapéu na foto. Courtine abre seu texto com a anedota para trabalhar memória e acontecimento no discurso político, mas também mostra o esquecimento. Ao abordar *Fios de Ouro* percebemos o movimento suscitado em *O chapéu de Clémentis*, pois existe a atenção para uma *memória esgarçada* (Evaristo, 2016, p. 54) onde é possível observar os pedaços “saturados” de lembranças de eventos históricos, alternando-se (de modo não-linear) com os espaços lacunares, onde ficam depositados os saberes esquecidos. Esse espaço lacunar funciona no discurso como espaços de sentidos para o dizer, conforme postos no conto “*Pedaços de relatos; falta de informação histórica - Séculos depois*” (Evaristo, 2016, p. 49).

O discurso literário é movimento na tomada de posição-sujeito ligando memória - ancestralidade-esquecimento. A tradição funciona atrelada aos significantes segredo/profecia. Vamos analisar a sequência discursiva (SD) a seguir:

SD1: E, eu, **Halima herdeira**, em um **tempo bastante distante sinto a profecia**, segundo as outras mais velhas, contada em meu nascimento (Evaristo, 2016, p. 51).

A narrativa "Fios de Ouro" (Evaristo, 2016) é construída em primeira pessoa, evidenciando as marcas de um "eu" que se reconstrói em um saber discursivo identitário. A história nos apresenta Halima — ou melhor, as Halimas —, um nome feminino que se repete ao longo das gerações, evocando uma ancestralidade ligada a uma profecia. De origem suaíli, o nome Halima significa "suave" e funciona como um significante que interpela e constitui o

sujeito, representando uma herança imaterial transmitida de forma matrilinear, exclusiva às mulheres. Assim, a vida da primeira Halima, que nasceu na África, é recontada pela Halima atual, nascida no Brasil e pertencente à quinta geração dessa linhagem.

O conto é pensado como aquele que, tomado de enunciações, apresenta os discursos a partir de colisões, fissuras, engendramentos dados em outros discursos que se materializam discursivamente nos enunciados. O *corpus* em questão mobiliza os saberes discursivos voltados primeiramente ao processo de escravização. Os saberes discursivos são mobilizados, tomando o discurso histórico. Conforme Petri (2004), a literatura se apresenta como produto final da história e ambos os campos de conhecimento revelam o passado (histórico), considerando que “também o passado é uma ficção do presente” (Petri, 2004, p.33). Com isso, são traçadas de maneira não linear as ações de saída do continente africano, a chegada ao Brasil e a escravização. Para tanto, tomaremos as sequências discursivas abaixo que movimentam os saberes presentes na chegada da primeira Halima em território brasileiro:

SD1= Halima foi embarcada em um **navio negreiro** rumo ao Brasil (Evaristo, 2017, p. 50);

SD2= Cabeça raspada, indicando sua nova condição: a de peça para ser vendida no comércio da **escravidão** (Evaristo, 2017, p. 50);

SD3= Halima eleita como Mãe Preta na casa grande (Evaristo, 2016, p. 50);

SD 4= [...], mas **anos depois**, a casa grande deixou de se importar com Halima. **Esqueceram-se dela**, que pouco **aguentava trabalhar** (Evaristo, 2016, p. 50).

A SD1 apresenta a individualização da representação de posição-sujeito pela inserção do nome próprio. Esse personaliza a história, dando um rosto humano a um processo de escravização contada pela narratividade histórica sem acionar os múltiplos sentidos dos inúmeros grupos que experienciaram a travessia. O sintagma verbal “foi embarcada” é uma voz passiva, indicando que

a ação foi efetivada sobre o sujeito Halima, sem a sua vontade ou participação ativa. Compreende que a ação foi realizada em oposição à posição-sujeito. A expressão "navio negreiro" apresenta as embarcações do século XVI- XIX que serviam para o tráfico transatlântico de escravos e transportavam pessoas negras capturadas na África para serem vendidas como escravas nas Américas. Analisando a palavra *negreiro*, temos a raiz da palavra no latim *niger, nigra, nigrum*, significando *preto ou negro*. Com a adição do sufixo "-eiro" ao radical "negro" forma "negreiro". O sufixo "-eiro" é frequentemente utilizado no português para indicar uma profissão, ocupação ou algo. Nегreiro marca a ocupação daqueles que trabalhavam com o transporte, o comércio de escravos.

A expressão Brasil marca o destino de Halima e diz sobre o território recebedor de escravizados. Gomes (2019), ao julgar sobre os números de escravizados trazidos ao Brasil, relata sobre a imprecisão dos números, pois era comum o contrabando para o não pagamento de impostos. O autor aponta para um número relativo de 12.521.337 de seres humanos que atravessaram o Atlântico no período entre 1.500 e 1867. Desses, 10.702.657 chegaram à América. O Brasil recebeu cerca de 4,9 milhões, o equivalente a 47% do total desembarcado no continente americano. Duas regiões se destacariam: a primeira foi a África Ocidental, também conhecida como Costa da Mina, entre Gana e a Nigéria, a segunda, a África Central, que se estende do Gabão até o sul de Angola.

Na SD2 o léxico tensiona os sentidos sobre o corpo feminino exposto às marcas da violência da escravização. A inferência sobre o corpo da posição-sujeito "cabeça raspada" apresenta a nova condição de escravizada. A perda dos cabelos aciona o processo de inferiorização inerente à escravidão, sendo um símbolo de beleza cuja remoção evoca significados de desumanização. O corpo é visto pela "lente" do capital, pois a expressão: comércio da escravidão, gerencia o corpo que se torna produto e apresenta a raça como elemento para a comercialização. O significante *peça* conduz o corpo a ser pensado como objeto no mercado capitalista, retirando do mesmo a humanidade e conferindo valor de mercado.

O corpo de Halima tem os sentidos marcados na força de trabalho, maternidade para comercialização, distanciados de direitos políticos, à disposição do senhor, funcionando para o modo de produção capitalista em sua divisão racial do trabalho extremamente útil e compartilhada pelas formações socioeconômicas. Até o início do século XIX o tráfico negreiro se mostrava como um negócio sólido e com redes internacionais de compradores, vendedores e fornecedores de serviços.

Na SD3 o nome próprio Halima articulado ao léxico Mãe Preta, iniciado com letra maiúscula, indica posição de destaque na casa grande. Essa assumiria os cuidados com as crianças e, dentre tantas outras tarefas, contava histórias para ninar os futuros senhores e senhoras dos engenhos. Na casa grande, local onde se mostra o poder dominante, Halima é colocada como objeto, “peça” valorizada apenas enquanto útil ao trabalho. A posição-sujeito abre a discussão sobre a figura de Mãe Preta no imaginário social, pois essa é vista como um corpo escravizado desempenhando a função de alimento para os filhos dos donos de engenho.

Gonzáles (2020), ao trabalhar a questão da "mãe preta", considera que este modelo foi usado por muito tempo para justificar o mito da democracia racial. A dedicação aos filhos dos senhores implicava no abandono de seus próprios filhos recém-nascidos. As representações da "mãe-preta" surgem de uma relação social empírica e determinada que existiu entre a ama negra e os herdeiros da família patriarcal. No entanto, mesmo após o fim da escravização e com a redução dessas mães-pretas "históricas", suas representações continuam ativas e são constantemente reelaboradas.

A passagem do tempo dada na locução adverbial de tempo, **anos depois**, na SD4, registra a atuação de Halima no espaço da casa grande. A enunciação: *A casa grande deixou de se importar com Halima.* O verbo, **importar**, repercute a mudança da força de produção de Halima, que perde valor utilitário, pois a capacidade de produzir deixa de existir. A expressão: *Esqueceram-se dela*, movimentada os sentidos do descarte das pessoas escravizadas, quando não mais servem ao econômico.

Na medida que o texto avança, outros sentidos são evocados, os cabelos passam a ganhar dois significantes: fios de ouro e herança profética. Na relação dos significantes profecia-segredo-cabelos, são mobilizados saberes discursivos sobre o discurso religioso, com isso o corte dos cabelos de Halima marca também a posição-sujeito de ancestralidade – religiosidade. Evocando o culto a orixá Oxum, deusa do ouro. Esse que marca a relação da força de trabalho como lugar de exploração também será usado para a compra da liberdade de negros. Assim, as enunciações de Halima, dadas na representação de posição-sujeito, tensionam os saberes discursivos de pertencimento a espaços de interpretação determinados e específicas práticas discursivas. O sujeito remonta, em partes fraturadas, saberes discursivos sobre família, escravização e religiosidade.

### **Considerações finais**

O texto da Conceição Evaristo tende a mobilizar os domínios do saber atrelados ao corpo negro e feminino que, ao dispor as enunciações, desperta sentidos para a opressão de gênero atrelado à classe social e às relações étnicas. Assim, é chamada a atenção para a problemática dos domínios do saber sobre o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outras que integram os sistemas discriminatórios que corroboram as desigualdades que estruturam a relação entre mulheres negras e sociedade.

Ao mergulharmos nas páginas de *Fios de Ouro*, de Conceição Evaristo, somos convidados a uma jornada temporal, conduzidos pelas narrativas entrelaçadas de Halima e suas ancestrais. A obra desvela os fios tecidos pelos saberes discursivos da ancestralidade, da diáspora africana no Brasil e da brutalidade da escravidão. Nesse contexto, o discurso literário mobiliza os saberes discursivos, abrindo caminho para uma reflexão sobre a posição-sujeito e os significados associados ao corpo negro.

Ao explorarmos as páginas de *Fios de Ouro*, encontramos uma complexa tapeçaria de memórias, esquecimentos e ressignificações.

A história de Halima, narrada em primeira pessoa, emerge como um testemunho vivo da herança matrilinear, marcada pela repetição do nome e pela transmissão da profecia. Esse nome, suave em suaíli, carrega consigo não apenas a identidade individual, mas também uma linhagem de resistência e resiliência frente à opressão.

A narrativa não linear de Halima nos conduz a uma jornada dolorosa e profundamente humana, marcada pela escravidão e pela luta pela sobrevivência. Através de sequências discursivas densas e impactantes, testemunhamos a brutalidade da chegada ao Brasil, a transformação em mercadoria e a exploração contínua do corpo negro. Cada fragmento de memória evoca não apenas o sofrimento passado, mas também a resistência e a resiliência frente à opressão.

Em meio aos significados atribuídos aos cabelos de Halima, encontramos uma complexa rede de saberes discursivos que se entrelaçam com a religiosidade e a identidade cultural. O corte dos cabelos, símbolo de beleza e ancestralidade, torna-se um ato de desumanização, mas também uma afirmação de resistência e conexão com as tradições religiosas. Assim, cada enunciação de Halima revela não apenas a sua própria história, mas também os múltiplos significados associados ao seu corpo e à sua identidade.

*Fios de Ouro* não é apenas uma narrativa literária, mas sim um testemunho vívido da luta e da resiliência do povo negro no Brasil. Ao mobilizar os saberes discursivos da memória, da ancestralidade e da religiosidade, Conceição Evaristo nos convida a refletir não apenas sobre o passado, mas também sobre o presente e o futuro de uma nação marcada pela diversidade e pela desigualdade.

## **Referências bibliográficas**

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. 3 ed. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1980.

COURTINE, J.J. O Chapéu de Clementis in Indursky, F. (org.). **Os múltiplos territórios da análise de discurso**. Porto Alegre: Ed. Sagra Luzzato, 1999.

COURTINE, J.J. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: Edufscar, 2014.

DUARTE, Constância Lima. Gênero e violência na literatura afro-brasileira. In: ALEXANDRE, Marcos Antônio; DUARTE, Constância Lima; DUARTE, Eduardo de Assis (org.). **Falas do outro: literatura, gênero, etnicidade**. Belo Horizonte: Nandyala; NEIA, 2010. p. 229-234.

DUARTE, Constância Lima. Canção para ninar menino grande: o homem na berlinda da escrevivência. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (org.). **Escrevivência: a escrita de nós. Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

DUARTE, Eduardo de Assis. Escrevivência, quilombismo e a tradição da escrita afrodiaspórica. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (org.). **Escrevivência: a escrita de nós. Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

EVARISTO, C. **Histórias de leves enganos e parencças**. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

EVARISTO, C. Gênero e etnia: uma escre(vivência) de dupla face. In: MOREIRA, N. M. B.; SCHNEIDER, L. **Mulheres no mundo: etnia, marginalidade, diáspora**. João Pessoa: Ideia/Editora Universitária – UFPB, 2009.

EVARISTO, C. Questão de pele para além da pele. In: RUFFATO, L. (org.). **Questão de pele**. Contos sobre preconceito racial. Língua Geral. Rio de Janeiro. 2009.

FREUD, S. **Psicologia das massas e análise do eu e outros textos**. São Paulo, Companhia das letras, 2011.

FONSECA, Maria Nazareth Soares. Escrevivência: sentidos em construção. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (org.). **Escrevivência: a escrita de nós. Reflexões sobre a**

**obra de Conceição Evaristo.** 1. ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano:** Ensaio, Intervenções e Diálogos. Primeira edição. Rio Janeiro: 2020.

GOMES, Laurentino. **Escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal à morte de Zumbi dos Palmares,** volume 1. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

GREGOLIN, M. R. V. A análise do discurso: conceitos e aplicações. *Alfa*, Araraquara, v. 39, 1995, p. 13-21. Disponível em: <http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/107724/ISSN1981-5794-1995-39-13-21.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 jun. 2023.

MARIANI, B. **O PCB e a Imprensa:** os comunistas no imaginário dos jornais 1922- 1989, Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP: UNICAMP, 1998.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso:** princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.

ORLANDI, E. P. **Instituição, relatos e lendas:** narratividade e individuação dos I59 sujeitos. Pouso Alegre: Univás; Campinas: RG Editores, 2016.

ORLANDI, E. P. **Discurso, espaço, memória** – caminhos da identidade no Sul de Minas. Campinas, Editora RG, 2011.

ORLANDI, E. P. **Discurso e leitura.** 3 ed. São Paulo: Cortez, 1996.

ORLANDI, E. P. **Eu, tu, ele:** discurso e real da história. 2 ed. Campinas, SP: Pontes Editores. 2017.

PECHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD, P. et al. **Papel da Memória.** Tradução e Introdução José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999. p. 49-57.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T. (org.). **Por uma análise automática do discurso.** 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

PETRI, V. **Imaginário sobre o gaúcho no discurso literário: da representação do mito em *Contos Gauchescos*, de João Simões Lopes Neto, à desmitificação em *Porteira Fechada*, de Ciro**

**Martins.** 2004. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

## **Crítica genética e estilística: uma análise na construção do discurso judicial**

Paula Elisie Madoglio Izidoro

### **Noções introdutórias**

Em 1889, o estado brasileiro passou por uma mudança significativa, deixando a monarquia em favor de um modelo republicano. Isso estabeleceu as bases para a democracia no país, incluindo a separação de poderes em executivo, legislativo e judiciário, e o abandono do poder moderador exercido pelo monarca. A república também trouxe uma divisão importante no poder judiciário, entre a justiça estadual e federal, que persiste até hoje, conforme definido na Constituição de 1988.

Inicialmente, a justiça federal atuava apenas nas capitais estaduais, mas, a partir dos anos 1970, novas varas e cargos de juízes federais foram criados para servir aos municípios do interior. É nesse contexto que José Carlos Cal Garcia se torna relevante, pois desempenhou um papel crucial no desenvolvimento da justiça federal em seu estado.

José Carlos Cal Garcia tornou-se Juiz Federal no Paraná em 1984, após passar no concurso nacional. Com a reestruturação do poder judiciário pela Constituição de 1988, ele se tornou Desembargador Federal em 1989, fazendo parte do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, sediado em Porto Alegre e com jurisdição sobre os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Ele também chegou a presidir esse órgão antes de sua aposentadoria em 1993.

Dada a importância da justiça federal, especialmente nas áreas rurais do Paraná, e o trabalho significativo de José Carlos Cal

Garcia nesse processo, é fundamental estudar os manuscritos deixados por ele para preservar a memória do estado. A crítica genética, que se concentra no processo de criação, tem um interesse especial nos manuscritos de Cal Garcia devido às edições e revisões, que podem fornecer *insights* valiosos sobre seu trabalho. Os estudos de Grésillon (2007) e Salles (2008) serão essenciais para entender como Cal Garcia elaborou suas sentenças, contribuindo tanto para a crítica genética quanto para o campo do direito, que resgatará uma parte importante de sua história.

### **Aspectos teóricos**

José Carlos Cal Garcia nasceu em 09 de abril de 1928 em Salvador, a capital da Bahia. Ele se formou em Direito pela Faculdade de Direito da Bahia, em 1950, e, mais tarde, realizou estudos de especialização em Direito Público e Direito do Trabalho na Universidade Nacional de Tucumán, na Argentina.

Durante a década de 1960, ele se mudou para o estado do Paraná, especificamente para a cidade de Maringá, após receber um convite de um amigo chamado Almir Passo. Por volta de 1967 ou 1968, quando a Faculdade de Direito de Maringá foi fundada, Cal Garcia se tornou um dos primeiros professores da instituição, ensinando disciplinas relacionadas ao Direito Constitucional.

Além disso, ele desempenhou um papel importante como o segundo presidente da Subseção da Ordem dos Advogados de Maringá. Também foi o primeiro reitor da Universidade Estadual de Maringá – UEM, ocupando essa posição de 1969 a 1974. Um edifício na UEM, chamado Bloco D-34, recebeu o nome de Cal Garcia e abrigou o curso de direito.

Após exercer a advocacia por trinta e três anos, Cal Garcia passou a fazer parte do judiciário em 1983, quando foi aprovado no concurso público nacional para juiz federal. Ele assumiu o cargo em 05 de setembro de 1984, com a idade de 55 anos.

Em 30 de março de 1989, Cal Garcia foi empossado como juiz do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, embora naquela época

o cargo não fosse chamado de "Desembargador Federal". Além disso, ele ocupou os cargos de Vice-Presidente e Corregedor-Geral da Justiça do TRF da 4ª Região de 25 de abril de 1990 até 21 de junho de 1991. Também foi o 2º Presidente do TRF da 4ª Região durante o biênio 1991/1993. Em seu mandato, a cidade de Maringá recebeu sua primeira Vara Federal, criada pela Lei nº 8.424/1992.

José Carlos Cal Garcia se aposentou em 08 de outubro de 1993 e, infelizmente, faleceu em 25 de agosto de 1998. Ele deixou um legado significativo no campo jurídico do estado do Paraná.

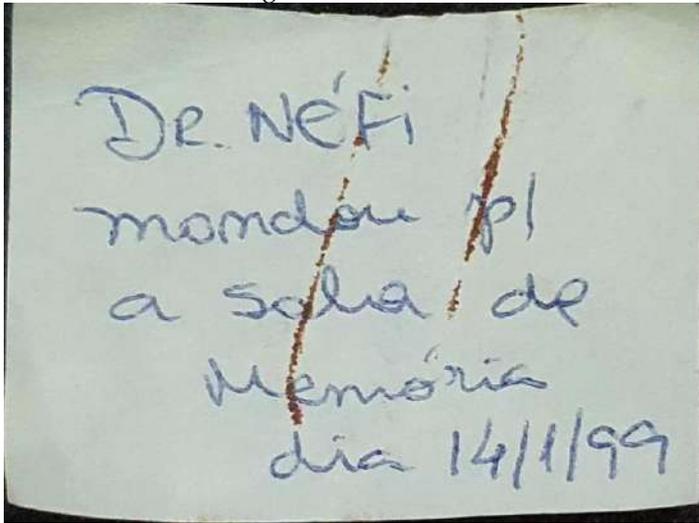
### *Os manuscritos*

Os documentos que serão examinados neste capítulo consistem em sentenças escritas pelo Dr. Cal Garcia e fazem parte do acervo institucional da Justiça Federal do Paraná. Esses documentos estão organizados em três pastas identificadas como Pasta I, Pasta II e Pasta III, e estão armazenados no Núcleo de Documentação e Memória, que faz parte da seção de Memória Institucional do departamento da Justiça Judiciária no estado do Paraná.

Foram identificados mais de cem manuscritos, e os categorizamos de acordo com os anos em que foram elaborados: Pasta I – contém manuscritos de 1986; Pasta II – contém manuscritos de 1987 e 1988; Pasta III – contém manuscritos de 1988 e 1989.

Além desses documentos, há um prototexto presente, que, de acordo com a definição de Grésillon (2007), não é a obra principal, mas possui características específicas que contribuem para enriquecer o material analisável. Isso ajuda a ampliar o conjunto de textos disponíveis para análise e a aprimorar as ferramentas de compreensão do objeto de estudo. No caso em questão, o "não-obra" encontrado foi um bilhete anexado às pastas por meio de um prendedor de papel metalizado, que deixou marcas no papel e continha a seguinte inscrição: "DR. NEFI mandou p/ sala de memória dia 14/01/99".

Figura 1. Prototexto



Fonte: Seção de Memória Institucional da Seção Judiciária do Paraná.

A referida nota nos auxilia no que diz respeito à localização do tempo e espaço visando à compreensão dos textos escritos. Nefi Cordeir<sup>1</sup>, atualmente ministro aposentado do STJ, foi Juiz Federal no início dos anos 90, e, com a abertura da Vara Federal em Maringá, ele passou a atender a nova unidade, acumulando função já com a titularidade da 10ª Vara Federal da Capital.

Ao considerar o prototexto, achamos pertinente entrevistar o senhor Nefi Cordeiro, na intenção de saber mais informações sobre os documentos que ele disponibilizou à Casa da Memória, bem como sobre o Senhor Cal Garcia. Na oportunidade, via correspondência eletrônica trocada em 26 de agosto de 2022, o Ministro Aposentado nos informou:

*Não recordo desses documentos indicados. [...] porém nesses contatos com Gal Garcia pude percebê-lo como juiz sério, cuidadoso com os processos e*

---

<sup>1</sup> Ministro do Superior Tribunal de Justiça (2014/2021); Desembargador Federal (2002/2014); Vice e Diretor do Foro Seção Judiciária do Paraná (1996/1999); Integrante do TRE (2001/2002) e da primeira Turma Recursal (2002); Juiz Federal (1992); Ex-Juiz de Direito (1990); Ex-Promotor de Justiça (1989).

*um eficiente gestor do judiciário. Lembro de sua preocupação com a interiorização da justiça federal, fazendo implantar rapidamente Varas Federais autorizadas a funcionar no interior dos Estados da região Sul do país. Fui, inclusive, escolhido para atuar na instalação da Vara Federal de Maringá (cumulando com minha Vara criminal em Curitiba) e com ele tive contato pelos seus vínculos pessoais na região e preocupação com a melhor prestação da Justiça.*

*Era pessoa afável, todos gostavam dele.*

*Enfim, homem afável, humano; juiz sério e competente; gestor do Judiciário preocupado com a eficiência, com o atendimento do cidadão.*

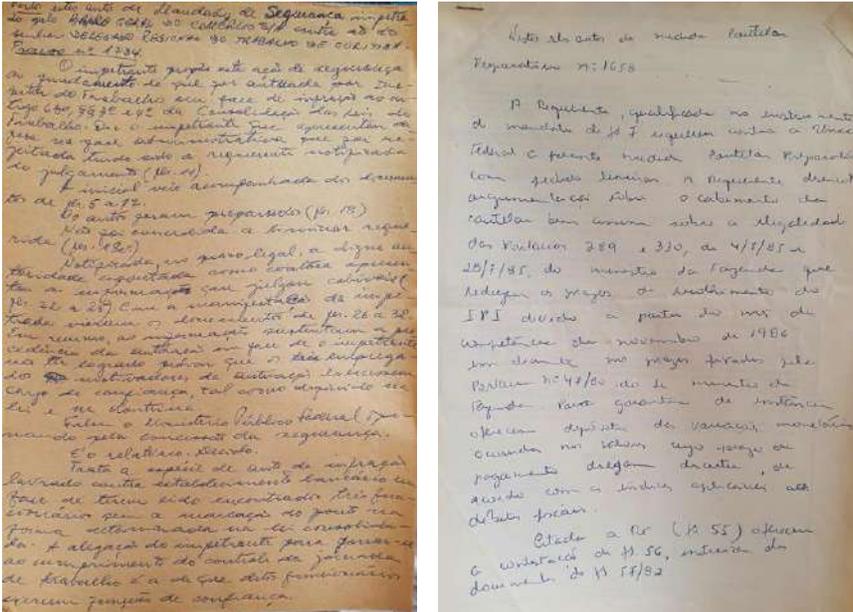
Nas falas, percebemos que o senhor Nefi não se recorda dos manuscritos ou de tê-los entregado na sala da memória, entretanto, reconhece o senhor Cal Garcia por suas qualidades, que nos servem de inspiração para dar continuidade às análises de seus materiais deixados no período que foi desembargador.

Dentre esses manuscritos, fizemos duas exclusões, a primeira trata-se de um recorte de 36 páginas que foram utilizadas para a escrita do artigo intitulado “Os manuscritos de sentenças do juiz federal Cal Garcia à luz da crítica genética”<sup>2</sup>, escrito pelo Juiz Federal e doutor em estudos linguísticos no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem – PPGEL/UUEL, Roberto Lima Santos, sob orientação da Professora Doutora Edina Regina Pugas Panichi. O segundo recorte consiste em manuscritos que não foram produzidos pelo Cal Garcia. Esses documentos estavam juntos nas pastas, entretanto concluímos que não partiram do punho do desembargador, vistas as condições do papel, bem como caligrafia diferente dos demais documentos.

---

<sup>2</sup> Disponível em: <https://memoria.jfpr.jus.br/wp-content/uploads/2022/07/Os-manuscritos-de-sentencas-do-Juiz-Federal-Cal-Garcia-a-luz-da-critica-genetica.pdf> Acesso em: 26 ago. 2022

Figura 2. Exemplos de manuscritos armazenados no Núcleo de Memória da JF/PR



Fonte: Seção de Memória Institucional da Seção Judiciária do Paraná

Como observado, os documentos apresentam-se de forma distinta. Alguns dos papéis, aparentemente, são mais recentes por conta da condição da folha, além de ser possível perceber que a letra tem caligrafia distinta dos documentos que sabemos ser de Cal Garcia.

### Crítica genética

A crítica genética teve origem na França em 1968, quando Louis Hay e Almuth Grésillon formaram um grupo de pesquisa com o objetivo de organizar os manuscritos de Heinrich Heine, um poeta alemão cujos documentos haviam recentemente chegado à Biblioteca Nacional da França. A abordagem da crítica genética considera a literatura como um processo criativo em movimento, conforme expresso por Grésillon (2007, p. 19). Durante esse

período, os pesquisadores enfrentaram desafios metodológicos ao lidar com esses manuscritos (Salles, 2008).

Grésillon (1991) descreve esse período como o "Momento germânico-ascético" sucedido pelo "Momento associativo expansivo" (1975-1985). Durante o último período, houve uma colaboração entre o grupo de pesquisadores original e outro grupo interessado nos manuscritos de escritores como Proust, Zola, Valéry e Flaubert. Isso levou à evolução de um projeto específico para uma questão mais geral, culminando na criação de um laboratório dedicado exclusivamente aos estudos de manuscritos literários (Salles, 2008).

No Brasil, os estudos em crítica genética começaram em 1985, em São Paulo, durante o I Colóquio de Crítica Textual, organizado pela Universidade de São Paulo (USP). Philippe Willemart, professor da USP, foi responsável por introduzir os estudos genéticos no país. Como mencionado no prefácio da edição brasileira do livro "Elementos da Crítica Genética: ler os manuscritos modernos," de Almuth Grésillon, esse evento estabeleceu um convênio que permitiu o intercâmbio de professores entre França e Brasil, ajudando a disseminar a crítica genética por todo o país, com outros acadêmicos se tornando referências na área.

Hoje, a crítica genética se concentra na análise teórico-crítica do processo de criação de textos, explorando a gênese das obras. Isso ocorre devido ao desejo de compreender a criação artística a partir dos registros deixados pelos artistas em seu percurso criativo. Conforme apontado por Salles (2000), a ação do criador sempre exerceu um fascínio sobre os receptores das obras de arte e sobre os próprios criadores.

Nesse contexto, os pesquisadores da crítica genética buscam entender o processo criativo em sua totalidade, desde a concepção até a obra final. Eles têm interesse em desvendar aspectos do processo de construção que geralmente não são visíveis na obra final, diferenciando-se assim de pesquisas que se concentram em textos considerados acabados.

A abordagem da crítica genética, como ressaltada por Salles (2002), se estende não apenas à literatura, mas também a outras formas de arte, ciência e sociedade em geral, explorando o conceito expandido de processo de criação. Essa abordagem é aplicável não apenas a manuscritos, mas também a textos eletrônicos e outros tipos de produção textual.

Recentemente, a crítica genética também tem encontrado aplicação em diferentes áreas, como o cinema, conforme mencionado por Francisco (2021), destacando que ela vai além dos documentos de processo manuscritos e é relevante para a linguagem cinematográfica.

Em resumo, a crítica genética se tornou uma área interdisciplinar que transcende os limites da literatura e se aplica a uma ampla gama de construções textuais. Ela busca compreender não apenas o produto final, mas o processo dinâmico de criação por meio de documentos e registros materiais, semelhante ao trabalho de arqueólogos, geólogos e historiadores, revelando camadas sobrepostas na evolução de uma obra.

### *A estilística*

Quando abordamos o conceito de "estilo", é necessário fazer uma distinção entre seu uso em um contexto mais amplo e quando aplicado à linguagem. De uma maneira geral, "estilo" refere-se ao que caracteriza algo, como a maneira de se vestir, um padrão de comportamento e expressão, ou até mesmo a forma que um determinado objeto assume. Em todas essas definições, há uma implicação relacionada à atitude ou emoção das pessoas envolvidas no processo criativo.

No âmbito da linguagem, o estilo é definido como uma forma única de expressão que marca a escrita ou a fala de alguém. A Estilística é responsável por analisar essas escolhas de linguagem e compreender como o texto ou discurso foi elaborado, qual foi a motivação, a finalidade pretendida e o efeito alcançado (Zyngier; Carneiro; Novodvorski, 2023). Dessa forma, a Estilística torna-se

fundamental para entender como ocorre a comunicação e como determinados padrões linguísticos desempenham papéis emocionais, estéticos e de conhecimento.

A Estilística, tal como a conhecemos hoje, é uma disciplina relativamente recente, surgindo no século XX, focalizando o desvio e a escolha na linguagem, juntamente com as diversas variações linguísticas de acordo com a situação ou o estado emocional do orador, bem como a expressividade e o impacto que causa no leitor (Martins, 2012). Como uma ciência, a Estilística explica os usos da linguagem que transcendem à mera função denotativa, analisando as possibilidades de sua utilização nos níveis fônico, lexical, morfológico e sintático, os quais se entrelaçam e não são completamente independentes uns dos outros (Panichi; Romero, 2023).

É evidente que, em sua perspectiva, um recurso estilístico é considerado como um meio de expressão, isto é, uma ferramenta usada para fortalecer uma ideia de forma mais precisa, para enriquecer um conceito com maior profundidade semântica ou para encontrar uma maneira mais apropriada de comunicar, em prol de um propósito específico (Uchôa, 2013).

### **Encaminhamentos metodológicos**

A crítica genética é a ciência dos manuscritos, dessa forma, constitui-se na perspectiva teórico-metodológica, em que:

Seu objeto: os manuscritos literários, tidos como portadores do traço de uma dinâmica, a do texto em criação. Seu método: o desnudamento do corpo e do processo da escrita, acompanhado da construção de uma série de hipóteses sobre as operações escriturais. Sua intenção: a literatura como um fazer, como atividade, como movimento (Grésillon, 2007, p. 19).

Nessa perspectiva, Salles (2008) confirma que a grande pergunta que permeia a crítica genética é como o texto é criado,

então busca analisar os documentos dos processos criativos na intenção de compreender o próprio movimento de criação, como os procedimentos de produção e, dessa maneira, assimilar o processo que antecedeu o desenvolvimento da obra. Ainda, a autora agrega ao dizer que

ao investigar a obra em seu vir-a-ser, o crítico genético se detém, muitas vezes, na contemplação do provisório. Ele reintegra os documentos preservados e conservados – um objeto, aparentemente, parado no tempo – no fluxo da vida. Ele tem, na verdade, a função de devolver à vida a documentação, na medida em que essa sai dos arquivos ou das gavetas e retorna à vida ativa como processo: um pensamento em evolução, ideias crescendo em formas que vão se aperfeiçoando, um artista em ação, uma criação em processo (Salles, 2008, p. 29).

Nessa perspectiva, consideramos que a metodologia desta pesquisa sustenta o que Morin (2000, p. 23) detalha como "arte de transformar detalhes aparentemente insignificantes em indícios que permitam reconstituir toda uma história".

Ainda, Salles (2008) assevera que o que certifica essa especificidade ao método, o que o distingue de outros estudos que também têm manuscritos como objeto, é o seu propósito, ou seja, o fato de tomá-los como índices do processo de criação, sendo um suporte para a produção artística ou os registros da memória da criação, e, dessa maneira, dar tratamento metodológico que viabilize maior conhecimento sobre o percurso do autor.

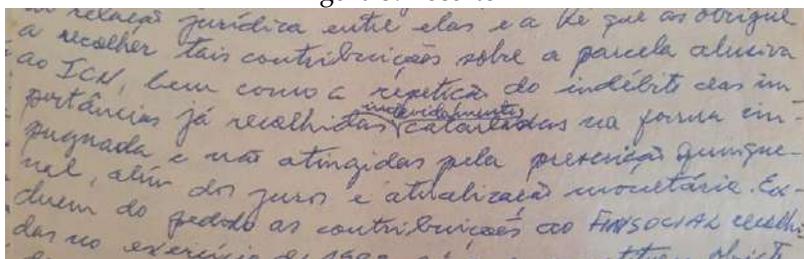
Vale ressaltar o quanto a crítica genética não tem acesso a tudo de todas as obras, apenas a alguns índices, entretanto, vivendo os meandros da criação quando o crítico está em contato com a materialidade do processo, pode conhecê-la melhor, segundo Salles (2008), a quem o nome da metodologia se deve ao ato de que tais pesquisas se dedicam à participação teórico-prática do desenvolvimento da gênese dos textos.

Nesse sentido, a preocupação em qualificar o objeto de estudo permite explicar que a ciência da crítica genética agrega aos estudos, mesmo de áreas transdisciplinares, um objeto que vai além dos limites da obra da maneira como ela é entregue ao público, ou seja: seu processo de criação.

## Da análise

Para análise, observamos o seguinte:

Figura 3. Recorte A



Fonte: Seção de Memória Institucional da Seção Judiciária do Paraná

No recorte, observamos que, originalmente, havia sido escrito: “[...] bem como a repetição do indêbitos das importâncias já recolhidas calculadas na forma impugnada e não atingidas pela prescrição [...]”. Em sua revisão, Cal Garcia resolve inserir o termo “indevidamente”, passando a frase à seguinte leitura: “[...] bem como a repetição do indêbitos das importâncias já recolhidas indevidamente calculadas na forma impugnada e não atingidas pela prescrição [...]”.

Percebemos que a inserção do advérbio “indevidamente” modaliza o sentido da frase e o quanto isso se torna relevante, principalmente no contexto jurídico, porque se observa que não era uma cobrança qualquer, era uma cobrança feita de forma indevida e que poderia mudar o rumo do processo. Além disso, a opção por “indevidamente” imprime força ao período, tendo em vista a sua constituição sonora advinda de sua formação polissilábica.

Figura 4. Recorte B

e 49.  
É o relatório. Devido.  
Trata-se espécie de ação de reparação de  
dano causado por acidente de veículos. O pro-  
tocolo foi o sumariíssimo.  
Existem dois pontos encontrados nos autos  
acidente entre os veículos indicado na inicial, e o  
curso ordinário. No decorrer, a...

Fonte: Seção de Memória Institucional da Seção Judiciária do Paraná

Na figura 4, vemos: “Trata-se da espécie de ação de reparação de dano causado **por acidente** de veículos”, em que observamos que a expressão “por acidente” está em destaque. Percebemos que o escritor repassa a caneta sobre as palavras na intenção de evidenciá-las.

Devemos salientar que o fato de julgar um caso implica diversos detalhes. Em caso de homicídio, por exemplo, há diferença na pena se constatar-se a intenção ou não de cometê-lo (culposo ou doloso). Diante disso, Cal Garcia quis destacar a expressão, pois isso implicava no resultado da sentença que ora julgava.

Figura 5. Recorte C

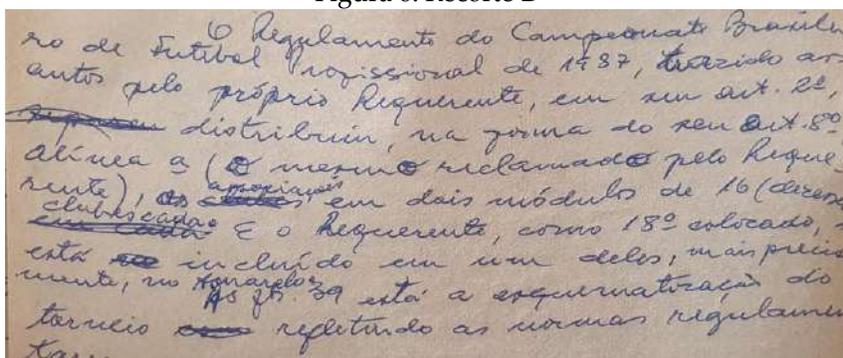
qual competência:  
a) constituir as Séries das Associa-  
ções que compõem o Módulo” (fls. 13 e 14)  
O ~~pedido~~ do requerente é no sentido de  
que a distribuição das associações seja prom-  
vida em séries e módulos, com observância  
da ordem de classificação obtida no campeonato  
de 1981 (fls. 15 e 16)

Fonte: Seção de Memória Institucional da Seção Judiciária do Paraná

Na figura 5, observamos a seguinte frase: “O ~~pedido~~ (pleito) do requerente é no sentido de que a distribuição das associações seja promovida em séries e módulos”. Notamos que Cal Garcia escreve, primeiramente, “pedido”, risca e substitui por pleito.

Percebemos a relevância da substituição no sentido de que pedido está ligado à ideia de favor. Já o substantivo pleito apresenta o sentido de “1 Ação judicial; litígio. 2 Defesa de ideias ou pontos de vista conflitantes” (PLEITO, 2023), evocando o ambiente jurídico (MELO, 1976). Isso deixa claro que o solicitante não estava pedindo algo a alguém, mas, requerendo seu direito diante da justiça.

Figura 6. Recorte D



O Regulamento do Campeonato Brasileiro de Futebol Profissional de 1987, trazido aos autos pelo próprio Requerente, em seu art. 2º, ~~separou~~ distribuiu, na forma do seu art. 8º, alínea a (o mesmo reclamado pelo requerente), ~~os~~ <sup>associações</sup> em dois módulos de 16 (dezesseis) ~~clubes~~ <sup>clubes</sup> cada. E o Requerente, como 18º colocado, ~~está~~ <sup>está</sup> incluído em um deles, mais precisamente, no ~~torneio~~ <sup>torneio</sup>. ~~As~~ <sup>As</sup> ~~pt.~~ <sup>pt.</sup> está a esquematização do torneio ~~com~~ refletindo as normas regulamentares.

Fonte: Seção de Memória Institucional da Seção Judiciária do Paraná

Originalmente teríamos: “O regulamento do Campeonato Brasileiro de Futebol Profissional de 1987, trazido aos autos pelo próprio Requerente, em seu art. 2º, separou, na forma do seu art. 8º, alínea a (o mesmo reclamado pelo requerente) os clubes em dois módulos de 16 (dezesseis) em cada”. Como a construção da frase fica confusa, o autor opta por substituir clubes por associações, de modo que, mais adiante, possa esclarecer sobre a divisão que seria de dezesseis clubes cada. Também, percebe-se a substituição de “separou” por “distribuiu”: “O regulamento do Campeonato Brasileiro de Futebol Profissional de 1987, trazido aos autos pelo próprio Requerente, em seu art. 2º, distribuiu, na forma do seu art. 8º, alínea a (o mesmo reclamado pelo requerente) as associações em dois módulos de 16 (dezesseis) clubes cada”, dando maior clareza à construção do pensamento.

## Considerações finais

Grésillon (2007, p. 171) acentua que "a crítica genética contribui para restituir aos estudos literários uma certa dimensão histórica que o formalismo estruturalista tinha sistematicamente esvaziado". Sabendo da grandiosidade da crítica genética ao compreender que, hoje, não se aplica somente à literatura, podendo estender-se à várias outras áreas do conhecimento, buscamos, nesta pesquisa, trazer como resultados a restituição ao direito à dimensão histórica perdida ao longo do tempo pela excessiva demanda de trabalho que, por vezes, faz com que os profissionais da área busquem pela reutilização de sentenças, fazendo com que o processo de escrita seja mecânico e pragmático.

A essa altura, também espera-se reviver a memória da justiça federal no estado do Paraná, que preza tanto pelas lembranças a ponto de destinar uma seção justamente para guardar memórias importantes que contribuíram para o crescimento da ciência jurídica no estado, como o caso dos manuscritos de José Carlos Cal Garcia. E essa prática seria possível, pois, como afirma Genette (1987, p. 369) "o estudo genético confronta o que [o texto] é com o que foi, ao que teria podido ser, ao que quase foi, contribuindo assim para relativizar [...] a noção de conclusão, para confundir o demasiadamente famoso "fecho". Nesse sentido, visitar essas memórias possibilita resultar, além de novas compreensões do texto, também trazer outras marcas que até então não se compreendia na leitura desses manuscritos (até então) terminados.

## Referências

- BERNARDET, J. C. Prefácio. In: SALLES. Cecilia de Almeida. **Redes de Criação**. 2. ed. Vinhedo/SP: Editora Horizonte, 2016, p. 11-12.
- FRANCISCO, E. C. Crítica de processo e ensino-aprendizagem de língua portuguesa.

**Revista (Entre Parênteses)**, Alfenas-MG, v. 10, n.1, p.1-16

GENETTE, G. **Seuils**. Paris, Seuil, 1987.

GRÉSILLON, A. Devagar: obras. In: ZULAR, Roberto. **Criação em processo: ensaios de crítica genética**. São Paulo: Iluminuras, 2002.

GRÉSILLON, A. **Elementos de crítica genética: ler os manuscritos modernos**. Editora da UFRGS, 2007

GRÉSILLON, A. Crítica genética, prototexto, edição. In: GRANDO, Â.; CIRILLO, J. (org..). **Arqueologias da criação: estudos sobre o processo de criação**. Belo Horizonte: Editora Arte, 2009, p. 41-51.

MARTINS, N. S. **Introdução à estilística**. 4. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.

MORIN, E. **A inteligência da complexidade**. São Paulo: Peirópolis, 2000.

PANICHI, E. R. P.; CONTANI, M. L. **Pedro Nava e a construção do texto**. Londrina: Eduel; São Paulo: Ateliê, 2003.

PANICHI, E. R. P. **Processos de construção de formas na criação: o projeto poético de Pedro Nava**. Londrina: Eduel, 2016.

PANICHI, E. R. P.; ROMERO, S. Y. W. Estilística lexical e processos de transformação em Guimarães Rosa: a anedota fósforo. In: **Cadernos do Congresso Nacional de Linguística e Filologia**. 2021. ISSN 1519-8782. Disponível em: [http://www.filologia.org.br/xxiv\\_CNLF/completos/estilistica\\_EDINA.pdf](http://www.filologia.org.br/xxiv_CNLF/completos/estilistica_EDINA.pdf). Acesso em: 24 out. 2023.

SALLES, C. A. **Crítica Genética: uma nova introdução**. 2. ed. São Paulo: Educ, 2000.

\_\_\_\_\_. Crítica Genética e Semiótica: uma interface possível. In: ZULAR, R. (org.). **Criação em Processo: ensaios de crítica genética**. São Paulo: Ed. Iluminuras, 2002, p. 117-202.

\_\_\_\_\_. **Crítica genética: fundamentos dos estudos genéticos sobre o processo de criação artística**. 3. ed. São Paulo: EDUC, 2008.

SALLES, C. A.; CARDOSO, D. R. Crítica genética em expansão. **Cienc. Cult.** São Paulo, vol.59, n.1, 2007.

SANTOS, R. L. **Os manuscritos de sentenças do juiz federal Cal Garcia à luz da crítica genética**. Disponível em: <https://memoria.jfpr.jus.br/wp-content/uploads/2022/07/Os-manuscritos-de>

sentencas-do-Juiz-Federal-Cal-Garcia-a-luz-da-critica-genetica.pdf

Acesso em: 28 out. 2022

UCHÔA, C. E. F. Estudos estilísticos no Brasil. **Matraga**, Rio de Janeiro, v. 20, n.32, 2013.

WILLEMART, P. **Os processos de criação na escritura, na arte e na psicanálise**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

ZYNGIER, S; CARNEIRO, R. M. O.; NOVODVORSKI, A. Reflecting on stylistics and the teaching of literature: an interview with sonia zygier. In: **SciELO Preprints**. 2023 Disponível em: <https://doi.org/10.1590/01031813v62220238667192> Acesso em: 26 out. 2023.

## O *Lugar de criação* como acontecimento de práticas de escrita

Nazarete Andrade Mariano

### Introdução

O capítulo, intitulado “*O Lugar de Criação como acontecimento de práticas de escrita*”, tem por finalidade socializar discussões parciais que compõem uma pesquisa de doutorado em andamento, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural – Pós-Crítica- UNEB (Universidade da Bahia) – Campus II. Trata-se de uma tese que está se desenvolvendo como uma investigação cartográfica no contexto de um programa de extensão nomeado *Lugar de Criação*<sup>1</sup>, promovido pelo curso de Letras da UPE (Universidade de Pernambuco) – Campus Petrolina.

O Programa *Lugar de Criação* (PLC<sup>2</sup>) tem como crivo as práticas de escrita de participantes provenientes de Escolas Públicas, os quais frequentemente ingressam no curso de Letras e, conseqüentemente, nos encontros formativos de extensão, sem a plena confiança em sua capacidade de criar textos literários. Isso inclui tanto estudantes quanto professores. Dessa forma, todos os envolvidos nessas atividades de extensão exploram as práticas de escrita no *Lugar de Criação*, transitando por diferentes gêneros de textos como conto, crônica, poesia popular, carta e até mesmo uma prática de escrita fora dessas convenções de genericidade.

---

<sup>1</sup> Os termos genéricos ou criados pela autora serão grafados em itálico, a exemplo do nome do *Lugar de Criação*.

<sup>2</sup> O nome Programa Lugar de Criação também será grafado pela sigla - PLC.

Destaca-se um debate sobre as atividades de extensão geralmente ancorado no liar de estruturas específicas em diálogo com o ensino, a pesquisa e a formação. Argumenta-se que esse debate cada vez mais vem se ampliando nas ações acadêmicas de extensão, pois o novo sempre emerge das ações humanas e das conexões discursivas que se renovam, resultantes de um agenciar pelo acontecimento.

As teorizações para este estudo não se limitam a apresentar conceitos e imagens de pensamentos já estabelecidos, mas também costurá-los com as discussões da filosofia do acontecimento deleuziana; o discurso como acontecimento defendido por Pêcheux ([1990]2008), Duran e Cechinel (2022), sob a perspectiva de acontecimento.

Aderir a essa trincheira implica olhar para outros espaços nos quais as práticas de escrita se deslocam continuamente, indicando um traçado não linear. São linhas que se conectam, se transformam e podem entrelaçar umas nas outras, oferecendo possibilidades de experimentação de conexões, já que são escritas que se multiplicam no papel e para além dele, em uma criação na qual as práticas de escrita estejam no cerne do acontecimento, constituindo-se na e com a coletividade.

São linhas que atravessam o *PLC*, agenciando acontecimentos de uma multiplicidade presentes nas práticas de escrita de um coletivo, que é um lugar de criar pela escrita; um lugar que se configura pela dimensão do criativo; um lugar que é do movimento; um lugar que tenta não seguir um modelo específico, nem gestado de cima para baixo, mas que se constitui como um acontecimento, pois o experimentar é próprio da criação.

Uma metodologia de pesquisa, dentro de uma perspectiva cartográfica, demanda uma imersão no percurso de andarilhar pelo contexto do *PLC*, como na pesquisa em andamento da tese de doutoramento sobre as práticas de escrita que configuram diferentes cenas na formação em Letras. Nesse contexto, Castro-Brito destaca suas vivências narradas em cartas trocadas com a

pesquisadora<sup>3</sup>, bem como em textos nas coletâneas publicadas e desenvolvidas pelo mencionado programa de extensão. Dessa forma, empregaremos dispositivos como cartas e textos do graduando-escritor<sup>4</sup> no desdobramento de uma natureza bibliográfica e documental de uma pesquisa qualitativa.

O artigo está organizado em três tópicos necessários para abordar as discussões apresentadas. São eles: “*Conexões e agenciamentos*”. Esse tópico explora as interconexões estabelecendo um diálogo entre as ideias de Deleuze (1969[2015]) e Orlandi (1990[2008]), com consonância aos conceitos de Pêcheux. O segundo tópico, “*O Lugar de Criação como acontecimento*”, traz um recorte ao contexto do *Lugar de Criação*, interpretando-o como um agenciador que influencia o *modus operandi* de uma coletividade e suas nuances discursivas. Em “*Escritas de Castro-Brito<sup>5</sup> no cerne da multiplicidade do Lugar de Criação*”, ocorre uma imersão nas escritas de Castro-Brito, no âmago da multiplicidade do PLC. Isso inclui uma das lembranças do jovem-escritor, expressas em cartas trocadas durante a pesquisa, especialmente aquelas relacionadas às suas recordações quando tinha doze anos de idade em contato com os caprinos no sítio de seu avô. Além disso, destaca-se uma retomada de suas memórias em um texto literário presente na coletânea “*Escrevinhar*” (2023).

Além desses três tópicos, o estudo inclui uma introdução que oferece uma visão geral das discussões parciais relacionadas ao objeto de pesquisa da tese de doutoramento. Também são abordadas as contribuições e relevâncias do estudo, destacadas nas considerações. Vale ressaltar que essas considerações não são conclusivas, pois a pesquisa está em constante movimento.

---

<sup>3</sup> Trocadas por arquivo compartilhado remotamente via link de processador de texto.

<sup>4</sup> Performance utilizada na tese de doutorado em andamento.

<sup>5</sup> Extensionista do PLC e participante da minha pesquisa de tese de doutoramento.

## Conexões e agenciamentos

Não raro, nos deparamos com situações em que se ouvem frases como ‘*eu não tenho dom para escrever*’, ‘*eu não nasci para praticar a escrita*’ ou ainda ‘*eu não sou boa/bom com as palavras*’. Essas expressões permeiam diversos espaços, especialmente entre aqueles que têm acesso limitado a recursos materiais e culturais, reforçando uma ideia comum, de que a escrita é uma habilidade destinada apenas a algumas pessoas, o coloca a escrita em um pedestal inatingível, afastando os sujeitos desse contato, uma vez que se acredita na falsa premissa de que falta o “dom” para escrever ou algo semelhante, como se escrever fosse uma competência exclusiva de poucos.

Nesse contexto, torna-se pertinente compreender que as práticas de escrita não se limitam a uma habilidade inata, mas são construídas e desenvolvidas em diferentes esferas de convivência e aprendizado. Para ilustrar essa ideia, segue abaixo uma imagem que contextualiza como essas práticas se manifestam em outras esferas, agenciando diferentes fazeres e promovendo outros acontecimentos. Assim, apresentamos um breve panorama do programa *Lugar de Criação*, que tem contribuído para desmistificar a ideia de que escrever é uma atividade reservada aqueles que têm mérito.

São escritas constituídas durante as atividades formativas e de extensão que anualmente são compiladas em um livro contendo coleções de textos em verso e em prosa de diversos *escritores* envolvidos com *PLC*, conforme mencionado na introdução deste trabalho. Essas escritas agenciam outras práticas, alcançando o bate-papo, o sarau, o artigo, o TCC, o podcast, especialmente o livro autoral, além de tantos outros acontecimentos com diferentes sentidos que se complementam.

Figura 1. Contexto do PLC



Fonte: Elaboração própria durante a cartografia de investigação de tese de doutorado.

É relevante ressaltar que Castro-Brito integra o *PLC* desde o ano de 2020, tendo contribuído com textos em todas as coletâneas organizadas pelo programa: “Lugar de Criação em versos e prosa” (2020); “Escritas Identitárias”<sup>6</sup> (2021/2022); “O Valsar das palavras” (2022) e “Escrevinhar” (2023). O Graduando-escritor também se envereda por outras formas de escrita, como evidenciado em seu *ebook* autoral “Crontos” (2023), na escrita acadêmica e da escrita de material didático. Além disso, participa da pesquisa de tese, em andamento, colaborando com cartas trocadas, que são dispositivos criados para investigar as práticas de escrita de docentes em formação.

É perceptível a presencialidade do múltiplo em formação, uma vez que, como afirmam Deleuze e Guattari (1995[2011]), a “multiplicidade reside na pessoa do ator que a projeta no texto”. O acontecimento rompe com o estabelecido, numa irrupção que gera uma nova realidade, do potencial criativo e transformador do pensamento. Nesse contexto, o acontecimento se torna uma força propulsora da existência e da reexistência, expressando a potência

<sup>6</sup>O processo de criação ocorreu em 2021, mas a publicação saiu em 2022.

da vida. Ele se expande daquilo que já existe e, por meio dele, novas possibilidades se delineiam para abrir caminho ao novo, à dobra, ao porvir. De acordo com Deleuze (2016), o sentido é o esplendor do acontecimento.

O PLC se configura em dimensões que promovem a proliferação do coletivo, do conjunto. Todos os envolvidos são convidados a experimentar o sabor das práticas, ações e interações que se manifestam no escrito, uma escrita definida por uma natureza descentralizada em relação a uma situação nos moldes padrão. Não que esta última não seja importante; no entanto, no Programa *Lugar de Criação*, observa-se que a escrita se desenha por meio de acontecimentos.

### **O Lugar de Criação como acontecimento**

Ao realizar uma simples pesquisa em sites de busca, é possível perceber que o termo *acontecimento* possui diversas interpretações. Dentre elas, destaca-se a ideia de algo que ocorre de maneira inesperada, como um acaso ou uma eventualidade, conforme Houaiss (2011, p. 17), é definido como “fato, evento; pessoa ou fato que causa sensação; sucesso”. Borba (2011, p.19) o descreve como sendo “evento; acontecido; evento memorável ou sensacional; sucesso; êxito”. Já no Aulete (2011, p. 35), também é indicado como “ação ou resultado de acontecer; fato muito interessante; aquilo que ocorre ou acontece de forma imprevista; eventualmente; sucesso”. Todas essas definições do termo apontam uma causa, fato ou efeito associado ao inesperado, à eventualidade de algo. Portanto, acontecimento é algo passível de ocorrer, aquilo que se desenrola no instante vivido, que se faz, que se escreve e que se inscreve.

Mesmo com as acepções sintetizadas em poucas palavras, podemos considerar o acontecimento como um processo de ruptura que abrange diversas interpretações em contextos, tempos e espaços distintos. É um processo que emerge do múltiplo presente nas relações e interações entre elementos que se encontram em um momento específico.

Para Deleuze (1969[2016]), o acontecimento não deve ser concebido como algo pontual e isolado, mas sim como um movimento constante que ocorre em processo de diferenciação. Para ele, cada identidade é única em sua diferença e não pode ser reduzida a nenhuma essência ou identidade fixada. O acontecimento é, portanto, a manifestação dessa diferença em um momento específico. O acontecimento pela perspectiva deleuziana é constituído *no que* acontecer, não *o que* acontece.

Por outro lado, Pêcheux ([1990]2008) associa o acontecimento à linguagem e à maneira como ela é empregada para construir significados. A linguagem é considerada um sistema simbólico que opera por meio de uma série de relações interdiscursivas, ou seja, como os diversos discursos se conectam e interagem entre si. Ambos os autores concordam que o acontecimento é um processo de construção de sentidos que ocorre em diferentes práticas e relações, oferecendo maneiras de compreender um mundo em constante mudança e lidar com as complexidades e incertezas que envolvem a vida.

Nessa perspectiva, o acontecimento busca compreender os fenômenos de forma dinâmica e relacional, considerando a multiplicidade de fatores envolvidos em cada situação. Assim, a dinâmica da linguagem na construção e negociação de significados nos instiga a refletir sobre uma visão que valoriza a complexidade e a diversidade do mundo, desafiando noções simplistas e estereotipadas em relação ao que acontece ao nosso redor.

### **Escritas de Castro-Brito no cerne da multiplicidade do *Lugar de Criação***

Práticas de escrita ocupam ‘casas vazias’ e/ou alugam um espaço de criação por tempo indeterminado. Por meio delas e com elas, o diferente sempre é o novo se revelando: o já dito, dito de outra maneira, permitindo “em que se pode produzir o “deslocamento” dessa relação, desterritorializando-a” (Orlandi, 1990, p.9). São dobras que possibilitam a imersão em novos

sentidos, de outros significados, tornando-se uma potência do signo que se concretizam em textos; textos que se materializam nos discursos, carregados de ações discursivas sopradas pela ventania do acontecimento das palavras nos mais diversos significados.

Se o acontecimento está relacionado ao que ocorre, às práticas sociais se desdobram sobre aspectos *emoldurados* pelo escriturístico, no qual o cotidiano é constantemente inventado<sup>7</sup>. É um processo de atribuição de sentido que os *escreventes* desenvolvem em seus escritos. No âmbito deste estudo, tudo que já foi mencionado anteriormente e vivenciado no contexto do *Lugar de Criação* ressoa nas práticas de escrita. O acontecimento, nesse sentido, provoca ruptura e descontinuidade (Pêcheux, [1990]2008), pois é um elemento histórico e, como tal, é intrinsecamente descontínuo. Na perspectiva da lógica do sentido deleuziana, somos acontecimentos.

Talvez seja possível nos aventurarmos em uma relação entre o acontecimento e as práticas sociais com a escrita, de modo particular, no contexto da escrita e da criação cotidiana. Essas práticas emergem do cotidiano. Por outro lado, ao nos referirmos ao "escriturístico", buscamos destacar a influência da escrita na formação e interpretação das práticas sociais, em um processo contínuo bidirecional. Isso ocorre porque as habilidades dos sujeitos que escrevem suas narrativas impactam diretamente em seu ato de escrever.

Um acontecimento no movimento de devenir sugere uma interconexão entre a experiência e a produção escrita. Enquanto causa ruptura, os elementos históricos, como tais, são recuperados por descontinuidades. Dessa forma, os sujeitos estão intrinsecamente ligados ao acontecimento e são, de certa forma, uma manifestação dele. Como nos recordam Pereira e Moraes (2020, p.04), "o sujeito se constitui, à medida, que se relaciona com os outros". Nesse ponto, o filósofo da linguagem, Bakhtin (1992[2016]), também nos ensina ao postular o princípio da

---

<sup>7</sup> Inspirado na obra "Invenção do Cotidiano" de Certeau (2012).

dialogicidade, afirmando que eu existo na medida em que o outro existe. Isso ocorre no processo de interação, nas vozes que se entrelaçam em diversas linguagens.

Os autores referenciados destacam que o desenvolvimento do sujeito ocorre por meio das interações com os outros. Em particular, Bakhtin (1992[2016]) introduz o conceito de dialogicidade, enfatizando a natureza interativa e dinâmica da linguagem e da comunicação. Essa perspectiva sugere que a identidade não é algo fixo ou predefinido, mas é construída ao longo do tempo através das nossas interações com outras pessoas e com o ambiente ao nosso redor. Através do diálogo e da troca de ideias, criamos significado e entendimento mútuos. Essa compreensão é fundamental para a teoria da linguagem e tem implicações profundas na forma como entendemos as relações humanas na interação constante com os outros.

Dessa forma, as práticas de escrita do *PLC* são descritas como possibilidade fértil para a expressão criativa e para a construção de significados. O uso do conceito de "casa vazia" sugere a potencialidade inexplorada que a escrita pode habitar, criando vagas e construindo deslocamentos. Não apenas as práticas de escrita se desterritorializam, mas também as relações, os espaços e os contextos, pois geram resultados proporcionando novas perspectivas de sentidos e significados. Cada um inserido em seus respectivos espaços. O texto surge na celebração do discurso, que, por sua vez, celebra as práticas sociais de letramentos. Nessa perspectiva, conforme Deleuze (2016) destaca, "não somos pessoas, somos acontecimentos".

### **Os bodes não me respeitavam...**

Nessas andanças, o que emerge é uma atenção ao jeito peculiar que o sertanejo / a sertaneja tem de narrar suas histórias. Até quando afirma que não há muito o que contar de suas vivências, inventa sua teatralidade para narrar um "causo", mesmo que

corriqueiro: seja este uma ficção passada de geração para geração ou em uma breve conversa afiada, como Castro-Brito relata.

Acordava seis horas da manhã para tirar leite de cabra e de vaca, além de tirar todo o rebanho do chiqueiro e depois colocá-lo de novo, era a parte que eu mais odiava, os bodes não me respeitavam, sabe? (*Castro-Brito, Carta 1, 2022*).

Essa importante e peculiar teatralidade na apresentação de Castro-Brito demonstra uma dificuldade em lidar com os caprinos. Ao entrar em contato com narrativas como essa, em que as pessoas compartilham suas experiências, valores e perspectivas de vida, surge uma pergunta: o que levou à não obediência aos comandos do pequeno vaqueiro de caprinos no sítio do avô? Vale ressaltar que o termo “bode” ao qual Castro-Brito se refere também se aplica às cabras das quais ele insistia na tentativa de tirar o leite.

Vários fatores podem ser apontados para chegar a uma construção de sentido plausível. Os bodes podiam não estar familiarizados com Castro-Brito, o que poderia levar à falta de reconhecimento de uma figura de autoridade ou alguém a ser respeitado. Outro fator pode estar relacionado à hierarquia do rebanho em questão; se Castro-Brito não estivesse agindo de uma maneira que os caprinos percebessem como indicativa de autoridade, é provável que não tivessem respondido ao seu comando.

Outra possibilidade pode estar relacionada ao comportamento de Castro-Brito no contexto em questão. Se agiu de uma forma que os bodes interpretaram como ameaçadora ou agressiva, isso poderia fazer com que eles não o respeitassem. Além disso, experiências passadas podem influenciar a recorrência comportamental dos animais: se os bodes tiveram experiências negativas com seres humanos no passado, estariam mais vulneráveis a desconfiar ou resistir à presença de Castro-Brito no comando do rebanho.

Este diálogo entre “*os bodes não me respeitavam*” e as acepções dicionarizadas nos levam a buscar um entendimento do acontecimento como um processo de ruptura e recuperação que envolve diferentes aspectos, além de fatores ambientais, uma vez que o contexto em que o evento está ocorrendo também pode desempenhar um papel basilar para o desenrolar da trama. Se os bodes estivessem estressados, famintos ou em qualquer situação que os deixassem desconfortáveis, isso poderia ter afetado a forma como eles responderam ao vaqueiro mirim Castro-Brito. Até mesmo uma linguagem corporal e os sinais que Castro-Brito estivesse emitindo poderiam ter sido interpretados de maneira diferente do que ele pretendia.

Esse acontecimento de Castro-Brito em um ‘*chiqueiro*’ rodeado de bodes e cabras, ou ainda, em um curral na tentativa de desmame do leite das ‘*criações*’ é um fenômeno dinâmico e relacional; uma relação em um dado tempo, em um dado contexto histórico, cultural e social, em que se pode levar em conta uma multiplicidade de fatores que estão envolvidos em cada situação que levaria o rebanho a não o respeitar; até mesmo pelo fato de os bodes não quererem entrar no ‘*chiqueiro*’, e Castro-Brito, em sua tenra idade, não tinha habilidade suficiente para tal adestramento. E se ele, enquanto “*vaqueiro*” desrespeitado pelos “*bodes*”, tivesse recuperado a sabedoria popular de atrair o bode para o ‘*chiqueiro*’ com um pouco de sal?

Em “*os bodes não me respeitavam*”, Castro-Brito nos faz refletir sobre esse acontecimento, naquilo em que ocorre, uma vez que os sentidos se diferenciam de acordo com os contextos. Houaiss (2011, p. 17) define como “*fato, evento; pessoa ou fato que causa sensação; sucesso*”. Devido a uma ausência de relação estabelecida para um menino entre seus dez e treze anos, os bodes não tinham obrigação de obediência. Afinal, quem era aquele menino que vivia no microcosmo urbano entre Petrolina e Casa Nova para exigir respeito? Só porque aparecia por ali, em raros finais de semanas? Talvez a falta de familiaridade com os caprinos

tenha causado em Castro-Brito uma sensação de frustração e de estranhamento.

Em seu texto publicado, retorna à cena retratada na “carta 2” trocada para a pesquisa, na qual diz: “reunia-se em você o que eu negava; era como se materializasse uma angústia da qual eu não tinha domínio, nem pudera pela idade. Eu era garoto, ainda sou. Mas o homem, como quer que seja, não passa por isso” (Castro-Brito, 2023, p. 63). Uma prática de acontecimentos na e pela literatura, ao mesmo tempo que recupera a memória de um garoto, traz outras marcas de subjetividade metaforizando a angústia de menino, com as descobertas daquilo que se nega no decorrer da vida.

Em Aulete (2011, p. 35), acontecimento é definido como “ação ou resultado de acontecer; aquilo que ocorre ou acontece de forma imprevista; eventualmente”. O imprevisto na ação de Castro-Brito em fazer os bodes serem respeitosos é exatamente o evento pelo não esperado. O previsto seria que os animais seguissem os comandos do pequeno vaqueiro de bodes, atendendo ao pedido do avô em encurralar o rebanho. Todas essas buscas indicam que o efeito relacionado ao inesperado ocorreu em Castro-Brito naquele momento em que algo não saiu como esperado.

Fato é que o acontecimento não pode ser visto como algo pontual e isolado; ao contrário, deve ser compreendido como um movimento constante que ocorre por meio de um processo de diferenciação, rompendo em um ponto de uma linha para recuperar em outro. Cada coisa se inscreve como única em sua diferença, o acontecimento é, portanto, uma manifestação dessa diferença em um momento específico, que emerge na dobra para o surgimento do novo.

Os acontecimentos estão, nessa perspectiva, relacionados à linguagem e à forma como ela é utilizada para construir significados (Pêcheux, 1990[2008]). Esses acontecimentos nos levam a observar que a linguagem deve ser vista através da ótica de um sistema simbólico que se constitui por meio de uma série de relações interdiscursivas, ou seja, a maneira como os diferentes discursos se conectam e interagem entre si. Nesse sentido, o fator histórico se

constitui numa memória discursiva, em que o acontecimento se dá no entrelaçamento do já dito, algo que, ao se reiterar, rompe com o passado e dá origem ao diferente, criando a dinâmica do que está por acontecer

Encontrar essa fabulação de Castro-Brito, (*Carta 1, 2022*), na tentativa de negociação com os caprinos, sugere que há negociação de significados, pois essa é a própria linguagem em construção de sentidos: esplendor do acontecimento, “o brilho, o esplendor do acontecimento, é o sentido”, pois, “o acontecimento é no que acontece” (Deleuze, 1969[2016], p. 152). Castro-Brito retrata imagens de suas memórias manifestadas em sua carta, esse brilho, esse esplendor de que as pessoas são acontecimentos, uma vez que o sentido do acontecimento é no que ocorre em diversos momentos e lugares. Como ele expressa, fazendo uso do jogo de palavras e metáforas em: “recusou-se à ordem, movimentou-se para o outro lado. E você era tantos, eram muitos. E todos vazios, todos profanos. Todos elaborando uma dança satânica que fugia do controle do menino” (Castro-Brito, 2023, p. 173)<sup>8</sup>.

A expressão "recusou-se à ordem, movimentou-se para o outro lado" revela uma resistência em aceitar uma oposição, sugerindo uma atitude de rebeldia ou desvio. O movimento para "o outro lado" implica uma busca por algo diferente, possivelmente por uma ruptura com o convencional. Castro-Brito (*idem*), em sua narrativa literária, rememora acontecimentos de infância ao afirmar: “e você era tantos, eram muitos. E todos vazios, todos profanos”, apresentando uma multiplicidade que remete à ideia de que “cada um de nós já era vários, já era muita gente” (Deleuze; Guattari, 2011, p. 17). Castro-Brito, ao utilizar os termos "vazios" e "profanos", confere à essa multiplicidade uma conotação negativa, sugerindo que, para o sujeito lírico, tais experiências eram desprovidas de importância significativas.

Seguindo na exploração da prosa literária de Castro-Brito (2023), encontramos, em "todos elaborando uma dança satânica que fugia do controle do menino", uma metáfora que adiciona uma

---

<sup>8</sup> Texto faz parte da coletânea “Escrevinhar” (2023).

dimensão simbólica e intensa à narrativa. Essa imagem sugere uma atividade caótica ou rebelde que escapa ao controle de uma figura mais inocente, a do "menino" de outrora que tentava manejar o rebanho de caprino na roça do avô. A experiência de transmutar suas memórias por meio de um jogo das palavras revela uma profunda imersão de Castro-Brito em suas vivências infantis e sua relação com sua atualidade. Isso indica uma transformação criativa das lembranças, utilizando a subjetividade como meio de expressá-las.

Barthes (2004), ao destacar o "trapacear da língua com a própria língua", ressalta a capacidade de o sujeito de subverter a linguagem de diversas maneiras e em diferentes contextos. O uso da metalinguagem rompe com a noção convencional da escrita de uma carta e apresenta a metáfora como recurso astuto para abordar e ressignificar acontecimentos do passado remoto que, de outra forma, poderiam estar perdidos na obscuridade da memória. Na passagem "o recusar à ordem e se mover para o outro lado", o autor não apenas desafia as convenções, mas também sugere uma transformação pessoal ou uma mudança de perspectiva.

A utilização de sentidos metafóricos, como a descrição dos outros como "tantos, eram muitos" e a caracterização deles como "vazios" e "profanos" contribui para a construção de uma atmosfera simbólica e com significado plural. A referência à "dança satânica" adiciona uma dimensão de rebeldia e descontrole, destacando a fuga do menino dessa situação desconcertante. Essa expressão também pode ser vista como o "brilho do esplendor" (Deleuze, 2016), pois os sentidos transmutam para o jogo metafórico do acontecimento. Essa percepção deleuziana nos permite acrescentar uma camada de sofisticação à interpretação, pois contribui para pensar que a expressão de Castro-Brito vai além da simples transmissão de eventos passados. Ao transmutar os sentidos para o "jogo metafórico do acontecimento", ele não apenas relata, mas recria e dá vida às experiências, tornando-as mais do que simples recordações.

## Outros desdobramentos

Se antes, em “os bodes não me respeitavam”, havia uma sensação de desconforto, de confronto e de descontrole, como se essa amálgama indicasse algo que não podia enfrentar ou entender completamente naquela época. No texto “Carta a um...”, surge o inesperado de um jovem com sua escrita com marcas de subjetividades, que expressa as complexidades da vida e das emoções em signos que vão além de uma função meramente linguística. Esses signos criam imagens de personagens, ora personificados em figuras humanas, ora em seres satânicos, ora em animais indefesos e irracionais, em reconfigurações performáticas dos acontecimentos.

Nessa perspectiva, no texto, Castro-Brito desnuda a objetividade veementemente da carta trocada comigo, a pesquisadora deste estudo, apresentando uma carta que se distingue de maneira substancial pelo seu caráter literário. Isso porque, conforme argumentam Duran e Cechinel (2022, p. 10), “o literário não se configura, portanto, nem como repositório de um conteúdo estanque, nem como vazio a ser preenchido por disposições subjetivas, mas como acontecimento”.

O acontecimento se desloca para outras esferas, englobando tanto o escritor quanto o leitor de suas obras, assim como os leitores que pesquisam suas práticas literárias e aqueles que interpretam e atribuem significados diversos ao texto. Logo, em consonância com Duran e Cechinel (2022), é fundamental considerar o acontecimento no processo de construção de sentido, especialmente durante a interpretação de um texto figurativo, ou seja, de um texto literário.

Em síntese, a habilidade de Castro-Brito em expressar-se por meio do jogo de palavras e metáforas revela uma profunda compreensão da linguagem como uma ferramenta flexível, capaz de transcender as limitações da comunicação convencional e capturar a potência complexa de suas memórias, que são

acontecimentos, como corrobora Deleuze (1969[2015]) ao afirmar que não somos pessoas, somos acontecimentos.

### **Considerações parciais**

As considerações para este estudo têm como finalidade socializar discussões parciais de pesquisa de tese, que se concentra nas práticas de escrita de graduandos de Letras (*escritores*) no contexto de um Programa de Extensão denominado *Lugar de Criação*. O destaque recai sobre o crivo do acontecimento evidenciado nas escritas do graduando-escritor-docente Castro-Brito e suas construções de sentido sob uma perspectiva do acontecimento.

O texto literário, enquanto acontecimento, traz outras vozes, implodindo assim a possibilidade de um completo silenciamento. Sem seus leitores correspondentes, o texto literário perde a voz, tornando-se confuso e destituído de significado. Esse silenciamento ou privação de sua natureza subjetiva resulta na perda do esplendor e do brilho que são intrínsecos ao próprio ato de acontecer.

Se, porventura, Castro-Brito retornasse ao seu contexto de sua infância e tentasse pastorear os caprinos novamente, os acontecimentos seriam distintos. Isso porque o momento histórico é outro, suas habilidades são diferentes, suas interpretações de significados são outras. Consequentemente, o que ocorre com o Castro-Brito contemporâneo, aquele em que “os bodes” não o respeitavam, seria interpretado de forma diferente, refletindo suas mudanças e transformações pessoais.

O foco deste estudo reside no debate sobre acontecimento como platô de sentido, evidenciado nas práticas de escrita desenvolvidas no âmbito do Programa de Extensão *Lugar de Criação* (PLC), com destaque para as escritas do *graduando/docente/escritor* Castro-Brito. São textos que mobilizam e recuperam sentidos considerando diversos contextos e seus aspectos tempo-espaciais. Isso permite uma exploração do sentido de acontecimentos que extrapola o crivo do linguístico, alcançando a materialização do

discurso no texto e atribuindo significado ao acontecimento nas multiplicidades da literatura.

A habilidade de Castro-Brito em burilar por meio de um uso engenhoso das palavras e significações aproveita o caráter arbitrário dos signos para transcender o âmbito linguístico, possibilitando reflexões diversas e explorando o sentido de acontecimento de acordo com a filosofia da diferença e do acontecimento deleuziano. Esse desdobramento permite uma visão das múltiplas interpretações, revelando que a construção de sentidos ocorre nas linhas de fugas, multiplicando-se, desterritorializando e reterritorializando em um movimento constante.

Esse perambular possibilita considerar o *Lugar de Criação* não apenas como um programa de extensão, mas também um contexto de práticas de escrita na formação em Letras, configurando-se como um lugar de acontecimentos. Ao criar textos literários que se desdobram em diferentes cenas, contextos e possibilidades de escrita, o programa se revela como um movimento de construção constante de significados em cada momento, em cada situação e em cada contexto em que os sujeitos dão vida à sua experiência.

Assim, delineamos um traçado de linhas não lineares. São linhas que se conectam, se transformam e têm a capacidade de penetrar rizomaticamente uma na outra. Linhas que nos indicam a experimentar conexões. Essas linhas nos instigam a experimentar fabulações diversas, a se multiplicarem no papel e, mais além, a territorializarem e desterritorializarem um lugar, uma criação, permitindo que as práticas de escrita ocupem o brilho do acontecimento.

## Referências

AULETE, **Novíssimo Aulete Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa**. Organizado por PAULO ROBERTO GEIGER. Rio de Janeiro: Lexikon, 2011.

BARTHES, Roland. **Aula**: pronunciada dia 7 de janeiro de 1977. São Paulo: Editora Perspectiva, 1977 [2004].

BORBA, F. S. (Org.). **Dicionário Unesp do Português Contemporâneo**. Curitiba: Piá, 2011.

CASTRO-BRITO, Vitor. *Carta a um...* In: BRITO, V. C. **Escrevinhar**. (org.) SEGUNDO, Miguel Wilk Segundo, LOPEZ, Cristian Javier, FREIRE, Crizeide Miranda MOTA, Denilson Barros, SANTOS, Lucas de Jesus. Petrolina/PE: Oxente, 2023, p. 173-175.

DELEUZE, Gilles. **O ato de criação**. Tradução de JOSÉ MARCOS MACEDO. Folha de São Paulo, v. 27, n. 06, São Paulo, 1987 [1999].

DELEUZE, Gilles. *Vigésima Primeira Série: Do Acontecimento*. In: DELEUZE, Gilles. **Lógica do sentido**. Tradução de Luiz Roberto Salinas Fontes. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1969 (2015).

DERRIDA, Jacques. **Essa estranha instituição chamada literatura**: uma entrevista com Jacques Derrida. Tradução de MARILEIDE DIAS ESQUEDA. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1992 [2014].

DURÃO, F. A.; CECHINEL, A. **Ensinando literatura**: a sala de aula como acontecimento. São Paulo: Parábola, 2022.

GERALDI, W. J. **A aula como acontecimento**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2015.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss Conciso**. Org. Mauro de Salles Villar. São Paulo: Moderna, 2011.

PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução de ENI P. ORLANDO. 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 1990 [2008].

STREET, B. Os novos estudos sobre o letramento: histórico e perspectivas. In: MARINHO, M.; CARVALHO, G. (Org.) **Cultura Escrita e Letramento**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ZOURABICHVILI, François. **Deleuze: uma filosofia do acontecimento**. Tradução de Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Editora 34, 2004 (2016).

## **Textos e autores no cárcere: desafios das práticas de leitura e escrita no sistema prisional capixaba**

Juliana Amorim de Jesus  
Letícia Queiroz de Carvalho

### **Introdução**

A leitura no ambiente carcerário tem se apresentado como importante caminho no percurso de ressocialização e de formação crítica dos sujeitos privados de liberdade, seja por ações pedagógicas desenvolvidas em escolas do ambiente prisional, seja por meio de práticas alinhadas à remição de pena, as quais estimulam a participação dos leitores no cárcere. Para além desses motivos, emerge em nosso cenário a real necessidade de humanização dos espaços prisionais, no que tange também à cultura e à formação dos sujeitos privados de liberdade, visto que a educação no sistema prisional, escolar ou não, bem como as ações voltadas à cultura, nesses espaços, demandam políticas públicas e ações pedagógicas alinhadas às suas especificidades.

Nessa perspectiva, assumimos uma concepção de leitura literária e de escrita como um direito inalienável na formação cultural e cidadã dos indivíduos privados de liberdade, de modo a apresentar as produções ficcionais e textuais desses sujeitos como um caminho possível para que esses leitores/escritores se reconheçam e compreendam de forma mais ampla seu lugar na dinâmica social, além da real possibilidade de remição da pena pela leitura, a qual se apresenta como importante recurso educativo para os detentos, no sentido de ampliar o seu interesse pelas ações pedagógicas que contribuam para a sua ressocialização e que

amenizem as condições de sobrevivência no ambiente prisional, por si mesmas tão limitantes e, muitas vezes, cruéis.

Nesse contexto, a literatura e a escrita se configuram como ferramentas pedagógicas e como instrumentos de humanização e reflexão. Ao proporcionar aos detentos o acesso a narrativas diversas e à expressão de suas próprias vivências por meio da escrita, cria-se um ambiente propício para o desenvolvimento de habilidades cognitivas e emocionais. A leitura literária torna-se, assim, uma ponte para o entendimento de diferentes perspectivas, estimulando a empatia e promovendo a construção de uma identidade mais solidária e consciente.

No cenário das prisões, a leitura, a cultura e a arte têm se constituído como caminho potente para a educação dos indivíduos privados de liberdade. Por isso, propomos uma pesquisa bibliográfico-documental, para sistematizarmos elementos teóricos que contribuam para a nossa compreensão acerca da literatura no cárcere, os quais possam também subsidiar ações educativas no âmbito da educação literária, de forma qualitativa e eivada de sentidos para a comunidade desse contexto.

Sob tal ótica, o texto busca sistematizar dados e elementos teóricos que possam contribuir para o planejamento de ações de leitura e escrita no cárcere, em diálogo com a realidade do ambiente prisional, em que algumas particularidades sobre o acesso aos livros, a cultura leitora e os projetos pedagógicos direcionados à formação de leitores/escritores apresentam-se ainda incipientes e limitadas à condição sociocultural desses sujeitos.

Em torno desse objetivo nuclear, organizamos o texto, a partir das seguintes seções: a primeira, denominada “Sobre o direito de ler e escrever nas prisões”, em que trouxemos um recorte teórico acerca da remição de pena através da leitura, bem como as concepções de leitura e escrita de autores representativos da educação literária como Candido (1988, 1989) e Freire (2013) e autores do campo da Pedagogia Social, tais como Carvalho e Araújo (2021), Carvalho (2018) e Tinoco e Alexandra (2008), os

quais ampliarão a nossa compreensão de leitura e escrita em ambientes socioeducativos.

A seção seguinte, “Caminhos possíveis para a leitura no cárcere” apresenta elementos teórico-metodológicos advindos da nossa interlocução com as matrizes teóricas escolhidas, a fim de propor possíveis caminhos que potencializem as práticas de leitura e escrita no ambiente das prisões. Em seguida, na seção “Considerações Finais”, sistematizaremos todas as nossas reflexões teórico-documentais acerca do tema proposto nesse trabalho, destacando os desafios e as possibilidades para tais práticas nas prisões.

Adicionalmente, é crucial destacar a importância da avaliação contínua e adaptação dessas estratégias no cenário prisional. A dinâmica peculiar das instituições penitenciárias exige uma abordagem flexível e sensível às mudanças que possam surgir. A constante análise do impacto das iniciativas propostas, a partir do comentário dos educadores e dos detentos, possibilita ajustes necessários para melhor atender às demandas específicas desse ambiente desafiador. Além disso, a promoção de parcerias colaborativas entre as instituições prisionais, o sistema educacional e as organizações da sociedade civil podem fortalecer ainda mais essas ações, proporcionando recursos adicionais, experiências diversificadas e uma rede de apoio mais abrangente para o sucesso dessas práticas educacionais no contexto prisional.

### **Sobre o direito de ler e escrever nas prisões**

Em meio aos inúmeros questionamentos sobre o porquê de se evidenciar o discurso literário no contexto prisional, a partir de especificidades do texto ficcional e dos seus desdobramentos nas práticas de leitura e escrita, bastante mencionadas por autores representativos da área, torna-se fulcral pensarmos nas ressonâncias dessas práticas na recepção dos textos literários e na formação do leitor/escritor em ambientes de privação de liberdade. Embora muito se tenha discutido no cenário social acerca da

importância da literatura para a formação humana, inclusive em espaços não escolares, seja em diretrizes oficiais que orientam a formação docente do professor de português e o seu fazer pedagógico no campo da educação literária, seja em pesquisas ou em produções acadêmicas que trazem para o debate sobre o tema a relevante funcionalidade do campo literário, sabemos o quanto é complexa qualquer tentativa de buscarmos um modelo fechado que oriente a leitura nas prisões, principalmente se pensarmos nas especificidades e limitações desse ambiente (Carvalho, 2018).

No ambiente educacional das prisões, ou até mesmo fora dele, a proposta da remição da pena dos detentos, por meio da leitura, tem se revelado caminho importante para as práticas de leitura no cárcere, bem como para uma formação integral dos sujeitos privados de liberdade, cabendo acrescentar também que todos os internos do sistema prisional que estudam têm direito ao benefício da remição da pena.

A lei nº 12.433/11, sancionada em junho de 2011, alterou a Lei de execução penal para permitir a redução de pena dos presos que estudam. O benefício da remição autoriza a redução de um dia da pena a cada 12 horas de estudo, distribuídas em três dias, conforme mencionado a seguir; Art. 1º Os artigos 126, 127, 128 e 129 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 126. O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena.

§ 1º A contagem de tempo referida no caput será feita à razão de:

I - 1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar - atividade de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante, ou superior, ou ainda de requalificação profissional - divididas, no mínimo, em 3 (três) dias;

II - 1 (um) dia de pena a cada 3 (três) dias de trabalho.

Ainda que possuam tal possibilidade nesse contexto, o ensino de literatura e as práticas de leitura tornam-se desafiadoras. Os alunos dessa vertente educacional, os quais estão em privação de liberdade e possuem questões peculiares nesse percurso formativo, apresentam uma leitura de mundo diferente e necessitam de professores cujas habilidades para o trabalho com o texto literário dialoguem com situações mais adversas às de outros alunos, exigindo-lhes caminhos pedagógicos mais específicos e coerentes com a situação social desses estudantes.

Há que se destacar também a importância de um processo pedagógico que acompanhe as atividades relacionadas à remição de pena pela leitura, de modo a não ocorrer uma banalização do ato de ler. No que tange aos resultados imediatos da diminuição de penas, é bom observar que o encontro com os livros no sistema prisional não precisa ser apenas uma ação utilitária que atenda apenas fins pontuais de leitura.

A expressão literária desempenha um papel crucial na implementação da proposta de remição da pena por meio da leitura no contexto prisional, conforme evidenciado no texto. Facilitando o acesso à leitura, sobretudo de obras literárias, a linguagem literária configura-se como um recurso fundamental para a formação abrangente dos indivíduos privados de liberdade.

A complexidade e riqueza inerentes à linguagem literária oferecem uma oportunidade singular para os reclusos explorarem diversas perspectivas, cultivarem empatia e criticidade, bem como expandirem suas capacidades no contexto social em que vivem. Com base nessa visão, Alexandra e Tinoco (2008, p. 5) afirmam que

[...] a linguagem literária expressa uma informação que, devidamente apreendida e avaliada, pode ser fator de aprimoramento intelectual e refinamento da apreensão do próprio momento histórico que se vive. O contexto sociocultural é o meio em que a mensagem se transforma e a linguagem literária, por ela expressa, revela seus níveis de comunicação e arte.

Diante disso, destaca-se a importância da linguagem literária também como uma fonte de informação, capaz de aprimorar intelectualmente e refinar a compreensão dos leitores acerca do momento histórico. A interação dinâmica entre a linguagem literária e o contexto sociocultural, em que a mensagem se transforma, revela níveis complexos de comunicação, arte e informação. Sendo assim, ampliamos a simples transmissão de informações, tornando-se uma expressão enriquecedora que contribui para uma compreensão mais profunda e estética do entorno histórico e cultural.

A linguagem literária faz da língua um objeto estético, e não meramente linguístico, ao qual podemos inferir significados de acordo com nossas singularidades e perspectivas. Sendo assim, na vertente da Pedagogia Social, torna-se uma atividade polissêmica, pois, ao estimular uma pluralidade de opiniões e narrativas, faz com que haja múltiplas visões. Ainda assim, a instrução com base na literatura nos faz recordar, nas memórias escolares, de abordagens que ainda estão distantes das conexões sócio-históricas que frequentemente experimentamos (Carvalho; Pompermayer, 2017).

Nesse contexto, é fundamental reconhecer o potencial transformador da abordagem literária no processo educacional. No entanto, é crucial abordar as lacunas existentes na maneira como a literatura é ensinada, reconhecendo a necessidade de uma abordagem mais integrada às dimensões sócio-históricas.

Sobre a Pedagogia Social, Araujo e Carvalho (2022, p. 94) explanam que

[...] é um campo do conhecimento que acredita no poder curativo e transformador das palavras. Ela é um ramo da Pedagogia que entende que seus pesquisadores precisam atuar como teórico-práticos e a partir de uma escuta sensível possam ajudá-los a virarem o jogo da vida a seu favor. Esse campo do conhecimento propõe ações que potencializem os sujeitos que vivem em situação de vulnerabilidade a construírem uma autoimagem mais positiva de si mesmos, a crer em oportunidades de traçar um novo caminho

através do qual possam ressignificar suas trajetórias de sofrimento através da ousadia de sonhar com novos começos repletos de possibilidades.

Nesse contexto, a pedagogia social assume uma importância vital no cenário educacional prisional, destacando-se, sobretudo, nas práticas de leitura e escrita. No ambiente carcerário, permeado por desafios singulares, esse domínio de estudo proporciona abordagens pedagógicas sensíveis e profundamente contextualizadas, demonstrando um entendimento apurado das dinâmicas sociais que caracteriza esse ambiente específico.

No âmbito do sistema prisional, a discussão em torno do direito à leitura e escrita assume uma dimensão de extrema relevância, transcendendo a mera esfera educacional para abraçar um valor mais profundo: o respeito à dignidade humana. Torna-se imperativo reconhecer e assegurar esses direitos como elementos fundamentais, não apenas para a reintegração social, mas também para a construção de uma trajetória digna daqueles que se encontram sob custódia penal. Dessa forma, Cândido (1988, p. 18) relata que: “[...] a literatura concebida no sentido amplo a que me referi parece corresponder a uma necessidade universal, que precisa ser satisfeita e cuja satisfação constitui um direito”.

Diante disso, a satisfação dessa necessidade como um direito destaca a importância de assegurar o acesso à literatura de forma equitativa, independentemente das circunstâncias individuais. Isso reflete a ideia de que o contato com a literatura não deveria ser um privilégio exclusivo, mas sim um componente essencial da experiência humana, acessível a todos.

A reafirmação do direito a esse ato educativo ultrapassa a mera disponibilização física de materiais literários, demandando a implementação de ambientes propícios que catalisem o pleno exercício desse direito. Esse compromisso engloba a formulação e a execução de políticas educacionais inclusivas, o estabelecimento de programas de alfabetização eficazes e o estímulo constante ao

acesso a bibliotecas e a recursos literários nas comunidades, inclusive aquelas sujeitas à privação de liberdade.

A necessidade de uma abordagem mais integrada às dimensões sócio-históricas emerge como uma prioridade, promovendo não apenas a compreensão das obras lidas e escritas, mas também estimulando a reflexão sobre as complexidades culturais e históricas que permeiam as narrativas. Além disso, a problemática do ensino se estende para além da literatura, abarcando as desigualdades sociais que impactam o acesso equitativo à educação, a necessidade de métodos de avaliação mais contextualizados, a rigidez nas metodologias de ensino e a importância da formação continuada dos professores.

Ao reconhecer a literatura como um direito, firmamos o compromisso de capacitar indivíduos e comunidades por meio da palavra escrita, tornando-se uma força motriz na construção de uma sociedade mais justa e comprometida com os direitos humanos.

### **Caminhos possíveis para a leitura no cárcere**

Em meio à complexidade das instituições prisionais, o aprimoramento das práticas de leitura e escrita se revela como uma necessidade premente na busca pela ressocialização dos detentos. Propor caminhos eficazes para potencializar essas práticas requer uma abordagem que reconheça o ser humano por inteiro, capaz de assumir as intrincadas nuances do ambiente carcerário e respeitar a diversidade de experiências dos indivíduos inseridos nesse contexto desafiador.

A implementação de programas de incentivo à leitura destaca-se como um pilar essencial para fortalecer tais práticas. Clubes de leitura, debates literários e palestras educativas não apenas constituem espaços de interação social, mas também fomentam a reflexão crítica. Essas iniciativas transcendem o estímulo ao hábito da leitura, atuando como catalisadores para o desenvolvimento

intelectual e emocional dos detentos, proporcionando uma via para a construção de habilidades cognitivas e interpessoais.

Adicionalmente, a promoção de projetos de escrita inventiva emerge como uma estratégia complementar de impacto significativo. Ao oferecer oportunidades para que os detentos expressem suas narrativas pessoais e desenvolvam habilidades literárias, esses projetos não apenas cultivam a prática da escrita, mas também desempenham um papel crucial na construção de identidades positivas e na ressignificação de experiências passadas.

Dentro da abordagem educacional, a inclusão da leitura literária no ambiente prisional revela-se como um meio fundamental para a promoção do pensamento crítico e do desenvolvimento humano. Ao proporcionar acesso a diferentes narrativas, a literatura se torna uma ferramenta que vai além da mera transmissão de conhecimento, constituindo-se como um veículo de ampliação de perspectivas e entendimento do mundo. Nas páginas de obras literárias, os detentos encontram um espaço para compreender a complexidade das relações sociais e se conectar com experiências humanas diversas.

Ademais, destacamos que as práticas de leitura e escrita validam nos seres humanos aquelas características que consideramos fundamentais, tais como o exercício do pensamento reflexivo, a aquisição de conhecimento, uma disposição benevolente para com o próximo, o aprimoramento das emoções, a habilidade de investigar os desafios da existência, a percepção da beleza, a compreensão da complexidade do mundo e dos seres e o cultivo do humor. A literatura desencadeia em nós uma ampliação da parcela da humanidade à medida que nos torna mais compassivos e receptivos à natureza, à sociedade e aos nossos semelhantes. Esse processo de enriquecimento humano pela literatura contribui para uma compreensão mais profunda e abrangente do entorno e para a construção de uma empatia que fortalece nossa conexão com o mundo e com os outros (Cândido, 1989).

Além dessas iniciativas, é vital considerar o investimento na formação de professores especializados em educação literária no

ambiente prisional. Esses educadores devem possuir não apenas habilidades pedagógicas, mas também uma compreensão sensível das particularidades do contexto carcerário, adaptando-se para engajar os detentos de maneira eficaz e transformadora.

A respeito da formação docente abrangendo a linguagem literária, Silva, Passos e Marques (2019, p. 11) dizem que

[...] expressa uma informação que, devidamente apreendida e avaliada, pode ser fator de aprimoramento intelectual e refinamento da apreensão do próprio momento histórico que se vive. O contexto sociocultural é o meio em que a mensagem se transforma e a linguagem literária, por ela expressa, revela seus níveis de comunicação e arte.

Para além das estratégias previamente mencionadas, é imprescindível direcionar atenção ao investimento na capacitação de educadores especializados em educação literária no ambiente prisional, que ainda segue de forma lenta. Dentro desse conjunto de desafios, os educadores, muitas vezes sem uma formação inicial apropriada, enfrentam obstáculos ao ministrar a Educação de Jovens e Adultos (EJA), especialmente quando a instituição escolar está inserida em um ambiente repressivo e contraditório em relação às abordagens educacionais. Isso frequentemente resulta na ausência de debates sobre questões verdadeiramente relevantes para esse público. (Onofre; Menott, 2016). Esses profissionais devem não apenas deter competências pedagógicas sólidas, mas também uma apreciação sensível das especificidades inerentes ao contexto carcerário. A habilidade de adaptar métodos e abordagens pedagógicas é crucial para engajar os detentos de maneira eficiente e, sobretudo, transformadora.

Além disso, é importante que a formação desses educadores contemple uma compreensão aprofundada das dinâmicas psicossociais encontradas em ambientes socioeducativos, equipando-os com as habilidades essenciais para enfrentar as complexidades desse contexto desafiador.

Esse investimento valoriza a qualidade do ensino proporcionado aos detentos e reconhece a relevância de uma abordagem educacional contextualizada e adaptada às demandas específicas das instituições prisionais. A identidade do educador não é uma característica imutável ou algo externo a ser adquirido, mas sim um processo de construção do sujeito ao longo da história. Ser professor representa apenas uma das facetas da identidade de uma pessoa, que também abarca outras identidades relacionadas aos diferentes papéis que desempenha na sociedade. (Onofre; Menott, 2016).

Proporcionando aos educadores uma compreensão mais aprofundada das circunstâncias e obstáculos enfrentados pelos detentos, esse conceito de formação visa a estabelecer um ambiente de aprendizado mais eficaz e significativo. Tal abordagem está alinhada aos propósitos de ressocialização e reintegração na sociedade, buscando maximizar o impacto positivo do processo educativo no contexto prisional.

Além da qualificação dos educadores, é vital considerar a implementação de programas que estimulem a criatividade e a expressão artística entre os detentos. A introdução de atividades culturais e artísticas no ambiente prisional não apenas complementa a abordagem educacional, mas também oferece aos reclusos uma via adicional para o desenvolvimento pessoal. Oficinas de escrita criativa, teatro ou outras formas de expressão artística não só contribuem para o enriquecimento emocional dos detentos, mas também promovem habilidades de comunicação e trabalho em equipe. Essas atividades, aliadas ao apoio contínuo de educadores capacitados, podem desempenhar um papel fundamental na construção de uma atmosfera educacional mais inclusiva e estimulante dentro das instituições prisionais. Ao abordar a educação de forma holística, considerando tanto o aspecto acadêmico quanto o emocional, é possível criar um ambiente propício à transformação positiva e à reintegração bem-sucedida dos detentos na sociedade.

A presença de educadores qualificados desempenha um papel fundamental na construção de uma relação de confiança entre professores e detentos, cultivando um ambiente favorável ao crescimento intelectual e à mudança positiva. Ao estabelecer essa conexão, os educadores se tornam agentes essenciais no processo de transformação pessoal e social dos detentos. A confiança mútua facilita a abertura para o aprendizado, proporcionando não apenas aquisição de conhecimentos, mas também incentivando a reflexão sobre escolhas e comportamentos passados.

Nessa perspectiva, tomando como base esse pensamento sócio formativo, Freire (2013, p. 83) afirma que

não é de estranhar, pois, que nesta visão 'bancária' da educação, os homens sejam vistos como seres da adaptação, do ajustamento. Quanto mais se exercitem os educandos no arquivamento dos depósitos que lhes são feitos, tanto menos desenvolverão em si a consciência crítica de que resultaria a sua inserção no mundo, como transformadores dele. Como sujeitos.

Nessa perspectiva, não é surpreendente que, na visão educacional "bancária", os indivíduos sejam concebidos como seres destinados à mera adaptação e ajustamento. Nessa abordagem, o processo educacional é comparado a um sistema de depósitos, em que os educandos são instados a simplesmente arquivar as informações fornecidas, sem fomentar o desenvolvimento de uma consciência crítica. Quanto mais os educandos se dedicam ao armazenamento passivo desses depósitos, menos propensos se tornam a cultivar em si mesmos a consciência crítica que poderia resultar em sua verdadeira inserção no mundo, capacitando-os a agir como transformadores ativos do ambiente ao seu redor.

No contexto específico das escolas prisionais, a importância do papel do professor é amplificada. Diante de um sistema educacional que historicamente adotou uma visão bancária, os professores nessas instituições têm a responsabilidade crítica de desafiar essa abordagem passiva. A formação desses educadores

torna-se uma peça-chave, capacitando-os não apenas com habilidades pedagógicas, mas também com uma compreensão sensível das complexidades e desafios únicos enfrentados pelos detentos.

O professor na escola carcerária deve ir além do papel tradicional de depositário de conhecimento, tornando-se um facilitador do processo de conscientização crítica. Sua missão vai além da transmissão de informações; inclui o estímulo à reflexão, ao diálogo e à participação ativa dos educandos na construção do conhecimento. Ao adotar uma postura mais libertadora, os professores têm o poder de contribuir para a formação de sujeitos conscientes, capazes de exercer uma influência transformadora em suas vidas e na sociedade.

Nesse contexto, é imprescindível reconhecer o papel essencial do professor como um agente fundamental na desconstrução do paradigma "bancário" da educação, especialmente ao trabalhar em ambientes prisionais. Ao assumir essa responsabilidade, o educador se torna crucial na promoção de uma abordagem mais humanizada e emancipatória no cenário escolar dentro das instituições prisionais. Sua atuação vai além do simples repasse de informações, buscando fomentar o desenvolvimento integral dos indivíduos, proporcionando-lhes oportunidades de aprendizado significativo e estimulando o pensamento crítico, contribuindo assim para a ressocialização e transformação positiva dos alunos que enfrentam esse contexto desafiador.

### **Considerações finais**

Em síntese, enfatizamos a intrincada complexidade das práticas de leitura no ambiente prisional, ressaltando tanto os desafios quanto as oportunidades inerentes a esse contexto específico. A incontestável humanização das instituições carcerárias é reiterada, consagrando a literatura como uma ferramenta potente e eficaz na busca pela construção de uma

trajetória educacional digna para os indivíduos privados de liberdade.

A proposta de remição da pena por meio da leitura é uma iniciativa de relevância, contudo, é reconhecida a necessidade constante de reflexão e adaptação frente aos desafios particulares do ensino literário no cenário prisional. Com isso, acesso equitativo à literatura é sublinhado como um direito fundamental, respaldado pela legislação pertinente, de modo que os caminhos delineados para potencializar as práticas de leitura e escrita nas prisões são reafirmados, com destaque para a importância de programas de incentivo à leitura, projetos de escrita criativa e a capacitação especializada de professores, ocasionando uma dimensão crítica, instando à necessidade de uma abordagem educacional participativa e transformadora.

Diante de tudo isso, a literatura não apenas se revela como um meio eficaz de ressocialização, mas também como um direito fundamental que transcende a mera disponibilização de materiais literários, a simples transmissão de informações e a construção de uma base conceitual. Ela se posiciona como uma ferramenta de empoderamento, permitindo que os indivíduos, mesmo em circunstâncias desafiadoras, alcancem uma compreensão mais profunda de si mesmos e do mundo que os cerca.

Além disso, a literatura no cárcere atua como um canal de expressão, possibilitando que as vozes muitas vezes silenciadas encontrem ressonância e significado. Ao proporcionar a detentos o acesso a narrativas diversas, ela enriquece intelectualmente e fomenta a empatia, promovendo uma compreensão mais ampla da experiência humana.

Sendo assim, o compromisso com a literatura não se limita ao âmbito prisional; ele transcende os muros, influenciando a sociedade em sua totalidade. Ao educar indivíduos através do conhecimento e da expressão, a literatura desempenha um papel significativo na construção de uma sociedade mais justa e esclarecida. Esse comprometimento fortalece os laços sociais e contribui para a formação de cidadãos críticos e participativos,

essenciais para o desenvolvimento de comunidades mais equitativas e conscientes.

Portanto, quando pensamos na relação entre a literatura e as prisões, é fundamental entender que essa conexão traz desafios e oportunidades. A humanização das prisões se destaca, mostrando que a literatura pode ser uma ferramenta valiosa para oferecer uma educação digna às pessoas privadas de liberdade.

Além do mais, a ideia de redução da pena através da leitura é interessante, mas é necessário refletir e adaptar as práticas de ensino literário às situações específicas do ambiente prisional. É importante garantir que todos tenham acesso justo à leitura, conforme respaldado pelas leis existentes.

Para fortalecer a leitura e a escrita nas prisões, é crucial promover programas que incentivem a leitura, projetos de escrita criativa e treinamento especializado para os educadores. A implementação de treinamentos especializados proporciona aos educadores as habilidades e conhecimentos necessários para enfrentar os desafios específicos do contexto prisional, fortalecendo assim a qualidade do ensino. Isso cria uma abordagem educacional mais participativa e transformadora.

Uma proposta simples para fortalecer a leitura e escrita nas prisões seria a criação de um programa com várias etapas. Primeiro, cada prisão teria sua própria biblioteca, oferecendo livros gratuitos aos detentos. Depois, haveria oficinas de escrita criativa semanalmente, incentivando os detentos a expressarem suas ideias e emoções através de histórias, poesias e ensaios. Além disso, os educadores receberiam treinamento especializado em técnicas de ensino adaptadas à prisão, como gerenciamento de sala de aula e incentivo à leitura. Uma avaliação constante garantiria que o programa atendesse às necessidades dos detentos, com o objetivo final de ajudar na reintegração social através da educação.

No geral, a literatura não só ajuda na transformação social do detento em formação, mas também é um direito fundamental que vai além da simples oferta de livros. Ela atua como uma ferramenta de capacitação, permitindo que as pessoas, mesmo em situações

desafiadoras, entendam mais sobre si mesmas e o mundo ao seu redor. Com isso, a leitura literária pode oferecer um canal de interlocução para as vozes frequentemente silenciadas serem ouvidas. Ao proporcionar acesso a diferentes histórias, ela enriquece intelectualmente e promove empatia, ajudando a compreender melhor a experiência humana.

Logo, o compromisso com a literatura não se limita às prisões; ele impacta toda a sociedade. Ao capacitar as pessoas através do conhecimento e da expressão, a literatura desempenha um papel vital na construção de uma sociedade mais justa e informada. Esse compromisso fortalece os laços sociais e contribui para a formação de cidadãos críticos e participativos, essenciais para o desenvolvimento de comunidades mais justas e conscientes.

## Referências

- ALEXANDRA, M.; TINOCO, R. C. **Processos literários de leitura dialógica: o mundo como sala de aula**. Via Atlanta, 2008. Disponível em: <file:///C:/Users/Tha%20C3%ADs/Downloads/Texto%20Tinoco.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2024.
- CANDIDO, A. **Direitos Humanos e literatura**. In: FESTER, A.C.R. (org.) *Direitos humanos e...* São Paulo: Comissão Justiça e Paz, Editora Brasiliense, 1989.
- CANDIDO, A. **O direito à literatura**. In: CÂNDIDO, A. *Vários escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 1988.
- CARVALHO, L. Q.; ARAÚJO, M. M. **A Pedagogia Social na perspectiva bakhtiniana: um encontro dialógico**. São Carlos: Pedro & João Editores. 2021.
- CARVALHO, L. Q.; POMPERMAYER, S. F. Leitura, escola e formação do leitor na perspectiva da pedagogia social. **Revista Pedagogia Social UFF**, [S.l.], v. 3, n. 1, may 2017.
- MONTENEGRO, M. C. **Regulamentada a remição de pena por estudo e leitura na prisão - Portal CNJ**. 5 maio 2021. Disponível

em: <https://www.cnj.jus.br/regulamentada-a-remicao-de-pena-por-estudo-e-leitura-na-prisao/>. Acesso em: 22 jun. 2023.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

ONOFRE, E. M. C.; MENOTT, C. C. Formação de professores e educação na prisão: construindo saberes, cartografando perspectivas. Formação Docente – **Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores**, [S. l.], v. 8, n. 15, 2016.

SILVA, R.; PASSOS, T. B.; MARQUES, M. A. Literatura carcerária: educação social por meio da Educação, da escrita e da leitura na prisão. EccoS – **Revista Científica**, [S. l.], n. 48, 2019.



## **Contação, escuta e escrita de histórias no ambiente prisional**

Maria Elvira Tavares Costa

### **O papel da Contação de História para construção do imaginário dos sonhos, desejos e ação**

Apresentamos, neste trabalho, um relato de nossa experiência profissional, no ancestral ofício de contar histórias.

- Sente-se aqui, venha ouvir uma história!

Quem de nós recusaria tal proposta?

Nossa família é de Contadores, como contamos no livro “Ciranda de Histórias – na minha casa todo mundo conta”. Avó, pai, mãe, tia... Histórias no almoço, no jantar, na hora de dormir. Histórias para ensinar, para distrair, para estreitar laços – histórias que jamais falharam!

Cada palavra ouvida e/ou lida ficou gravada no nosso imaginário e no nosso coração. E seguimos buscando honrar essas doces raízes.

As formações em Psicodrama e em Psicopedagogia; a paixão pela leitura; o interesse pelo ser humano... tudo isso nos fez seguir contando, recontando, escrevendo, inventando...

Mestres maravilhosos apuraram essa sensibilidade: Machado de Assis, José Mauro de Vasconcelos, Clarissa Pinkola Estés, Paulo Freire, Francisco Gregório Filho... e tantos mais!

Escrevemos alguns livros, ousamos narrá-los, ousamos viver essa vida mambembe, principalmente após a aposentadoria, que se é pouca em valores financeiros, érica em liberdade e vida.

Assim é que, na prática, desde a infância até hoje, aprendemos que contar e ouvir histórias nos dão asas, coragem, sensibilidade, humanidade.

Trabalhamos com um grupo de idosos, em 2004, num projeto da Assembleia Legislativa do Espírito Santo (ALES) – “Velhas Histórias gerando novas vidas”. Ali, testemunhamos pessoas, desistidas e silenciadas, voltando a se interessar pela vida, pelo convívio, por ouvir e contar histórias. Na época, ao final do ano, nasceram dois grupos de contadores de histórias oriundos do nosso trabalho: um, com vistas a levar histórias para abrigos de idosos e crianças; outro para os hospitais. Frutos preciosíssimos da mágica das histórias.

Desenvolvemos projetos, junto à Associação de Folclore de Cachoeiro de Itapemirim, atual Associação de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial Cachoeirense, em comunidades quilombolas de nossa cidade, redundando na publicação de dois livros: *No Tempo da Onça, recontando histórias da Comunidade Quilombola de Vargem Alegre*; e, como organizadora, o *Todas as Faces de Maria*, de autoria do Professor Doutor Genildo Coelho Hautequestt Filho, sobre a vida da Mestra Maria Laurinda Adão, da Comunidade Quilombola de Monte Alegre. Também em Monte Alegre, desenvolvemos trabalhos de resgate do seu Patrimônio Cultural, junto à EMEB local, e junto ao “Conselho de Idosos”, sempre pela Associação.

Enfim, foram muitas as ações formais desenvolvidas: projeto Pé de Livros, realizado durante a Bienal Rubem Braga, em Cachoeiro de Itapemirim; projeto Livres Livros, com casinhas de livros instaladas em alguns pontos da cidade... além das contações do cada dia.

Até que um dia, aceitamos um convite adiado, feito por um padre / amigo / irmão, muitos anos antes: o de participar da “Pastoral Carcerária”, atuando na APAC. Na época do convite, nem aceitamos escutar a proposta, alegando que não tínhamos vocação para tal. Porém, um mês após sua morte, a APAC bateu, novamente à porta, pela narrativa de enteado, amigo e parceiro,

que havia visitado o Centro de Reintegração Social (CRS) masculino de nossa cidade, e estava encantado com tudo o que vira. Só então paramos para ouvir o que era a APAC, só então compreendemos o precioso convite feito, tantos anos passados.

Ali, fomos, finalmente, fisgados, descobrindo nossa vocação para o voluntariado e o endereço certo para exercê-lo. Dias depois, visitamos o CRS, conversamos, em afetuosa acolhida do então Gestor. Mês seguinte apresentamos projeto para levar a Contação de Histórias aos Recuperandos e aos colaboradores, em grupos distintos. O curso de formação do voluntariado chegou pouco tempo depois: meses de estudo importantíssimo e robusto sobre o Método APAC, de modo a preparar o candidato a estar entre os Recuperandos, em sintonia com sua recuperação. Do chamado até o início dos trabalhos, meses se passaram. De lá até aqui, fevereiro de 2024, lá se vão quase dois anos de dedicação mútua, muitos desafios, imensos aprendizados, muitas alegrias.

### **O que é a APAC – Associação de Proteção e Assistência aos Condenados?**

Segundo Gama (2016), em “A lei da execução penal à luz do Método APAC – Um novo conceito de sistema prisional”, fundada em 1972, a APAC é uma organização privada que busca a reinserção social de pessoas privadas de liberdade. Com base na dignidade humana, a associação oferece um método de recuperação que combina trabalho, estudo e assistência espiritual, visando transformar vidas e contribuir para uma sociedade mais justa. A APAC tem se destacado por sua abordagem inovadora, que alia os preceitos da Lei de Execução Penal à valorização da pessoa humana. Gama (2016) reforça que:

Na visão do Superior Tribunal de Justiça (STJ):

A APAC considera os presos como reeducando, partindo do pressuposto de que todo ser humano é recuperável, desde que haja um tratamento adequado. Os princípios seguidos os da

individualização do tratamento; redução da diferença entre a vida na prisão e a vida livre; participação da família e da comunidade no processo de ressocialização; e do oferecimento da educação moral, assistência religiosa e formação profissional. (STJ, 2002 *apud* GAMA, 2016).

Esse conceito, que deveria ser tão óbvio sendo tão libertador, é a grande mudança proposta pelo método APAC: Somos todos Recuperandos; ninguém é irrecuperável. A ideia da prisão como forma, não apenas de punição, mas, também, como vingança (bandido bom é bandido morto, como ouvimos tantas vezes, nos últimos tempos), desvirtua completamente o que a Lei Penal propõe e rege. Cadeias superlotadas, maus tratos, humilhação do preso e de seus familiares, tudo isso garante aos presídios do sistema comum o apelido de “universidade do crime”.

Por que o método? Porque se trata de uma metodologia que rompe com o sistema penal vigente, cruel em todos os aspectos e que não cumpre a finalidade da pena: preparar o condenado para ser devolvido em condições de conviver harmoniosa e pacificamente com a sociedade. O método cuida em primeiro lugar da valorização humana da pessoa que errou e que, segregada ou não, cumpre sua pena privativa de liberdade (Ottoboni, 2018, p.25).

Mário Ottoboni, advogado e jornalista, participou de um Cursinho da Cristandade, movimento da Igreja Católica, no ano de 1969. Tocado pela espiritualidade, Mário procurou por alguns anos o chamado para exercer sua missão cristã – até ser inspirado a trabalhar na prisão. Lá se deparou com todos os horrores que o ambiente prisional é capaz de apresentar: superpopulação carcerária, maus tratos, péssima comida, humilhação, desrespeito à condição humana dos presos e de suas famílias.

Inspirou-se, especialmente, na fala registrada no Novo Testamento:

Porque tive fome, e me destes de comer; tive sede, e me destes de beber; era peregrino, e me acolhestes; nu, e me vestistes; enfermo, e me visitastes; estava na prisão, e vistes a mim. Perguntar-lhe-ão os justos: 'Senhor, quando foi que te vimos com fome e te demos de comer? Com sede e te demos de beber? Quando foi que te vimos peregrino e te acolhemos; nu e te vestimos? Quando foi que te vimos enfermo ou na prisão e te fomos visitar?' Responderá o Rei: 'Em verdade eu vos declaro: todas as vezes que o fizestes isto a um destes meus irmãos mais pequeninos, foi a mim mesmo que o fizestes.'" (BÍBLIA, 1985, Mateus 25.35-40, p. 1316).

Ali, na penitenciária de São José dos Campos, SP, junto ao amigo, considerado mártir da causa, Franz de Castro iniciou ação voluntária e permitiu-se sonhar. Sonhar com uma prisão que cumprisse o que a lei determina: subtrair ao preso apenas o direito de ir e vir, a sua liberdade; e garantir a ele os demais direitos, conforme resguardados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, ou seja, uma Utopia.

A Utopia não é o irrealizável, mas o irrealizado (Leloup, 1996, p.23).

E assim se fez!

Valdeci Ferreira apresenta, em seu livro APAC – a Revolução do Sistema Penitenciário, (2022, p.49), extensa lista das vantagens do método APAC. O modelo valoriza a dignidade humana e a família, garantindo que as visitas ocorram em um ambiente respeitoso e livre de constrangimentos. A comunidade interna cultiva relações baseadas no respeito mútuo, promovendo um ambiente de convivência mais saudável. Através de atividades laborais e artesanais, os recuperandos desenvolvem habilidades, encontram um propósito e contribuem para a própria sustentação. Além disso, a APAC oferece acesso à saúde, assistência jurídica e educação, promovendo a reinserção social e a cidadania.

Ferreira (2022, p.38) apresenta argumento impressionante: o método APAC demonstra resultados expressivos, com uma taxa de reincidência significativamente inferior à média do sistema prisional tradicional, conforme dados do Tribunal de Justiça de

Minas Gerais. Além disso, o custo por pessoa para manter um recuperando na APAC é cerca de um terço do valor gasto em unidades prisionais convencionais, tornando a metodologia economicamente viável e eficiente.

O baixo custo per capita para a manutenção dos condenados, chegando a 1/3 do valor investido nas prisões comuns se explica facilmente pelo fato de que são os Recuperandos os responsáveis pela limpeza, manutenção e cuidados com o CRS, inclusive quanto ao preparo dos alimentos, cuidados para com a horta e o manejo com o lago dos peixes (que se revertem em alimentos para uso próprio e até para doações a Instituições afins – no caso do CRS Masculino da APAC em que trabalhamos, no sul do Espírito Santo). Conta também o fato de que os colaboradores são civis e não policiais, em número apenas suficiente para administração, gestão e oferta dos serviços assistenciais, psicológicos, jurídicos, e de suporte aos trabalhos. Não havendo armas ou algemas no cotidiano, gera-se, estratégica e intencionalmente, o clima de confiança e cooperação entre Colaboradores e Recuperandos: no lugar do medo e do enfrentamento. Também a presença dos voluntários, muito contribui para essa construção; presença marcante em diversas atividades de valorização humana, espiritual, apoio às famílias e, até mesmo, às vítimas – um dos objetivos sublimes da APAC.

Sobre o CRS, nas palavras de Valdeci, (2022, p.170):

Em âmbitos estruturais, trata-se, em regra, de um edifício composto de três regimes de cumprimento de pena [fechado, semiaberto e aberto], os quais possuem: celas, refeitório, cozinha, capela ecumênica, espaços de trabalho, ambiente de estudo, biblioteca, gabinete de atendimento técnico multidisciplinar, quadra de esportes, jardim, área de lazer para os filhos, suítes para visita conjugal, berçário, setor administrativos, entre outros. É possível, ainda, notar frases motivacionais, que remontam e/ou fortalecem a história apaqueana, pintadas nas paredes pelos próprios recuperandos.

Segundo Ferreira, (2022, p.38), são objetivos do método: a recuperação do preso, a proteção da sociedade, o socorro das vítimas ou de seus familiares e o principal a promoção da justiça Restaurativa. Em seu texto pode-se entender do que se trata a APAC:

Ao final, salienta-se que a APAC não é uma prisão privada, pois a lógica das prisões privadas é o lucro, enquanto a lógica das APACs é a recuperação da pessoa privada de liberdade. Trata-se de um regime de mútua cooperação, em que a sociedade coopera com o Estado para amenizar o grave problema penitenciário, descentralizando as unidades prisionais e humanizando o cumprimento de penas privativas de liberdade (Ferreira, 2022, p.38).

Repetimos: Utopia realizada! Longe de ideologias sem estratégias, sem ousadia, sem ação. Utopia construída a partir da ação de homens e mulheres de boa vontade, inspirados pela certeza da capacidade de autossuperação que todos nós possuímos – nossa chama divina, aqui alavancada, motivada, alimentada pelo concurso de muitos, de muito trabalho, muito estudo, inspiração e ação transformadora.

### **O trabalho voluntário em ambiente prisional**

Em maio de 2022, iniciamos nossas atividades do trabalho voluntário de Contação, Escuta e Escrita de Histórias junto aos Recuperandos da APAC Feminina que administra o CRS Masculino, no sul do Espírito Santo com o regime semiaberto e com os colaboradores, em turmas distintas. A princípio, os Recuperandos chegavam tímidos, desconfiados, arredios. Formávamos, então, uma roda, começando sempre por: eu sou fulano... Estou chegando assim... Encerrando os trabalhos, com falas semelhantes: eu sou fulano... Estou saindo assim.

Aconteceu que alguns, ao tomarem conhecimento que estaríamos ali para ouvir e contar histórias, não conseguiram conter a risada. Muitos relataram jamais terem ouvidos histórias na

infância. Alguns outros, aderiram à proposta quase que de pronto, interagindo e, também, contando seus causos. E, também, houve aqueles que permaneceram arredios por muito tempo. Mas, o poder mágico das narrativas acaba despertando a criança interior, nos corações de todos que se abrem para sonhar.

Cito um caso vivido, a partir da narração do Fio da Aranha (informação verbal<sup>1</sup> *apud* Costa, 2015): Para nós, foi muito marcante quando apresentamos a história do homem mau, mas, muito mau mesmo, que ao morrer e ser recebido por São Pedro (conforme a tradição popular) na antessala do Céu, dirigiu-se ao santo dizendo que ele nem precisava consultar seus arquivos – era mandar direto para o inferno mesmo, pois nunca tinha feito nada de bom na vida. Ao que o santo retrucou dizendo que uma vida era tempo demais para não se fazer nenhum bem. E pediu que ele se sentasse e pensasse um pouco. Ressabiado e sem esperança o homem assim o fez; quando, de repente, se lembrou:

- São Pedro, eu lembrei! Quando ainda era muito pequeno, vi uma aranha morrendo afogada numa poça d'água. Tive pena e a salvei!

Ao que, o santo, satisfeito, respondeu:

- Pois é, meu filho, sua amiga aranha jamais se esqueceu do bem que você lhe fez! Veja: ela teceu um caminho para você subir aos Céus.

E lá estava um fio de teia, brilhante, amorosamente preparado, para que ele se salvasse.

(Confesso que essa história, da tradição popular, não tem, originalmente, final feliz: o homem mau começa a subir, e já estando lá em cima, percebe que a teia está balançando, e ao olhar para baixo, vê que muitas outras pessoas estão pegando carona, e subindo junto com ele. Impacientado e temeroso que o fio se rompa, ao mesmo tempo, dando vazão aos seus impulsos egoístas, começa a se sacudir e ordenar que saiam dali. Tanto sacudiu... que o fio se rompeu! E todos foram lançados ao abismo.)

---

<sup>1</sup> Narrativa oral que eu ouvia quando criança pelo meu pai.

Porém, naquele momento de redenção, quando o homem enxerga o fio da aranha e sente seu coração preenchido de gratidão... um dos Recuperandos mais arredios interrompeu a fala e se manifestou com os olhos cheios d'água:

- Dona, quando eu era pequeno, vi uma cadelinha ser atropelada, e tive muita pena dela. Socorri e a levei para casa; mas, minha mãe não quis que ela ficasse lá. Aconteceu que havia uma casa abandonada, bem ao lado da nossa – levei-a para lá e cuidei até que ficasse boa. Será...?

Lágrimas escorreram. Nascia ali, uma esperança. Uma linda esperança para todos nós.

(Aqui deixo registro de um aprendizado que o ofício de contar histórias nos traz: podemos mudar o final! A mágica da coautoria de que nos apossamos, quando mergulhamos em um relato nos confere esse poder! Quando somos tocados para isso; quando a plateia sinaliza com isso... Quem sabe, uma versão de Romeu e Julieta fora das mortes trágicas (que Shakespeare nos perdoe!)? Porém, mais adiante, em nova oportunidade, a gente se explica, e resgata o original... Neste caso, confesso: ainda não contei para eles. Hora dessas!)

Com o passar do tempo e dos trabalhos, passamos a receber cartinhas – de afeto; de

agradecimentos; de histórias verdadeiras e muito sofridas; de causos diversos. Clarissa Pinkola Estés (1996, p.15 nos ensina, ):

Na minha família, os velhos seguiam uma tradição denominada “fazer histórias”, sendo essa uma hora – muitas vezes durante uma refeição rica em aromas de cebolas frescas, pão quentinho e salsicha de arroz condimentada – em que os mais velhos estimulavam os mais novos a criar contos, poemas e outras obras. Os velhos riam uns com os outros enquanto comiam. E para nós eles diziam que iam nos testar para ver se estávamos aprendendo alguma coisa digna de se aprender. “Vamos, vamos, queremos uma história novinha em folha. Vamos vê-los exercitar seus músculos de contar histórias”.

Quantas histórias armazenadas, silenciadas no coração de cada um desses homens! Após anos de prisão, quando eram conhecidos apenas pelo número que os identificava; quando a ordem era, sempre, abaixar a cabeça, não olhar nos olhos; quando apelidos pejorativos lhes eram lançados à face.

Como imaginar as noites dormidas naquelas celas, imundas, superlotadas – deitados no chão, “de valete” (como eles referem ao modo de deitarem pés de um contra a cabeça do outro, em muitos), ao lado de latrinas fétidas, entupidas? Quantos não foram ali seviciados, por colegas de cela, ou mesmo, por aqueles que deveriam vigiá-los? Essas histórias ficam guardadas a sete chaves nos seus corações, memórias de sofrimento e, também, razões de muito constrangimento. Mas, às vezes, à medida que a confiança é conquistada, alguns relances nos são trazidos – e reverenciados.

A maioria tem também histórias de vida muito tristes, antes mesmo da prisão. Antes mesmo dos crimes. Quantas infâncias roubadas, subtraídas, traídas! Que, por óbvio, não justificam seus crimes, mas, muitas vezes explicam. Aprendemos que só podemos dar aquilo que recebemos, aquilo que trazemos em nossos corações... Entretanto, aprendemos também, na teoria e na prática, que sempre é tempo de ofertar; sempre é tempo de reformular nossas vidas. Afinal, o método nos ensina: ninguém é irrecuperável.

Há uma quase cerimônia, que acontece, sempre que um novo condenado chega a um CRS da APAC, com gestos e falas repetidas por quem os recebe. Primeiro, pede-se que ele levante a cabeça; depois, pergunta-lhe o nome – e comunicalhe que, a partir daquele momento, sua identidade está sendo resgatada, não mais será chamado por um número, mas sim, por seu nome! É uma experiência altamente redentora, o resgate da própria identidade! Momento mágico, numinoso, que nos faz recordar relato bíblico, lembrando que todo o Método foi inspirado na experiência religiosa de seu criador, Mário Ottoboni:

Moisés desceu do Monte Sinai, tendo nas suas mãos as duas tábuas da Lei. Descendo do Monte, Moisés não sabia que a pele do seu rosto se tornara brilhante, durante a conversa com o Senhor. E, tendo-o visto Aarão e todos os israelitas, notaram que a pele de seu rosto se tornara brilhante e não ousaram aproximar-se dele. Mas ele os chamou, e Aarão com todos os chefes da assembleia voltaram para junto dele, ele se entreteve com eles (Bíblia, Êxodo, 34:29-31, p.137).

Vivemos, todos, momentos de iluminação, surpreendentes e transformadores, nesse ofício, nesse lugar. Nossas histórias chegam recheadas de abraços, apertos de mão, e, sempre, de olhos nos olhos. Ali, como ensina Dr. Mário Ottoboni, somos todos Recuperandos, e seguindo princípio do Método APAC: Recuperando ajuda recuperando. Portanto, ajudamo-nos, mutuamente.

Lugar de escuta, mas, também, lugar de fala. Fala que liberta. “No princípio era o Verbo”! (Bíblia, João, 1:1, p.1384). E, “Disse Deus: “Faça-se a luz!” E a luz foi feita” (Bíblia, Gênesis, 1:3, p.48). Contadores trazendo sempre as tradições populares a nos inspirar, trazemos a narrativa da tradição judaico-cristã a nos ensinar o poder da Palavra! Palavra que cura e faz! Palavra que cabe a nós, seus oficiais, reverenciar, honrar e ensinar.

Voltemos a Estés (1996, p.13):

Entre a minha gente (...), temos uma longa tradição de contar histórias enquanto nos dedicamos aos afazeres diários. Perguntas sobre como viver a vida, especialmente as que se referem especialmente a questões do coração e da alma, são na maior parte do tempo respondidas com uma história ou uma série delas.

E assim seguimos, nos movimentos da vida, que lá não são diferentes dos de cá, em liberdade. Às vezes, a progressão (mudança de regime) demora mais que o esperado; às vezes, indisciplinas geram regressão, e ao chegarmos para nosso trabalho, os encontramos cabisbaixos, talvez impacientes, soturnos. Como resgatá-los?

Histórias curtas, como a do bambu chinês, sagrado bambu, com o qual são feitos casas, cercas, berços, móveis e até caixões. Mas, que leva anos em trabalho silencioso e invisível sob a terra – a tecer e fortalecer suas raízes, deixando a impressão, para quem acompanha de fora, de que não crescerá jamais. Porém, quando as raízes alcançam tamanho e poder suficientes para dar sustento ao grande crescimento que irá acontecer... ele começa. E cresce e cresce e cresce. Vira um gigante! Como essa história é poderosa!

Mas, as longas histórias também acolhem e os fazem ressignificar a própria trajetória. Como a história sagrada de Fátima, também da tradição popular, que passa por tantas mortes e desencontros, tanta dor e desesperança – mas, prossegue tentando, prossegue olhando ao redor e aprendendo diante dos novos desafios. Até que encontra, finalmente, o seu lugar, de viver, de amar, de transformar, de cumprir a missão que justifica e absolve todas as dores passadas.

Vamos nos descobrindo, enquanto bambus, Fátimas, Marias, Joãoes... Vamos multiplicando nossas próprias vidas ao sabermos, lermos e contarmos outras tantas. Estés (1996, p.13) reforça:

Nós consideramos as histórias um parente nosso vivo, e por isso nos parece perfeitamente razoável que, como um amigo chama outro para entrar na conversa, também uma determinada história chame uma segunda história específica, que por sua vez evoque uma terceira, com frequência uma quarta e uma quinta, eventualmente mais outras, até que a resposta a uma única pergunta se estenda por diversas histórias.

### **Evolução do trabalho: leitura e escrita da liberdade**

Se inicialmente trabalhamos com o regime semiaberto, por insegurança, como laboratório, por serem apenas quinze homens, mais fácil, portanto, de interagir... algum tempo depois, fomos informadas que o outro regime também gostaria de participar. Para

nós, convite desafiador: trabalhar com quarenta homens, do regime fechado... Aceitamos!

Lógico que a estratégia teria que ser diferente, por exemplo, não caberiam as conversas mais intimistas que o grupo menor possibilitava. Propusemo-nos, então, levar histórias, sempre leves e animadoras, acrescidas do nosso afeto, e da nossa confiança em sua recuperação... Eis que tem dado certo!

Grupo enorme, de riso fácil, cheio de histórias a partilhar. Com eles, vencidas nossas barreiras e intimidações, sentimo-nos em casa, por mais estranho que possa soar. Talvez pudéssemos explicar dizendo que ali, entre aqueles homens condenados, alijados da presença dos seus, considerados impuros, escória, bandidos... aprendemos a lhes reconhecer a face humana e, também, a luminosa. Ali, nós também podemos nos despir de nossas máscaras sociais, a pose de “cidadãs de bem”. Ali podemos ser nós mesmas, em nossa luz e sombras. É um efeito libertador.

Ao mesmo tempo, o trabalho voluntário desperta, entre eles, uma gratidão imensa – compreendem, perfeitamente, e explicitam o fato de que deixamos nossas casas, nossas famílias, nossos afazeres para estarmos ali com eles, em gratuidade financeira. Daí, recebemos de volta, em afeto e gratidão, muito mais do que doamos.

Em dia de muito trabalho, a gente chega mais cedo, almoça com eles, no meio deles, junto a eles, comendo da mesma comida – ali se conversa, se ri, às vezes até se chora. Depois, vamos para o pátio interno, para contar e ouvir mais histórias. Assim mesmo: em comunhão! “Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão”, nos ensinou o Mestre Paulo Freire, (1987, p.52).

Entretanto, nós, voluntários, somos orientados a não perder de vista o fato de que desenvolvemos nossos trabalhos em uma prisão; de que todos os que ali estão são condenados pela Justiça, a cumprir pena com vistas a pagar por seus crimes Mas, também, com vistas a trabalhar, estudar e buscar aproveitar todas as oportunidades que lhes são oferecidas para superarem suas más tendências, vencerem

a si mesmos, e retornarem ao convívio social enquanto cidadãos renovados, experimentados e dispostos a cooperar para o mundo melhor.

Trabalhamos com essa consciência, essa visão, e com o propósito de nos fazermos ferramentas para que esse processo de transformação de fato aconteça – lá e cá. De acordo com Freire, (1987, p.52):

Os oprimidos, nos vários momentos de sua libertação, precisam reconhecer-se como homens, na sua vocação ontológica e histórica de ser mais. A reflexão e a ação se impõem, quando não se pretende, erroneamente, dicotomizar o conteúdo da forma histórica de ser do homem. Ao defendermos um permanente esforço de reflexão dos oprimidos sobre suas condições concretas, não estamos pretendendo um jogo divertido em nível puramente intelectual. Estamos convencidos, pelo contrário, de que a reflexão, se realmente reflexão, conduz à prática.

O processo evoluiu, em novos sonhos e expectativas. Sob a orientação do Professor Santinho Souza, PROEX / UFES, conseguimos construir projeto para leitura e remição: Leitura e Escrita da Liberdade – parceria UFES / APAC. Vencendo burocracias e demandas, jurídicas e institucionais, o vimos ser aprovado, por determinação da Juíza de nossa Comarca, responsável pelas decisões jurídicas relativas à APAC, em dezembro de 2023, voltado para o atendimento dos Recuperandos do regime semiaberto, conforme solicitação inicial, visando trabalhar com número menor de participantes, de modo a nós mesmos aprendermos os trâmites do processo, antes de ampliarmos a proposta para um universo maior de Recuperandos. Os relatórios, referentes à leitura do primeiro livro, já foram protocolados e entregues. E o segundo livro, da série de três, teve sua leitura iniciada.

Começamos, então, a preparar os Recuperandos do regime fechado, para posterior participação. Ao fazermos o convite,

buscamos informá-los, que a proposta vai muito além da “simples” remição de dias de pena. O convite implica em trabalho, estudo, leitura, escrita – e consequentes alargamento de mentes, horizontes, conhecimentos, princípios e sensibilidade. Para tanto, fizemos uma doação, de bom tamanho, de livros infantis – propondo que iniciem com eles suas leituras, interpretações e relatórios.

Assim, nossos encontros quinzenais, nas tardes dos sábados, têm sido recheados de apresentações de pequenas resenhas, dos próprios Recuperandos – ainda tímidos, é verdade, mas mostrando seus esforços e real intenção de participação. Finalizamos esses encontros, com a história que preparamos para aquela tarde, sempre com significado, sempre com muitas intenções. Nosso trabalho é de Valorização Humana. Humanização. Amorização. “A semente nova tem fé. Ela se enraíza mais fundo nos lugares que estão mais vazios” (Estés, 1996, p.1).

## **Reflexões e Aprendizados**

“Vós que aqui entrais abandonai toda a esperança”, escreve Dante Alighieri, em sua Divina Comédia, (1976, p.32), sobre a porta do Inferno.

Entendemos que, para muitos, esses dizeres deveriam estar emoldurados na entrada da maioria das penitenciárias do sistema comum do Brasil, uma vez que, para ‘conseguir vaga na APAC’, o condenado precisa ter passado pelo sistema prisional comum – até para que possa compreender a dimensão do método, e, assim, valorizá-lo e se entregar à transformação que ele propõe – que não é fácil; que exige adesão e muito trabalho, muita dedicação! Mesmo dentro do CRS, os apelos do crime são ouvidos; assim como, a ilusão de que, no crime, a vida é mais fácil, a riqueza se alcança rapidamente. Demora, às vezes uma vida inteira, de idas e vindas, para que as vendas lhes saiam dos olhos. Nem todos ficam, nem todos cumprem as promessas. Muitos caem, desistem, pedem para voltar para o sistema prisional comum – o que nos soa

inacreditável. Porém, aprendemos, ali, o quanto essa luta é grande. Às vezes, a própria família traz recados, tenta entrar com drogas, cobra ajuda financeira... São muitas as trincheiras de enfrentamento.

Há que renovar votos. Há que se confrontar com a própria história, com a própria verdade. Com a verdade. Para isso, é preciso ouvir e contar.

Assim, para os Recuperandos, após terem vivido o inferno e se sentido parte dele, estarem recebendo, na APAC, a presença de histórias, temperadas de atenção, afeto, respeito, e incentivo, mútuos, acaba por tornar-se experiência de renovação: a cada história contada, ouvida, lida, escrita, é rompido, um pouco mais, desse determinismo de desesperança.

Vivemos, ao fim, a benção da querida Clarissa Pinkola Estés (1996, p. 11):

A Benção

Nós temos uma antiga benção de família:

“Quem ainda estiver acordado ao final de uma noite de histórias sem dúvida irá se tornar a pessoa mais sábia do mundo.”

Assim seja para vocês. Assim seja para todos nós.

## **Conclusão**

Comungar histórias é esperar! Somos absolutamente gratas e temos nossas vidas renovadas, a cada encontro, a cada acolhimento, a cada novo dia de trabalho com nossos Recuperandos. E percebemos que, a cada novo encontro, nossas faces se tornam mais luminosas!

Aprendemos que o multiplicar de histórias, contadas, ouvidas, lidas e escritas nos ambientes prisionais contribui, e muito, para a ressocialização dos que ali se encontram, com ganhos para todos. Afinal, o burilamento intelectual e afetivo tem a capacidade de elevar mentalidade e espíritos; resgata empatia e compreensão do papel que todos precisamos exercer para a construção do mundo

melhor. Deixamos, a partir deste relato, a gratidão aos nossos ancestrais que nos deixaram o dom da história; e o convite a todos:

Sentem-se, meninos e meninas, venham ouvir e contar uma história! É urgente e absolutamente necessário!

### **Referências bibliográficas**

- ALIGHIERI, D. **A Divina Comédia**. São Paulo: Cultrix, 1976.
- BÍBLIA. **Bíblia Sagrada**. 49ª edição. São Paulo: Ave Maria, 1985.
- COSTA, M. E. T. **Ciranda de Histórias: na minha casa todo mundo conta**. Vitória: Secretaria de Estado de Cultura do ES, 2015.
- ESTÉS, C. P. **O dom da história: uma fábula sobre o que é suficiente**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.
- FERREIRA, V. A. **APAC: A revolução do sistema penitenciário**. Itaúna: Ed. do autor, 2022.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1974.
- GAMA, J. **A lei de execução penal a luz do Método APAC: Um novo conceito de sistema prisional**. JusBrasil, 2016. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-lei-de-execucao-penal-a-luz-do-metodo-apac/229836759>. Acesso em: 15/12/2023.
- LELOUP, J. **Cuidar do Ser: Fílon e os terapeutas de Alexandria**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.
- OTTOBONI, M. **Vamos matar o Criminoso? Método APAC**. Belo Horizonte: Gráfica O Lutador, 2018.



## **Sobre as autoras e os autores**

### **André Poltronieri Santos**

Doutorando em Estudos Linguísticos na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), mestre em Estudos Linguísticos pela mesma instituição (2020) e graduado em Letras pelo Centro Universitário de Itajubá – FEPI (2016).

### **Anna Carolina Lopes da Silveira**

Mestranda em Linguística na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e licenciada em Letras: Português e Literaturas de Língua Portuguesa pela mesma instituição.

### **Eduardo Tabelini Pereira**

Graduado em Letras (Português e Espanhol) pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e membro do Núcleo de Pesquisa em Linguística Funcional e suas interfaces (Grafi/Ufes).

### **Gabriel Henrique Coelho da Silva**

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Computação da Universidade Federal Fluminense (UFF) e graduado em Ciência da Computação pela mesma instituição (2021). É bolsista de Desenvolvimento Tecnológico Industrial do CNPq – Nível B na instituição Zeltzer Tecnologias Educacionais (Brasil) e integrante voluntário no Projeto de Extensão "Libras, Linguística e Divulgação (LiLinDiv)" da UFF.

### **Gesieny Laurett Neves Damasceno**

Doutora em Letras Vernáculas / Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2016), mestre em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal do Espírito Santo (2011) e

graduada em Língua Portuguesa e Literatura de Língua Portuguesa pela mesma instituição (2008). Fez estágio Pós-Doutoral na Universidade Federal do Rio de Janeiro, desenvolvendo a pesquisa “Passivas analíticas no PB: reconhecimento de padrões por meio de Rede Neural de Mapas Auto-Organizáveis (Rede SOM)”. É professora do Departamento de Línguas e Letras e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Ufes. Coordena o Núcleo de Pesquisa em Gramática Funcional e suas interfaces (Grafí/Ufes).

### **Janaina Cabello**

Doutora e mestre pela Faculdade de Educação (Unicamp), na linha de pesquisa Linguagem e Arte em Educação, e graduada em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp, *campus* Bauru) e em Pedagogia pela Universidade da Grande Dourados (Unigran). É professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e Membro do Grupo de Pesquisa Infâncias, Diferenças e Direitos Humanos (INDDHU/CNPq / Unicamp), do Grupo de Pesquisa Linguagem na Diferença (GP-LnD/CNPq / Unicamp) e do Coletivo 50 Graus – Pesquisa e Prática Fotográfica (CNPq / Universidade Federal do Tocantins).

### **Jonathan Murilo Souza dos Santos**

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e licenciado em Letras-Português pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Realizou duas Iniciações Científicas na área da Sociolinguística Variacionista e uma monografia, estudando a colocação pronominal na cidade de Vitória/ES entre 1880 e 1910, sob a orientação da Professora Doutora Leila Maira Tesch.

### **Jonathas Oliveira Dias**

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), graduado no

curso de bacharelado em Tradução e Interpretação em Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa pela mesma instituição (2024). É membro do Grupo de Pesquisa Surdez e Abordagem Bilíngue (GPSAB), sob a coordenação da Prof. Dra. Cristina Broglia Feitosa de Lacerda.

### **Juliana Amorim de Jesus**

Graduanda em Letras: Língua Portuguesa no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes). Possui curso-técnico-profissionalizante em Administração pela Escola Técnica de Saúde do Espírito Santo (Eteses). Integra o grupo de pesquisas "Núcleo Bakhtiniano de Pesquisas em Leitura", do *Campus Vitória*.

### **Kíssila dos Santos Gomes**

Graduanda em Letras Português-Alemão na Universidade Federal Fluminense (UFF). Participa do Núcleo de Estudos em Literatura Diaspórica, Cultura e Tradução (NELDCult-UFF) e atua como bolsista de Desenvolvimento Acadêmico no projeto "Poesia como iluminação: mulheres negras no Black Arts Movement e no Quilombhoje" e no projeto de extensão PROLEM – Programa de Línguas Estrangeiras Modernas. Participou como colaboradora no Projeto de Extensão "Libras, Linguística e Divulgação (LiLinDiv)", da UFF.

### **Leila Maria Tesch**

Doutora e mestre em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), licenciada em Letras – Português pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Realizou estágios pós-doutorais na Ufes e na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). É professora do Departamento de Línguas e Letras e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Ufes. Coordena o Grupo de Pesquisa PortVix.

### **Letícia Queiroz de Carvalho**

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (2012), mestre em Estudos Literários (2004) e Licenciada em Letras-Português (1999) pela mesma instituição. Realizou estágio pós-doutoral em Educação pela Universidade Federal Fluminense (2022). É Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes). Atualmente, coordena o Profletras do Ifes – *campus* Vitória e integra o Grupo de Pesquisas Culturas, Parcerias e Educação do Campo (Ufes) e o Grupo de Estudos Bakhtinianos (GEBAKH / Ufes). É líder do grupo de pesquisas Núcleo de Estudos em Literatura e Ensino (Ifes, *campus* Vitória).

### **Maria da Conceição Auxiliadora de Paiva**

Doutora em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ – 1992), mestre em Linguística pela mesma instituição (1983), graduada em português/inglês pela Faculdade de Letras de São João Del Rei (1977). Atua no Programa de Pós-graduação em Linguística da UFRJ e é a atual coordenadora do grupo de pesquisas Programa de Estudos do Uso da língua (Peul).

### **Maria Elvira Tavares Costa**

Especialista em Psicopedagogia Clínica e Organizacional pelo Centro Universitário São Camilo (2003) e em Psicodrama pela Pégasus Consultoria (1997); graduada em Administração de Empresas pela Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas de Cachoeiro de Itapemirim (FACCACI – 1980). É voluntária da APAC Feminina de Cachoeiro de Itapemirim (Associação de Proteção e Assistência aos Condenados).

### **Milena Santos de Jesus**

Doutoranda em Linguagens e Representações na Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc), mestre em Linguagens e Representações pela mesma instituição (2014), especialista em Inclusão e Diversidade na Educação pela Universidade Federal do

Recôncavo da Bahia (UFRB-2020), especialista em Inclusão e Diversidade na Educação (UFRB-2020), Especialista em Leitura e Produção Textual na Escola pela Uesc (2012), graduada em Letras com habilitação em Espanhol pela mesma instituição (2011). Atualmente é professora do Ensino Médio e atua como tutora da Universidade Estadual de Santa Cruz no curso de Letras Vernáculas.

### **Nazarete Andrade Mariano**

Doutoranda na Universidade de Pernambuco (UPE, *Campus Petrolina/PE*), mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural da Universidade do Estado da Bahia (Uneb), especialista em Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa (Facinter) e Mídias na Educação (Uesb/NTE) e graduada em Licenciatura em Letras – Português e Inglês pela UPE (*Campus Petrolina/PE*). Atua como professora assistente no Curso de Letras do mesmo *campus*

### **Paula Elisie Madoglio Izidoro**

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (PPGEL/UEL), mestre em Ensino pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (PPGEN/Uenp/CP – 2019) e licenciada em Letras com habilitação em Português e Espanhol e respectivas Literaturas pela mesma instituição (2014). Atualmente, leciona no curso de Letras – Português/Espanhol, na Uenp/CJ. É professora QPM na Secretaria Estadual de Educação – SEED/PR e participa do Grupo de Pesquisa PENSA: Pesquisas em Ensino, Aprendizagem e Avaliação Educacional e GPEFOP: Grupo de Pesquisa em Ensino e Formação de Professores.

### **Tathianna Prado Dawes**

Doutora em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal Fluminense (UFF – 2021), mestre em Diversidade e Inclusão pela mesma instituição (2015), especialista em Psicopedagogia (2001), Educação Especial e Libras pelo Instituto Eficaz Maringá / PR

(2011), especialista em Libras pela Cândido Mendes (2016) e graduada em Pedagogia pelo Centro Universitário Plínio Leite (Unipli – 1999). É professora Adjunta de Libras na Universidade Federal Fluminense (UFF) e líder do Projeto de pesquisa "Libras, Linguística e Divulgação". Coordena o Programa de extensão "Libras, Linguística e Divulgação" e atua como vice-coordenadora do projeto de extensão Escola de Inclusão.

## Palavras-chave deste volume

Acessibilidade  
Colocação pronominal  
Contação de histórias  
Corpo  
Criança surda  
Crítica genética  
Direitos linguísticos  
Ditongação  
Divulgação científica  
Estilística  
Feminino  
Fotografia  
Gênero discursivo  
Gramática  
Leitura  
Leitura e escrita na prisão  
Libras  
Literatura  
Literatura no Cárcere  
Lugar de Criação  
Memória Discursiva  
Metáfora da Transitividade  
Método APAC  
Mudança linguística  
Notícias jornalísticas  
Peças teatrais capixabas  
Pedagogia social  
Percepção  
Práticas de escrita

Próclise  
Pronomes relativos  
Ressocialização  
Sociolinguística  
Sociolinguística histórica  
Tecnologia inclusiva  
Tradição oral  
Variação linguística



**6º CONEL**  
CONGRESSO NACIONAL DE  
ESTUDOS LINGÜÍSTICOS

**PPGEL**  
PROGRAMA DE  
PÓS-GRADUAÇÃO  
EM LINGÜÍSTICA

Esta coletânea de cinco volumes é fruto dos trabalhos apresentados no 6º Congresso Nacional de Estudos Linguísticos (CONEL), realizado na Universidade Federal do Espírito Santo em 2023, sob o tema Estudos Linguísticos e Direitos Humanos. Os capítulos representam a multiplicidade dos debates promovidos durante o evento, abordando desde questões de identidade até aspectos epistemológicos da pesquisa linguística. Cada volume foi organizado de maneira a destacar temas específicos que perpassam o campo dos estudos linguísticos.



**FAPEES**  
FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E INOVAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO

